

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA DE FATIMA DIAS ARAUJO

**SINGULARIDADES DO GRUPO ESCOLAR ITUIUTABA À
ESCOLA ESTADUAL ITUIUTABA (1979-1985)**

UBERLÂNDIA – MG

2023

MARIA DE FATIMA DIAS ARAUJO

**SINGULARIDADES DO GRUPO ESCOLAR ITUIUTABA À
ESCOLA ESTADUAL ITUIUTABA (1979-1985)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Armindo Quillici Neto

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação.

UBERLÂNDIA – MG

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A659s
2023 Araújo, Maria de Fátima Dias, 1956-
 Singularidades do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual
 Ituiutaba (1979-1985) [recurso eletrônico] / Maria de Fátima Dias
 Araújo. - 2023.

 Orientador: Armindo Quillici Neto.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Educação.

 Modo de acesso: Internet.

 Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.7043>

 Inclui bibliografia.

 Inclui ilustrações.

 1. Educação. I. Quillici Neto, Armindo, 1962-, (Orient.). II.
 Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
 Educação. III. Título.

CDU: 37

Glória Aparecida
Bibliotecária Documentalista - CRB-6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 10/2023/832, PPGED				
Data:	Vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três	Hora de início:	9:00	Hora de encerramento:	11:30
Matrícula do Discente:	12112EDU027				
Nome do Discente:	MARIA DE FATIMA DIAS ARAUJO				
Título do Trabalho:	"Singularidades do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba (1979-1985)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL. A trajetória dos fundamentos históricos, filosóficos e políticos do ensino de Filosofia da Educação nos Cursos de formação de professores"				

Reuniu-se, através sala virtual Microsoft Teams (https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3aCOIMqyYHYoOeEY6ejYI2T995Xe45pNQY_OuzqMiYTak1%40thread.tacv2/1656703013905?context=%7b%22Tid%22%3a%22cd5e6d23-cb99-4189-88ab-1a9021a0c451%22%2c%22Oid%22%3a%22822a303c-9adf-4718-b7c6-8406316ac9e8%22%7d), a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Manoel Messias de Oliveira - UFCAT; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU e Armindo Quillici Neto - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Armindo Quillici Neto, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Armindo Quillici Neto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 03/04/2023, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Messias de Oliveira, Usuário Externo**, em 03/04/2023, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 03/04/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4389507** e o código CRC **1CCDF12A**.

Não é o desafio com que nos deparamos que determina quem somos e o que estamos nos tornando, mas a maneira com que respondemos ao desafio. Somos combatentes, idealistas, mas plenamente conscientes. Porque o ter consciência não nos obriga a ter teoria sobre as coisas: só nos obriga a sermos conscientes. Problemas para vencer, liberdade para provar. E, enquanto acreditarmos no nosso sonho, nada é por acaso.

(Henfil)

Tenho a certeza de que, sem a minha base familiar, este sonho não teria sido realizado. Dedico a finalização de minha pesquisa a toda minha família. Também, em especial, dedico este trabalho, aos profissionais que me acompanharam nesta trajetória acadêmica, por toda a orientação que me deram. Minha gratidão!

*Dedico a você que acreditou em mim e na minha fé... que acreditou na minha capacidade de sonhar e fazer desse sonho uma realidade. Foi por toda essa responsabilidade, essa confiança, esse amor doado, dado, vivido e compartilhado, que me mostrou que querer **é ir em busca do que você acredita ser.***

AGRADECIMENTOS

Deus, muito obrigada! Pela vida, pelo amor, pela certeza. Pela oportunidade da vida e do livre arbítrio, para que façamos da vida um momento único na eternidade.

Mãe, muito obrigada! Pela vida, pelo amor, pela educação, pelos sonhos que me guiaram para a realidade.

Rubens Jose Araujo, esposo, muito obrigada! Pelo amor, compreensão, tolerância, acreditando em mim, acreditando na força de vontade do ser humano.

Minhas filhas, Brenda Maria Dias Araujo e Gabriela Marta Dias Araujo, muito obrigada! Meu primeiro netinho, Mathias Sousa Dias Araujo, que chegou em minha vida devolvendo toda a energia necessária para prosseguir minha trajetória. Pelo amor, pelo carinho, pois vocês são as luzes dos meus olhos, que me guiam e me guiaram até aqui. O amor só traz felicidade, realização, concretização e alegria de viver!

Familiares que acreditaram em mim, não seria justo uma lista, pois poderia omitir alguém, por isso, carinhosamente, meu carinho, meu amor, minha gratidão!

Ao orientador deste estudo, Professor Dr. Armino Quillici Neto, pela sua orientação, parceria, paciência, profissionalismo, sabedoria e dedicação. Muito obrigada! Todo o apoio e atenção dedicados a mim foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho. Tive a oportunidade de investigar, pesquisar, concluir uma Dissertação, que em minha trajetória histórica tem relevância e significado, que com palavras não se expressam.

Agradeço o aceite, da Professora Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Dr. Manoel Messias de Oliveira, para compor a banca de defesa desta dissertação e, ao Professor Dr. Sauloéber Társo de Souza, que participou da banca de qualificação. Os mesmos são pesquisadores de referência na linha de História e Historiografia da Educação e é uma honra tê-los como avaliadores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Ao coordenador, Professor Doutor Marcelo Soares Pereira da Silva, aos técnicos administrativos, Ali Ahmad Smidi e James Madson Mendonça, pelo pronto atendimento sempre que solicitado.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação, por favorecerem as condições para esta capacitação acadêmica. Equipe

profissional desta instituição, muito obrigada! Sua sabedoria contagia, suas palavras sempre presentes nos momentos oportunos para se ouvir, têm o dom de fazer com que o aprendiz aprenda a aprender, aprenda a viver, aprenda a conviver com o outro.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-graduação da linha História e Historiografia da Educação, pelas aulas, pelos debates, incentivos iniciais e pelas críticas, sugestões, especialmente, pela agradável convivência.

À Professora Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, pela sua presença, por ter viabilizado caminhos direcionados à pesquisa, para o aprofundamento científico e, conseqüentemente, com sua sabedoria e dedicação tornou-se sempre presente nos momentos mais significativos para mim, estando ao meu lado, mais uma vez, na concretização de um sonho acadêmico. Muito obrigada!

A presença dos colegas de grupo de estudo foi importante nesta caminhada, seu conhecimento e sua competência marcaram os momentos de reflexão para nosso crescimento intelectual.

À minha filha, Brenda, muito obrigada! Nossa parceria valeu! Trilhamos por um caminho que possibilitou a pesquisa em História da Educação, analisando, de forma crítica, as singularidades educacionais para compreender a realidade investigada, em seu espaço e tempo histórico.

A equipe da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, agradecimento especial, à Dra. Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira, que tão bem me recebeu, neste estabelecimento, para pesquisa nos acervos sobre a Escola Estadual Ituiutaba, estendendo meus agradecimentos a Paulo Henrique Mota Gomes da Silva, Auxiliar de Serviços Básicos e, Cícero Aparecido Coimbra, Técnico da Educação, que estiveram presentes, não medindo esforços para me auxiliar nos arquivos. Muito obrigada!

A equipe da Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida, em especial, a Diretora Lucimar Aparecida de Souza, que me permitiu a pesquisa em seu acervo documental.

Em nome das educadoras, Professora Nanci Nunes Borges Souza e Maristela Severino Cruz, quero agradecer a todas profissionais da educação, amigas, que de alguma maneira, me encorajaram e tornaram-se grandes parceiras da vida.

Muito obrigada por todo suporte, amizade, conquistas, trocas de experiências, esclarecimento de dúvidas e, todas as vezes, que tornavam possíveis para eu seguir em frente, neste caminho.

E, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta pesquisa e deste curso. Muito obrigada!

ARAÚJO, Maria de Fatima Dias. **SINGULARIDADES DO GRUPO ESCOLAR ITUIUTABA À ESCOLA ESTADUAL ITUIUTABA (1979-1985)**. Orientador: Prof. Dr. Armindo Quillici Neto. 2022. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

RESUMO

Este estudo se insere à linha de pesquisa "História e Historiografia da Educação" do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A dissertação de mestrado apresenta uma pesquisa histórico-educacional que propõe uma reflexão, mais aprofundada, quanto aos desafios educacionais na transição do Grupo Escolar Ituiutaba (1958) à Escola Estadual de Ituiutaba (1979), resultantes de diversos fatores no contexto em que se concentra o público alvo, que compõe uma classe carente financeiramente, em uma sociedade que privilegiava uma classe elitista, dominante. A pesquisa objetivou contextualizar as singularidades na transição do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, seu desenvolvimento e funcionamento, em especial, os desafios educacionais nessa transição, ao perpassar os anos de 1979 a 1985. A problematização parte dos questionamentos: Em que contexto político-econômico, sociocultural se deu a criação, implantação e desenvolvimento na transição do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba? Como era constituída a população de seu entorno e qual público procurou para ingressar nessa instituição escolar? Qual a importância da criação dessa escola para a cidade de Ituiutaba e como se relacionou com os desafios educacionais frente às classes carentes financeiramente em busca de sua escolarização? Como se contextualizava a escolarização pública e o analfabetismo nos âmbitos nacional, estadual e municipal? O estudo foi feito como pesquisa bibliográfica e documental no campo da história da educação (linha de pesquisa de “história e historiografia da educação”), as fontes históricas utilizadas para elaboração desta pesquisa se valeram de jornais, documentos impressos, regimentos escolares, regimentos da biblioteca, legislação vigente, onde buscou informações sobre o perfil sociocultural dos estudantes daquele momento. Adotou o método materialismo histórico-dialético para analisar articulações, relações, tensões e contradições na história das instituições escolares. Para a construção da história que revela em sua realidade, as singularidades daquele momento, quando se criou o Grupo Escolar Ituiutaba, no ano de 1958. A fundamentação teórica da investigação está embasada em autores do próprio campo da História e da Historiografia da Educação, dentre os quais destacamos Costa (1997), Magalhães (2004), Nosella e Buffa (2009), Oliveira (2013), Romanelli (1993), Saviani (2019), dentre outros formaram a base histórico-conceitual e teórica da pesquisa. Assim, utilizou-se as pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados apontam para a criação de um curso primário em uma escola, inicialmente, anexa a um ginásio gratuito na cidade de Ituiutaba, passando a ter sede própria somente no ano de 1979, com recursos do Estado, porém evidencia-se que o Grupo Escolar contribuiu, significativamente, para a população carente financeiramente, que dependia de espaço e organização administrativa e pedagógica, para um atendimento adequado, que contava com funcionamento e disciplinas próprias para o curso primário. Constatou-se, também, que a urbanização se associou à necessidade de escolas públicas, sendo que as unidades escolares do momento, eram carentes, uma contradição no cenário, em que a economia ascendia e a educação se encontrava precária. Pode-se concluir que a Escola Estadual Ituiutaba deu continuidade, permanecendo a Diretora, o quadro docente e os discentes, bem como a organização administrativa e pedagógica, seguindo a legislação vigente. A pesquisa contribuiu para uma melhor compreensão da instituição investigada, assim como para o avanço dos conhecimentos no campo da História da Educação.

Palavras-chave: Grupo Escolar. Escola Estadual. Singularidades. Desafios educacionais.

ARAÚJO, Maria de Fatima Dias. SINGULARITIES FROM THE ITUUTABA SCHOOL GROUP TO THE ITUUTABA STATE SCHOOL (1979-1985). Advisor: Prof. Dr. Armindo Quillici Neto. 2022. 161f. Dissertation (Master in Education) – Graduate Program in Education. Federal University of Uberlândia, Uberlândia, 2023.

ABSTRACT

This study is part of the line of research "History and Historiography of Education" of the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia (UFU). The master's thesis presents a historical-educational research that proposes a more in-depth reflection on the educational challenges in the transition from Grupo Escolar Ituiutaba (1958) to Escola Estadual de Ituiutaba (1979), resulting from several factors in the context in which it focuses the target public, which comprises a financially needy class, in a society that favored an elitist, dominant class. The research aimed to contextualize the singularities in the transition from the Grupo Escolar Ituiutaba to the Escola Estadual Ituiutaba, its development and operation, in particular, the educational challenges in this transition, going through the years 1979 to 1985. The problematization starts from the questions: In what political context -economic, sociocultural was the creation, implementation and development in the transition from the Ituiutaba School Group to the Ituiutaba State School? How was the surrounding population made up and which audience did you seek to join this school institution? What is the importance of creating this school for the city of Ituiutaba and how did it relate to the educational challenges facing the financially underprivileged classes in search of their schooling? How were public schooling and illiteracy contextualized at the national, state and municipal levels? The study was carried out as a bibliographical and documentary research in the field of the history of education (line of research of "history and historiography of education"), the historical sources used for the elaboration of this research made use of newspapers, printed documents, school bylaws, bylaws of the library, current legislation, where he sought information on the sociocultural profile of students at that time. He adopted the historical-dialectical materialism method to analyze articulations, relationships, tensions and contradictions in the history of school institutions. For the construction of history that reveals in its reality, the singularities of that moment, when the Ituiutaba School Group was created, in 1958. The theoretical foundation of the investigation is based on authors from the field of History and Historiography of Education, among which we highlight Costa (1997), Magalhães (2004), Nosella and Buffa (2009), Oliveira (2013), Romanelli (1993), Saviani (2019), among others formed the historical basis -conceptual and theoretical research. Thus, bibliographical and documentary research was used. The results point to the creation of a primary course in a school, initially attached to a free gym in the city of Ituiutaba, only having its own headquarters in 1979, with State resources, but it is evident that the School Group contributed significantly to the financially needy population, which depended on space and administrative and pedagogical organization, for adequate service, which had its own functioning and disciplines for the primary course. It was also found that urbanization was associated with the need for public schools, and the school units at the time were lacking, a contradiction in the scenario, in which the economy was rising and education was precarious. It can be concluded that the Ituiutaba State School continued, with the Director, the teaching staff and students remaining, as well as the administrative and pedagogical organization, in accordance with current legislation. The research contributed to a better understanding of the investigated institution, as well as to the advancement of knowledge in the field of History of Education.

Key-words: School Group. Public school. Singularities. Educational challenges.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capela São José do Tijuco (1839)	42
Figura 2 – As passagens históricas da Matriz de São José	42
Figura 3 - Estátua Cônego Ângelo Tardio Bruno	44
Figura 4 - O traçado das ruas de Vila Platina	45
Figura 5 - A cidade com suas ruas retas e compridas: vista parcial de Ituiutaba (1941)	45
Figura 6 - Construção do edifício da Câmara Municipal (1901)	48
Figura 7 - Igreja Matriz (25-12-1927)	49
Figura 8 - Escola Estadual João Pinheiro (1944).....	64
Figura 9 - Grupo Escolar de Villa Platina (1908).....	70
Figura 10 – Grupo Escolar Mascarenhas (1947)	77
Figura 11 – Anúncio sobre inauguração de prédio escolar pela Igreja Presbiteriana	80
Figura 12 – Etapa de construção do Grupo Governador Clóvis Salgado	83
Figura 13 – Corpo discente, na inauguração da Escola Rotary (1956)	85
Figura 14 – Ginásio Educandário Ituiutabano (1958)	89
Figura 15 – Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto: nomeação da diretora do curso Primário do Grupo Escolar Ituiutaba (1958)	91
Figura 16 – Requerimento para exercer as atribuições de Diretora do Educandário Ituiutabano (1973)	92
Figura 17 – Curriculum Vitae de Nair Gomes Muniz (1973)	93
Figura 18 – Termo de Compromisso (1973)	96
Figura 19 – Atestado de Idoneidade (1973)	96
Figura 20 – Termo de Contrato da Entidade Mantenedora (1973)	97
Figura 21 – Capacidade Cultural e Registro Definitivo ou Provisório de Professor (1973)	98
Figura 22 – Prova de Efetivo exercício do Magistério (1973)	99
Figura 23 – Vista da cidade de Ituiutaba nos anos de 1970	112
Figura 24 – Jornal “A Vanguarda” (abril de 1979)	115
Figura 25 – Prédio próprio da Escola Estadual Ituiutaba	116
Figura 26 – Ituiutaba-MG – Principais Bairros	118
Figura 27 – Ituiutaba-MG: expansão territorial 1950-2019	119
Figura 28 – Ituiutaba-MG: setorização dos bairros	120

Figura 29 – Escola Estadual Ituiutaba (atual Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida (1990)	122
Figura 30 – Frente da Escola Estadual Ituiutaba	123
Figura 31 – Lateral da Escola Estadual Ituiutaba	123
Figura 32 – Fundo da Escola Estadual Ituiutaba	124
Figura 33 – Moradias e estabelecimentos comerciais no entorno da Escola Estadual Ituiutaba	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de habitantes da cidade de Ituiutaba de 1950 a 1980	51
Quadro 2 – Crescimento da população rural e urbana de Ituiutaba, MG, 1950-1980	
Quadro 3 – Escolas urbanas de Ituiutaba – 1900-1940	52
Quadro 4 – Criação e instalação de escolas estaduais de Ituiutaba – 1908 a 1958	60
Quadro 5 – Escolas municipais de Ituiutaba e sua criação – 1941-1968	70
Quadro 6 – Disciplinas ministradas nos três primeiros anos da Escola Normal Dr. Benedito Valadares	100
Quadro 7 – Disciplinas estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Normal para o Curso de Formação de Professores Primários	101
Quadro 8 – Quadro Curricular de Escolas Normais criada na década de 1960	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Microrregião de Ituiutaba (MG): população por situação (1920-1970)	34
Tabela 2 – População nos Censos Demográficos por situação de domicílio Brasil e Minas Gerais (1950-1970)	55
Tabela 3 – Instrução pública – Os resultados do Censo de 1950, referentes à alfabetização da população no município de Ituiutaba-MG	78
Tabela 4 – Ituiutaba e o ensino primário municipal no período de 1954-1956	79
Tabela 5 – Índice (%) de analfabetismo no Brasil – recenseamento de 1950	103
Tabela 6 – Evolução do número de escolas em Minas Gerais, 1957-1971	105

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estados limítrofes a Minas Gerais e ênfase ao Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	31
Mapa 2 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	33
Mapa 3 – Microrregião de Ituiutaba	33
Mapa 4 – Rios do município de Ituiutaba: Tijuco, São Lourenço e da Prata	39
Mapa 5 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1901	47

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
I	ITUIUTABA: COMPREENDENDO A SUA HISTÓRIA E RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO	30
1.1	Ituiutaba: um município que compõe a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	30
1.2	Uma história revisitada: a educação e sua construção na cidade de Ituiutaba	51
II	A HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES E SUA CONSTRUÇÃO NA CIDADE DE ITUIUTABA: EXPERIÊNCIAS ESCOLARES	59
2.1	Cultura escolar primária: os Grupos Escolares suas singularidades e seus contextos	59
2.2	A criação dos Grupos Escolares em Ituiutaba: experiências escolares contraditórias	69
III	DE GRUPO ESCOLAR ITUIUTABA À ESCOLA ESTADUAL ITUIUTABA: GÊNESE, INSTALAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PRÁTICAS DO COTIDIANO	88
3.1	Considerações históricas do Grupo Escolar Ituiutaba: os desafios educacionais frente às classes carentes (1958-1978)	88
3.2	A Escola Estadual Ituiutaba: uma perspectiva histórica (1979-1985)	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	130
	ANEXOS	
Anexo 1	Ata n°. 16 – Estrato dos Estatutos da Caixa Escolar do Grupo Escolar “Ituiutaba” – Ituiutaba – Minas Gerais	140
Anexo 2	Regimento do Grupo Escolar “Ituiutaba” (1973)	141
Anexo 3	Regimento Interno da Biblioteca Prof. ^a “Maria Moraes” – Anexo II	148
Anexo 4	Regimento Escolar do Grupo Escolar “Ituiutaba” (1974)	149
Anexo 5	Estatuto da Biblioteca Prof. ^a “Maria Moraes” - Grupo Escolar “Ituiutaba”	155
Anexo 6	Estatuto da Caixa Escolar do Grupo Escolar “Ituiutaba”	156

INTRODUÇÃO

Para se captar o que é a singularidade de uma instituição, torna-se necessário olhar o universal (a totalidade). Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal, é o fundamental da pesquisa. E se o singular depende da sua materialidade única, o universal também não é uma abstração: é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas suas práticas políticas, culturais, ideológicas e educativas, dentre outras.

SANFELICE (2016)

Esta Dissertação intitulada *Singularidades do Grupo Escolar Ituiutaba a Escola Estadual Ituiutaba (1979-1985)* integra à linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), propõe uma reflexão, mais aprofundada, quanto à situação vivenciada no recorte temporal apresentado, momento em que a área educacional proporciona, cada vez mais, os desafios educacionais do Grupo Escolar Ituiutaba, oriundos de diversos fatores, não se responsabilizando, diretamente, ao contexto em que se concentra o público alvo, que compõe uma classe carente financeiramente, em uma sociedade que privilegia uma classe elitista, dominante.

Sanfelice (2016, p. 29) enfatiza sobre o trabalho do historiador quando este se propõe fazer a história de uma Instituição Escolar, deste modo, busca-se a compreensão da relação entre o singular e o geral, sabendo-se que, “uma instituição escolar projeta-se para dentro de um grupo social, produzindo memórias e imaginações, é muito, mas muito mais mesmo, que um prédio que agrupa sujeitos para trabalharem, ensinarem e aprenderem”; o que enfatiza o autor quanto ao movimento contrário que, também, ocorre, “uma vez que a instituição é objeto de interesses diversos, sejam estes econômicos, políticos, ideológicos, religiosos, culturais, dentre outros. E isso implica buscar o sentido da instituição escolar perpassada em todo o seu contexto” (LIMA; SOUZA, 2017, p. 996).

Neste contexto, o estudo revela, em sua realidade, as singularidades daquele momento, ou seja, quando se criou o Grupo Escolar Ituiutaba, no ano de 1958. O momento exigia um estabelecimento para atender crianças em idade escolar para o curso primário, uma parte da população desta cidade, que ocupava um dos bairros mais carentes financeiramente não contavam com nenhuma instituição escolar que pudesse atendê-los.

Neste sentido, inicialmente, são envolvidos dois locais, isto é, dois bairros da cidade de Ituiutaba, sendo um desabitado e o outro, próximo ao mesmo, alojavam pessoas carentes, que dependiam da ajuda da sociedade para sua sobrevivência. As crianças desse bairro precisavam de uma instituição educacional para sua escolarização, mas sua localidade se encontrava distante das escolas da cidade, sendo uma escola central pública e estadual, denominada como Grupo Escolar João Pinheiro e, outras escolas particulares, que atendiam estudantes da elite e da região, entre elas o Instituto Marden, Colégio São José e Santa Tereza.

Quanto ao local que as crianças seriam atendidas para o curso Primário, naquele momento, denominado Bairro Independência, era um bairro que se encontrava desabitado nos anos de 1950, estava ligado ao bairro Natal, onde habitavam as famílias pobres, como alguns trabalhadores do comércio e os boias-frias ou trabalhadores rurais (FRATTARI NETO, 2009).

O Ginásio Educandário Ituiutabano foi construído pela Mocidade Espírita de Ituiutaba (UMEI), que se constituía de membros espíritas e maçons, formados pela elite tijuana. O Ginásio tinha como objetivo atender alunos/alunas que necessitavam de um ginásio gratuito, no entanto, cedeu espaço para atendimento ao curso Primário, do Grupo Escolar Ituiutaba, surpreendendo a todos o número requisitado e atendido na matrícula deste curso, sendo aproximadamente 600 (seiscentos) alunos/alunas, distribuídos em 10 salas de aula.

O Grupo Escolar Ituiutaba, de acordo com o Regimento (1973), objetivava: “o ensino de 1º e 2º graus proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

No final da década de 1950, como citado anteriormente, não havia escolas próximas para atender o curso Primário, as escolas que ofereciam essa modalidade de ensino, distribuídas na cidade, eram escolas particulares e as demais, públicas, ficavam distante do bairro povoado por uma parte da população de Ituiutaba, carente financeiramente, em condições precárias de sobrevivência, que deveriam se deslocar de seu bairro próximo até ao ginásio para ali assegurarem a educação como um dos direitos básicos e fundamentais.

Naquele contexto histórico, a Secretária do ginásio Educandário de Ituiutaba, D. Nair Gomes Muniz foi promovida a Diretora do Curso Primário, que atuou nas salas do Ginásio, porém funcionava pela rede pública do ensino estadual, denominado como Grupo Escolar Ituiutaba. Perfazendo essa trajetória, entende-se que a melhoria da escola pública de ensino apresentava a instituição escolar como uma unidade social, ímpar, única, ou seja, possui formas

de organização e de funcionamento com peculiaridades próprias construídas no decorrer de sua história na busca de sua identidade escolar.

Desta forma, há um cenário da Educação Brasileira que se apresenta frente às transformações, em que exige dos envolvidos na educação compreender os conceitos, as interferências e o reconhecimento da força da globalização, da política e da sociedade, bem como suas implicações para moldar e limitar as escolhas disponíveis de políticas e práticas educacionais.

As políticas educacionais explicitam a necessidade da democratização do acesso e melhoria da qualidade da Educação Básica. Segundo Bueno (2001), não se pode pensar em uma melhoria efetiva da qualidade do ensino, no Brasil, sem modificações drásticas nas políticas educacionais, viabilizando melhores condições em todos os aspectos: materiais, pedagógicos, de pessoas e de trabalhos.

Ao permear os caminhos mineiros tem-se que o Estado de Minas Gerais recebe as influências das políticas educacionais e de suas estratégias, perpassando por sua trajetória uma longa caminhada para o debate educacional nos âmbitos da ordem econômica, social e cultural. Na área educacional, o Estado oferece, em sua maioria, o ensino público; que diante a população sem atendimento escolar, iniciou-se minorar esses índices.

O Estado de Minas Gerais passou por uma reforma política, administrativa, financeira e pedagógica em sua vasta rede estadual, que buscou propiciar autonomia às escolas, conforme apontamentos de Costa (1997), e delegando aos órgãos intermediários, como as delegacias de ensino, a função de assessoramento às ações e iniciativas desencadeadas pelas unidades escolares. “Embora num primeiro momento os municípios tenham um papel secundário, o desenvolvimento do processo de Minas Gerais indica que a desconcentração está criando condições para uma futura descentralização” (COSTA, 1997, p. 24).

Esse processo de descentralização visava fortalecer a unidade prestadora direta dos serviços educacionais, a escola, por meio da atribuição de novas e maiores responsabilidades em relação à vida funcional de seu quadro de pessoal, à manutenção de sua estrutura física, à seleção de diretor e à condução pedagógica, em geral, do ensino desenvolvido. O Estado de Minas Gerais implantou uma reforma educacional de modo a dotar as escolas de autonomia. (COSTA, 1997).

A cidade de Ituiutaba, onde foi construído o Grupo Escolar Ituiutaba, é um dos municípios do Estado de Minas Gerais, um polo regional que atende com serviços variados a

região do Pontal do Triângulo Mineiro, tem no agronegócio e na prestação de serviços seus principais elementos e fonte de divisas. Em relação ao setor secundário destacam-se a Nestlé, Syngenta Seeds, BP Biocombustíveis, Frigorífico JBS, Canto de Minas, Laticínios Baduy, entre outras. Quanto ao setor educacional, atualmente, atende a Educação Infantil, tanto em Creches Municipais como em escolas privadas, escolas de Ensino Fundamental e Médio, e Universidades.

Deste modo, pesquisar e investigar a história do Grupo Escolar Ituiutaba e seu movimento para a Escola Estadual Ituiutaba, nas décadas de 1950 e 1970, tornou-se relevante para elaborar considerações históricas da infância e da educação local, portanto, buscou-se compreender como se deu o ingresso das crianças, do município de Ituiutaba, especialmente, parte da população que habitava o bairro Natal, e, a partir da pesquisa, reconstruir a história desta instituição escolar, que possibilitou o acolhimento das crianças para sua escolarização.

Ao percorrer o trajeto histórico que retrata a formação administrativa de Ituiutaba delinea-se como sua sede a antiga povoação de São José do Tijuco, desenvolvendo e crescendo nos aspectos econômicos e socialmente, desmembrando do município de Prata e sede na povoação de São José do Tijuco, que ocorreu a instalação do município de Vila Platina; promulgada a Lei Estadual n 663, o nome de Vila Platina recebeu e mudou-se o seu nome para Ituiutaba, até os dias atuais (PORTAL MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2019).

Um fator relevante que se destaca em relação à criação do Grupo Escolar Ituiutaba, no ano de 1958, objeto deste estudo, se explica pelo fato de ter iniciado suas atividades educativas para atender uma parte da população tijuicana, que necessitava de sua iniciação escolar, naquele momento, o curso primário, que encontrava se instalando em anexo a uma instituição educativa, e desta forma, teve como marco inicial a sua construção que durou de 1954 a 1958 e, que funcionou, de 1958 a 1978, quando houve sua extinção. Essa instituição educativa traduziu-se pelos diversos cursos oferecidos à comunidade, denominado Educandário Ituiutabano, uma escola ginásial gratuita na cidade de Ituiutaba, os membros fundadores “faziam parte da elite da cidade, pois eram profissionais liberais, industriais, proprietários de terras, maçons e possuíam boas relações políticas, mas se divergiam quanto às questões políticas e religiosas, de boa parte dessa mesma elite” (FRATTARI NETO, 2009, p. 75).

O Grupo Escolar Ituiutaba funcionou no Ginásio Educandário Ituiutabano até os anos de 1978, sem nenhum ônus até 1968, quando o Grupo Escolar Ituiutaba passou a pagar aluguel firmado entre o Estado de Minas Gerais e o Educandário de Ituiutaba, registrando como marco histórico na educação de Ituiutaba. Em estudo, a mudança para o prédio próprio ocorreu a partir

do ano de 1979, um recorte temporal que traduz um movimento que delinea pela transição de Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba. Deste modo, a pesquisa da instituição escolar funcionando em prédio próprio, denominada Escola Estadual de Ituiutaba, dando continuidade às suas atividades educativas, permeada por marcos históricos revelados no recorte temporal, em estudo, que compreende os anos de 1979 a 1985, localizada na cidade de Ituiutaba – MG.

Nesta perspectiva, os motivos que levaram a autora proponente à escolha desta pesquisa sobre a transição do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, nesta cidade, no Estado de Minas Gerais, considera significativa a história da escola por, ainda, não ter sido pesquisada, sendo a sexta escola pública do município, criada no ano de 1958, uma década que contava com o desenvolvimento econômico desta cidade em ascensão, contando com agropecuária, indústrias e comércios.

No entanto, o desenvolvimento econômico não deixou de apresentar como se encontrava a educação nesse contexto, quando os índices revelavam os dados altíssimos ao referir-se ao analfabetismo, enfatizando a necessidade de mudanças educacionais, no sentido de mudar essa realidade.

Neste percurso, retomo minha trajetória histórica, acadêmica e profissional para compreender e estabelecer minha relação com o objeto de estudo, pois tudo que vivi, até aqui, foi com intensidade, o caminho percorrido foi de comprometimento e dedicação, uma experiência determinada para reconstrução de minhas concepções e (re) construção de saberes e fazeres. Toda minha educação foi trilhada em escola pública, vivenciei muito do tema escolhido e, foi em seus bancos escolares que cursei o “Primário”, hoje, Ensino Fundamental, e, onde compreendi que poderia construir meus primeiros saberes educativos, juntamente com os demais estudantes, embora eu fizesse parte do quadro dos alunos do “Caixa Escolar”, da Escola Estadual João Pinheiro, quadro dos alunos carentes, financeiramente, ali matriculados.

A escola referida, em sua história, documenta como o primeiro grupo escolar do Triângulo Mineiro, localizada na cidade de Ituiutaba, Escola Estadual João Pinheiro, uma escola central que atendia os/as estudantes de seu entorno. Mais adiante, minhas filhas estudaram nessa escola e foi onde passei a atuar como professora da Educação Básica, até a minha aposentadoria. Vale realçar que, não me acomodei com a minha aposentadoria, prossegui na docência, e pude, mais uma vez, relacionar sobre as habilidades desenvolvidas em uma escola central, que iniciou suas atividades educativas atendendo a elite ituiutabana e, porém, foram modificando sua organização e funcionamento atendendo a todos que a procuravam.

Prosseguindo minha atuação docente pude atuar em uma escola mais afastada do centro, em um dos bairros da cidade, porém bem movimentado em relação à sua criação, destacando com seu número de moradores, uma escola da periferia, com realidades próprias, que constituem as discussões dos educadores e pesquisadores. Sinto a necessidade de reafirmar que, nesta escola atuei depois de minha aposentadoria, nos anos de 2010 a 2014, que hoje localiza no Setor Sul da cidade, é a Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida, que ganhou esta denominação no ano de 1990. É a mesma que hoje busco sua história, inicialmente, Grupo Escolar Ituiutaba, em 1958 e, em 1979, quando houve sua mudança para o prédio próprio com o nome de Escola Estadual Ituiutaba.

Deste modo, a problemática parte dos seguintes questionamentos que nortearam e levaram ao desenvolvimento desta pesquisa: Em que contexto político-econômico, sociocultural se deu a criação, implantação e desenvolvimento do Grupo Escolar Ituiutaba? Como era constituída a população de seu entorno e qual público procurou para ingressar nessa instituição escolar? Qual a importância da criação dessa escola para a cidade de Ituiutaba e como se relacionou com os desafios educacionais frente às classes carentes financeiramente em busca de escolarização? Como se contextualizava a escolarização pública e o analfabetismo nos âmbitos nacional, estadual e municipal?

O estudo foi feito como pesquisa bibliográfica e documental, no campo da história da educação (linha de pesquisa de “história e historiografia da educação”), as fontes históricas utilizadas para elaboração desta pesquisa se valeram de jornais, documentos impressos, regimentos escolares, regimentos da biblioteca, legislação vigente, onde buscou informações sobre o perfil sociocultural dos estudantes, daquele momento.

As fontes periódicas foram utilizadas para o cruzamento das informações que, segundo Luca e Martins (2006, p. 140):

Jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projeto coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.

Deste modo, os periódicos tornaram relevantes para a pesquisa, em especial, na cidade de Ituiutaba pode-se contar com as publicações e notas que apresentaram as ligações com o espaço macro e, assim, viabilizou situar o espaço micro da cidade de Ituiutaba relacionando-o com o espaço macro do Brasil. Para este estudo contou-se com os jornais que foram

pesquisados: Jornal “Hoje de Ituiutaba”, “A Gazeta” (1934), “Notícias de São Paulo” (1951) e Jornal “O Tempo” (1973), Jornal “A Vanguarda” (1979).

Ao partir das fontes, a base epistemológica constitui-se da pesquisa dialética, ao permitir a análise das fontes de pesquisa envolvendo os aspectos específicos que se relacionam ao âmbito no nível local, isto é, a escola e a cidade, em macro tem-se a perspectiva a nível estadual, as dimensões do ensino que incorporam aos aspectos sociais, aos desafios educacionais e às singularidades da instituição em estudo, na busca de compreensão quanto às contradições que se inserem no percurso que delinea o espaço público e sua história na educação.

Nesta perspectiva, a pesquisa em História da Educação busca-se analisar, de forma crítica, as singularidades educacionais e compreender a realidade investigada, em seu espaço e tempo histórico, fazendo parte da pesquisa os desafios educacionais, a transição de grupo escolar à escola estadual, a pobreza, a escola pública e o analfabetismo.

O conceito de pobreza é bastante subjetivo, e é determinada por diversos fatores, como fundamenta Machado (2015, p. 8), para quem a pobreza “[...] pode também ser vista considerando o estado existencial, que embora compreendendo as carências primárias se associa com outros argumentos de ordem social, cultural, entre outros, influenciando a relação que o pobre tem com a restante sociedade”. A escola pública nos remete à qualidade do ensino, à gratuidade, à oportunidade de todos pela educação. E, no que concerne ao analfabetismo, conduz ao marco histórico que mostra a situação econômica de Ituiutaba em ascensão e, na forma contraditória, encontra-se os altos índices de analfabetismo, em um momento que a economia se encontra em expansão.

A presente dissertação tem como objetivo geral: contextualizar as singularidades na transição do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, seu desenvolvimento e funcionamento, em especial, os desafios educacionais nessa transição, ao perpassar os anos de 1979 a 1985.

E, tem como objetivos específicos, reconhecer a compreensão da história de Ituiutaba ressignificando a educação; identificar a história dos grupos escolares e sua construção na cidade de Ituiutaba; verificar como realizou a transição do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, abordando a gênese, instalação, organização, funcionamento e práticas cotidianas educacionais.

O interesse pela temática partiu do interesse da autora proponente em conhecer os desafios educacionais na transição do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, sua importância no cenário educacional, conhecer os desafios educacionais, como se contextualizava o analfabetismo nos âmbitos nacional, estadual e municipal, no recorte temporal que compreende os anos de 1979 a 1985.

A metodologia científica trata de método e ciência, segundo Tartuce (2006), método significa o caminho para chegar a um fim e, a metodologia é o estudo do método. Deste modo, tem-se a fundamentação de Tartuce (2006, p. 5) ao esclarecer:

O conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos. Resultante do aprimoramento do senso comum, o conhecimento científico tem sua origem nos seus procedimentos de verificação baseados na metodologia científica. É um conhecimento objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação. O método científico permite a elaboração conceitual da realidade que se deseja verdadeira e impessoal, passível de ser submetida a testes de falseabilidade. Contudo, o conhecimento científico apresenta um caráter provisório, uma vez que pode ser continuamente testado, enriquecido reformulado. Para que tal possa acontecer, deve ser de domínio público.

Neste sentido, entende-se a diferença entre metodologia e métodos, sendo a metodologia o caminho escolhido para encontrar o fim que se propõe a pesquisa, não devendo confundir-la com o conteúdo, teoria, e nem com os procedimentos que são os métodos e as técnicas. A metodologia utilizada quanto à abordagem do problema constituiu-se da pesquisa qualitativa e descritiva.

Como fundamenta Silva e Menezes (2005, p. 2), na pesquisa qualitativa tem-se que “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave”; já, a pesquisa descritiva, “os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem”.

Do ponto de vista da sua natureza utilizou-se a pesquisa aplicada, que segundo Silva e Menezes (2005, p. 2): “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Quanto à técnica de pesquisa utilizada para obtenção de seus propósitos, tem-se a pesquisa documental, que tem como característica “é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174).

“A história se utiliza de documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador” (PINSKY; LUCA, 2013, p. 7). Em busca das fontes e documentos, a autora do estudo, procurou contatar profissionais da educação que atuaram no Grupo Escolar Ituiutaba e Escola Estadual Ituiutaba (1958-1985); inicialmente, os resultados não foram positivos, alguns/algumas já haviam morrido, outras, pela idade avançada, não tinham condições de contribuir com a pesquisa por problemas de saúde; a escola foi procurada, obtendo o Regimento Escolar do Grupo e de sua Biblioteca, que se encontram em anexo a esta Dissertação.

O Regimento do Grupo Escolar se encontrava desbotado, o papel era preciso ter todo cuidado para não rasgar, tendo autorização para escaneá-lo. Outro Regimento, já com dados da escola em prédio próprio, porém do ano de 2018, ultrapassava o período deste estudo; não havendo mais disponibilidade para acesso ao arquivo institucional.

Como Furtado (2011, p. 151) afirma, “apesar da importância dos documentos para o conhecimento do patrimônio cultural e histórico, os pesquisadores ainda se deparam e lidam com muitas dificuldades para desenvolver as pesquisas históricas”. Também, foi preciso o contato da pesquisadora com alguns/algumas profissionais que haviam atuado na Escola Estadual Ituiutaba, no período de 1979 a 1985, e foi estabelecida uma conversa informal sobre os objetivos de investigação, se mostraram prestativos/as e, cada um desses/as profissionais apontavam uma outra pessoa que pudesse colaborar.

Não houve sucesso por esse caminho, embora se colocassem à disposição para auxiliar, pois não tinham em mãos nenhuma cópia de documentação, nenhuma foto, nada registrado. Nesse caminho buscou-se outras fontes como jornais, Hemeroteca digital, dissertações e teses já publicados, Google *maps*, Portal Ituiutaba, entre outros. Não houve desânimo por parte da pesquisadora, buscou recursos e conseguiu, com muita presteza e amabilidade, por parte da Diretora Educacional, Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira, que possibilitou a pesquisa nos arquivos da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba. O material permitiu maiores esclarecimentos e conhecimentos sobre a instituição escolar em estudo, tendo alguns deles escaneados e anexados ao trabalho.

Nesta perspectiva, adotou-se o método materialismo histórico-dialético para analisar articulações, relações, tensões e contradições na história das instituições escolares. Desta forma, a epistemologia dialética, na pesquisa em educação, entende-se como a forma de construção de conhecimento, e, assim, para a construção da história sobre o enfrentamento de desafios educacionais e sociais, como de uma população carente socialmente, na transição de Grupo

Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, tem-se como objetivo entender a dualidade da realidade neste estudo.

Prodanov e Freitas (2013, p. 34) fundamenta sobre o método dialético, ao afirmar:

O conceito de dialética é bastante antigo. Platão o utilizou no sentido de arte do diálogo. Na Antiguidade e Idade Média, o termo era utilizado para significar simplesmente lógica. O método dialético, que atingiu seu auge com Hegel (GIL, 2008), depois reformulado por Marx, busca interpretar a realidade partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis. (GRIFOS NOSSOS).

Neste contexto, pode-se evidenciar que o conceito do termo “Dialética” não é recente, pelo contrário, pois Platão já o utilizava como *arte do diálogo* e, na Antiguidade e Idade Média este termo era utilizado para significar *lógica*. No entanto, tem-se o “método dialético” com Hegel e, depois reformulado por Marx que “busca interpretar a realidade” partindo do pressuposto de que “todos os fenômenos apresentam características contraditórias”, no entanto, são unidades e indissolúveis. Para Hegel, as contradições originam novas contradições e, assim, requerem solução; deste modo, torna-se “um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade”, pois “os fatos não podem ser revelados fora de um contexto social, político e econômico etc.” (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para melhor compreensão, ainda, buscou-se nos estudos de Baduy (2020, p. 29) que revelam como função de dialética: “apontar de onde provêm os fenômenos, como os mesmos se constituem e quais suas (inter) dependências”; reforça, ainda, que “nesta relação sujeito-objeto, o objeto será sempre algo produzido pelo sujeito, resultando numa autoimplicação do sujeito ao objeto, o que evidencia uma relação muito mais de unidade com o objeto do que de identidade”.

Para Tambara (2000), a pesquisa desenvolvida pelo viés do materialismo histórico deve contemplar esta concretude entendida como a historicidade do ser, e os determinantes econômicos, históricos, políticos e culturais, considerando, essencialmente, a complexa realidade social presente nos vários momentos históricos.

Segundo Bottomore (1987), a dialética, na concepção materialista, define-se como um método científico, uma dialética epistemológica; também, como um conjunto de leis ou princípios que governam a totalidade da realidade; e, por captar o movimento da história, como uma dialética relacional.

Para Kosik (2010, p. 15):

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade.

Neste sentido, Kosik (2010) afirma que a pseudoconcreticidade, o fenômeno e a essência são tomados como iguais, quando, de fato, o fenômeno se manifesta imediatamente, já a “coisa em si”, a essência da coisa, a estrutura da realidade não se manifesta de forma direta, demanda a análise científica. “A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas”.

Na constituição epistemológica da pesquisa do Grupo Escolar Ituiutaba (1958) e Escola Estadual Ituiutaba (1979), tem como base dialética a dualidade existente, como pode evidenciar o município em desenvolvimento econômico enquanto o analfabetismo apontava altos índices, e, ainda, a criação do Grupo Escolar Ituiutaba, com o curso Primário, um ensino público, da rede estadual, que se anexava a um Ginásio gratuito, no entanto, uma organização de uma comunidade fundada por membros da elite ituiutabana de espíritas atuantes na sociedade; pode-se constatar, frente à legislação vigente que determinam uma educação laica; nestes termos, as bases epistemológicas da dialética constroem o conhecimento por meio das diferenças e contradições.

Pode-se, ainda, estender as diferenças quando a elite da sociedade ituiutabana busca as escolas particulares, como Instituto Marden, Colégio São José e Santa Tereza (Quadro 3), que se encontravam com o predomínio da demanda e oferta e, meio a toda essa particularidade e singularidades, o Grupo Escolar Ituiutaba abre as portas para atender as crianças para sua escolarização inicial, naquele momento, denominado curso Primário.

Diferenças e contradições que, timidamente, vão transformando os olhares, reivindicando novos espaços para as classes populares. Não sem enfrentar obstáculos, desafios educacionais, mas a sociedade, como os movimentos sociais, políticas públicas foram ampliando sua visão, no que se refere à educação para todos, bem como traçando planos e ações, executando-as para superação dos contratempos, e, ainda, gradativamente, contando com o suporte legal.

No que concerne ao estado da arte ou estado do conhecimento, se apresenta como um método de trabalho na metodologia da pesquisa para mapear e discutir as produções acadêmicas publicadas em diferentes campos do conhecimento, “tentando responder quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições essas produções têm sido produzidas” (FERREIRA, 2002, p. 259).

Romanowski e Ens (2006) fundamenta que o processo do estado da arte exige do pesquisador alguns procedimentos como: definição dos descritores; localização dos bancos de dados de pesquisa; estabelecimento de critérios; levantamento das teses e dissertações; coleta do material de pesquisa; leitura dos resumos e das publicações; organização do relatório de estudo; análise e elaboração das conclusões preliminares.

Neste trabalho ligado à História e Historiografia da Educação, a partir do levantamento do estado da arte, detectamos um número significativo de estudos sobre Instituições Escolares, em especial, a História da Educação, regional e nacional, por meio do levantamento das especificidades locais encontradas neste estudo, promovendo a interligação entre os estudos, realizando o cruzamento das fontes promoveu-se a aproximação, comparação e análise dos fatos e discussões sobre o objeto de estudo para ampliar a visão sobre a temática desenvolvida.

Quanto à definição dos descritores limitou-se às Instituições Escolares de Ituiutaba; Grupo Escolar em Ituiutaba; Escola Estadual. E, assim, obtiveram os resultados, inicialmente, teve como referência o levantamento da produção Catálogo de Teses de Dissertações da CAPES; portanto houve um grande número de trabalhos, partindo do descritor “Grupo Escolar no Triângulo Mineiro” totalizaram 136.000 resultados, destes 93.821 são Dissertações (Mestrado) e 32.347 Teses (Doutorado), período apontado de 2008 a 2012; já no descritor transição “de grupo para escola estadual”, totalizaram 888.479 Dissertações (Mestrado) e 206.169 Teses (Doutorado), o mesmo período apontado no descritor anterior.

Em seguida, optou-se pelo repositório.ufu.br, que veio de encontro com a proposta deste trabalho e dos quais, a autora proponente, já havia pesquisado por conhecer o seu conteúdo. No repositório.ufu.br, no que concerne ao descritor “Instituições escolares de Ituiutaba” encontrou-se 174 trabalhos, no período de 2010 a 2019, e no período de 2020 a 2022 = 226; sendo 2020 = 67; 2021 = 92 e 2022 = 67 trabalhos. Desta forma, a busca foi realizada na Faculdade de Educação (FACED); ao buscar sobre transição de grupo escolar para escola estadual, não foi possível já que os dados se referiam a Grupo Escolar.

Outras fontes de pesquisa utilizadas foram os documentos que obteve da escola, entre eles o Regimento Escolar que auxiliou muito ao apontar para nossos questionamentos; e, na Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, encontrou Regimento Escolar, livro de Atas, Curriculum Vitae, de Dona Nair Gomes Muniz, que possibilitou conhecer um pouco da formação docente diante da legislação vigente; maiores esclarecimentos quanto à primeira escola Normal de Ituiutaba, denominada Colégio Normal Dr. “Benedito Valadares” de Ituiutaba, anexo ao Instituto “Marden”, concluído seu Magistério no ano de 1944.

A pesquisa contou, ainda, com artigos publicados, que muito contribuíram para o trabalho, dentre eles, dos Professores Doutores desta Instituição, Universidade Federal de Uberlândia, em especial, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Elizabeth Farias da Silva, Armindo Quillici Neto, dentre os vários artigos destes, tem-se *Da Migração à Formatura: Escola Rural e Analfabetismo no município de Ituiutaba-MG, 1940-60*, que muito contribuiu para este estudo, em especial, na primeira seção desta Dissertação, tratando da migração; José Carlos Souza Araújo, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Sauloéber Társio de Souza, foi muito significativo para a pesquisa em seu livro *Grupos Escolares na modernidade mineira: Triângulo e Alto Paranaíba*, quando na segunda seção descreve-se sobre os Grupos Escolares e sua construção na cidade de Ituiutaba; ainda, de acordo com Sauloéber Társio de Souza e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, a obra *Do público ao privado, do confessional ao laico. A história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX* (2009).

E, também, as dissertações e teses sobre a história e historiografia da educação envolvendo as instituições escolares do município de Ituiutaba, permeadas entre o público e o privado, que apresentam suas experiências escolares e singularidades. Dentre essas pode-se elencar:

- Tese de Andréia Demétrio Jorge Moraes, intitulada *História e Memória da Formação Docente em Ituiutaba – MG*, sob a orientação da Prof.^a. Dra. Sônia Maria dos Santos (2014), que teve como objetivo geral dessa investigação mapear e analisar, por meio de fontes orais, documentais e bibliográficas, a difusão das ideias pedagógicas que alicerçaram a formação docente, tanto na legislação educacional quanto na profissionalização dos professores do município de Ituiutaba;

- Dissertação de Isaura Melo Franco, intitulada *Estudantes Tijucanos em Cena: história de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba-MG, 1952-1968)*, sob a orientação do Prof. Dr. Sauloéber Társio de Souza (2014), que teve como objetivo principal nesse trabalho,

desvendar parte das práticas e ações dos jovens em Ituiutaba, estudantes entre os anos de 1952 a 1968, especialmente aqueles vinculados aos órgãos estudantis;

- Luciene Teresinha de Souza Bezerra, intitulada *Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971*, sob a orientação da Prof.^a. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro (2016), a pesquisa objetivou compreender a migração campo-cidade e a de nordestinos para o Triângulo Mineiro como causas de aumento populacional urbano, apreender a disputa pelo controle da educação e entender práticas educativas em tempos de democracia e de ditadura;

- Dissertação de Marina Baduy, intitulada *Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva: sua historicidade e o contexto econômico social de Ituiutaba em sua implantação*, sob a orientação da Prof.^a. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro (2020), que teve como objetivo geral compreender como ocorreu a gênese do segundo grupo escolar de Ituiutaba, em meio às relações contraditórias entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento educacional;

- Dissertação de Nicola José Frattari Neto, intitulada *Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora, Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973)*, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho (2009), manteve por objetivo principal a necessidade de encontrar os vestígios de uma filosofia espírita, dentro do Educandário Ituiutabano, ou não, haja vista sua concepção, fruto do trabalho dos jovens da UMEI. Vale enfatizar que esta Dissertação muito contribuiu para este trabalho, pois conta a história do Ginásio onde se encontrou anexado o curso Primário do Grupo Escolar Ituiutaba até sua transição para prédio próprio em 1979; entre outros que contribuíram com o estudo.

Quanto à estrutura do trabalho foi distribuído em três seções. A primeira seção tem como objetivo contextualizar Ituiutaba, compreender a realidade da cidade no Pontal do Triângulo Mineiro, seu processo de construção; conhece-la como município que compõe a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde se localiza a Escola Estadual Ituiutaba, em um recorte temporal entre os anos de 1979 a 1985.

A segunda seção contextualiza a história das instituições escolares de Ituiutaba – MG, apresentando a gênese do Grupo Escolar Ituiutaba (1958), o movimento de grupo escolar a escola estadual e abordar sobre os grupos escolares e a cultura escolar primária, destacando a criação dos grupos escolares no município de Ituiutaba.

E, a terceira seção, contextualiza a instituição escolar em sua transição de Grupo Escolar Ituiutaba e a Escola Estadual Ituiutaba, em suas singularidades, abordando a implantação da instituição escolar, o espaço físico, o perfil dos alunos, bem como a sua formação e os desafios educacionais, a gestão e os gestores, as práticas pedagógicas e avaliativas e, finalmente, a vida cotidiana do Grupo Escolar Ituiutaba e da Escola Estadual Ituiutaba, bem como as vivências da população do entorno da escola.

Deste modo, a pesquisa tornou possível entender as inquietações iniciais sobre a Escola Estadual Ituiutaba, no período que compreende os anos de 1979 a 1985, no processo da escrita desta dissertação, quando da elaboração do texto e da pesquisa descrita. Assim, o trabalho em si, não pretendeu ser abrangente ao tratar da gênese e do movimento de grupo escolar para escola estadual, mas possibilitou permear pelas instâncias das relações sociais, compreender a origem dos alunos, conhecer um pouco mais do entorno desta instituição, bem como os bairros onde se localizava, inicialmente, o Grupo Escolar, no bairro Independência e, em seguida, onde se localiza o prédio próprio da Escola Estadual, no bairro Natal.

Pode-se concluir com este trabalho que a identidade da Escola Estadual Ituiutaba foi se construindo, e continua em construção, pois sendo uma escola pública permeia-se de debates e discussões para se firmar como pública, de fato e de direito, como nas demais histórias das instituições escolares entende-se que a escola pública está sempre em uma luta contínua para existir. Em um processo permanente de contradição social e educacional, em uma relação da escola com a cidade, com o Estado de Minas e com o país.

I ITUIUTABA: COMPREENDENDO A SUA HISTÓRIA E RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO

Ituiutaba se redesenha a cada dia, para que, ao se fazer uma retrospectiva, os espectadores a reconheçam desde a arrozeira, a canavieira, a agropecuarista, a cultura, a acadêmica, a política, até a Ituiutaba que luta, vivendo derrotas e vitórias, concomitantemente, sempre aprendendo com os dois. Das horas difíceis, (re)monta estratégias para (re)inventar, reconstruir-se; dos júbilos, imprime o exemplo para mostrar as novas gerações.

Ivone Gomes de Assis (2013, s/p).

A epígrafe de Assis (2013) propõe uma releitura de Ituiutaba, desde sua produção de arroz, cana-de-açúcar, agropecuária, propondo rever todos os aspectos, sem esquecer das lutas em seu cotidiano, como sua vivência entre derrotas e vitórias, as quais tornou-se um aprendizado, no sentido de reconstrução, por meio de estratégias que promovem exemplo para as gerações futuras.

Esta seção tem como objetivo contextualizar Ituiutaba, compreender a realidade da cidade no Pontal do Triângulo Mineiro, seu processo de construção; conhecê-la como município que compõe a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde se localiza a Escola Estadual Ituiutaba, objeto deste estudo, em um recorte temporal de 1979 a 1985, quando passou a sediar em prédio próprio.

1.1 Ituiutaba: um município que compõe a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

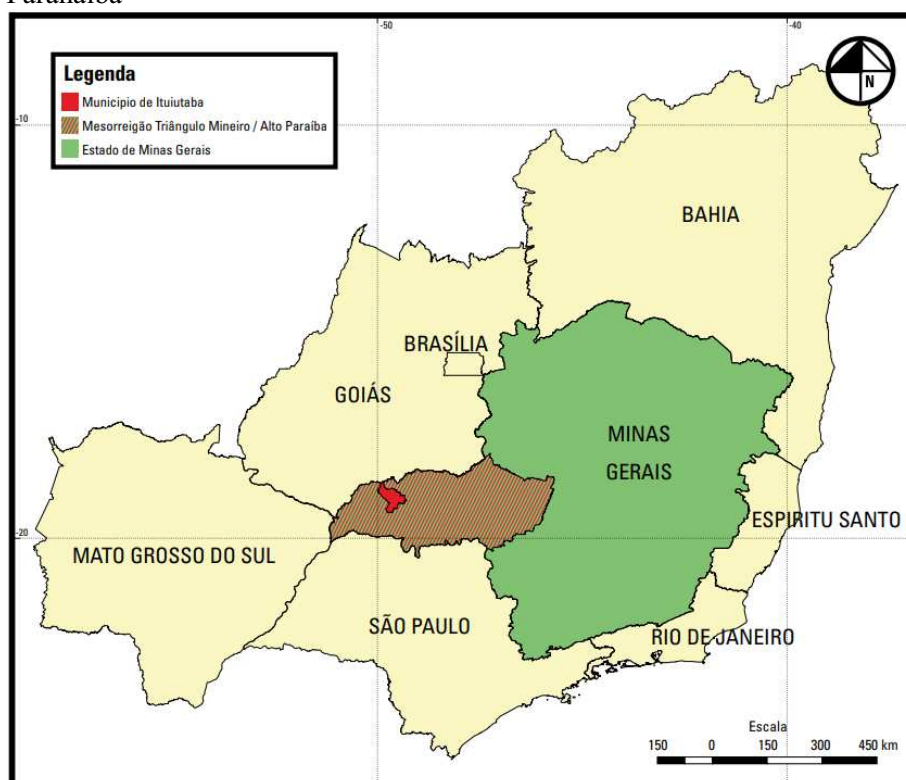
Neste espaço geográfico percorre-se na investigação sobre as instituições escolares da região que foram se ampliando como escolas rurais, municipais, estaduais e particulares. Nessa caminhada histórica constituem-se os ensinos público e privado, na cidade de Ituiutaba, tanto na zona rural como na zona urbana, e, assim, apresentando suas experiências escolares.

Ao permear os caminhos mineiros, precisou-se recuar um pouco mais, distanciando do recorte temporal deste estudo, com a intenção de melhor compreender o Estado de Minas Gerais. No qual se desenha um cenário de riquezas, no brilho das pedras preciosas, no ouro tão cobiçado, nos recursos naturais que encantam, assim, também, a produção cafeeira, açucareira,

a indústria têxtil, siderúrgica, a energia hidráulica, elétrica, os projetos para a construção da primeira hidrelétrica da América Latina em Minas Gerais.

Inicialmente, como objetivo deste estudo buscou-se conhecer mais sobre o município que compõe a mesorregião¹ do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em um diálogo de autores que discutem a temática, relacionando a construção de Ituiutaba em áreas que a envolvem como social, cultural, político, econômico e educacional. Neste contexto, pode-se localizar Ituiutaba no Estado de Minas Gerais e seus Estados limítrofes, como apresenta no Mapa 1.

Mapa 1 – Estados limítrofes a Minas Gerais e ênfase ao Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba



Fonte: Castanho, Souto (2014, p. 95).

No Mapa 1 tem-se a visualização de Minas Gerais e seus Estados limítrofes, dando ênfase ao Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba e, neste, o município de Ituiutaba. Uma trajetória histórica em que Minas passou por mudanças para chegar até a sua reestruturação produtiva, estabelecendo uma característica invariável que se tem e é a grande diversidade interna de

¹ Mesorregião Geográfica é “[...] uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial [...]” (IBGE, 1989, 2).

Minas Gerais, dentre essa diversidade encontra-se a economia e a demografia, os espaços regionais e sub-regionais agroexportadores, sendo o café o principal da Zona da Mata.

Relacionando-se às mudanças e reestruturação produtiva e interligando o Estado de Minas Gerais à Ituiutaba, pode-se destacar quanto à produção de Ituiutaba a agropecuária, que marcou seu desenvolvimento entre as décadas de 1930 a 1970, com o cultivo do arroz. Como explanam Castanho e Souto (2014, p. 94):

A produção de arroz influenciou em variados aspectos, no que tange a evolução do espaço urbano, ao inserir empresas que subsidiavam esta atividade, juntamente com a territorialização de indústrias de beneficiamento de arroz. Consequentemente houve um acréscimo na economia, o que proporcionou melhorias na infraestrutura urbana por meio da construção de vias com paralelepípedos e melhoramento da iluminação, dentre outros avanços. Faz-se importante destacar alguns fatores que proporcionaram a expansão do cultivo do arroz, como: as propriedades do solo, aliado aos fatores climáticos da região, a facilidade de produção deste, juntamente com as necessidades desta cultura na época tanto para o abastecimento do município quanto para a demanda da região e do país.

Neste contexto, Ituiutaba localiza-se, especificamente, no centro-norte do Triângulo Mineiro, divididos em sete microrregiões: Ituiutaba, Frutal, Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Araxá e Patos de Minas, apontando, como visualiza-se no Mapa 2, sua divisão das Microrregiões.

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é uma das mesorregiões de Minas Gerais, assim, Ituiutaba-MG se encontra como um dos municípios que compõem a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como pode ser visualizado no Mapa 2, a seguir.

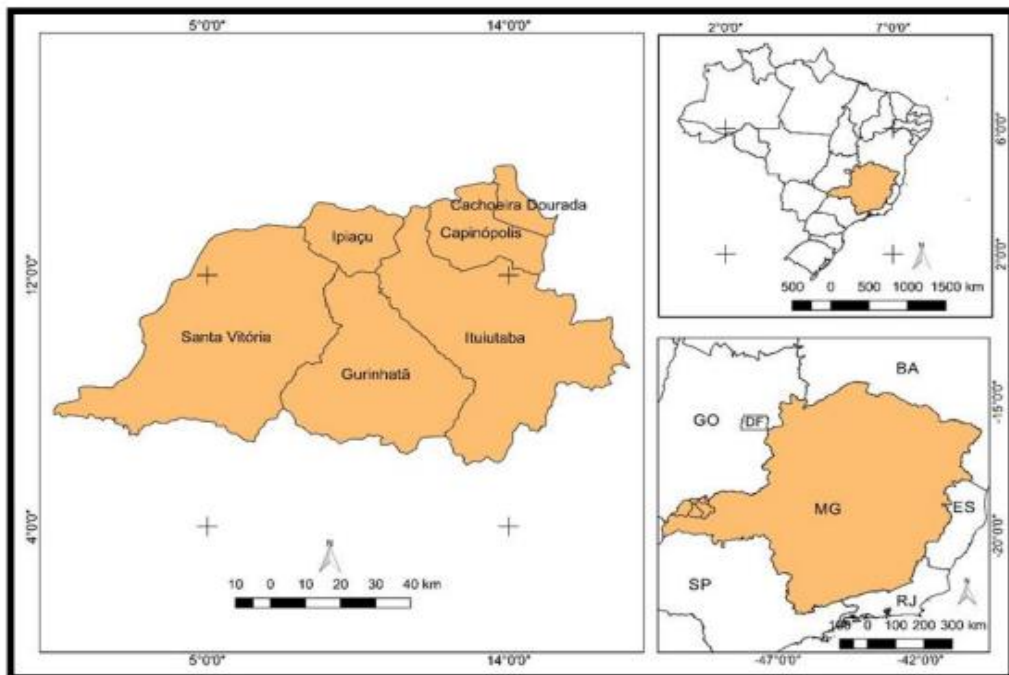
Mapa 2 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: SINARA (2013, p. 1). Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/as-10-maiores-cidades-do-tri%C3%A2ngulo-mineiro.1647253/>

Desta forma, Ituiutaba é sede de uma Microrregião² que conta com Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Ituiutaba e Santa Vitória, como apresenta o Mapa 3.

Mapa 3 – Microrregião de Ituiutaba



Fonte: Silveira; Bezzi (2018, p. 188).

² “As microrregiões são definidas como partes das Mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço” (IBGE, 1989, 2).

Deste modo, na Tabela 1, pode-se visualizar os valores populacionais dos municípios de Ituiutaba, Santa Vitória, Capinópolis, Cachoeira Dourada, Gurinhatã e Ipiacaçu, que compõem a microrregião de Ituiutaba – MG, que se relacionam com as alterações socioeconômicas de Ituiutaba que se destaca em seu porte diferenciado; representando, assim, o período de 1920 a 1970.

Tabela 1 – Microrregião de Ituiutaba (MG): população por situação (1920-1970)

Município/MRG (Emancipação)	Situação	Ano				
		1920	1940	1950	1960	1970
Ituiutaba (1901)	Urbana	-	4.356	9.711	28.254	47.021
	Rural	-	30.696	42.761	42.452	17.635
	Total	20.772	35.052	52.472	70.702	64.656
Santa Vitória (1948)	Urbana	-	-	722	6.038	5.443
	Rural	-	-	7.523	9.118	14.192
	Total	-	-	8.245	15.156	19.635
Capinópolis (1953)	Urbana	-	-	-	7.419	6.826
	Rural	-	-	-	11.176	7.454
	Total	-	-	-	18.595	14.280
Cachoeira Dourada (1962)	Urbana	-	-	-	-	2.125
	Rural	-	-	-	-	2.180
	Total	-	-	-	-	4.305
Gurinhatã (1962)	Urbana	-	-	-	-	1.095
	Rural	-	-	-	-	13.025
	Total	-	-	-	-	14.120
Ipiacaçu (1962)	Urbana	-	-	-	-	2.378
	Rural	-	-	-	-	4.487
	Total	-	-	-	-	6.865
Microrregião	Urbana	-	4.356	10.433	41.711	64.888
	Rural	-	30.696	50.284	62.746	58.973
	Total	20.772	35.052	60.717	104.453	123.861

Fonte: IPEADATA (2013). Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

Neste sentido, a Tabela 1, apresentada por Oliveira (2013) mostra a Microrregião de Ituiutaba, quanto a sua população por situação, isto é, aponta o município e a data de sua emancipação, como de Ituiutaba (1901); Santa Vitória (1948); Capinópolis (1953); Cachoeira Dourada (1962) e Ipiacaçu (1962). No que tange à situação destaca a população urbana e a rural, e a população total de cada município que fazem parte da microrregião de Ituiutaba. Desta forma, constatou-se que o aumento da população urbana e diminuição da população rural que se devem à modernização das atividades agrícolas, segundo Oliveira (2013, p. 267-268), e, também, devido “à inserção de maquinários e insumos, resultando na expulsão da população do campo, e ao desenvolvimento de infraestrutura e do setor terciário da cidade”, tudo isto, atraiu a população, em especial, aquela que estava perdendo sua condição de reprodução no campo.

Deste modo, o município de Ituiutaba (MG), no período de 1940 a 1970 evidenciam um aumento da população urbana, logo, a diminuição da população rural. Outro fato que mostra a Tabela 1 refere-se ao município de Capinópolis, no período de 1960 a 1970, que acumulou perda em função “da emancipação de Cachoeira Dourada e da centralidade de Ituiutaba” (OLIVEIRA, 2013, p. 268).

Nesta perspectiva, as atividades econômicas que desenvolveram na mesorregião, no período de 1950 a 1970, atraíram maior população na década subsequente. Neste sentido, a Tabela 1, apresentada por Oliveira (2013) mostra Ituiutaba, sede da microrregião, que compõe o Pontal, o município onde se localiza o objeto deste estudo apresenta na Tabela 1, a evolução da população total, apontando na década de 1950, década em que houve a criação do Grupo Escolar Ituiutaba (1958), 52.472 habitantes; em 1960, os habitantes chegaram a 70.702; portanto, na década de 1970 totalizaram 64.656, quando da mudança do Grupo Escolar Ituiutaba para o prédio próprio denominado, Escola Estadual Ituiutaba (OLIVEIRA, 2013, p. 268).

Prosseguindo a amostra da Tabela 1, Santa Vitória³ apresenta um número crescente, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, totalizando, consecutivamente, 8.245; 15.156; 19.635. Capinópolis⁴, em 1960 totaliza 18.595 habitantes, há um decréscimo na década de 1970 com 14.280 habitantes. Cachoeira Dourada⁵, na década de 1970 com 4.305 habitantes, isso se deve

³ Santa Vitória - Distrito criado com a denominação de Santa Vitória, pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, subordinado ao município de Ituiutaba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Santa Vitória figura no município de Ituiutaba. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Elevado à categoria de município com a denominação de Santa Vitória, pela lei estadual nº 336, de 27-12-1948, desmembrado de Ituiutaba. Sede no antigo distrito de Santa Vitória. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1949. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, foram criados os distritos de Chaveslândia e Perdilandia e anexado ao município de Santa Vitória. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: Santa Vitória, Chaveslândia e Perdilandia. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (IBGE. Enciclopedia do Municípios Brasileiros. v. XXVII. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santa-vitoria/historico>).

⁴ Capinópolis [...] os primitivos ocupantes da região, onde hoje se ergue o município de Capinópolis, era gentios integrantes do grupo Gê ou Caiapós e, possivelmente, também, alguns elementos da tribo “Panariá. [...] O Distrito foi criado pela Lei nº 1.058, de 31/12/1943 e sua instalação deu-se a 1º/01/1844. O município foi criado pela Lei nº 1.039, de 12/12/1953 e instalada em 10/01/1954. Foi criado com dois distritos: Capinópolis e Cachoeira Dourada. Capinópolis é sede de comarca, estando sob sua jurisdição, também, os municípios de Cachoeira Dourada e Ipiacu (IBGE, 2017, v. 4.6.35).

⁵ Até os primórdios do século passado, o hoje município de Cachoeira Dourada foi habitada por tribos indígenas da ramificação Caiapós, os mesmos desfrutando de clima ameno, água e pesca à vontade; e cercados, de um lado, pelas impetuosas correntes do imponente Rio Paranaíba e, de outro, por densa floresta virgem, de mais de 20Km de largura, com onças e abundância de caça, num ambiente mavioso e em meio à solene voz da catarata. [...]. Pertenceu o povoado de Cachoeira Dourada ao município de Ituiutaba, desde os seus tempos iniciais, até o ano de 1953, quando foi elevado à categoria de Distrito, pela Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953 e, também, anexando ao município de Capinópolis, no mesmo ano. Pela Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, foi o Distrito elevado à Município de Cachoeira Dourada. A 1º de março, foi instalado o município e nomeado seu intendente, o ilustre sr. Waldomiro da Silva Mayer. O Governo Federal autorizou a CELG a construir a primeira fase da Usina de Cachoeira Dourada, com o potencial da ordem de 37.800 ‘cavalos’ concluindo-a em 1956.

à atividade primitiva que vivia o povoado, sendo que sua população enfrentou grandes desafios em relação à saúde quando atacada, ora pela maleita, ora pela verminose, até os anos de 1954. Prosseguindo, tem-se Gurinhata⁶ na década de 1970, que contava com 14.120 habitantes. Na década de 1970, Ipiacu⁷ totalizou 6.865 habitantes (OLIVEIRA, 2013).

Ao apresentar a Tabela 1, “Microrregião de Ituiutaba (MG): evolução da população total (1950-1980)” foram necessárias algumas adaptações para continuar a apresentação de Quadros com dados de Ituiutaba-MG, assim, na Tabela acima as adaptações foram realizadas no total, dados consultados nos estudos de Souza (2010), para destacar a população rural e urbana de Ituiutaba-MG.

Pode-se constatar nos estudos de Oliveira (2013, p. 44), traz em sua Tese (Doutorado), intitulada *Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG)*, a fundamentação que se refere à formação territorial do Triângulo Mineiro:

Os processos socioespaciais relacionados à formação territorial do Triângulo Mineiro, nos períodos da Colônia e do Império, foram marcados pelas atividades agropecuárias e mineradoras, visto que foram responsáveis pela organização do território e pela definição das dinâmicas espaciais no campo e na cidade, influenciando diretamente sobre a formação socioespacial dos municípios e a urbanização desta região. A ocupação do Triângulo Mineiro iniciou-se quando ele ainda era conhecido como Sertão da Farinha Podre⁸, formando aglomerados urbanos ao longo das áreas de maior desenvolvimento econômico do período, que eram as zonas de exploração mineral, os caminhos dos tropeiros e nas áreas de maior fertilidade agrícola.

⁶ Foram os ameríndios da tribo CAIAPÓS, os originários habitantes do sertão onde se situa hoje o município de Gurinhata. [...] Gurinhata passou a distrito de Ituiutaba pelo Decreto-Lei Nº 1058, de 31/12/1943. O município foi criado em 31/12/1963, pela Lei Estadual Nº 2764. Já sua instalação deu-se a 1º/03/1963. Seu antigo arraial satélite chamado GURITA, pela Lei Nº 8285, de 08/10/1982 foi elevado a Distrito, com o novo nome de FLOR-DE-MINAS, sendo instalado solenemente em 16/03/1983. O ainda distrito de Flor de Minas está situado no extremo noroeste do seu município (Gurinhata), à margem esquerda da Rodovia 'BR-365'. [...] Juridicamente o município está subordinado à Comarca de Ituiutaba (MONOGRAFIA MUNICIPAL - IBGE - Arquivo Agência Ituiutaba). Disponível em: <https://climaonline.com.br/gurinhata-mg/historia-da-cidade>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023).

⁷ Ipiacu, [...] é resultante histórica dos desbravamentos dos aventureiros Bandeirantes que, como sabemos, penetravam os sertões, de início para aprisionar índios e, após, contando em seguida com mão-de-obra escrava e a zero custos, sair à cata de minas de ouro, diamantes e outras preciosidades. [...] Ipiacu foi elevado a Distrito pelo Decreto-Lei n. 1.039, de 12 de dezembro de 1953 e a Município pela Lei n. 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Sempre teve por município de origem Ituiutaba. A 10 de março de 1963, foi a data magna da solene instalação desse município. O Poder Judiciário pertence à comarca de Capinópolis (IBGE, 2017, v. 4,6.35. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ipiacu/historico>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023).

⁸ Segundo Bacelar (2003, p. 42) existem duas versões: A primeira relata o fato de que, como esta região está localizada no sertão mais interiorano, para as primeiras entradas dos paulistas, nessas paragens, era comum deixar os alimentos em certos locais para depois recuperá-los para o sustento das tropas. Como as distâncias eram enormes e os caminhos difíceis, quase sempre quando as tropas chegavam, a esses pontos de abastecimentos, encontravam os alimentos apodrecidos, especialmente a farinha. [...] uma segunda explicação [...] Pode estar relacionada a uma região portuguesa próxima ao Trás-os-Montes, que seria a matriz desse nome 'Farinha Podre'. No entanto, ainda não se tem uma versão considerada definitiva para tal denominação”.

Desta forma, sendo uma região econômica e política brasileira, servia como passagem para os mineradores e tropeiros que destinavam a locais que exploravam ouro, quando cruzavam as terras localizadas entre os rios Grande e Paranaíba e se dirigiam em busca das minas de ouro, assim, também, foram criando os aldeamentos e arraiais (OLIVEIRA, 2013).

Os aldeamentos e arraiais, assim denominados, se referem ao processo histórico de constituição territorial do Triângulo Mineiro (conhecido na época como Sertão da Farinha Podre), como fundamenta Oliveira (2013, p. 47), “enquanto região econômica e política brasileira, iniciou-se no século XVI, quando era somente um local de passagem de mineradores e tropeiros rumo às áreas de exploração de ouro nas atuais terras do estado de Goiás”.

Lourenço (2005, p. 21) explicita sobre a constituição política e econômica dessa região, ao afirmar que: “O Triângulo [Mineiro] nasceu paulista, em 1725, quando então era, para aquela província, apenas uma área de passagem rumo às minas goianas [...] se integrou a Minas Gerais, em 1816”.

Ainda sobre o Triângulo Mineiro, Lourenço (2005, p. 41) adianta em sua argumentação, ao explicitar sobre a ocupação deste, marcado por conflitos de interesses que envolviam colonizadores e população indígena e aponta que ocorreu uma transição que foi denominada de “Cerrado indígena” para “Cerrado geralista”:

Tal transição foi radical e violenta – ocorrida entre duas especificidades, nos séculos XVIII e XIX: o Cerrado indígena, que consistia num espaço milenar, ocupado por uma economia horticultora e aldeã, complementada por atividades de caça e coleta; e o Cerrado geralista, espaço de uma sociedade que se fundamentava numa economia agrícola e pecuarista, que apesar de ter incorporado um grande número de técnicas indígenas, organizava o trabalho humano e utilizava os recursos do Cerrado de forma inteiramente diferente da sociedade anterior e que, por isso, a destruiu.

Assim, aos poucos forma-se a história da cidade, ou melhor, organiza-se os textos que se denominam fontes históricas com a intenção de aprofundar conhecimentos. As fontes são diversas e variam no tempo e no espaço, conforme IBGE (1959), a constituição territorial do Triângulo Mineiro era conhecida, na época, como Sertão da Farinha Podre, seus primeiros ocupantes foram os índios Caiapós, essa região é uma das regiões de planejamento do estado de Minas Gerais, situado entre os rios Grande e Paranaíba.

Ituiutaba localiza-se no interior do estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), conta com 105.255 habitantes. No decorrer de sua história, o município teve vários nomes

como: Campanhas do Tijuco, Capela do São José do Rio Tijuco (1833), Distrito de São José do Tijuco (1839), Vila Platina (1901) quando se emancipou pela Lei Estadual nº. 319, em 16 de setembro de 1901, e, em 1915, passou a chamar-se Ituiutaba (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2019).

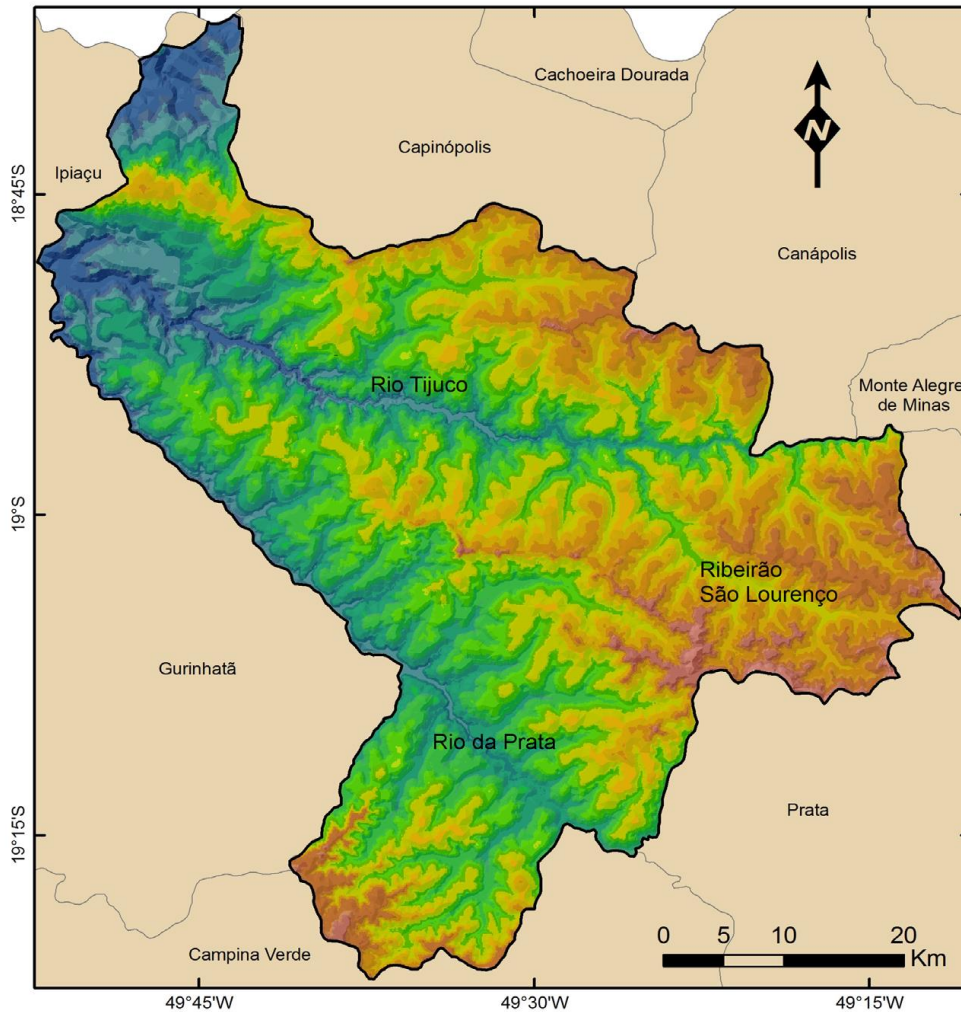
Ao percorrer o trajeto histórico que retrata a formação administrativa de Ituiutaba delinea-se como sua sede a antiga povoação de São José do Tijuco, desenvolvendo e crescendo nos aspectos econômicos e socialmente; desmembrando do município de Prata e sede na povoação de São José do Tijuco, ocorreu a instalação do município de Vila Platina; promulgada a Lei Estadual nº 663, de 18 de setembro de 1915, recebeu o seu nome de Ituiutaba, até os dias atuais (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2019).

Nestes termos, os dados, com maiores detalhes e legalidade são apontados pela Enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE, 1959, p. 304-309) quanto à formação administrativa, que assim descreve:

Distrito criado com a denominação de São José do Tijuco pela Lei Provincial nº. 138, de 03-04-1839, e pela Lei Estadual nº. 2, de 14-09-1881, subordinado ao município de Prata. Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Platina, pela Lei Estadual nº. 319, de 16-09-1901, sendo desmembrado de Prata. Sede na antiga povoação de São José do Tijuco. Constituído do distrito sede. Instalado em 02-01-1902. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 a vila é constituída do distrito sede. Elevada à condição de cidade com a denominação de Ituiutaba pela Lei Estadual nº. 663, de 18-09-1915. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, o município é constituído do distrito sede. Pela Lei Estadual nº. 843, de 07-09-1923, é criado o distrito de Santa Vitória e anexado ao município de Ituiutaba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município é constituído de 2 distritos: Ituiutaba e Santa Vitória. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo Decreto-lei Estadual nº. 1.058, de 31-12-1943, foram criados os distritos de Capinópolis e Gurinhatã e anexados ao município de Ituiutaba. No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948 o município é constituído de 4 distritos: Ituiutaba, Capinópolis, Gurinhatã e Santa Vitória. A Lei nº. 336, de 27-12-1948, desmembra do município de Ituiutaba o distrito de Santa Vitória, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950 o município é constituído de 3 distritos: Ituiutaba, Capinópolis e Gurinhatã. A Lei nº. 1.039, de 12-12-1953, desmembra do município de Ituiutaba o distrito de Capinópolis, elevado à categoria de município. Pela mesma Lei é criado o distrito de Ipiaçú e anexado ao município de Ituiutaba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1955, o município é constituído de 3 distritos: Ituiutaba, Gurinhatã e Ipiaçú. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. A Lei Estadual nº. 2.764, de 30-12-1962, desmembra do município de Ituiutaba os distritos de Gurinhatã e Ipiaçú elevando-os à categoria de município. Em divisão administrativa referente ao ano de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede.

Desta forma, descreve-se as denominações desta cidade, de São José do Tijuco ao nome atual, Ituiutaba. Neste cenário, ao perpassar pela hidrografia do município de Ituiutaba pode-se constatar que o Rio Tijuco é o segundo maior afluente do rio Paranaíba em sua margem esquerda, nasce em Uberaba e percorre nos seus 250 km, oito municípios do triângulo mineiro: Uberaba, Uberlândia, Prata, Monte Alegre de Minas, Canápolis, Ituiutaba, Santa Vitória e Ipiacu.

Mapa 4 – Rios do município de Ituiutaba: Tijuco, São Lourenço e da Prata



Fonte: Martins, Costa (2014, p. 309).

Conforme o Mapa 4, pode-se visualizar os rios Tijuco, Prata e ribeirão São Lourenço, são os rios que correspondem “às drenagens de maior importância, tanto por serem agentes ativos na esculturação do relevo, quanto socialmente, na captação de água aos principais pontos de dissecação na Bacia do Rio Paranaíba” (MARTINS; COSTA, 2014, p. 319).

Como explicita a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2019, p. 1) em seu histórico revelando hidrografia:

Sua foz está em um dos braços da represa de São Simão, no rio Paranaíba. Seu principal afluente é o rio da Prata, juntos formam uma bacia com mais de 8.000 km²; Ribeirão São Lourenço que, junto ao Tijuco, é responsável pelo abastecimento da cidade; Córrego Sujo; Ribeirão São José; Rio da Prata é o estuário criado pelo desague das águas dos rios Paraná e Uruguai e do oceano, assim, o estuário do rio da Prata foi também palco de muitos conflitos entre as nações fronteiriças a ele; e, o rio Paranaíba que é um curso de água que nasce no estado de Minas Gerais, no Brasil, sendo um dos formadores do rio Paraná.

No que concerne ao clima da cidade, este classifica-se como tropical de altitude, com precipitações concentradas nos meses de outubro a abril, o restante do ano é caracterizado pela seca. Katrib e Coimbra (2013, p. 11) propõe “compreender a realidade da cidade de Ituiutaba, por meio de uma releitura do processo de construção de sua identidade cultural”.

Nestes termos, Diniz (1953, p. 33) revela, detalhadamente, sobre a história judiciária de Ituiutaba:

Ituiutaba foi distrito criado desde 1839, indo a freguesia em 1866, pela Lei nº. 1.360, recebendo então o nome de São José do Tijuco. Elevada à categoria de Vila em 16 de setembro de 1901, pela Lei nº. 319, no Governo do saudoso Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, com o nome de Vila Platina, composto dos distritos de São José do Tijuco e de Rio Verde, desmembrado do município do Prata, sendo a sede em São José, passou esta a denominar-se Vila Platina.

Percebe-se que, desde 1839, já havia o distrito que chegaria a tornar-se uma cidade denominada Ituiutaba, mas, a trajetória de sua história foi marcada pela contribuição das autoridades que aqui apossaram e a influência de fatores culturais e socioeconômicos.

A Enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE, 1959, p. 304) estabelece conexões com a história de Ituiutaba ao descrever seus primeiros habitantes:

Uma fusão dos vocábulos tupis que significa “povoação do rio Tijuco”. Os primitivos habitantes do município eram ameríndios, pertencentes ao grupo Gê, também chamados caiapós. Uma das tribos que deixaram fama na região foi a dos panariás, [...]. Por fim ela foi aldeada na atual povoação de São Francisco de Sales, às margens do Rio Grande, no vizinho município de Campina Verde.

Prosseguindo esta trajetória histórica, ainda referindo sobre os primeiros habitantes, os índios Caiapós, alguns detalhes são expostos pelo Sr. Edelweis Teixeira, conhecido em Ituiutaba pela sua formação em medicina e atuação como professor, inspetor de ensino, reitor, poeta e historiador, que resgatou a história do folclore do Triângulo Mineiro. Relata que os

índios da tribo Panariás deixaram vestígios à margem dos rios Tijuco e Prata. Quando descreve que não houve luta, sugere pensar que os índios perderam seus espaços, até então, nas ribeirinhas do Rio, porque não tinham armas para o confronto, no entanto, foram escorraçados para Goiás e Mato Grosso.

Atentando para a história de Ituiutaba, evidenciou-se a presença de conflitos entre os posseiros e os índios, como parte do cotidiano dos mesmos, e, assim, Chaves (1953, p. 19) expõe que: “houve luta, armaram-se tocaias, irromperam inopinados assaltos como morticínios”, em sua descrição deixa entender que houve lutas para apropriação das terras.

Mais uma vez, a Enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE, 1959, p. 305) favorece uma releitura da história de Ituiutaba:

Desde, porém, 1810 vinha o território triangulino sendo pontilhado de sesmarias. Nas divisas dos municípios de Prata e Ituiutaba, está a foz do rio Douradinho. Dêste⁹ local, rio abaixo, passando pelo Salto do Prata, Aldeia Velha até o córrego de São Vicente encontramos o 1º núcleo de povoamento do município, conforme cartas de sesmarias nos códices do Arquivo Público Mineiro.

Conforme a Enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE, 1959, p. 305), em 1830 chegou nessas terras o Padre Antônio Dias de Gouveia:

Sua vida foi das mais agitadas, mas surge como fundador de duas cidades: Prata e Ituiutaba. Nesta, após a doação do patrimônio, feita por Joaquim Antônio de Moraes, que aportou à região entre 1810 e 1820, e José da Silva Ramos, que chegou à região tijuca para tomar posse de uma sesmaria doada a seu pai e mais 7 companheiros, em carta datada de 30 de junho de 1753 - o Padre Gouveia concitou os fazendeiros das redondezas para levar avante o objetivo dos doadores. A capela teria surgido em 1832. Em 1833, chegava o primeiro capelão, Padre Francisco de Sales Souza Fleury, e no ano de 1836 era eleito o 1º juiz de paz.

De acordo com os resultados de Silva (2012), o Arraial foi progredindo e ganhando um novo aspecto, chegaram na localidade forasteiros, trabalhadores, comerciantes, professores, padres, intelectuais; e, com isso foi despertando nos moradores e na elite rural e urbana os anseios para a política, inicialmente, com a emancipação do Arraial desmembrando do município do Prata.

⁹ Transcrição textual conceitos do autor consultado, reprodução exata do original, respeitando-se até eventuais incoerências, erros de ortografia e/ou concordância (NBR 10.520).

Acompanhando a história, pode-se caminhar pelos anos de 1839, ano que foi construída, em sua simplicidade, coberta com folhas de buriti, a Capela São José do Tijuco (Figura 1), nesta data instalou-se o distrito de “São José do Tijuco” pertencente ao termo de Vila de Uberaba, ano que, também, foi construída a nova capela, que se tornou a Capela-Mor da matriz de São José, concluída em 1862. Em 7 de novembro de 1860, através da Lei Estadual nº. 1.360, foi criada a freguesia de São José do Tijuco desmembrada da freguesia de Nossa Senhora do Carmo, do Prata-MG.

Figura 1 - Capela São José do Tijuco (1839)



Fonte: Chaves (1984, p. 345).

Figura 2 - As passagens históricas da Matriz de São José



Fonte: Jornal Hoje Ituiutaba (2020). Disponível em:
<https://www.facebook.com/ituyoutaba/posts/756909984798972/>

Na Figura 2, pode-se visualizar as passagens históricas da Matriz de São José, sua construção, incêndio, reconstrução e a nova e atual Matriz de São José. A Figura 2 apresenta as passagens históricas da Igreja, como apresentado pelo Jornal Hoje Ituiutaba (2020), as imagens mostram a Igreja Matriz de São José, antes, durante e depois do incêndio. Teixeira (1953, p. 241) narra sobre a reforma da Matriz e o sino grande:

A pequena e modesta matriz encontrada por Pe. Ângelo sofreu ao seu tempo, grande e pequenas reformas que melhoraram seu aspecto geral. Somente no século passado lhe foram aplicadas 4 reformas: a 1ª em 1883, ainda que ligeira; a 2ª de 1885-87, obedecendo à planta de Ismael Norberto de Meireles, foram-lhes adicionadas galerias laterais e o pintor Manuel de tal, o mesmo que pintava efigies de santos nas salas das fazendas e residências, nela trabalhou. Esta reforma custou cêrca de 3 contos de réis. A 3ª, em 1889, com o pintor Joaquim Tomé dos Santos e a 4ª em 1892. Em 1900, ano da Virada do Século, o Cap. Vicente José Muniz doou à Matriz um sino grande, no pêso de 10 arrôbas. Surgiu daí a necessidade de ornar a Matriz de torres imponentes, capazes de sustenta-los. São as tôrres vistas na fotografia.

Prosseguindo, pelo ano de 1883, o Cônego Ângelo Tardio Bruno chega ao povoado a convite de Antônio Pedro Guimarães. Cônego Ângelo foi uma das personalidades mais importantes e benfeitoras de nossa cidade, onde fez o traçado das ruas, construções de casas de alvenaria, pontes, plantações, foi juiz de paz, ergueu a capela da Abadia, ampliou a Matriz de São José e fundou colégios, sendo, também, professor. Em 1886, ele fundou a primeira Banda de Música, que teve a regência do Maestro Francisco Gonçalves Moreira (Guató), que doou os primeiros instrumentos musicais (SILVA, 2012).

A Figura 3, a seguir, mostra a estátua do Cônego Ângelo Tardio Bruno, que se encontra localizada na Praça Cônego Ângelo, na Avenida 9, entre Ruas 20 e 22, em Ituiutaba.

Figura 3 - Estátua Cônego Ângelo Tardio Bruno



Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba. Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico. Nota Técnica nº. 28/2016. Disponível em: <https://hi-in.facebook.com/turismoituiutabamg/posts/358682571903345/>

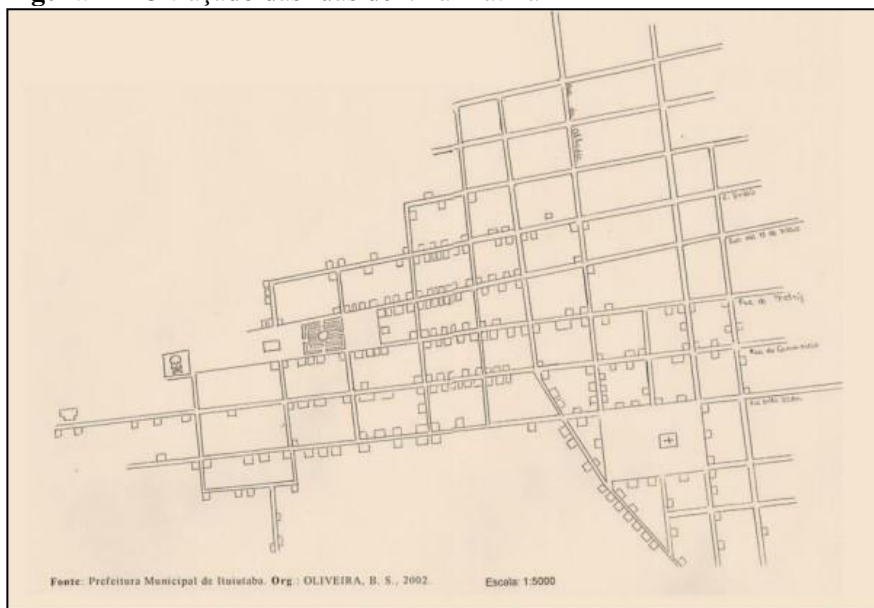
Ao referir-se à Figura 3, conforme a Fundação Cultural de Ituiutaba (2016, p. 1) relata:

O monumento é um tributo prestado pela família Baduy, em homenagem ao Cônego Ângelo Tardio Bruno, grande benfeitor religioso, que chegou à cidade de Ituiutaba em 1883 quando a cidade era apenas um arraial. Juntamente com

o Engenheiro João Gomes Pinheiro, eles fizeram o traçado das ruas (Figura 4), construíram as primeiras casas, pontes e cultivaram a terra. Dessa forma, além de condutor de almas, foi político, engenheiro e juiz, propiciando o desenvolvimento da Vila Platina, hoje Ituiutaba.

Como pode-se visualizar na Figura 4, o traçado das ruas retas e compridas da cidade de Vila Platina traçado por Cônego Ângelo Tardio Bruno e o engenheiro João Gomes Pinheiro.

Figura 4 – O traçado das ruas de Vila Platina



Fonte: Chaves (2016, p. 37).

Figura 5 – A cidade com suas ruas retas e compridas: vista parcial de Ituiutaba (1941)



Fonte: Portal Ituiutaba. Disponível em:
<http://www.portalituiutaba.com.br/?sec=fotosAntigas>

Deste modo, a Figura 4 apresenta o traçado das ruas e na Figura 5, pode-se visualizar as ruas retas e compridas projetadas pelo Pe. Antônio Ângelo Tardio Bruno e pelo engenheiro João Gomes Pinheiro; logo, pode-se visualizar melhor na foto disponibilizada pelo Portal Ituiutaba, que retrata uma vista parcial da cidade no ano de 1941, ruas que se fizeram de grande importância nesta cidade ao se destacarem entre a paisagem, as construções apontando o progresso urbano e, com destaque o prédio da Igreja Matriz de São José.

Padre Ângelo Tardio Bruno, juntamente, com João Gomes Pinheiro, traçaram as ruas de Vila Platina, como expõe Paiva (1953, p. 70):

Depois de alinhavadas as avenidas e ruas, na qualidade de construtor, a bem do progresso, Padre Ângelo Tardio iniciou, para particulares, por empreitada, diversas construções de casas residenciais, em estilo singelo, mas agradável e progressista para a época. A fim de que as construções não sofressem interrupção, mandou buscar oleiros de fora, destacando-se muito um tal Páscoa, pela perfeição dos tijolos e das telhas que fabricava, com o barro da Chácara da “Lagoa”. E, assim, a cidade crescia. As casas aumentavam. E todos gostavam do Padre Ângelo [...].

Pesavento (2002, p. 24) trabalha com a questão da cidade, em consonância com as muitas visões tecidas e imaginadas sobre o urbano, ressaltando que a cidade deve ser relida como: “[...] uma espécie de espelho do mundo: um microcosmo do real, um macrocosmo do social, um espaço onde as coisas acontecem um tempo onde se realiza e atualiza a história e a memória que os homens constroem para si”. Desta forma, entende-se que a cidade se constrói de memórias, de lembranças, de recordações de seus habitantes e de agentes externos que pensam, concebem e vislumbram sobre a cidade.

No decurso da história da cidade de Ituiutaba, tem-se no recenseamento de 31 de dezembro de 1890, após a Proclamação da República, a freguesia de São José do Tijuco era composta por 5.067 habitantes e no final dessa década começou a almejar a sua administração política (SILVA, 2012).

Katrib e Coimbra (2013, p. 14-15) consideram que:

Perceber o movimento histórico em que Ituiutaba se insere é instigante, justamente por essas várias possibilidades de compreender sua construção espacial, social e histórica. Mas, para ser possível o entendimento desses processos é preciso que nos ancoremos em algumas percepções e diálogos.

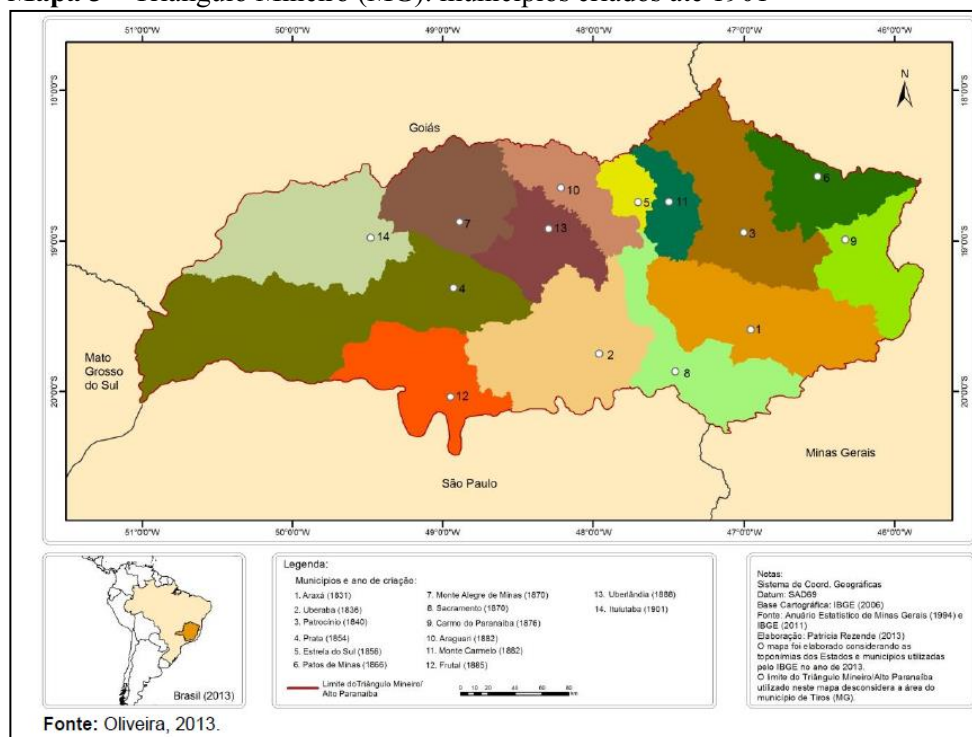
Prosseguindo essa trajetória, Silva (2012) relata o movimento histórico, ao revelar que, em 16 de setembro de 1901, o governador de Minas, Salviano Almeida Brandão, através da Lei

Estadual nº. 319/01, separou o distrito de São José do Tijucu do município de Prata e criou o município de Vila Platina, emancipando-a, política e administrativamente, fazendo, assim, parte integrante da nova comuna, os distritos de “São José do Tijucu” e “Nossa Senhora do Rosário da Boa Vista do Rio Verde” – o arraial do Monjolinho, sede do atual município de Campina Verde.

Um aspecto político é vivenciado pelos moradores quando, no dia 1º de janeiro de 1901, se instaurou, na Vila Platina, os primeiros membros da Câmara Municipal, composto por Cel. Pio Augusto Goulart Bruno (Presidente); Tobias da Costa Junqueira (Vice-Presidente); Aureliano Martins de Andrade (Secretário); oito vereadores, sendo eles, Tte. Cel. Antônio Pedro Guimarães, Constâncio Ferraz de Almeida, Cel. João Evangelista Rodrigues Chaves (pelo distrito de Rio Verde), Marinho Dias Ferreira, José de Andrade e Sousa, Manuel Tavares da Silva, Manuel Bernardo Sobrinho e Antônio da Costa Junqueira. E como agente executivo foi empossado o Sr. Augusto Alves Vilela (SILVA, 2012).

No ano de 1901, pode-se visualizar no Mapa 5, os municípios que antecederam esta data, que marca o surgimento de Ituiutaba, quando denominada como município de Vila Platina.

Mapa 5 – Triângulo Mineiro (MG): municípios criados até 1901



Fonte: Oliveira (2013, p. 38)

No Mapa 5 pode-se visualizar os municípios criados até 1901, no Triângulo Mineiro, cada município e sua criação, que antecederam ao de Ituiutaba, e este no ano de 1901. Conforme

a Legenda dos municípios e ano de criação tem-se: Araxá (1831); Uberaba (1836); Patrocínio (1840); Prata (1854); Estrela do Sul (1856); Patos de Minas (1866); Monte Alegre de Minas (1870); Sacramento (1870); Carmo do Paranaíba (1876); Araguari (1882); Monte Carmelo (1882) e Ituiutaba (1901). Ituiutaba, logo após sua emancipação, “inserir-se no contexto territorial em que o meio natural sobrepuja-se ao meio técnico (ausência de estradas, indústrias, infraestruturas, hospitais, por exemplo), enquanto parte do Triângulo Mineiro já estava inserido no desenvolvimento socioespacial” (OLIVEIRA, 2013, p. 127).

No dia 1º de janeiro de 1902 ocorreu a sessão inaugural desse Sobrado, como mostra a Figura 6, a construção do edifício da Câmara Municipal, um sobrado (Figura 6) que funcionava em seu pavimento superior a Câmara Municipal e o Fórum; no térreo instalaram a Delegacia e celas com grades nas janelas; como revela Chaves (1953), porém sua demolição ocorreu e seus materiais foram reaproveitados para a construção da nova cadeia.

Figura 6 – Construção do edifício da Câmara Municipal (1901)



Fonte: Chaves (2016, p. 21).

Tem-se, ainda, outra data relevante para essa população que ocorreu em 1915, quando Vila Platina foi elevada a termo judiciário com o nome atual de Ituiutaba, através da Lei nº. 663, de 18 de setembro de 1915, que alterou a divisão judiciária do Estado, continuando, entretanto, a pertencer à comarca de Prata; mas, somente, foi oficializada esta Lei pelo Decreto nº 4.759, de 25 de abril de 1917, quando foi marcada a data para a instalação do Termo, o que

se efetivou em 06 de julho de 1917, com a posse do primeiro juiz municipal – Dr. Luiz Jefferson Monteiro da Silva. Muitos trabalhos tiveram os pro-homens de então, para que fosse criada a comarca em Ituiutaba, o que foi possível em virtude do artigo 7º, da Lei nº 879, de 24 de janeiro de 1925, redigido nos seguintes termos: “Fica transferida para Ituiutaba a sede da comarca de Monte Alegre, constituindo o atual território, de que se compõe este município, termo pertencente à comarca de Uberabinha”. A instalação da Comarca de Ituiutaba teve lugar no histórico de 12 de abril de 1925, sob a presidência do Dr. Newton Bernardes Ribeiro da Luz, que foi também o primeiro juiz de Direito de Ituiutaba (SILVA, 2012).

Chaves (1984, p. 171) apresenta a primeira missa realizada em 25 de dezembro de 1927, um Natal diferente para a população católica de Ituiutaba: “a então pequena cidade, de três mil habitantes”, como pode visualizar na Figura 7.

Figura 7 – Igreja Matriz (25-12-1927)



Fonte: Chaves (1984, p. 171).

A Figura 7 é descrita por Chaves (1984, p. 172) como “a já vetusta Igreja de Cônego Ângelo, com as suas imponentes torres encimadas pelas estátuas de São Pedro e do padroeiro São José [...]”. Já nos anos de 1929, vale ressaltar que, economicamente, há um marco histórico que se faz importante sua inclusão, que provocou um impacto mundial, entre outros países atingiu o Brasil, influenciou e provocou o interior de Minas Gerais, referindo-se à Ituiutaba, como Chaves (1984, p. 43) explicita:

Quando sobreveio a crise de 1929 com o craque – estouro – da bolsa de Nova Iorque, o Brasil, de frágil economia à base do café, não suportou a recessão.

Durante cerca de 5 anos, na República Velha e no início do governo getuliano, o país atravessou um período de grandes privações e sacrifícios, com reflexos em todas as atividades profissionais, mormente no setor econômico-financeiro.

Possivelmente, a crise atingiu o município de Ituiutaba, apontando falências de grandes firmas, dívidas que se acumulavam, sofrimento e vexames que levavam os fazendeiros da região a venderem suas propriedades rurais e urbanas, e, também, o gado. Deste modo, a consequência de 1929 abrangeu o meio internacional e nacional, alcançando esse município.

Nos quadros de divisão territorial datados de 1936 e 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual nº 88, de 30 de março de 1938, Ituiutaba era termo judiciário único da Comarca de igual nome. Dá-se o mesmo nas divisões vigentes nos quinquênios 1939-43 e 1944-48 fixadas, respectivamente, pelos decretos-leis estaduais nº 148, de 17 de dezembro de 1938 e 1958, de 31 de dezembro de 1943 (GEOGRAFIA TOTAL, 2016).

Na mencionada divisão territorial, o Município compreendia os quatro distritos de Ituiutaba, Capinópolis, Gurinhatã e Santa Vitória. Pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, perdeu este último distrito, elevado a Município. Foi em 11 de dezembro de 1953, que a Lei Estadual nº. 1.039 criou o distrito de Ipiaçu, por desmembramento do distrito-sede de Ituiutaba e emancipou o de Capinópolis. No entanto, no Censo de 1960 havia três distritos: Ituiutaba-sede, Gurinhatã e Ipiaçu. Estes últimos passaram a categoria de município em 30 de dezembro de 1962, por força de Lei Estadual nº 2.746, voltando Ituiutaba a constituir-se de um só distrito.

A economia de Ituiutaba merece destaque, pois:

A cidade é um polo regional que atende com serviços variados a região do Pontal do Triângulo Mineiro; [...] tem no agronegócio e na prestação de serviços seus principais elementos e fonte de divisas. Em relação ao setor secundário destacam-se a Nestlé, Syngenta Seeds, BP Biocombustíveis, Frigorífico JBS, Canto de Minas, Laticínios Baduy, entre outras (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2019, p. 3).

Reforça-se um crescimento no setor educacional de Ituiutaba que conta, além das escolas que atendem a Educação Infantil, tanto Creches municipais como escolas privadas, as escolas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Universidades. Para destacar a instituição, objeto deste estudo, é preciso conhecer a história da educação, e dentro deste contexto geral, buscar os fatos históricos da instituição, conhecer a realidade de seu público alvo, da população que abriga em seu entorno, contextualizando, assim, o particular com o geral.

1.2 Uma história revisitada: a educação e sua construção na cidade de Ituiutaba

No decurso da história da educação de Ituiutaba, depara-se com a construção das escolas desta região, percebe-se que as mesmas foram se ampliando como escolas municipais, estaduais, particulares, escolas que constituem o ensino público e privado, na cidade de Ituiutaba, tanto na zona rural quanto na urbana, e, assim, apresentando suas experiências escolares. Desta forma, a cidade de Ituiutaba destaca a base econômica desde a criação de gado, garimpo no rio Tijuco, desenvolvimento do pequeno município, que ganhava o apelido de “capital brasileira do arroz”, sobrepunha tal denominação com seu grande número de máquinas de arroz, momento que podia retratar com visibilidade o seu progresso, como descreve Ferreira (2007, p. 91), progresso presente já na década de 1940, “destacavam suas ruas e avenidas amplas, identificadas no centro, por números, e nos bairros, por nomes; praças de estrutura moderna; população mais numerosa, acrescida de migração estrangeira para o comércio e nordestina para as lavouras; criação de escolas e hospitais”.

Quadro 1 – Número de habitantes da cidade de Ituiutaba de 1950 a 1980

ITUIUTABA – POPULAÇÃO		
1950		
Rural	Urbana	Total
43.127	10.113	53.240
1960		
Rural	Urbana	Total
39.488	31.516	71.004
1970		
Rural	Urbana	Total
17.542	47.114	64.656
1980		
Rural	Urbana	Total
9.268	66.651	75.819

Fonte: IBGE, 1940-1950-1960-1970-1980 (CHAVES, 1984, p. 319).

Faz-se necessário apresentar o Quadro 1, para destacar o número de habitantes da cidade de Ituiutaba, no período que compreende as décadas de 1950 a 1980, sabendo que a criação do Grupo Escolar Ituiutaba foi no ano de 1958, conseqüentemente, tem-se o recorte temporal deste estudo (1979-1985) com a transição do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, quando ocupa seu prédio próprio.

O Quadro 1 mostra o número de habitantes da cidade de Ituiutaba de 1950 a 1980, sendo que na década de 1950, quando da criação do Grupo Escolar Ituiutaba, no ano de 1958, a população rural desta cidade contava com 43.127 habitantes, enquanto na zona urbana apenas 10.113; na década seguinte, 1960, verifica-se que a diferença da população rural com a urbana diminuiu bastante, a população rural contava com 39.488 e a população urbana com 31.516; destacando, visivelmente, a migração do campo para a cidade na década de 1960 e as seguintes; como pode-se visualizar na década de 1970 a população rural contava com 17.542 e a urbana totalizava 47.114 habitantes; na década de 1980, a população rural contava com 9.268 habitantes e a urbana com 66.651 habitantes.

Já, o Quadro 2 vem reforçar o crescimento da população rural e urbana em Ituiutaba, nas décadas de 1950 a 1980, demonstrando com maior clareza as porcentagens que se relacionam entre a população rural e a urbana.

Quadro 2 – Crescimento da população rural e urbana de Ituiutaba, MG, 1950-80

Ano	População rural	%	População urbana	%	Totais
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	56%	31.516	44%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656
1980	9.268	12%	66.651	88%	75.819

Fonte: Dados de Souza (2010)

O Quadro 2 mostra o crescimento da população rural e urbana de Ituiutaba, como apresentado, também, no quadro anterior, porém este quadro apresenta a porcentagem referente à migração da cidade para o campo, pois na década de 1950 a população rural contava com 81% da população em relação à urbana com 19%; na década de 1960, o mesmo ocorre, quando a população rural com 56% e a urbana 44%; assim, percebe-se uma queda nesse processo. Porém, nas décadas de 1970 e 1980, ocorre de forma contrária, a população maior ocupa a zona urbana, totalizando 73% em 1970 e em 1980, contou com 88% dos habitantes, número bem significativo.

Vale destacar, ao referir-se à migração pelas regiões brasileiras e mundiais, que se perpassam pelos séculos XVIII e meados do século XIX, como repercussão dos processos de industrialização que repercute no século XX, ocorrendo a industrialização nos diversos países originando o aumento de mão de obra, como fundamenta Ianni (2004, p. 160-161):

O século XX tem sido um século de migrações, pelos quatro cantos do mundo, em todas as direções. São desempregados, desabrigados, refugiados, perseguidos, desamparados. São indivíduos e familiares, grupos e

coletividades. São muitos, milhares, milhões. Movem-se em todas as direções, culturas e tradições. São migrantes, emigrantes, imigrantes, retirantes, errantes. Parecem tangidos por algo imponderável e invisível, escondido nas condições de vida e de trabalho, no meio de guerras e revoluções, nos desastres ecológicos e nas epidemias, mesclando carências e esperanças.

Deste modo, o deslocamento de pessoas entre os países e, também, entre as regiões brasileiras, que foram desenhando no cenário do município de Ituiutaba, com o fenômeno da migração, Moura (2019, p. 20) revela: “O fenômeno da migração consiste no deslocamento de pessoas entre países e regiões. No Brasil, diferentes fatores têm sido responsáveis por desencadear ondas migratórias”.

Neste contexto, tem-se que os fatores que levaram a migração articularam-se, como explicita Moura (2019, p. 19), “ao contexto sociopolítico e econômico brasileiro no período recortado para este trabalho, décadas de 1950 a 1980, houve a migração nordestina para o município de Ituiutaba em busca de melhores condições sociais econômicas”. Os nordestinos migrantes vinham de vários Estados, especialmente do Rio Grande do Norte e Paraíba, entre os fatores que os levaram a migrar para o município de Ituiutaba, nesse caso, vieram em busca de trabalho e de melhores condições de vida, buscando o sustento de suas famílias.

A fundamentação de Ianni (2004, p. 153) quanto às ondas migratórias afirma:

Todo aquele que migra sabe de onde parte, mas não sabe onde chega; sabe o caminho que deixa mas não sabe qual encontra. Lança-se em uma travessia sem fim, acreditando-se sempre o mesmo, mas poucas vezes dando-se conta de que se preserva e se transforma, reafirma e transfigura, afina e desafina. Lá longe, em outro lugar, país ou continente, continua a rememorar a partida e o caminho percorrido, recriando situações, pessoas, vivências, imagens, diálogos, sentimentos, memórias, fragmentos, esquecimentos. É assim, com recordações e esquecimentos, que o migrante nutre a nova situação, seja ela de êxito, seja de frustração.

Nesta perspectiva, na maioria das vezes, ocorre um choque cultural nas diferentes regiões, quando os migrantes se deslocam para outros lugares visando melhorias na qualidade de vida. “A memória e o esquecimento fazem parte da construção do imaginário, seja ela para nutrir a esperança de melhores condições de vida, ou para justificar sua volta para a terra Natal”, assim, entende-se que os migrantes constroem a ideia de que suas condições futuras serão melhoradas e, ao mesmo tempo, esquecem os conflitos enfrentados que vivenciam nos diferentes lugares (MOURA, 2019, p. 20).

Deste modo, delineia-se uma instituição escolar em construção, na cidade de Ituiutaba-MG, ao retratar os avanços que marcaram tanto o município quanto o país, em um momento que o Brasil realizava mais uma eleição e homologava a candidatura de Juscelino Kubistchek à presidência da República. Considera-se um momento político, social e econômico que destacam alguns projetos desenvolvidos em sua gestão que impactou a sociedade brasileira com seu principal projeto do nacional-desenvolvimentismo, de 1956 a 1961, considerado o seu governo como o mais estável democraticamente, destacado em seu governo como homem público de ação. “O governo Juscelino Kubistchek adotou como sua principal medida o nacional-desenvolvimentismo, como um estilo de governo, um projeto político para o Brasil tendo como fio condutor o plano de metas [...] era um documento essencialmente econômico” (MOURA, 2019, p. 25).

Outro projeto que se destacou no governo de Juscelino Kubistchek foi a construção da nova capital do Brasil, Brasília, que possibilitou uma gama de empregos para a população trabalhadora, “um parque industrial de empregos, não só pela construção da capital, mas também pela ampliação no parque industrial”; no que se refere ao plano de metas houve investimentos em vários campos, como na energia, transporte, indústria, educação e, posteriormente, a construção de Brasília (MOURA, 2019, p. 25).

Moreira (2008) traz sua contribuição quanto à gestão no governo de Juscelino Kubistchek referindo-se às metas que foram desenvolvidas partindo do capital estrangeiro, no entanto, acreditava-se que “o avanço na sociedade seria para todos, ou seja, conseguindo alcançar os mais e os menos favorecidos, podendo assim desenvolver uma sociedade com menos desigualdades sociais” (p. 161).

Portanto, Moreira (2008) faz uma explanação quanto ao avanço nacional desenvolvimentista, no governo de Juscelino Kubistchek, nos campos e nas cidades, ponderando o esquecimento, neste momento, nas populações do campo. Reforçando, também, a falta de proteção social às populações ribeirinhas, aos indígenas e parte da população rural quando do seu projeto “Marcha para o Oeste” que objetivava a criação de estradas e grandes propriedades rurais (MOREIRA, 2008).

Entrelaçava à “Marcha para o Oeste” o projeto ruralista destacando o interesse dos políticos ruralistas visando possibilidades para o avanço de novas terras no interior do Brasil, referindo ao setor da agropecuária, assim havia um pacto tácito entre os setores dos representantes rurais e os representantes das indústrias (MOREIRA, 2008).

Entende-se que, no âmbito geral, o nacional-desenvolvimentismo favoreceu alguns setores da sociedade, entre eles, indústrias, criação de empregos, portanto, não alcançou benefícios à maioria da população brasileira, permanecendo à cidadania, já que a reforma agrária não se realizou, nem a criação dos direitos trabalhistas para a população rural. Desta forma, percebe-se que, em sua maioria, os empresários e os latifundiários foram os maiores beneficiados com o nacional-desenvolvimentismo, como destaca Moreira (2008), naquele momento, 70% (setenta por cento) da população brasileira vivia em zonas rurais.

Minas Gerais, nas décadas de 1950 a 1970, reporta-se ao esvaziamento do campo, diminui-se, consideravelmente, a população rural, percebe-se o movimento migratório, o número de habitantes na população cresce, como pode-se visualizar na Tabela 2.

Tabela 2 – População nos Censos Demográficos por situação de domicílio Brasil e Minas Gerais – 1950-1970

Ano	1950		1960		1970	
País / UF	Brasil	MG	Brasil	MG	Brasil	MG
Rural	33.161.506	5.459.273	38.987.526	5.995.460	41.603.839	5.447.982
%	63,84	70,15	54,92	60,20	44,02	47,04
Urbana	18.782.891	2.322.915	32.004.817	3.964.580	52.904.744	6.167.113
%	36,16	29,85	45,08	39,80	55,98	52,96
Total	51.944.397	7.782.188	70.992.343	9.960.040	94.508.583	11.615.095

Fonte: Portes e Santos (2012, p. 409).

Como explicita Portes e Santos (2012), ao referirem-se à Tabela 2, observa-se que na década de 1950, em Minas Gerais, 70,15% (setenta vírgula quinze por cento) eram habitantes do meio rural; na década de 1960 a porcentagem caiu para 60,2% (sessenta vírgula dois por cento); e, por conseguinte, a década de 1970, caiu ainda mais, para 47,04% (quarenta e sete vírgula quatro centésimos por cento); entende-se que tal situação tenha ocorrido devido as condições mínimas de sobrevivência, principalmente pela falta de trabalho, consequentemente, pela baixa produção, agravando, ainda, pela expropriação dos direitos dessa população analisada.

Do ponto de vista de Santana (2002, p. 10), também, associa-se “a pouca integração da industrialização brasileira e mineira com o setor primário que não foi capaz de harmonizar as relação campo-cidade”. Nessa mesma concepção, Brito e Carvalho (2006, p. 451) referem-se à movimentação da população do meio rural para o meio urbano, em Minas Gerais:

O Nordeste e Minas sempre se destacaram como grandes reservatórios de mão-de-obra para as Regiões onde mais se expandiam as atividades econômicas no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e as áreas de expansão da

fronteira agrícola. Sempre foram, e ainda permanecem, como importante fonte de emigrantes. Os nordestinos e mineiros eram largamente encontrados entre aqueles que contribuíram para a expansão urbano-industrial da antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro, ou para a construção da nova capital, Brasília. Constituíram-se, em boa parte, na mão de obra indispensável para o grande crescimento industrial paulista. Estiveram presentes, e muitos ainda estão, na expansão e consolidação das fronteiras agrícola e mineral nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

No que concerne à educação, entende-se que não houve grande interesse voltado para atender a população rural, enquanto que a escolarização da população que migram para o meio urbano, também, não são contempladas, embora haja maior amplitude para esta oferta. “Mas uma pedagogia que rompesse com essa dicotomia só seria proposta nos anos de 1970, com a presença de Paulo Freire no cenário político e educativo” (PORTES; SANTOS, 2012, p. 408).

Nesta década de 1980, vale enfatizar sobre o estado de Minas Gerais como o maior estado brasileiro em número de municípios, localizado na região Sudeste do país. Na área educacional, o Estado oferece, em sua maioria, o ensino público, que diante a população sem atendimento escolar, iniciou-se a minorar esses índices.

O Estado de Minas Gerais passou por uma reforma política, administrativa, financeira e pedagógica em sua vasta rede estadual, que buscou propiciar autonomia às escolas, conforme apontamentos de Costa (1997) e, delegando aos órgãos intermediários, como as delegacias de ensino, a função de assessoramento às ações e iniciativas desencadeadas pelas unidades escolares.

Segundo Costa (1997, p. 24), “embora num primeiro momento os municípios tenham um papel secundário, o desenvolvimento do processo de Minas Gerais indica que a desconcentração está criando condições para uma futura descentralização”. Esse processo de descentralização visava fortalecer a unidade prestadora direta dos serviços educacionais, a escola, à manutenção de sua estrutura física, à seleção de diretor e à condução pedagógica em geral do ensino desenvolvido.

Atualmente, a humanidade vive com grandes mudanças que atingem em todos os segmentos da sociedade, surpreendidos pela velocidade e amplitude das transformações, em geral, inclusive na área educacional, com a inserção das novas tecnologias, informática, internet e as telecomunicações que estão acelerando esse processo.

Neste recorte histórico, Minas Gerais contava com o Governador José Francisco Bias Fortes, de 1956 a 1961; já, na cidade de Ituiutaba – MG, governava o município, o então

prefeito, senhor Antônio de Souza Martins, de 1955 a 1959, que esteve à frente do Executivo, conforme consta da Ata de posse da Câmara Municipal de Ituiutaba de 31 de janeiro de 1955. Como apontado por Zoccoli (2001, p. 111), o senhor Antônio de Souza Martins: “Espírita, rotariano e maçom valoroso, são algumas atribuições que forjaram a personalidade e o caráter do ser humano [...]”, pode-se entender que sua gestão corresponde à instalação do Grupo Escolar Ituiutaba, anexo ao Ginásio Educandário Ituiutaba, nesse período, e com as características correspondentes aos membros que o fundaram, destacando, ainda mais, em sua administração:

Construção de galerias pluviais nas ruas e avenidas. Perfuração de poços artesianos. Pavimentação de ruas. Redes de esgoto sanitário. Criação da Escola de Tratorista, junto ao Posto Agropecuário. Instalação do 5. Distrito Florestal de Minas Gerais. Término do prédio dos Correios e Telégrafos. Construção do prédio do Grupo Escolar Clóvis Salgado. Melhoramento das estradas vicinais. Criação da Banda Municipal. Funcionamento do Aeroclube local. Início da construção da praça Getúlio Vargas. Construção de várias escolas rurais. Incentivo à instalação da Universidade – UEMG. Implantação e Urbanização da Vila Platina. Fundação da Moto Ituiutaba, autorizada Volkswagen. Fundação da Agromac (ZOCCOLI, 2001, p. 111).

Houve outras melhorias para a cidade, no aspecto social com seu espírito filantrópico muito assistiu a asilos, orfanatos, creches e hospitais, ajudou na Fundação do Lar dos Velhos “Bezerra de Menezes”, também, foi diretor no Asilo de Dementes “José Dias Machado”. No mesmo ano da criação do Grupo Escolar Ituiutaba (1958), o então prefeito, fundou o primeiro teatro sob a liderança do professor Altair Alves Ferreira; no esporte destacou-se o Estádio “Coletto de Paula” e o Campo Atlético presenteando a população com competições esportivas (ZOCCOLI, 2001).

No setor educacional vale elencar, em Ituiutaba:

A existência de algumas escolas importantes: Instituto “Marden”, Colégio São José, Escola Normal Santa Teresa, Grupo Escolar João Pinheiro, Escola “Anjo da Guarda” e Grupo Escolar Clóvis Salgado, este último fundado por Nicota, com o incentivo direto do ituiutabano Dr. Jose Benedito Zoccoli, que na época assumiu a chefia de gabinete do então Vice-Governador Dr. Clóvis Salgado. Essas instituições, além do conteúdo programático, conduziam seus alunos a um crescimento global, com responsabilidade e seriedade quase militar. Como exemplo, os garbosos desfiles e paradas nas datas cívicas, concursos literários, concursos de rainhas, festas, etc. Um destaque especial se deve ao glorioso Instituto “Marden”, que, em 1958, comemora o seu Jubileu de Prata, tendo como seu timoneiro, o saudoso Professor Dr. Álvaro Brandão de Andrade (ZOCCOLI, 2001, p. 113).

Prosseguindo nas ações do Prefeito, no ano de 1958, tem-se, ainda, que: “Também nesse ano, inaugura-se festivamente, o Colégio Educandário Ituiutabano, no dia 9 de fevereiro, com a presença aproximada de quatro mil pessoas, hoje, Escola Estadual Professora Maria de Barros”. Refere-se, assim, ao Ginásio que anexou em suas dependências as salas de aula para atender ao curso primário do Grupo Escolar Ituiutaba, de 1958 a 1978, quando passou a funcionar em prédio próprio.

Ainda, na gestão do Prefeito Antônio Souza Martins evidencia-se a economia como apresentado por Zoccoli (2001, p. 113):

[...] o grande sustentáculo de Ituiutaba no período, foi a agricultura, com destaque especial para a produção de arroz. Esse cereal, era beneficiado pelas inúmeras chamadas “Máquinas de Arroz”, que ladeavam a avenida 17. A lavoura era altamente mecanizada, chegando a cidade a possuir mais de meio milhar de tratores e quase igual número de colhedoras de arroz.

Nesta perspectiva, apontam-se marcos históricos nas décadas de 1950 a 1970, permeadas pelo desenvolvimento político, socioeconômico, cultural e educacional, relacionando-os à instalação, em 1958, do prédio próprio, passando a denominar como Escola Estadual Ituiutaba, em 1979, ao analisar a história desta escola, considera-se fatos de sua trajetória, a nível local, estadual e nacional.

Sanfelice (2006, p. 25) fundamenta:

Uma instituição escolar avança, projeta-se para dentro de um grupo social. Produz memórias ou imaginários. Mobiliza ou desmobiliza grupos de pessoas e famílias; assinala sua presença em comemorações, torna-se notícia na mídia, ou seja, é muito, mas muito mais mesmo do que um prédio que agrupa sujeitos para trabalharem, ensinarem, aprenderem etc. O movimento inverso também ocorre, pois a instituição é objeto de interesses contraditórios de ordem econômica, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros.

Deste modo, delineia-se uma instituição escolar em construção, na cidade de Ituiutaba-MG, ao retratar os avanços que marcaram tanto o município quanto o país, em um momento que o Brasil realizava mais uma eleição e homologava a candidatura de Juscelino Kubistchek à presidência da República.

O desenvolvimento da Escola Estadual Ituiutaba, objeto desta pesquisa, está vinculado ao entendimento que a realidade da educação se relaciona com o desenvolvimento da economia, política, com a ideologia, com a cultura, de forma que a escola passa a ser uma representação desses ideais vivenciados pelo país, pelo estado e cidade.

II A HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES E SUA CONSTRUÇÃO NA CIDADE DE ITUIUTABA: EXPERIÊNCIAS ESCOLARES

Esta seção tem como objetivo contextualizar a história das instituições escolares de Ituiutaba-MG e abordar sobre os grupos escolares e a cultura escolar primária, destacando a criação dos grupos escolares, suas singularidades e seus contextos.

2.1 Cultura escolar primária: os Grupos Escolares suas singularidades e seus contextos

No município de Ituiutaba, a urbanização associa-se à necessidade de escolas públicas, pois as unidades escolares eram carentes, uma contradição se desenhava no cenário em que ascendia a economia e a educação escolar era precária. Nesta perspectiva, no decurso histórico que apresentava o município surge o primeiro Grupo Escolar em Ituiutaba, no ano de 1910, Grupo Escolar João Pinheiro; somente trinta e sete anos depois foi implantado o segundo, no ano de 1947, Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas Silva.

Adentrou-se a década de 1950, entre desenvolvimento urbano, migração do campo para a cidade e a oferta de escolarização no município não conseguiu acompanhar seu ritmo, como fundamentam Ribeiro e Silva (2012, p. 36):

O aparato educacional público para suprir essa demanda já tinha um modelo desde a Primeira República, com a implantação dos grupos escolares. Mas é consenso na história da educação brasileira que sua difusão começou para valer na década de 30 e que não foi uniforme; prova disso é que a demanda de ensino elementar em Ituiutaba ficou incólume a tal expansão: num período de 37 anos (1910-1947), surgiram dois grupos escolares no município, cuja precariedade punha em xeque a ideia de modernização (da educação) que se convencionou associar com o surgimento do grupo escolar.

Neste sentido, a modernização no período de 1910 a 1947, datas das implantações dos dois grupos escolares em Ituiutaba, a industrialização que alcançou todo o país não possibilitou a oferta de escolarização nesse município, o que apresenta na década de 1950 uma manifestação tímida, mesmo diante da expansão econômica local.

Ainda, na década de 1950, houve a criação de um grupo escolar por ano, com a seguinte ressalva, isto ocorreu no segundo semestre e a implantação do segundo para o terceiro grupo se deu com um intervalo de aproximadamente dez anos. Neste contexto, sugere

considerar a evolução do ensino particular laico e confessional ter-se prosperado na educação primária, sendo que, antes da instalação do primeiro grupo escolar, em Ituiutaba, já existiam outras escolas, segundo Ribeiro e Silva (2012, p. 37), como:

[...] a do professor José de Alencar e do professor Afonso José e os colégios Santa Cruz, São Luiz e Santo Antônio. Além dessas, entre 1921 e 30 surgiram o Colégio das Irmãs Belgas, o Instituto Propedêutico de Ituiutaba e a Escola São José; entre 30 e 40, a escola privada confessional se destacou. Isso dá margem para aventarmos e tangenciarmos o avanço das escolas religiosas no interior como tática da igreja católica para demonstrar sua força no governo e seu fortalecimento com a formação de elites.

Deste modo, as escolas laicas privadas, em Ituiutaba, acompanharam a expansão urbana, e, retornando ao século de 1930, para atender a demanda da elite criou-se o Instituto Marden, em 1933; outra escola confessional foi fundada em 1939, o Colégio Santa Teresa dirigido pelas irmãs de São Carlos Borromeu, onde ministravam os cursos primário, ginásial e normal; outra escola confessional foi instalada em 1948, o Ginásio São José, conforme Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Escolas urbanas de Ituiutaba – 1900-1940

Período	Pública	Particular
1901–10	Grupo Escolar João Pinheiro	Escola do Professor Jose de Alencar; Escola do Professor Afonso José; Colégio Santa Cruz; Externato/Colégio São Luiz; Colégio Santo Antônio
1911–20	-	Falta de dados impediu elencar as escolas desse período
1921–30	-	Colégio das Irmãs Belgas; Instituto Propedêutico Ituiutaba; Escola São José (popularmente Escola do Laurindo)
1931–40	-	Instituto Marden; Colégio Menino Jesus de Praga; Colégio Santa Tereza; Colégio São José

Fonte: Moraes (2004, p. 55).

Neste contexto, percebe-se o predomínio da iniciativa privada, por muito tempo, em Ituiutaba. No que concerne às escolas públicas, no ano de 1947, criou-se a Escola Ildefonso Mascarenhas da Silva; na década de 1950, outros grupos escolares e instituições foram criados, Senador Camilo Chaves (1955), Clovis Salgado (1956), Rotary (1956), Ituiutaba (1958), Governador Bias Fortes (1959); e, nos anos de 1960, sequenciando, surgiram as escolas estaduais Coronel João Martins (1960), Cônego Ângelo (1963), Coronel Tonico Franco (1965), Prof.^a Maria de Barros (1965), Governador Israel Pinheiro (1965), Prof. Álvaro Brandão de Andrade (1968). Assim, preparando a população para o mercado industrializado entendeu-se os caminhos educativos como forma de desenvolver os padrões de civilidade adequados para o

momento, isto é, com a instrução em massa (CHAVES; MENDES, 2009). As reivindicações para a criação de escolas, em sua maioria, partiam das comunidades para os governos estadual e municipal, pela necessidade de suprir a demanda de vagas.

Segundo Chaves e Mendes (2009, p. 3):

No início do século XX, os grupos escolares (que substituem as escolas isoladas¹⁰) são vistos como um espaço privilegiado para a implantação desse processo, pois como *locus* educacional, são percebidos como modeladores dos hábitos e das atitudes. Em Minas Gerais a criação dos Grupos foi uma inovação oficializada na Reforma de 1960. Assim, a instituição escolar possuía também a tarefa de eliminar *atitudes viciosas* e promover a assimilação de *hábitos salutareis*, gerando a propagação dos costumes higiênicos. De acordo com Costa (1983), em uma referência à educação no período, no micro-universo dos colégios, a higiene antevia a sociedade ideal, mas o colégio só poderia cumprir realmente sua função através da implantação de uma disciplina e de um regulamento fundamentado na ordem.

Com o surgimento dos grupos escolares foram realizadas várias alterações em tudo que se relacionava à instrução formal: “nova organização dos espaços e tempos escolares, ampliação dos profissionais responsáveis pelo ensino e pelas tarefas administrativas na escola, discussão sobre métodos de ensino, entre outros” (CHAVES; MENDES, 2009, p. 4).

Dentre as alterações tem-se o modelo arquitetônico constatando que houve uma regionalização da arquitetura escolar, nesta regionalização pode-se apontar “a comparação entre os grupos escolares a uma *casa de fazenda*”, e os materiais de acabamento, também, foram encontrados na região e apresentavam boa durabilidade e acabamento e, assim, eram aproveitados na construção dos mesmos (CHAVES; MENDES, 2009, p. 4).

Como prossegue Chaves e Mendes (2009, p. 4), “não foram encontrados mármore ou outras pedras nobres como em alguns prédios públicos, mas também não se utilizaram esteiras e panos como foi sugerida pela lei mineira de 1906”. Deste modo, Araújo, Ribeiro e Souza (2012, p. 66) fundamentam:

Em 1906, sob a presidência de João Pinheiro da Silva, o governo estadual de Minas Gerais pôs em andamento uma ampla reforma educacional: a Lei nº

¹⁰ As escolas isoladas e as diversas iniciativas de escolarização que aconteciam no Brasil até o final do século XIX, tinham sua formação centrada na figura de um professor, nomeado por órgãos governamentais ou procurado por famílias interessadas. Faria Filho e Vidal (2000), ao tratarem da organização estrutural do ensino primário no Brasil, denominam essas escolas de “escolas de improviso”, pois funcionavam em espaços improvisados nas casas de família ou dos professores ou em prédios públicos ou comerciais cedidos. Já com relação aos grupos escolares, denominando-os de “escolas-monumento”, os mesmos autores afirmam que estes eram construídos visando a monumentalidade, e permitiam “romper com o passado imperial [...]; os grupos escolares projetavam um futuro em que a República, o povo, reconciliado com a nação, plasmariam uma pátria ordeira e progressista” (p. 25).

439, de 28 de setembro de 1906, regulamentada pelo Decreto nº 1960, do mesmo ano, que autorizava profundas alterações no ensino primário e normal.

Faria Filho (1997, p. 144) explicita que em 1906, “chega ao Governo de Minas o industrial e político João Pinheiro”, propõe uma reforma no ensino primário e normal mineiros; prossegue em sua proposta: “o maior controle dos professores pelos inspetores escolares; a introdução de disciplinas ligadas à agricultura; modificações na formação dos professores”; a grande novidade estava “na proposição de se construírem espaços próprios para a educação escolar: os grupos escolares”.

No que se refere às mudanças propostas, Faria Filho (1996, p. 302) destaca:

As mudanças estabelecidas por João Pinheiro já tinham sido largamente discutidas pelos intelectuais e pelos políticos republicanos mineiros da época. Em consonância com os debates políticos realizados em outros estados brasileiros, eles afirmavam a necessidade de expandir a escola primária para erradicar o analfabetismo e construir o progresso na República. Imbuídos na crença de regeneração nacional por meio da escola, também afirmavam a necessidade de reformar o cidadão republicano com autonomia moral, independente, mas perfeitamente ciente de sua cooperação na construção de uma obra – a cidade, a pátria, a humanidade.

Desta forma, constata-se que a principal novidade da Reforma João Pinheiro foi a implantação dos grupos escolares em Minas Gerais como expressão de moderna e renovada organização da escola primária: “a *escola graduada* concebida como um modelo organizado de escola nos moldes dos colégios de ensino secundário reunido vários professores e um diretor com vistas à difusão do ensino primário público” (SOUZA, 2006, p. 13).

No que concerne à *escola graduada*, Souza (2006, p. 13) explicita que se baseava:

[...] fundamentalmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos implicando a constituição das classes. [Pressupunha ainda] a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular – controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e em um edifício compreendendo várias salas de aula e vários professores.

A adoção dos Grupos Escolares teve grande importância para a organização do ensino, tinha uma nova concepção do educativo escolar, consolidação de uma nova cultura e da ordem urbana, como Faria Filho (1996, p. 148) afirma:

A adoção do grupo escolar como representação da nova forma escolar que construía e se impunha, e a conseqüente crítica às escolas isoladas, implicou a construção de novos “espaços” escolares, novos monumentos que materializassem e dessem visibilidade aos novos signos políticos, culturais e aos novos tempos que se pretendia instaurar. Se a relação da educação escolar com a cidade, com seus espaços, prédios e população implicou a construção de monumentos que se impusessem aos demais, a construção dos grupos escolares significou, também, a estruturação de um espaço específico, adaptado a uma função específica. Diferentemente do espaço ocupado / usado pelas escolas isoladas, estruturado em sua origem para atender a outras finalidades – domésticas ou religiosas, por exemplo -, e que traziam consigo e atualizavam no dia-a-dia escolar outros símbolos, signos e, portanto, valores, sensibilidades, enfim, outras culturas, os grupos escolares deveriam significar, ao mesmo tempo que um distanciamento deste mundo doméstico e religioso, a criação de uma nova cultura escolar que evidenciasse, simbólica e materialmente, a vinculação da escola com o mundo secular, público e urbano.

Desta forma, entende-se como definição de lugar próprio a produção dos tipos de construção para os prédios escolares, realçando os prédios, as atividades escolares, entre outras sugere o projetar dos tipos para grupos escolares, os detalhes nas dependências internas e aparência externa; preocupava, também, com a localização do prédio em relação ao sol, à água potável, aos ventos e a outros elementos do meio físico, como afirma o documento oficial:

Os prédios construídos para funcionamento de grupos escolares dispõem das seguintes acomodações: saletas de entrada, onde são colocados vestiários para guardar chapéus e capas das crianças; alpendres largos para facilitar as entradas independentes nas diversas salas; salas de aulas bastante espaçosas, iluminadas e bem ventiladas, sendo em número e dimensões calculadas em razão de 40 crianças em cada sala e com ambiente de 5 metros cúbicos para cada menino; um vasto salão para museu; gabinetes para diretoria e professores; dependências para instalação de reservados e, finalmente, galpões para exercícios físicos e trabalhos manuais (MINAS GERAIS, 1910, p. 13).

Sequenciando o pensamento, quanto à definição de lugar próprio para os grupos escolares, havia a necessidade de uma busca em separar a escola da rua, e com isso, tornou-se fundamental a criação do pátio escolar, esse espaço não existia nas escolas isoladas, deste modo Frago (1995, p. 71) considera o pátio escolar como a “passagem” de uma ordem a outra, de uma cultura a outra, “onde a fila cumpria o importante papel de imposição de uma postura espaço-corporal necessária à ordem escolar”, e, prossegue:

Ao estruturar ou modificar a relação entre o interno e o externo ao meio escolar – as fronteiras, o que fica dentro e o que fica fora -, ou seu espaço interno -, ao abrir ou fechar, ao dispor de uma maneira ou outra as separações e os limites, as relações e comunicações, as pessoas e os objetos, estamos

modificando a natureza do lugar. Estamos mudando não somente os limites, as pessoas ou os objetos, mas também o mesmo lugar.

Desta forma, entende-se que há uma preocupação em separar a escola da rua e da casa, em todos os sentidos e em todos os lugares apresentados e/ou desenhados na planta do grupo escolar, sendo assim, pretende-se nessa construção a escola como uma instituição específica, ao mesmo tempo, dá “visibilidade às diferentes funções dos espaços escolares e, conseqüentemente, impõe formas legítimas ou não de sua apropriação e de sua utilização”.

Para melhor compreensão quanto a estrutura que se esperava das escolas, tem-se o primeiro prédio do Grupo Escolar Villa Platina (alugado), que Silva (2021) fundamenta com propriedade embasado em sua pesquisa intitulada *Grupo Escolar João Pinheiro: aspectos de sua cultura material por meio da arquitetura (1908-2015)*, que ao referir-se à Figura 8, uma construção da década de 1940, destaca os janelões, que aponta para uma concepção típica do higienismo que se encontravam nas construções familiares e nas escolas; outro aspecto identificado se deve ao muro, aos degraus da entrada principal, “os muros baixos permitiam a contemplação de quem passava e os degraus conotava a elevação da suntuosidade daqueles edificações” (p. 35).

Figura 8 – Escola Estadual João Pinheiro (1944)



Fonte: Folha de Ituiutaba, edição do dia 1º de janeiro de 1944. Revista Centenário.

Ainda, referindo-se à arquitetura e espaço dos grupos escolares, direcionava-se a um modo político de contemplá-la, “haveria de simbolizar as finalidades sociais, morais e cívicas

da escola pública. O lugar de formação do cidadão republicano teria que ser percebido e compreendido como tal” (SOUZA, 1998, p. 124).

No entanto, reportando ao final da década de 1930 e na década de 1950, estabelecia-se entre a educação o complexo de inferioridade que o povo brasileiro sentia em relação aos países desenvolvidos, que se dava devido à carência de uma educação escolar sistemática e a oportunidade dessa educação a toda a população, como solução desse problema. Tanto Anísio Teixeira como Lourenço Filho estavam cientes desse complexo de inferioridade e sua origem e, buscavam uma resposta ao desafio, considerando que já estavam caminhando para a resolução da época: “A vida brasileira começa a perder, e felizmente, o “complexo de inferioridade” que não lhe permitia ver-se a si mesma, com o que está ganhando, por certo, maior desenvoltura de movimentos e capacidade de autodeterminação” (LOURENÇO FILHO, 1940, p. 09).

Como fundamenta Ferreira (2008, p. 281-282):

[...] em meados da década de 1950, mesmo com grande parte daquele aparato jurídico-institucional constituído nas décadas anteriores em funcionamento e expansão, a situação política era diversa. Nos dez anos que se seguiram ao final do Estado Novo, vivia-se um período de democratização política: dois presidentes foram eleitos diretamente; uma nova Constituição havia sido promulgada em 1946; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estava em tramitação no Congresso Nacional; o Ministério da Educação não se ocupava mais dos assuntos diferentes foram titulares do cargo que Gustavo Capanema controlara entre 1934 e 1945.

Nestes termos, ao referir-se ao período de democratização política, especificamente ao ano de 1946, pode-se compreender sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que assegurou o direito à educação, como explicita Cotrim (1984, p. 271): “A Constituição liberal de 1946, que surgiu após a derrubada da ditadura getulista, aprovou a elaboração de um estatuto que estabeleceu as diretrizes e bases do ensino brasileiro”.

Cotrim (1984, p. 271) contribuiu com o estudo ao afirmar:

Dois anos depois, em 1948, o governo apresentou à Câmara dos Deputados um amplo projeto neste sentido, que somente foi aprovado 13 anos de debates. Tratava-se da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. A Lei de Diretrizes e Bases determinou, dentre outras coisas, os fins gerais da educação, assegurou o direito à educação e criou o Conselho Federal de Educação que passou a funcionar a partir de fevereiro de 1962.

Neste sentido, somente depois de treze anos de acirradas discussões foi promulgada a Lei Federal nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961, em que um projeto se converteu na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, gestão do então presidente da República João Belchior Marques Goulart, quando deposto do cargo pelo Golpe Militar de 1964, período da Ditadura Militar que permaneceu até o ano de 1985, a nação era governada por militares.

No ano de 1961 foi promulgada a LDB, Lei Federal nº 4.024/1961, teve início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 (quarenta) horas adultos analfabetos; em 1962, é criado o Conselho Federal de Educação que substitui o Conselho Nacional de educação e os Conselhos Estaduais de Educação, e, ainda, em 1962, é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método de Paulo Freire.

Progressivamente, ao percorrer a década de 1960, a história da educação, no Brasil, teve grandes marcos, entre eles, o regime ditatorial militar, a primeira Lei de Diretrizes e Bases. Ao reportar, de forma global, o mundo se dividia em dois grandes blocos econômicos, “de um lado o socialismo (ou comunismo) que defendia a possibilidade de um mundo melhor, mais humano e igualitário. E do outro, tem-se o capitalismo (ou liberalismo) que defende de maneira rígida e racional, o desejo de liberdade e justiça” (LIMA; SILVA JÚNIOR, 2016, p. 2).

Permeado pela crise mundial econômica, o Brasil poderia correr risco quanto à manutenção do sistema capitalista, quando em 1964, os militares ganham força com o regime militar, caracterizando pela “falta de democracia, desaparecimento de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram opositores ao regime” (LIMA; SILVA JÚNIOR, 2016, p. 2).

Neste mesmo período, fundamentam Lima e Silva Júnior (2016, p. 2) ao complementar sobre o regime militar:

Pode-se também definir, por principal razão da implantação do regime ditador no Brasil, o medo sofrido pelos grandes proprietários de terra, quanto as reformas agrárias que trariam prejuízos imediatos aos grandes latifundiários, principalmente a redução de suas propriedades, proposta defendida desde a abolição da escravidão em 1888. Ou seja, enquanto a população sofria com os desastres do regime, os grandes latifundiários estavam preocupados na possibilidade de perder seus bens.

Ainda, esclarecendo sobre o regime militar no Brasil tem-se a explicitação de Piletti (1997, p. 115) quando revela sobre a população menos favorecida como a mais prejudicada:

As condições de vida da população continuaram sempre mais precárias: no campo, sem a propriedade de terra, assistência técnica ou condições de sobreviver, milhões de pessoas foram levadas a migrar para as cidades; estas, inchadas repentinamente por milhões de novos habitantes, tiveram seus problemas multiplicados, como: especulação imobiliária, falta de trabalho, ausência de saneamento básico e condições de higiene para a maior parte da população, a precária e insuficiente assistência médica e muito outros fatores conduziram milhões de brasileiros a viverem em favelas, cortiços, sob viadutos ou nas ruas, sem as mínimas possibilidades de uma vida digna. Como consequência, os índices de mortalidade infantil cresceram, as doenças contagiosas aumentaram, fazendo dos brasileiros um povo doente e faminto.

Em meio a toda essa situação, o Brasil enfrenta grandes dificuldades em relação aos cofres públicos e contrai dívida externa superior a cem milhões de dólares; ocorre um aumento nos números que apontam para a miséria e as mortes tendo a marginalidade como um dos fatores mais agravantes. Não havia como mudar aquele cenário, já que “o Regime Militar criou um aparato governamental em que diminuía os direitos civis e políticos da população”, que, desta forma, não possibilitava as contestações do regime (LIMA; SILVA JÚNIOR, 2016, p. 3).

Neste contexto, a educação, nos anos de 1960, era considerada como um instrumento de mobilidade social. E, no que se refere à Lei de Diretrizes e Bases de 1961, Veiga (2007) afirma que representou um avanço para o país, no sentido de unificação do sistema de ensino e sua descentralização, porém enfatiza que a LDB não teve como estar alheia às intervenções das lutas pedagógicas. Ainda, revela que o projeto das Diretrizes e Bases da educação foi encaminhado à Câmara Federal no ano de 1948 e só promulgada como Lei, no ano de 1961, que isto se deve às divergências de interesse.

Mais uma vez, tem-se a contribuição de Veiga (2007, p. 290) ao referir-se à LDB de 1961: “beneficiou francamente a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que criou as condições para favorecer a educação ampliada e de qualidade a toda população”.

Ao reportar ao ensino primário, “manteve a continuidade da autonomia administrativa dos estados em relação a esse nível de ensino e estabeleceu parâmetros gerais para todo o território nacional” (VAGO; SCHWARTZ, 2013, p. 81).

Veiga (2007, p. 285) realça sobre a Lei nº 4.024/1961, ao fundamentar:

[...] não alterou a estrutura do ensino primário em relação às leis orgânicas de 1946: educação pré-primária (para crianças de até 7 anos, escola maternal e jardim-de-infância) e no ensino primário (com duração de quatro ou seis anos, no caso de iniciação técnica). A LDB estipulava ainda que empresas com mais de 10 funcionários oferecessem ensino primário aos funcionários e a seus filhos. Salvo honrosas exceções tal dispositivo não foi cumprido, mas

evidencia outra estratégia – de omissão estatal na oferta da escolaridade básica.

Ainda, tratando da Lei 4.024/1961, Veiga (2007) destaca que quanto ao quadro de profissionalização dos professores primários não houve alterações, sabendo-se que os professores primários contavam com formação profissional diferenciadas, ou seja, havia professores sem habilitação em curso normal, desta forma não podiam atuar nos grupos escolares, também “não introduziu mudanças na organização do ensino que já estava em vigor desde os anos de 1940” (SCHWARTZ, 2011, p. 7).

No entanto, os problemas se agravavam, Souza (2008) fundamenta ainda que tais problemas do ensino primário no Brasil alcançavam o alto índice de repetência, como resultado da má qualidade da formação dos professores, como também dos baixos salários, e, outro fator fundamental, resultava, também, na execução do programa de ensino.

Algumas medidas foram implementadas, como o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), este programa foi firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, durante o governo de Juscelino Kubistchek, em 1956, viabilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógica (INEP). No que tange ao ensino primário, “o programa visava à qualificação do professor e a produção de material didático, principalmente de livros” (VAGO; SCHWARTZ, 2013, p. 82).

Schwartz (2011, p. 10) prossegue em sua explanação quanto à outra medida implementada na tentativa de melhorar a situação do ensino primário, que foi o Plano Nacional de Educação, que, “[...] previa assumir a obrigação de matricular 100 (cem por cento) das crianças de 7 a 11 anos até a 4ª série e de munir até 1970 o sistema escolar com professores primários diplomados”. Infelizmente, o Plano foi extinto com o Golpe Militar de 1964, entende-se que as iniciativas previam melhorias, no entanto, por diferentes interesses, os desafios continuaram trazendo sérios problemas que perduraram até o final dos anos de 1960 e nas décadas seguintes (VAGO; SCHWARTZ, 2013).

Saviani (2006, p. 41) referindo-se à situação da educação brasileira, a partir do Golpe Militar e às reformas que foram alterando esse campo, em uma intensa experimentação educativa, afirma que, “[...] sob a égide do regime militar implantado em 1964, desencadeou-se um processo de reorientação geral do ensino no país”.

Vale destacar, ainda, como Vago e Schwartz (2013, p. 86) explicitam, que “com a instauração do regime militar o governo optou por administrar a educação firmando convênios com organismos estrangeiros, através dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura a *United States Agency International for Development* (MEC/USAID)”.

Sobre esta questão, Veiga (2007, p. 310) afirma que entre os anos de 1964 a 1971, com a finalidade de reformar a educação brasileira, o governo firmou convênio entre MEC/USAID, que “[...] previa assistência financeira e assessoria técnica a órgãos e instituições educacionais”; tais acordos interferiram na reforma universitária de 1968 e na Reforma de Lei de 1971.

No entanto, é no período da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é instituído o Decreto-Lei n 5.692/1971.

A característica marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional de cunho profissionalizante. Segundo Romanelli (1993), deve-se proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício consciente da cidadania.

2.2 A criação dos Grupos Escolares em Ituiutaba: experiências escolares contraditórias

O estudo aborda fatos marcantes na história, com as principais características que fazem parte da escolarização, quando descortinam uma instituição escolar em construção. Neste sentido, tem-se a contribuição de Nosella e Buffa (2005, p. 356) ao afirmar que:

Além de um levantamento mais completo e de uma leitura mais aprofundada dos estudos publicados sobre instituição escolar, para o balanço crítico que pretendemos realizar, precisamos explicitar o referencial teórico que nos norteia. Defendemos uma linha metodológica que descreva o particular, explicitando, dialeticamente, suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural.

Ao mesmo tempo, relaciona a construção da instituição ao desenvolvimento e ascensão econômica do município, sabendo-se que o Grupo Escolar Ituiutaba (1958) foi classificado como a sexta escola criada na cidade de Ituiutaba-MG, tendo como ascendentes: a Escola Estadual João Pinheiro (1908) (Figura 9), Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (1947) (Figura 10), Grupo Escolar Senador Camilo Chaves (1955), a Escola Estadual

Governador Clóvis Salgado (1956) (Figura 12) e a Escola Estadual Rotary (1956) (Figura 13), como pode-se visualizar no (Quadro 4).

Quadro 4 – Criação e instalação de escolas estaduais de Ituiutaba – 1908 a 1958.

Nome Escola	Criação	Instalação / Autorização
E.E. João Pinheiro	Decreto 2.327, de 22/12/1908	Sem informações
G.E. Ildfonso Mascarenhas da Silva	Decreto 2.395, de 31/1/1947	Sem informações
G.E. Senador Camilo Chaves	Decreto 4.477, de 21/03/1955	Instalação: 8/1/1956
E.E. Gov. Clóvis Salgado	Decreto 4.966, de 27/1/1956	Sem informações
E. E. Rotary	Decreto 9.703, de 23/12/1956	Sem informações
E.E Arthur Junqueira de Almeida	Decreto 5.438, de 18/04/1958	Sem informações

Fonte: Bezerra, Ribeiro, Araujo (2017, p. 208).

O Quadro 4 aponta as escolas desde 1908 até 1958, com a criação do Grupo Escolar Ituiutaba e, em seguida, algumas considerações históricas das instituições escolares enumeradas no quadro.

Desta forma, a Escola Estadual João Pinheiro foi criada pelo Decreto 2.327, de 22 de dezembro de 1908 (Figura 9).

Figura 9 – Grupo Escolar de Villa Platina (1908)



Fonte: Ferreira, Carvalho (2012, p. 139).

Conforme a Figura 9, antes de se tornar em Escola Estadual João Pinheiro, este era o Grupo Escolar Villa Platina, a partir do Decreto de criação de nº. 2.327, de 23 de dezembro de 1908, publicado no “Minas Gerais – Órgão Oficial dos Poderes de Estado” (ano XVII, nº. 304:1) e sua implantação se deu em 1910.

Como Ferreira e Carvalho (2012, p. 138-139) descrevem sobre a unidade escolar:

[...] o Grupo Escolar Villa Platina, primeira denominação, que, posteriormente, passou a ser chamado Grupo Escolar João Pinheiro (atual Escola Estadual João Pinheiro), buscava materializar os valores republicanos, cuja construção seguia o padrão moderno da época, sendo edificada na parte central da cidade, próxima à Igreja da Matriz e do cartório Oficial do Registro Civil, conforme documentos analisados um dos primeiros grupos escolares do Triângulo Mineiro. Assim, constituiu-se o grupo escolar Villa Platina.

Neste contexto, pode-se apresentar conforme os estudos de Coelho et al. (2016, p. 3) dados do Recenseamento em 1904, que mostram:

Segundo o Recenseamento de Villa Platina em 1904, consta o total de 9.446 pessoas no município neste ano, elas representavam um total de 1.432 famílias. Entretanto, os dados revelam que nesta população platince existiam 7.935 pessoas que não sabiam ler nem escrever, enquanto que apenas 1.450 pessoas foram contadas como alfabetizadas. Em dados percentuais 18,27 da população sabia ler e escrever, enquanto que 81,73 era composta de pessoas analfabetas. Por este motivo, justifica-se a emergência ou necessidade inadiável da criação de um Grupo Escolar para alfabetizar esta população local.

Neste sentido, a amostra do recenseamento aponta o número de pessoas no município, naquele momento, o número de famílias e constata, também, o número de pessoas que não sabiam ler e nem escrever, totalizando mais de 80 da população. Para melhor compreender a urgência de um grupo escolar no município de Ituiutaba, então Villa Platina.

Mesmo sabendo que ao apontar esta escola havia um interesse eletista, entende-se, também, segundo explicitação de Ribeiro e Silva (2003, p. 76), que a princípio no país, os Grupos Escolares eram criados para atender à elite: “Os Grupos Escolares [...] funcionaram como uma das estratégias dessa parcela da elite republicana em erigir um novo simbólico e imaginário através da educação pública e laica”.

Neste sentido, Ribeiro e Silva (2009, p. 7) fundamentam sobre o nascer do primeiro Grupo Escolar no município de Ituiutaba:

Os Grupos Escolares se instalaram no Estado de Minas Gerais, com a denominada “Reforma João Pinheiro”, formalizada pela Lei nº. 434 de 28 de setembro de 1906, quando o ensino laico se sobrepôs ao confessional e a racionalidade tomou o lugar da fé nos bancos escolares, pois, sob o governo de João Pinheiro, ocorreu a abolição da instrução religiosa nas escolas públicas, bem como os subsídios estaduais aos seminários. Em Ituiutaba o primeiro Grupo Escolar foi criado pelo Decreto número 2.327, assinado no

dia 22 de dezembro de 1908 com a denominação de Grupo Escolar de Villa Platina, e instalado em 1910.

Assim, mostra a força política daquele momento e, ao mesmo tempo, com o passar dos anos, o desinteresse mostrando as precariedades que foram surgindo. No entanto, sua trajetória histórica mostra que enfrentou situações precárias que surgiram, chegando à interdição do Grupo Escolar João Pinheiro, possibilitando que as escolas particulares e confessionais começassem a surgir e, assim, os alunos da “elite” ituiutabana começaram a evadir do Grupo. Como revelam Coelho et al. (2016), no ano de 1952, o Jornal Folha de Ituiutaba informa à sua população os prejuízos incalculáveis que foram constatados. Neste momento, como afirmam as autoras, um pai de dois alunos que estudavam no Grupo envia um telegrama ao, então governador de Minas, Juscelino Kubitschek solicitando os reparos urgentes e necessários no edifício.

A resposta do Governador chega dentro de oito dias e é publicada no Jornal Folha de Ituiutaba, o mesmo que havia publicado o teor do telegrama enviado pelo pais dos alunos informando as condições do Grupo, agora publicava a resposta do Governador, a notícia foi propagada, também, em rádio, “de que ele recebera com apreço o telegrama, e encaminhara o assunto aos Órgãos competentes da Administração para as providências necessárias” (palavras do Governador em sua resposta) (COELHO et al., 2016, p. 8).

A história do primeiro Grupo Escolar, na cidade de Ituiutaba, teve uma longa caminhada, permeada por várias situações, entre as indignações, marcou sua trajetória um incêndio causado por atos de vandalismo, também, resultado de falta de vontade política e revoltas da sociedade como forma de protesto por ter deixado o Grupo nas condições precárias em que se encontrava, havendo até a necessidade de suspender as aulas (COELHO et al., 2016).

De acordo com a trajetória histórica do primeiro grupo escolar de Ituiutaba, presenciou-se mais precariedades oriundas de vandalismo, que ficou claro pela publicação no dia 09 de maio de 1953, pelo Jornal Folha de Ituiutaba que noticia sobre a Reforma concluída e o aguardo no mobiliário; um vai e vem em sua história, pois dia 10 de janeiro de 1959, outro informe aponta para o noticiário da cidade, “**Depredações no Grupo João Pinheiro**”, desta vez, moleques invadiram, danificaram móveis, livros e material escolar (COELHO et al., 2016, p. 9).

Mais uma vez, buscou-se recursos para as danificações da escola, com isso a necessidade de escolas para atender a população quando o quantitativo mostrava a evolução do

analfabetismo no Brasil, em Minas Gerais e no município de Ituiutaba. Nesta questão, Bezerra, Ribeiro e Araujo (2017, p. 192) apontam:

No período de 1957-1966, a expansão da escolarização, sobretudo no Sudeste, eleva o percentual acima de 53% (cinquenta e três por cento). Ainda assim, não se pode dizer que a elevação tenha sido uniforme. Estado de projeção econômica e política, Minas Gerais apresentava índices de analfabetismo alarmante; e, no que se refere ao município de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, a migração talvez tenha sido uma variável influente não só no que diz respeito à manutenção do analfabetismo, mas também a sua ampliação. Esse município se singulariza no que se refere ao plano geral nas relações entre migração e escolarização. De acordo com o plano nacional, o movimento de expansão educacional era o de criar mais escolas nas cidades – os grupos escolares. No entanto, em Ituiutaba, ocorreu o inverso: foi necessária a criação de mais escolas rurais, visto que o meio rural recebera levas de migrantes do norte de Minas Gerais e do Nordeste, por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960. Se, nesse momento, o fluxo da migração nacional era do campo para a cidade, em Ituiutaba, o alvo da migração foi o campo.

Deste modo, Ituiutaba era denominada como “capital do arroz” devido sua produção como força econômica da rizicultura, assim atraiu migrantes que buscavam melhores condições de vida, o que levou a criação de escolas municipais. Como mostra o Quadro que enumeram as escolas criadas de 1941 a 1968.

Quadro 5 – Escolas municipais de Ituiutaba e sua criação – 1941-1968

Escolas Municipais	Data de Criação	Localização
E. M. Alberto Torres	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Água Suja
E. M. Duque de Caxias	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Córrego da Canoa
E. M. José Bonifácio	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Córrego do Açude
E. M. Quirino de Moraes	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Mateirinha
E. M. São Francisco de Assis	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Córrego do Retirinho
E. M. Augusto Alves Vilela	Decreto-Lei 178, de 6/3/47	Córrego da Divisa
E. M. Francisco Alves Vilela	Decreto-Lei 178, 6/3/47	Campo Alegre
E. M. Prefeito Jaime Meinberg	Decreto-Lei 182, de 19/6/47	Reveirão dos Baús
E. M. Antônio Pedro Guimarães	Lei 119, de 24/11/51	Córrego do Macado
E. M. Constâncio F. de Almeida	Lei 119, de 24/11/51	Cotia
E. M. Francisco A. de Lorena	Lei 119, de 24/11/51	Vila Fisa
E. M. José Inácio de Souza	Lei 119, de 24/11/51	Campo Alegre
E. M. Joaquim José Domingues	Lei 347, de 28/11/55	Fazenda Santa Rita
E. M. Tiradentes	Lei 347, de 28/11/55	Córrego Açude
E. M. Hilário Chaves	Lei 559, de 21/3/60	Salto de Moraes
E. M. Antonio Joaquim da Costa	Lei 637, de 25/3/61	Ribeirão dos Baús
E. M. Santa Rita	Lei 673, de 1º/12/61	Santa Rita
E. M. Antonio Baduy	Decreto 240, de 22/2/62	Campo Alegre
E. M. Castro Alves	Decreto 241, de 23/2/62	Ponte Rio Prata
E. M. São José	Decreto 249, de 23/4/62	Córrego da Mamona
E. M. João da Fonseca Filho	Decreto 261, de 16/8/62	Boa Esperança
E. M. Aureliano J. Freitas Franco	Decreto 264, de 20/8/62	São Lourenço
E. M. Capela N. S. Aparecida	Decreto 312, de 4/5/64	Monte Azul
E. M. Getúlio Vargas	Decreto 312, de 4/5/64	Baixadão
E. M. Ver. Diógenes de Souza	Decreto 312, de 4/5/64	Pontinhas
E. M. Pref. José A. de Paula	Decreto 312, de 4/5/64	Guabiroba

E. M. Fernando M. de Andrade	Lei 954, de 29/3/65	São Bento
E. M. Dep. Daniel de F. Barros	Decreto 385, de 15/4/66	Açude
E. M. Dr. Camilo Chaves Júnior	Decreto 385, de 15/4/66	Sapé
E. M. Joaquim José de Assis	Decreto 385, de 15/4/66	Campo Alegre
E. M. Domingos José Franco	Decreto 404, de 27/12/66	Ribeirão São Vicente
E. M. Manoel Alves Vilela	Decreto municipal 404, de 27/12/66; autorização de funcionamento pela portaria 013/80 de 25/10/80	R. Francisco M. de Andrade, Conjunto Sol Nascente II
E. M. Francisco José de Carvalho	Decreto 432, de 23/8/67	Capão Rico
E. M. Antonio Severino da Silva	Decreto 454, de 12/2/68	Rib. São Vicente
E. M. Augusto Martins de Andrade	Decreto 454, de 12/2/68	Pontal – Campo Alegre
E. M. João José dos Santos	Decreto 1.235, de 21/6/68	Córrego da Chácara
E. M. Manoel Afonso Cancellia	Decreto 492, de 8/7/68	Ribeirão de S. Rita
E. M. Antonio de Souza Martins	Decreto 503, de 14/8/68	Alto do Carmo
E. M. Cândido José de Carvalho	Decreto 507, de 19/8/68	Mangalarga
E. M. Joaquim Antonio de Moraes	Decreto 520, de 19/9/68	Córrego do Retiro
E. M. José da Silva Ramos	Decreto 534, de 2.12.68	Córrego da Chácara
E. M. de 1º e 2º Graus Machado de Assis	Decreto 73, de 25 de novembro de 1941, recebe a denominação de Machado de Assis. Lei municipal 1.254, de 1968; autorização de funcionamento pela portaria 78/69, publicado no “MG”, de 8/3/69; em 1973, implantação do regime instituído pela Lei Federal 5.692, de 11/8/71, modificando o regimento conforme resolução 146/72, aprovada em 22/6/72, pelo Conselho Estadual de Educação (MG).	Rua 26, Centro

Fonte: Bezerra, Ribeiro e Araujo (2017, p. 205).

No Quadro 5 apresentam as escolas municipais que foram construídas nas décadas de 1940 ao final de 1960, sendo as mesmas de alvenaria, para melhor compreensão da estrutura física das escolas rurais, o transporte a moradia do professor para ministrarem as aulas nestes estabelecimentos, Bezerra, Ribeiro e Araujo (2017, p. 206) apresentam, a seguir, parte de entrevista realizada com o senhor Fued José Dib (2015), colaborador do então prefeito Samir Tannus (1967-1970):

Na década de 50, tinha escola rural que funcionava no paiol. Quando o Samir Tannus se elegeu, em 1966, para prefeito, com seu plano de governo “Uma escola em cada 58 dias de governo”, eu o apresentei o programa de construção de prédios de alvenaria. E fizemos isso, criamos um bocado de escola. [...] As escolas era muito simples, era um cômodo aqui outro ali, um banheirinho no meio, uma varandinha, no máximo duas salas de aula; mas isso foi um progresso porque antes havia escola até no paiol. Tinha escola que funcionava era na casa do peão mesmo, sem espaço, sem um mínimo de conforto. A maioria dos professores morava na roça, geralmetne o proprietário da fazenda cedia um lugar para o professor morar, na maioria das vezes era uma família que tinha filho que estudava. Agora, algumas escolas a prefeitura transportava. Não era uma norma que todos os professores morassem na zona rural, mas não quer dizer que a prefeitura garantia transporte para todos os professores. Tinha escola que às vezes tinha aluno de três séries, era uma professor só;

primeiro porque muitas vezes eram poucos alunos. Não havia esforço para pôr aluno na escola. Era complicado.

Nesta perspectiva, entende-se que as condições anteriores às escolas rurais construídas de alvenaria, em sua simplicidade, superava as necessidades que se apresentavam para um espaço para o ensino daqueles que moravam no campo, como o entrevistado destaca “isso foi um progresso porque antes havia escola até no paiol” e até acrescenta, ou funcionava na casa do peão mesmo, um cenário um tanto questionável, não havia garantias para o profissional da educação, nem de moradia e nem de transporte. Sugere pensar que o profissional buscava se adequar ao local, alojando na casa do fazendeiro, quando levava sua família que, também, ofertava a escolarização aos filhos.

Diante as dificuldades apresentadas nas escolas rurais, percebe-se as salas seriadas, “às vezes, tinha aluno de três séries”, um só professor. Essas salas denominadas como “sala multisseriada”, já recebeu outros termos para denominar a modalidade de ensino que conta com um professor, em um mesmo local, e seu atendimento alcança a várias séries. Entre os termos apontados pode-se destacar: “multissérie, multi-idade, agrupamento vertical, multianual, escola isolada, classé múltipla, multigrado, sala unidocente, sala (classe ou turma) multisseriada” (RODRIGUES, 2009, p. 74).

Neste sentido, a construção das escolas no campo possuem estrutura semelhante, de acordo com a sua região, e mais importante é constatar que naquele momento, as escolas multisseriadas era uma característica comum das escolas do campo, entre outras funções que o professor se incumbia, como auxiliar na limpeza, do local, na cantina, entre outros afazeres que não tinha como encarregar outros profissionais. Como Rodrigues (2009, p. 78) revela diante dos resultados de sua pesquisa, em sua Dissertação intitulada *Educação no meio rural: um estudo sobre salas multisseriadas*: “atualmente, esse quadro ainda pode ser encontrado em algumas regiões do Brasil, no entanto, é bem menor do que há décadas atrás, o que pode ser considerado um avanço inestimável para o desenvolvimento do trabalho docente”.

Ao mesmo tempo, esse cenário no campo mostra uma dicotomia com o meio urbano, quando da construção dos Grupos Escolares, com prédios projetados, como Faria Filho e Vidal (2000, p. 25) apresentam:

Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas - tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados

simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas.

Assim, mostram as características próprias dos grupos escolares, construídos como modelo da educação do século XIX, como enfatiza Faria Filho e Vidal (2000, p. 25), “o das escolas seriadas”. Na trajetória histórica das instituições escolares, retornando às escolas no município de Ituiutaba, após mais de 30 anos de intervalo da construção de uma escola para outra, isto é, o Grupo Escolar João Pinheiro criado em 1908, somente no ano de 1947, criou-se o Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (Figura 9), Decreto 2.395, de 31 de janeiro, publicado oficialmente em 1º de fevereiro.

Conforme pesquisa de Baduy (2020, p. 108) sobre o Grupo Escolar Mascarenhas revela que:

Para que pudesse ser concretizada a instalação do grupo escolar Mascarenhas e para que seu funcionamento se iniciasse, foi preciso definir corpo administrativo, corpo docente e corpo discente (matrículas). Uma vez instalada, essa escola pública teve como primeira diretora Maria José de Andrade Moraes. O corpo docente foi escolhido por Hélio Benício de Paiva, então representante da secretaria de Educação de Minas Gerais, ou seja, assistente de Ildefonso Mascarenhas.

Neste sentido, ao definir o corpo docente iniciou-se o atendimento aos discentes, totalizando 460 matriculados, como descreve Baduy (2020), os discentes vinham de famílias que se deslocaram para o município em busca de trabalhos nas lavouras de arroz, se aliavam às de emprego no comércio e no serviço doméstico e em busca de oportunidades de escolarização.

Entendia-se que os alunos além de alimentação, também, necessitavam de boas práticas de higiene, já que as condições eram precárias em relação ao ambiente doméstico e às condições financeiras. O Grupo Escolar Mascarenhas (Figura 10) iniciou-se em um prédio velho na rua 20, onde as condições eram precárias, mudaram de prédio e a precariedade não sumiu. Tal precariedade se devia não mais às condições do prédio para onde se instalara, mas pela divisão do prédio que se encontrava em outra escola, e, também, pelas restrições de horário (BADUY, 2020).

Figura 10 – Grupo Escolar Mascarenhas (1947)



Fonte: Ribeiro, Lima e Quillici Neto (2013, p. 329).

A Figura 10 mostra a recepção ao secretário da Educação de Minas Gerais Ildefonso Mascarenhas, em 1947. O secretário de Educação Ildefonso Mascarenhas, no centro do grupo de pessoas (sob o portal da porta de entrada), quando visitou a primeira instalação do grupo escolar que ajudou a criar prédio da rua 20.

A pesquisa de Baduy (2020, p. 111) mostrou, ainda que, a escola com a qual dividia o prédio era o Grupo Escolar João Pinheiro; “a alocação de duas escolas no mesmo prédio pode ser explicada pelo fato de ambas serem de competência estadual”. No entanto, a autora citada, afirma que “a convivência de dois corpos docentes, dois corpos discentes e dois corpos administrativos na mesma sede - trouxe certa incompatibilidade, sobretudo de horários [...]”.

Finalmente, chegou a cogitar que o Grupo Escolar Mascarenhas iria fechar, mas não ocorreu, isso graças à participação da comunidade, pois o grupo escolar estava cumprindo sua função social e a mais importante era o atendimento às famílias com restrições financeiras severas (BADUY, 2020).

Desta forma, entende-se que Ituiutaba precisava de mais escolas para combater o analfabetismo, e as circunstâncias apontavam para preocupações em âmbito nacional, com os rumores de que o Grupo Escolar João Pinheiro iria fechar, devido à falta de recursos governamentais, no entanto, o Grupo Escolar sobreviveu às condições para oferecer serviços de qualidade e precisava assumir um horário mais tranquilo.

Naquele momento, havia o Grupo Escolar João Pinheiro (1908) e o Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva (1947) criados, que diante dos índices elevados na alfabetização não supriam a demanda, um grande número da população exigia instrução pública. De acordo com a Tabela 3, com os resultados do Censo de 1950, que se refere à alfabetização da população no município de Ituiutaba – MG.

Tabela 3 – Instrução pública – Os resultados do Censo de 1950, referentes à alfabetização da população no município de Ituiutaba, MG

DISCRIMINAÇÃO		PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS O-MAIS				
		Números Absolutos			% sobre o total	
		Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever (*)	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever (*)
Quadro urbano	Homens	4.032	3.115	917	77,25	22,75
	Mulheres	4.445	2.931	1.514	65,93	34,07
	TOTAL	8.477	6.046	2.431	71,32	28,68
Quadro rural	Homens	18.300	7.116	11.184	38,88	61,12
	Mulheres	16.312	5.218	11.094	31,98	68,02
	TOTAL	34.612	12.334	22.278	35,63	64,37
Em geral	Homens	22.332	10.231	12.101	45,81	54,19
	Mulheres	20.757	8.149	12.608	39,25	60,75
	TOTAL	43.089	18.380	24.709	42,65	57,35

Fonte: IBGE, 1959 (MORAES, 2014, p. 131).

A Tabela 3 mostra os dados estatísticos do Censo de 1950, referentes à alfabetização da população do município de Ituiutaba-MG, que neste ano de 1950, contava, aproximadamente, 57% (cinquenta e sete por cento) não sabiam ler, ou seja, a população de Ituiutaba, de cinco anos ou mais, permanecia analfabetos. Desta porcentagem apresentada, 60,75 (sessenta vírgula setenta e cinco por cento) eram mulheres e 54,19 (cinquenta e quatro vírgula dezenove por cento) eram homens. Ao verificar os resultados quanto às pessoas que sabiam ler e escrever, além do índice baixo na alfabetização, pode-se constatar que 71,32% (setenta e um vírgula trinta e dois por cento) constituem a população urbana.

A partir desta década de 1950 pode-se perceber que houve uma ampliação nos estabelecimentos escolares, visando a reverter tais resultados, no sentido de reduzir o analfabetismo.

Desta forma, o quantitativo de instituições educacionais, no período de 1954 a 1956, registrados, pode ser visualizado na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Ituiutaba e o ensino primário municipal no período de 1954-1956

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	1954	1955	1956
Unidades escolares	33	39	48
Corpo docente	97	108	141
Matrícula efetiva	3.304	2.543	4.895

Fonte: IBGE, 1959 (MORAES, 2014, p. 132).

Na Tabela 4 pode-se constatar os resultados equivalentes às unidades escolares, no que se refere ao ensino primário municipal que, também, havia grande números de analfabetos, como mostra a Tabela 3. Portanto, retornando ao número de unidades escolares evidenciou-se no ano de 1954 que corresponde a 33 unidades; no ano de 1955 totaliza 39 e, no ano de 1956, conta com 48 unidades escolares; o que percebe, embora, o número de instituições educacionais tenha aumentado, o número de vagas existentes no ensino primário não era suficiente.

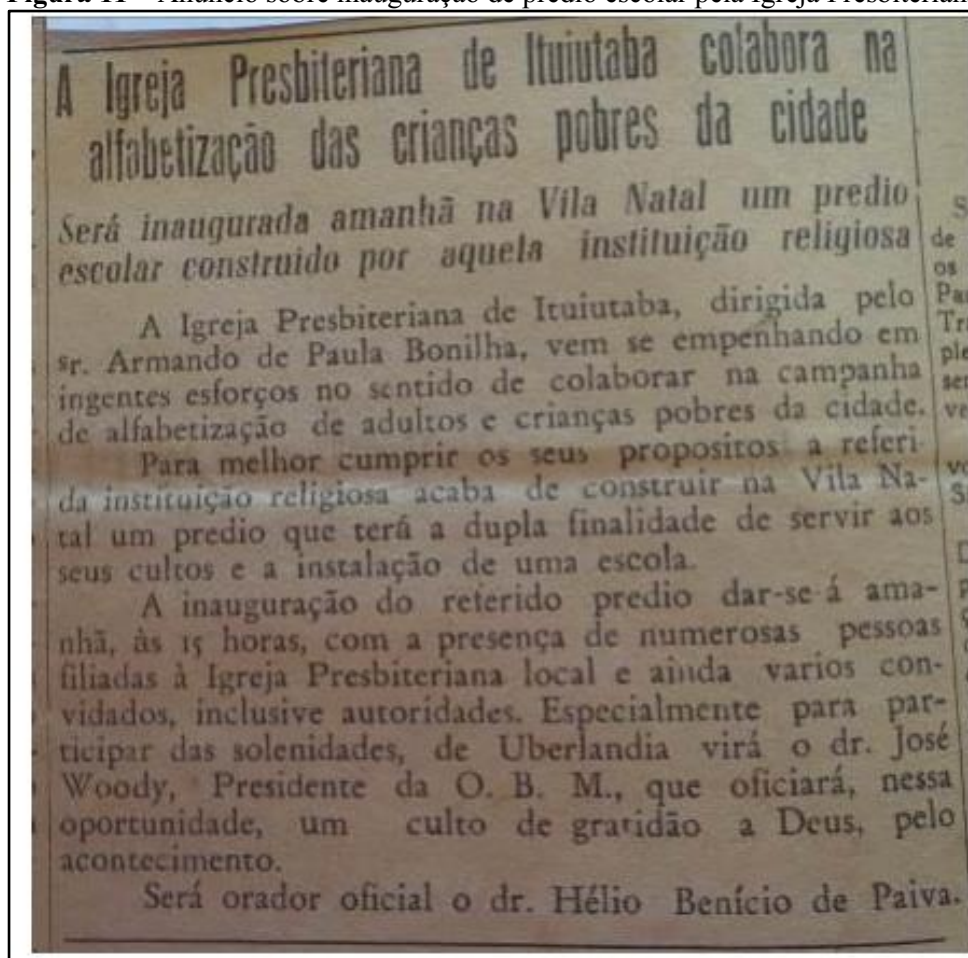
Ao verificar o resultado quanto ao corpo docente, do ano de 1954 a 1956, houve um número significativo acrescentado, isso se deve ao aumento das unidades escolares e, também, sugere pensar no número de matrícula efetiva, havendo um número considerável entre os anos de 1954 e 1956.

Prosseguindo, a trajetória histórica no município de Ituiutaba, embora fosse claro o alto índice no analfabetismo, a sociedade, também, mobilizava, como revela Moraes (2014, p. 128-129):

Na falta de iniciativas do governo municipal e estadual em prover o município de escolas públicas, a igreja presbiteriana, atendendo aos anseios da população e aos interesses religiosos da igreja, inaugura, no dia 12 de outubro de 1952, um prédio na Vila Natal com a dupla finalidade de servir aos cultos e oferecer alfabetização às crianças e adultos carentes.

Desta forma, a afirmação de Moraes (2014) condiz com o anúncio da Folha de Ituiutaba, do dia 11 de outubro de 1952, como pode ser visualizado na Figura 11.

Figura 11 – Anúncio sobre inauguração de prédio escolar pela Igreja Presbiteriana



Fonte: Moraes (2014, p. 129).

Deste modo, o anúncio da Figura 11, refere-se ao veículo de comunicação da Folha de Ituiutaba sobre a inauguração de prédio que contribuiu para a alfabetização das crianças pobres da cidade, veiculado no dia 11 de outubro de 1952, ano XI, n. 543, constitui-se do seguinte conteúdo:

A Igreja Presbiteriana de Ituiutaba colabora na alfabetização das crianças pobres da cidade

Será inaugurada amanhã na Vila Natal um prédio escolar construído por aquela instituição religiosa

A Igreja Presbiteriana de Ituiutaba, dirigida pelo sr. Armando de Paula Bonilha, vem se empenhando em ingentes esforços no sentido de colaborar na campanha de alfabetização de adultos e crianças pobres da cidade. Para melhor cumprir os seus propósitos a referida instituição religiosa acaba de construir na **Vila Natal** um prédio que será a dupla finalidade de servir aos seus cultos e a instalação de uma escola. A inauguração do referido prédio dar-se-á amanhã, às 15 horas, com a presença de numerosas pessoas filiadas à Igreja Presbiteriana local e ainda vários convidados, inclusive autoridades. Especialmente para participar das solenidades, de Uberlândia virá o dr. José Woody, Presidente da O. B. M., que oficiará, nessa oportunidade, um culto de gratidão a Deus, pelo acontecimento.

gratidão a Deus, pelo acontecimento. Será orador oficial o dr. Hélio Benício de Paiva. (Grifos nossos).

Neste sentido, atendendo parte da demanda do município, a Igreja contribuiu para tal necessidade, e, ao mesmo tempo, outras instituições do ensino primário foram instaladas. Porém, vale ressaltar, quanto à necessidade da criação do curso Primário no Grupo Escolar Ituiutaba, no ano de 1958, anexada ao Educandário Ituiutabano, para atender as crianças em idade própria para iniciar sua alfabetização, que essas crianças eram do Bairro Natal, o que veio somente confirmar na história do objeto de estudo. Isto é, uma população carente, não só financeiramente, como outros recursos, mesmo sendo da área urbana, naquele momento, encontrava-se como bairro afastado, próximo ao Independência, que se encontrava, desabitado, o qual pode oferecer seu prédio até sua construção própria.

Deste modo, a cidade de Ituiutaba, ainda, necessitava de mais escolas para atender a demanda, como Moraes (2014, p. 128) explicita, “apesar da criação de várias escolas rurais, a população urbana, ainda carecia e ansiava por mais escolas, recebendo com entusiasmo a criação do Governo do Estado de Minas Gerais, do terceiro grupo escolar do município, o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves”.

A criação do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, se deu no ano de 1955, e o jornal Folha de Ituiutaba (1956, p. 1) traz a notícia:

A criação, no passado e conseqüente instalação, ou, propriamente o início de atividades no corrente exercício, do Grupo Escolar Camilo Chaves, trouxe, como é previsto, grandes benefícios a Ituiutaba, que há muito se ressentia de unidades escolares em número capaz de atender às necessidades do lugar. [...]. Acontece, entretanto, que o estado até agora não remeteu imobiliário do estabelecimento, que funciona desta forma, por um supremo esforço das professoras, em condições precárias, sendo as crianças obrigadas a se sentarem no assoalho, para assistirem às aulas [...].

Neste sentido, evidencia-se as dificuldades no momento de criação de uma instituição escolar, em Ituiutaba, e, ao mesmo tempo, a coragem e determinação dos profissionais da educação frente à necessidade dos pais em assegurarem a educação aos seus filhos. No entanto, Souza (2005, p. 13) esclarece sobre o fato acima, ao referir-se à criação das escolas estaduais nesse período:

No início dos anos 50, as escolas estaduais eram criadas sem prédio próprio, isso causava muito transtorno para a diretora nomeada. Existia muita burocracia para alugar um prédio para o estado. Construir o prédio próprio era

ainda mais difícil, devido à ingerência política e à tramitação exigida para a construção.

Desta forma, evidencia-se a criação das escolas estaduais em Ituiutaba, que iniciavam suas atividades de forma precária, onde estudantes e profissionais da educação iam superando os obstáculos para minimizar as necessidades para erradicação do analfabetismo, não só no município de Ituiutaba, como demais regiões, as quais se apresentam nas histórias das instituições escolares, que, atualmente, tem-se oportunidade de conhecê-las, devido seus registros em redes virtuais.

No ano seguinte, em 1956, há uma grande mobilização de professoras, lideradas pela educadora Maria Moraes, em busca de alunos para realização de matrículas e, conforme afirmação de Bezerra (2016, p. 44) conseguiram 576 (quinhentos e setenta e seis) crianças, alcançando um número suficiente para constituir o primeiro corpo discente do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado. “A intenção das docentes foi sensibilizar a sociedade civil e o poder político da cidade quanto ao problema da falta de espaço próprio para a escola” (BEZERRA, 2016, p. 45).

De acordo com os resultados da pesquisa de Bezerra (2016, p. 46), o Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado, também, teve sua história permeada de lutas e conquistas, pressão e resultados, sociedade local e políticos:

O que se vê são gestos de dedicação e amor à educação. Todo engajamento das educadoras em fazer valer os sonhos de educar aquelas crianças, que junto a elas teceram o drama que foi a gênese do grupo; mesmo que para isso os afazeres educacionais se dessem sob sombras da magnólia, fato tal que sensibilizou os governantes competentes pela educação. Pressionadas, as autoridades locais começaram a estudar a viabilidade de construir mais um grupo escolar, com ou sem o apoio governamental, pois as professoras mantiveram a luta pelo referido grupo.

Assim, conseguiram mobilizar a sociedade, os demais educadores/as envolvidos e os políticos, naquele momento, o deputado Omar Diniz, o prefeito da cidade e o ministro Clóvis Salgado ficaram a par da situação, assim, houve uma ação política relevante para a educação pública de Ituiutaba, como prossegue Bezerra (2016, p. 48), “conforme relato do engenheiro responsável pela construção do prédio do grupo Clóvis Salgado, Carlos Luiz Alves, a construção se deu por volta de 1958 a 1960”.

Figura 12 – Etapa de construção do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado



Fonte: Bezerra (2016, p. 49)

A Figura 12 mostra a etapa de construção do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado, após permanecer em espaço adaptado para o funcionamento de julho de 1957 a 1960, o Grupo pode contar com o seu prédio próprio. Pode-se observar em quem seu entorno, como visualiza-se em sua construção, não havia casas próximas, porém um lugar arborizado, sendo assim, evidencia-se que a construção ergueu uma escola que se encontrava na periferia desta cidade, portanto conclui-se que o atendimento desta se dirigia a maior população que ali residia (BEZERRA, 2016).

Como citado, anteriormente, as escolas eram construídas, mas não disponibilizavam imediatamente o mobiliário, o mesmo ocorreu com o Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado, “vencida a batalha da construção, a luta seguinte foi obter mobiliário, materiais didáticos, merenda escolar e outros recursos que permitissem à escola funcionar plenamente” (BEZERRA, 2016, p. 50).

A Figura 13, a seguir, mostra que o Grupo desenvolveu, depois de lutas para construção da escola, e “os rumos do processo educacional – se público ou se privado – tornaram-se objeto de um debate intenso: de um lado, reformadores-educadores, intelectuais, militantes e sindicalistas; de outro, católicos e representantes da iniciativa privada” (BEZERRA, 2016, p. 51).

Portanto, conforme Bezerra (2016, p. 51-52), o debate girou em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN:

[...] cujo processo de aprovação começa em outubro de 1948, quando Clemente Mariani, então ministro da Educação e membro da União Democrática Nacional, submeteu à Câmara Federal o projeto original da lei, à luz do dispositivo constitucional que previa à União regular os rumos da educação. O projeto apresentou os fundamentos para normatizar a estruturação das esferas estaduais e federal da educação com uma lei específica para todos os níveis escolares. Prescreveu a educação primária como obrigatória e gratuita, ou seja, escola pública em seus vários segmentos; além de estabelecer princípios para fazer cumprir essa exigência. De fato, a versão original indicou o dever do Estado de garantir educação para todos; mas admitia incentivos à iniciativa privada, sem contar que sugeria uma ação estatal de valor supletivo, sobretudo no fortalecimento de seu caráter moralizador e fiscalizador.

Desta forma, embora permeado, o Grupo Escolar por políticos alinhados contrários à educação pública, o senhor Clóvis Salgado ajudou a criar condições mais sólidas para funcionar uma escola pública, a qual levou seu nome (BEZERRA, 2016).

Sequenciando, a história dos grupos escolares no município de Ituiutaba, ainda na década de 1950, em um momento que o Brasil vivenciava o período pós Segunda Guerra Mundial, momento este, também, marcado pela intensa abertura de instituições escolares. Deste modo, tem-se os resultados dos estudos de Marçal (2015, p. 3-4) referindo-se ao Grupo Escolar Rotary:

Inicialmente a escola passou a denominar-se “Escola Rotary”, depois em 1963 com a construção de mais duas salas de aulas por iniciativa dos rotarianos a escola passou a ser conhecida por Escolas Combinadas na Villa Progresso “Rotary”. Em 1966, devido ao aumento do número de alunos, a escola passa

a ser responsabilidade do Estado e desvincula-se do Rotary Club de Ituiutaba, passando a chamar-se “Grupo Escolar Rotary”. Com a Lei 5.692/71, para melhor engajar nos moldes de ensino a escola passa a denominar-se até os dias atuais de “Escola Estadual Rotary de 1º grau”.

Sendo esta escola vinculada ao Rotary Internacional, houve a necessidade de uma reflexão quanto ao público e o privado, da mesma, no entanto, Marçal (2015) esclarece que, tem-se a Escola Estadual Rotary de 1º Grau como instância pública, enquanto a Instituição Rotary Club de Ituiutaba, privada, por pertencer ao Rotary Club. “Com isso, a educação passa a ser entendida como prática social, cuja hegemonia neste cenário é do setor privado assumido pelo Estado brasileiro” (MARÇAL, 2015, p. 5). Nesta perspectiva, a escola surgiu oriunda de influências do incentivo privado, o qual contribui para o crescimento público: “Enquanto o Estado nos posterga todos os benefícios que de direito merecemos, as iniciativas particulares, a custa transe, procuram preencher lacunas de todos os setores, muito principalmente no setor educacional [...]” (JORNAL CORREIO DO PONTAL, 1957).

Figura 13 - Corpo discente, na inauguração da Escola Rotary (1956)



Fonte: Marçal (2017, p. 60).

A Figura 13 apresenta o corpo discente na inauguração da Escola Rotary, em 16 de agosto de 1956, destaca a primeira fachada da escola, que se localiza no Bairro Progresso.

Segundo os dados do estudo de Marçal (2017, p. 57), o corpo discente está bem distribuído entre meninos e meninas, observa-se que alguns estão de uniforme, de acordo com o vestuário da época, “as meninas se vestiam com vestidos até os joelhos, os cabelos curtos ou até os ombros, já os meninos estavam vestidos com camisa de botão e calças curtas, também até os joelhos”; naquele momento, a escola prestava atendimento a todos os setores da sociedade, entre eles, os filhos de migrantes.

Em 30 de junho de 1956, o jornal Folha de Ituiutaba (1956, p. 4), publicou a reportagem a seguir, sobre a nova unidade escolar de ensino:

A Escola de Rotary Clube, inaugurada ontem tem uma área coberta de 150 metros quadrados, dispendo de duas salas 5x6 metros cada uma tendo capacidade para 30 alunos, totalizando, pois 120 alunos em dois turnos. Está instalada, em magnífico prédio recém construído, cujo custo ascendeu a 250 mil cruzeiros, contando ainda com salas para diretoria e secretária, sala de lanche, água filtrada, instalações sanitárias completas, tanto para professores quanto para alunos, êstes separados por sexo, e amplo pátio fechado para recreio, e prática de horticultura. Sua direção ficará a cargo da professora Lucy Macêdo, estando contratada, preliminarmente, a professora Cinira Morais. O corpo docente de acordo com a freqüência deverá ser ampliado.

Como Marçal (2017) afirma, a direção da escola, em 1956, se encontrava a cargo da professora Lucy Macedo; passou pela direção da professora Cinira Morais, em 1958; a professora Alda Batista, em 1960; e, em 1963, pela professora Vilma Gomes Muniz. A construção da escola não paralisou, sabendo-se que, em 1963, os membros rotarianos tiveram a iniciativa de construir mais duas salas de aulas, contando com quatro classes de 222 alunos. Neste momento, que passou a sua denominação para Escolas Combinadas da Vila Progresso Rotary”, graças ao trabalho do Deputado Luiz Alberto Franco Junqueira, conforme publicação no jornal Minas Gerais, de 23 de março de 1963.

De forma geral, entende-se que “o Estado mineiro e as políticas públicas se omitiram diante da responsabilidade da educação pública e gratuita no município”, pois as instituições escolares acabaram surgindo de outros recursos para minimizar a participação nas atividades econômicas de responsabilidade do Estado (MARÇAL, 2017).

Conclui-se que os grupos escolares de Ituiutaba são apresentados diante de grandes dificuldades; inicialmente, suas atividades estão permeadas por condições precárias, escassos em recursos e materiais didáticos, quando deveriam ser essas responsabilidades do Estado; porém, o cenário que se apresenta são escolas anexadas a outras, escolas, temporariamente, em prédios alugados; escolas funcionando debaixo de árvores, como as magnólias, na praça da

cidade em frente Igreja Católica, a qual as professoras e os estudantes faziam revezamento, ora sob as magnólias, ora nos bancos da Igreja, que se encontravam com as portas abertas, porém a situação insustentável para os envolvidos nas aulas, sensibilizando um proprietário de uma colchoaria os convida para alojarem no seu estabelecimento se acomodando nos caixotes ali esparramados.

Outro fato marcante se deve aos endereços das escolas quando, finalmente, se instalam em prédio próprio, o Grupo Escolar João Pinheiro (1908), Centro; o Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (1947), uma localidade mais afastada, embora considere Centro, bem próximo ao Bairro Natal; o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves (1955), também afastado, situado como Centro; Grupo Escolar Clóvis Salgado (1956), Bairro Progresso; Grupo Escolar Rotary (1956), Bairro Ipiranga; e, Grupo Escolar Ituiutaba (1958), localizado no Bairro Natal.

Deste modo, importante indicar os grupos escolares criado em 1908, 1947 e nas décadas de 1950, passaram pelo movimento de Grupo Escolar à Escola Estadual, o que entende-se que se encontra em sintonia com a legislação vigente, inicialmente, o primeiro, Grupo Escolar Villa Platina, em 1927, Grupo Escolar João Pinheiro à Escola Estadual João Pinheiro; Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva à Escola Estadual Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva; Grupo Escolar Senador Camilo Chaves à Escola Estadual Senador Camilo Chaves; Grupo Escolar Clóvis Salgado à Escola Estadual Governador Clóvis Salgado; Grupo Escola Rotary à Escola Estadual Rotary; Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba.

Assim, pode-se conhecer um pouco mais dos grupos escolares que antecederam o Grupo Escolar Ituiutaba e, que mostraram suas lutas para criação dos mesmos, contando ou não com a vontade política da época. Por essa trajetória histórica dos grupos escolares de Ituiutaba de 1908 a 1958, entende-se suas experiências escolares e, ao mesmo tempo, suas contradições. Desta forma, cada escola é única e, a Escola Estadual Ituiutaba, também, construiu e, ainda, em construção de sua história, percorrendo essa trajetória histórica como instituição escolar de Ituiutaba, em um cenário que promova permear por sua gênese, instalação, organização, funcionamento e práticas do cotidiano.

III DE GRUPO ESCOLAR ITUIUTABA À ESCOLA ESTADUAL ITUIUTABA: GÊNESE, INSTALAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PRÁTICAS DO COTIDIANO

Esta seção tem como objetivo contextualizar a instituição escolar em sua transição de Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, em suas singularidades, abordando a implantação da instituição escolar, o espaço físico, o perfil dos alunos, os gestores, bem como a sua formação e os desafios educacionais, as práticas pedagógicas e avaliativas e, finalmente, a vida cotidiana do Grupo Escolar Ituiutaba e da Escola Estadual Ituiutaba. Nestes termos pretende-se analisar fatos marcantes na história, intermediados por documentação do arquivo da Escola, em estudo, e da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, com as principais características que fazem parte da escolarização, quando descortinam uma instituição de ensino em construção, seus contextos e contradições.

3.1 Considerações históricas do Grupo Escolar Ituiutaba: os desafios educacionais frente às classes carentes (1958-1978)

As considerações históricas da educação brasileira e suas tendências políticas e socioculturais insere-se no contexto de transformação do sistema federativo brasileiro com a crise do regime autoritário, perpassa por questões fundamentais e desafios educacionais, que conduzem à expansão da instituição escolar quanto às novas demandas, em que a escola vem enfrentando, em uma sociedade que se democratiza e se transforma.

Neste sentido, tem-se a contribuição de Nosella e Buffa (2005, p. 356) ao afirmar que:

Além de um levantamento mais completo e de uma leitura mais aprofundada dos estudos publicados sobre instituição escolar, para o balanço crítico que pretendemos realizar, precisamos explicitar o referencial teórico que nos norteia. Defendemos uma linha metodológica que descreva o particular, explicitando, dialeticamente, suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural.

Ao mesmo tempo, busca-se relacionar a construção da instituição ao desenvolvimento e ascensão econômica do município, sabendo-se que o Grupo Escolar Ituiutaba (1958) foi classificado como a sexta escola criada na cidade de Ituiutaba-MG, conforme apresentado no Quadro 4, na Seção anterior.

Contextualizando a história das instituições escolares na cidade de Ituiutaba-MG, delinea-se por uma trajetória que compreende os anos de 1958, apresentando a gênese do Grupo Escolar Ituiutaba; percorrendo os anos de 1968 quando o Grupo Escolar passa a pagar aluguel firmado entre o Estado de Minas Gerais e o Educandário Tijucano (Figura 14); e, ainda, como marco histórico que discorre sobre esta instituição em prédio próprio, a partir dos anos de 1979, denominada Escola Estadual Ituiutaba, considerando este trajeto e sua história, em um recorte temporal até os anos de 1985.

Figura 14 – Ginásio Educandário Ituiutabano (1958)



Fonte: Frattari Neto (2014, p. 1) (Disponível em: <http://estreladamanhaespiritismo.blogspot.com/2014/02/educandario-ituiutabano-1958-1978-uma.html>).

A Figura 14 apresenta o Ginásio Educandário Ituiutabano, no ano de 1958, quando funcionava nesta instituição escolar o Grupo Escolar Ituiutaba, atendendo o curso Primário, até o ano de 1979. Assim, no dia 1º de novembro de 1979 transferiu-se para o seu prédio próprio, doado e mantido pelo Estado e construído pela CARPE, na avenida 43, nº 183, entre as ruas 16 e 18, Setor Sul. Inicialmente, recebeu o nome de Grupo Escolar Ituiutaba, criado pelo Decreto nº 5.476, de 29 de agosto de 1958, publicado no Minas Gerais de 30 de agosto de 1958, depois Escola Estadual Ituiutaba (1979); portanto, na década de 1990, houve mais uma mudança de denominação da instituição escolar, que recebeu o nome de Escola Estadual “Arthur Junqueira de Almeida” (Pituca), pela Lei nº 10.245, de 16 de dezembro de 1990.

Segundo estudos de Frattari Neto (2014, p. 1):

O Grupo Escolar de Ituiutaba foi instalado no Educandário Ituiutabano, em 1958, para oferecer o Curso Primário, e era estadual. Já no primeiro ano de funcionamento, contou com mais de 600 matrículas, formando dez classes. Possuiu como diretora a memorável senhora Nair Gomes Muniz, a Dona Nair, que atuou no Educandário e após, com a extinção da escola, conseguiu continuar em prédio próprio passando o grupo a se chamar Escola Estadual Ituiutaba, hoje atual Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida.

O Grupo Escolar “Ituiutaba” tem uma história que perpassa por outra instituição escolar, uma escola com marcos importantes para o desenvolvimento educacional, o Educandário Ituiutabano, construído pela Mocidade Espírita de Ituiutaba (UMEI), no ano de 1958. De acordo com o Regimento Escolar do Grupo Escolar “Ituiutaba”, redigido pela Sra. Nair Gomes Muniz, então Diretora, aponta seu histórico:

O Grupo Escolar “Ituiutaba”, foi instalado no dia 27 de março de 1958 pela diretora técnica, do Grupo Escolar “Clóvis Salgado, Sra. Maria Morais, devidamente autorizada pela Secretaria de Estado da Educação por intermédio do Sr. Chefe de Departamento de Ensino Primário, Luiz de Melo Viana, em atendimento ao convênio feito entre a Secretaria de Estado da Educação e a União da Mocidade Espírita de Ituiutaba, no sentido de funcionar este Grupo no prédio acima referido, sem ônus de aluguel para o Estado enquanto conviesse as partes interessadas de um lado a Entidade proprietária do prédio e de outro a Secretaria de Estado da Educação, sendo que a partir de julho de 1968 o Estado paga aluguel para a proprietária do prédio acima citado (REGIMENTO ESCOLAR, 1974, p. 01).

Neste contexto, o Grupo Escolar “Ituiutaba” permaneceu no prédio do Educandário Ituiutabano, sem nenhum ônus referente ao aluguel até o ano de 1968; portanto, a partir de 1º de julho de 1968 foi firmado o aluguel entre o Estado de Minas Gerais e esta Entidade e funcionou até o dia 31 de outubro de 1979.

Ainda, no ano de 1958, integrantes da UMEI com boas relações políticas, representado por Ângelo Tibúrcio D’Ávila encontra com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (Figura 15), e este encontro resultou na nomeação da professora Nair Gomes Muniz para diretora do curso primário no Educandário Ituiutabano.

Figura 15 – Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto: nomeação da diretora do curso Primário do Grupo Escolar Ituiutaba (1958)



Fonte: Acervo de Ângelo Tibúrcio D'Ávila. (FRATTARI NETO, 2009, p. 78).

A Figura 15 destaca que os integrantes da UMEI possuíam boas relações políticas. Na foto Ângelo Tibúrcio D'Ávila e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O Encontro resultou na nomeação da professora Nair Gomes Muniz para diretora do curso primário, funcionando no prédio do Educandário Ituiutabano, pertencente ao Estado de Minas Gerais, isto é, Diretora do curso Primário do Grupo Escolar Ituiutaba (1958).

Cumpre-se destacar que Dona Nair Gomes Muniz, nascida no dia 07 de agosto de 1923, na cidade de Ituiutaba-MG, tinha um Currículo, extenso e louvável, como educadora, exerceu várias funções de Magistério no Estado, como os dados descritos em seu Curriculum Vitae, que faz parte de um processo montado, que requer autorização para exercer durante o ano letivo de 1973, as atribuições de Diretora do Educandário Ituiutabano de Ituiutaba, como pode ser visualizado no Pedido de Deferimento, documentação encaminhada ao Ilmo. Sr. José Maria Fenelon dos Anjos, digníssimo Delegado Regional de Ensino que, naquele momento, estava localizado em Uberlândia-MG, na 26ª Superintendência Regional de Ensino, como pode ser visualizado na Figura 16, a seguir.

Figura 16 – Requerimento para exercer as atribuições de Diretora do Educandário Ituiutabano (1973)

EXMO. SR. JOSÉ MARIA FENELON DOS ANJOS
D. D. DELEGADO REGIONAL DE ENSINO
26ª D.R.B./UBERLÂNDIA

PEO DEFERIMENTO	COMO REQUER
INDEFERIMENTO	EM _____

_____	_____
Inspeter	Delegado

NAIR GOMES MUNIZ requer a V.Excia. nos termos da legislação vigente autorização à título precário para exercer durante o ano letivo de 1973 as atribuições de Diretora do EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO de ITUIUTABA ,juntando para tal a documentação exigida.

N.Termos
P. Deferimento

Ituiutaba, 02 de março de 1973.

Nair Gomes Muniz
(Assinatura)

SERVIÇO ELEITORAL	IDENTIDADE
Título "leitor nº <u>230</u>	Carteira nº _____
Zona: <u>1ª</u> Seção <u>1ª</u>	Expedida por _____
Data expedição: <u>27/4/70 (2ª Via)</u>	_____
Local: <u>Ituiutaba</u>	_____

Gratuito de documentos relacionados

Fonte: Arquivo institucional da SRE (2023)

Este é o primeiro documento do processo montado, o requerimento para exercer as atribuições de Diretora do Educandário Ituiutabano no ano de 1973, que informa estar juntando para tal a documentação exigida.

O próximo documento, item 2, refere-se ao Curriculum Vitae, de Nair Gomes Muniz, data de 1º de março de 1973, a seguir:

Figura 17 – Curriculum Vitae de Nair Gomes Muniz (1973)

<p>2) CURRICULUM VITAE</p> <p>1.0.0. <u>Dados de Identificação</u></p> <p>1.1.0. <u>Pessoais</u> Nome: <u>NAIR GOMES MUNIZ</u> Data do nascimento: 07/agosto/1923 Naturalidade: ITUIUTABA Nacionalidade: BRASILEIRA Filiação: José Ribeiro Muniz e Laudemira Gomes Muniz Estado Civil: SOLTEIRA Identidade: M-331.147 Título de Eleitor: Nº 230 - Zona 131º CPF-037349436</p> <p>1.2.0. <u>Funcionais</u> Cargo (efetivo): Prof.ª Prim. Função: DIRETORA Masp: 86.684 Padrão: M-P Nomeação: 27/9/58 Situação funcional atual: DIRETORA DO GRUPO ESCOLAR "ITUIUTABA" e DIRETORA DO EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO Município: ITUIUTABA Delegacia Regional de Ensino de UBERLÂNDIA</p> <p>2.0.0. <u>Formação Profissional</u></p> <p>2.1.0. Cursos que possui (tipo, duração, nível, data de conclusão, entidade, local): 1-Colegial Normal-duração: 3 anos-2º grau, concluído no ano de 1944, no Colégio Normal Dr. "Benedito Valadares" de Ituiutaba anexo ao Instituto "Marden" 2-Jornada Pedagógica de 07 a 13/8/67 3-Jornada Pedagógica de 19 a 31/8/68 4-Jornada Pedagógica de 24 a 31/8/69 5-Curso de Secretário de 1º e 2º graus realizado em Uberaba, Inspeção Seccional de Ensino em outubro de 1969- dez dias 6-Curso de Administração Escolar Ensino Médio Pela Inspeção Seccional de Uberaba em 11/1970 7-Encontro Estad.Orient.Es. pel. AMAE Belo Horizonte período de 27 a 30/10/1970 8-Curso de Atualização de Professores de 07 a 10/10/70</p>	<p>9- 6ª Encontro Est. Orient. AMAE em UBERLÂNDIA no período de 03 a 10/10/71 10-1ª Encont. Pes. Adm. 1º e 2º graus no período de 02 a 05/02/1972 em UBERLÂNDIA 11- 2ª Encont. Pes. Adm. 1º e 2º graus no período de 25 a 27/5/1972 12- Encont. de Diretores de 1º grau em UBERLÂNDIA no período de 24 a 27/01/1973</p> <p>2.2.0. Outros cursos: 4ª Série do Curso de PEDAGOGIA neste ano de 1973, concluindo a Especialidade de ADMINISTRAÇÃO em junho deste ano.</p> <p>3.0.0. Cursos ou funções de magistério exercidos no Estado, (natureza, localidade, período). 1- DIRETORA DO Grupo Escolar "ITUIUTABA" de Ituiutaba desde a criação do mesmo em 28/3/1958 2- Professora no Ginásio do EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO desde o ano de 1958. 3- SECRETARIA do referido EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO 4- DIRETORA DO CURSO COLEGIAL NORMAL DO EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO no período dos anos de 1971 e 1972.</p> <p>4.0.0. Outras experiências profissionais (tipo, local, período) - Leções no Colégio Instituto "Marden" classes primárias 2º semestre de 1956 e todo ano de 1957. - Leções no Colégio Normal do Educandário Ituiutabano as Disciplinas: <u>Didática, Psicologia e Educação Cívica</u> - Ministrei cursos de atualização para professoras primárias, legais, nas cidades de Gurinhatã e Cochoira Alta com a duração de uma semana.</p> <p>5.0.0. Participação em promoções de caráter pedagógico, comissões especiais e outras funções técnicas (tipo, local, período) - Particpei dos Cursos de Atualização de Professoras das quatro primeiras séries do 1º ano de 1º grau do Projeto 200 realizado em Ituiutaba nos meses de outubro e novembro de 1972, como coordenadora das professoras regentes de classe, dando-lhes a devida assistência e orientações necessárias, conforme determinações superiores.</p>
<p>6.0.0. <u>Trabalhos publicados</u>: (obras, assunto, editora, ano) Nenhum.</p> <p>7.0.0. <u>Registros didáticos</u> (Nº de disciplinas) a-Certificado de Registro de Secretário do MEC -de Estabelecimentos de Ensino de 1º grau nº 9.586 em 05/3/70 b-Registro de Secretário no MEC-Diretoria do Ensino Comercial- Nº 124-IRDECO/ME em 11/5/71 c- Registro no M.E.C. Diretoria do Ensino de Secundário Disciplina: TRABALHOS MANUAIS - 1º grau. Registro nº D 52.227 em 05/02/71</p> <p>8.0.0. <u>Observações</u>: (registrar o que julgar conveniente para completar os dados aqui sugeridos) Também já participei da aplicação de testes para concurso de Prof. Prim. quando realizado em ITUIUTABA pela 1ª vez no ano de 1968, pela Secretaria de Estado da Educação. Também colaborei na aplicação de EXAMES DE SUFICIÊNCIA para os professores leigos por duas vezes.</p> <p>Data: 01 de março de 1973. Assinatura: <u>Nair Gomes Muniz</u> VISTO do Chefe Imediato: _____</p>	

Fonte: Arquivo institucional da SRE (2023)

Neste sentido, a Figura 17, faz parte dos documentos que são anexados ao seu requerimento, como item 2, o que condiz com a busca em arquivos de documentos, retrata o momento em que o historiador “se dispõe a fazer as coisas falarem” (PESAVENTO, 2005, p. 59). Desta forma, faz-se um exame além do papel, neste caso, já amarelado, frágil, em que se deve ter todo cuidado para não danificar o documento, e, assim, leva-se em consideração todos os detalhes, as minúcias, que vão se descobrindo durante esta leitura.

E, a partir da leitura do mesmo, como tem-se a seguir, poderá surgir novos questionamentos que conduz a novas pesquisas e a novas análises. Deste modo, o Curriculum Vitae, de Nair Gomes Muniz, assim, se apresenta:

Dados de Identificação

Pessoais

Nome: NAIR GOMES MUNIZ

Data do Nascimento: 07/agosto/1923

Naturalidade: ITUIUTABA

[...]

Funcionais

Cargo (efetivo): Prof.^a. Prim. Função: DIRETORA

[...]

Situação funcional atual: DIRETORA DO GRUPO ESCOLAR “ITUIUTABA”

E DIRETORA DO EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO

[...]

Formação Profissional

Cursos que possui (Tipo, duração, nível, data de conclusão, entidade, local):

1 – Colegial Normal – duração: 3 anos - 2º. Grau, concluído no ano de 1944, no Colégio Normal Dr. “Benedito Valadares” de Ituiutaba anexo ao Instituto “Marden”; 2 – Jornada Pedagógica de 07 a 13/8/67; 3 – Jornada Pedagógica de 19 a 31/8/68; 4 – Jornada Pedagógica de 24 a 31/8/69; 5 – Curso de Secretário de 1º. E 2º. Graus realizado em Uberaba, Inspetoria Seccional de Ensino em outubro de 1969 – dez dias; 6 – Curso de Administração Escolar Ensino Médio pela Inspetoria Seccional de Uberaba em 11/1970; 7 – Encontro Estad. Orient. Ens. pela AMAE Belo Horizonte período de 27 a 30/10/1970 8 – Curso de Audio-Visual pela AMAE de 27 a 30/10/70; 9 – 6 Encontro Est. Orient. AMAE em UBERLANDIA no período de 03 a 10/10/71; 10 - 1º. Encont. Pes. Adm. 1º. E 2º. Graus no período de 02 a 05/02/1972 em UBERLANDIA ; 11 - 2º. Encont. Pes. Adm. 1º. E 2º. Graus no período de 25 a 27/5/1972; 12 – Encont. de Diretores de 1º. Grau em UBERLANDIA no período de 24 a 27/01/1973

Outros cursos: 4ª. Série do Curso de PEDAGOGIA neste ano de 1973, concluindo a Especialidade de ADMINISATRAÇÃO em junho deste ano.

Cursos ou funções de magistério exercidos no Estado, (natureza, localidade, período).

1 – Diretora do Grupos Escolar “ITUIUTABA”, de Ituiutaba, desde a criação do mesmo em 27/03/1958; 2 – Professora no Ginásio do EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO desde o ano de 1958.; 3 – Secretária do referido EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO.; 4 – DIRETORA DO CURSO COLEGIAL NORMAL DO EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO no período dos anos de 1971 e 1972.

Outras experiências profissionais (tipo, local, período)

- Lecionei no Colégio Instituto “Marden” classes primárias 2º. Semestre de 1956 e todo ano de 1957; - Lecionei no Colégio Normal do Educandário Ituiutabano as Disciplinas: Didática, Psicologia e Educ. M. Cívica; - Ministrei cursos de atualização para professoras primárias, leigas, nas cidades de Gurinhatã e Cachoeira Alta com a duração de uma semana.

Participação em promoções de caráter pedagógico, comissões especiais e outras funções técnicas (tipo, local, período).

- Participei dos Cursos de Atualização de Professoras das quatro primeiras séries do Ensino de 1º. Grau do Projeto 20 realizado em Ituiutaba nos meses de outubro e novembro de 1972, como coordenadora das professoras regentes de classe, dando-lhes a devida assistência e orientações necessárias, conforme determinações superiores.

Trabalhos publicados: (obras, assunto, editora, ano): Nenhum.

Registros didáticos (Nº. de disciplinas)

a – Certificado de Registro de Secretário do MEC – de Estabelecimentos de ensino de 1º. Grau nº. 9.586 em 05/3/70; b – Registro de Secretário no MEC – Diretoria do Ensino Comercial - Nº. 124-IRDEC/MG em 11//5/71; c – Registro no M.E.C. Diretoria do Ensino de Secundário. Disciplinas: TRABALHOS MANUAIS - 1º. Grau. Registro nº. D 52.227 em 05/02/71

Observações: (registrar o que julgar conveniente para completar os dados aqui sugeridos): Também já participei da aplicação de testes para concurso de Prof. Prim. quando realizado em ITUIUTABA pela 1ª. vez no ano de 1968, pela Secretaria de Estado da Educação; Também colaborei na aplicação de EXAMES DE SUFICIÊNCIA para os professores leigos por duas vezes; Data: 01 de março de 1973. (GRIFOS DA AUTORA DO CURRÍCULO).

Partindo dessas considerações acima, encontra-se um Currículo extenso que, em seu conteúdo, deixa explícito a capacidade e competência de Dona Nair Gomes Muniz, ao atuar em todos os cargos apontados, como pode-se visualizar pela Figura 17, o seu Currículo foi datilografado pela mesma, contendo sua assinatura. Percebe-se que as folhas já amareladas, marcas do tempo, marcas históricas, pela sua estética entende-se que o Curriculum Vitae, naquele momento, seguia um modelo, de acordo com a organização e a sequência dos dados apresentados, exemplo, “Cursos que possui (Tipo, duração, nível, data de conclusão, entidade, local)”; outro que chama a atenção: “Trabalhos publicados: (obras, assunto, editora, ano) – Nenhum”; e, pelo exposto a seguir, não havia exigência, naquele período para esse detalhe; no entanto, atualmente, tornou-se fundamental constar no Curriculum de profissionais da Educação obras publicadas para apontar sua trajetória histórica acadêmica e profissional.

Voltando à documentação que se junta ao processo de Requerimento para as atribuições de Diretora, sequencia-se com o item 3, que é o “Termo de Compromisso”, Figura 18.

Figura 18 – Termo de Compromisso (1973)

3) TERMO DE COMPROMISSO

NAIR GOMES MUNIZ, Professora, se compromete a frequentar o Curso para treinamento de Diretores quando ministrado pela 26ª D.R.E./UBERLÂNDIA

Ituiutaba, 01 de março de 1973.

Nair Gomes Muniz
(Assinatura)

Fonte: Arquivo institucional da SRE (2023)

A Figura 18 revela um compromisso da profissional da educação, quanto a sua frequência em um curso de treinamento de Diretores. Mais uma vez, reconhece-se a importância do profissional em relação à necessidade de atualização e capacitação para exercer suas atribuições.

Logo, em seguida, o item 4, anexado aos demais documentos, refere-se a um Atestado de Idoneidade, como visualiza-se na Figura 19, a seguir, e, assim, tem-se o conteúdo: “[...] atestam para fins de autorização de Diretor que, Nair Gomes Muniz é pessoa de idoneidade moral comprovada, nada havendo em desabono da sua conduta”

Figura 19 – Atestado de Idoneidade (1973)

4) ATESTADO DE IDONEIDADE

MARIA RODRIGUES DA COSTA o
nome

LUSIA DOS SANTOS BORGES atestam para fins de autorização
nome
de DIRETOR que NAIR GOMES MUNIZ é pessoa de idoneidade
moral comprovada, nada havendo em desabono da sua conduta.

Ituiutaba, 01 de março de 1973.

Lusia dos Santos Borges
(Assinatura)

Residência: Av. 27 nº ruas 24 e 26
Qualificação: Prof. Prim. Padrão "MB" do
Grupo Escolar "ITUIUTABA" e
Prof. de HISTÓRIA para 6ª Série.
 cursando 0 3º ano História -PAFI

Maria Rodrigues da Costa
(Assinatura)

Residência: Rua 28 nº 1.808
Qualificação: Prof. de Matemática para 5ª,
7ª e 8ª séries do ensino 1º grau.
Frequentou curso de atualização
para SECRETÁRIOS realizado em
Uberlândia nos dias 02 e 03/6/73.

SECRETARIA do EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO
Cursando 1ª Série MATEMÁTICA -PAFI

Fonte: Arquivo institucional da SRE (2023)

Diante desses documentos que foram encaminhados para análise, o qual pede Deferimento, ainda, segue o “Termo de Contrato da Entidade Mantenedora”, conforme Figura 20.

Figura 20 – Termo de Contrato da Entidade Mantenedora (1973)

TERMO DE CONTRATO DA ENTIDADE MANTENEDORA

BOLIVAR GOMES CAMPOS , representante legal da
(Nome)

Entidade Mantenedora UNIÃO DA SOCIEDADE ESPÍRITA
(Nome)

de ITUIUTABA do Estabelecimento EDUCANDÁRIO

ITUIUTABANO declara que contratou a Professo-
(Nome)

ra NAIR GOMES MUNIZ para Diretora do feferido
(Nome)

Educandário no ano letivo de 1973.

Ituiutaba, 1º de março de 1973.

Bolivar Gomes Campos
Assinatura

Fonte: Arquivo institucional da SRE (2023)

A Figura 20 expõe que, o cargo de Diretora, a que se refere toda essa documentação é mais um cargo a ser exercido pela mesma, isto é, um pedido de autorização para que Dona Nair Gomes Muniz represente legalmente como Diretora, no ano de 1973, no Educandário Ituiutabano, onde já exercia outras funções, entre elas, Diretora do curso Primário do Grupo Escolar Ituiutaba (anexo ao mesmo), Secretária do Ginásio e professora de algumas disciplinas apontadas no Currículo.

Ainda, segue o item 6: Capacidade Cultural e o item 7: Registro Definitivo ou Provisório de Professor, que se pode visualizar na Figura 21, a seguir.

Figura 21 – Capacidade Cultural e Registro Definitivo ou Provisório de Professor (1973)

6) CAPACIDADE CULTURAL

1- Fotocópias dos vários cursos realizados

2- ATESTADO de matrícula na 4ª série do
Curso de PEDAGOGIA na FAFI, já nesta DRE.

3- CERTIFICADOS que ainda serão serão re-
gistrados por esta DELEGACIA de ENSINO

7) REGISTRO DEFINITIVO OU PROVISÓRIO DE PROFESSOR:

Registro de professor de TRABALHOS MANUAIS
,, ,, ,, SECRETÁRIO

Ituiutaba, 01 de março de 1973.

Alain Gomes Honoris
Assinatura

Fonte: Arquivo institucional da SRE (2023)

A Figura 21, é um documento que aponta mais uma formação da Diretora do Grupo Escolar Ituiutaba, “2 – ATESTADO de matrícula na 4ª série do Curso de PEDAGOGIA na FAFI, já nesta DRE” e prossegue: “3 - CERTIFICADOS que ainda serão registrados por esta DELEGACIA DE ENSINO”. Desta forma, as indagações que surgem vão sendo respondidas, entre elas, o curso de Graduação em Pedagogia e a especialidade em Administração, que se encontra em sintonia com o que está descrito em seu Currículo: “Outros cursos: 4ª. Série do Curso de PEDAGOGIA neste ano de 1973, concluindo a Especialidade de ADMINISATRAÇÃO em junho deste ano”; assim, entende-se que esta profissional da educação está apta para sua atuação, ou seja, tem competência para desempenhar os seus cargos e funções.

Por fim, dentre a documentação, tem-se o item 8: Prova de Efetivo Exercício do Magistério, que se apresenta na Figura 22, assinado pelo sr. Professor Paulo dos Santos (Diretor Regional). Este professor sempre esteve à frente do ginásio Educandário Ituiutabano, segundo diretor daquela instituição e que esteve ali presente, entre os anos de 1960 e 1973, quando de seu afastamento” (FRATTARI NETO, 2009, p. 32).

Figura 22 – Prova de Efetivo exercício do Magistério (1973)

8) PROVA DE EFETIVO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

PROF. PAULO DOS SANTOS declara

que a Profª NAIR GOMES MUNIZ exerce o magistério há mais de dez anos, com eficiência e sem nota desabonadora.

Ituiutaba, 01 de março de 1973.

Paulo dos Santos
(Assinatura)

Residência: Av. 33 c/ rua 26 - Ituiutaba

Qualificação: DIRETOR Reg. no C.E.E. nº 70

Fonte: Arquivo institucional da SRE (2023)

A Figura 22 refere-se ao exercício da Professora Nair Gomes Muniz, declarando que a mesma exerce há mais de dez anos, “com eficiência e sem nota desabonadora”. Quanto à formação profissional, desperta o interesse em conhecer um pouco mais, historicamente, sobre o Colégio Normal, onde a Diretora do curso Primário do Grupo Escolar Ituiutaba preparou sua formação docente, denominado “Colégio Normal Dr. Benedito Valadares”, da cidade de Ituiutaba, que teve sua primeira turma de normalistas no ano de 1935.

Como mostra no Curriculum Vitae, de Dona Nair Gomes Muniz, ao descrever os cargos ou funções de magistério exercidos no Estado, pode-se afirmar que foi a primeira “Diretora do Grupo Escolar “ITUIUTABA”, desde a sua criação em 27/03/1958”, ao mesmo tempo, se encontrava como Secretária do Ginásio do Educandário Ituiutabano, desde o ano de 1958, desta forma, ocupava mais de um cargo nesta instituição.

Outro fato importante se deve ao momento que o Educandário Ituiutabano passa a oferecer o Curso Colegial Normal, esta profissional ocupou o cargo de Diretora, no período de 1971 e 1972, porém em seu Curriculum descreve: “Lecionei no Colégio Normal do Educandário Ituiutabano as Disciplinas: Didática, Psicologia e Educação Moral e Cívica”, portanto, não consta a data. Outras funções foram de sua competência como consta no seu Curriculum Vitae.

A cidade de Ituiutaba, em sua trajetória histórica de instituições, faz-se reconhecer a sua importância no desenvolvimento sociocultural, e, assim, promove uma interligação entre o singular e a História da Educação brasileira, oportunizando aprofundar conhecimentos sobre a profissão do/da professor/a primário sob a ótica das Escolas Normais, nesta cidade, como também, as escolas públicas e privadas, dentro do recorte temporal em estudo, que se delinea pelos anos de 1958 a 1985, desde sua gênese até o período que prevalecia o regime militar, próximo à liberação dos brasileiros com a democracia.

Ituiutaba contava com outras Escolas Normais, no entanto, ainda, no ano de 1935, o Instituto Marden acolheu a primeira turma da Escola Normal Dr. Benedito Valadares, onde a primeira Diretora do Grupo Escolar Ituiutaba, realizou seus estudos para sua formação docente e atuação como profissional da educação, em seus vários cargos e funções, descritos em seu Curriculum Vitae, já apresentado (MORAES; SANTOS, 2015).

No que tange à preparação da senhora Diretora do Grupo Escolar Ituiutaba e, sequencialmente, da Escola Estadual Ituiutaba, pois a mesma deu continuidade ao seu cargo de Diretora, havendo, somente, a realização da prática burocrática exigida naquele momento, como o deslocamento para o endereço apropriado; pode-se verificar o currículo inicial da Escola Normal Dr. Benedito Valadares, apresentado no Quadro 6, porém, nesta Escola apresentou-se pela primeira vez, as disciplinas ministradas nos seus três primeiros anos de atividades educativas.

Quadro 6 – Disciplinas ministradas nos três primeiros anos da Escola Normal Dr. Benedito Valadares

1º ano	2º ano	3º ano
Portuguez	Portuguez	Portuguez
Francez	Francez	
Matemática	Matemática	Matemática
Geografia, história da Civilização e Ed. Cívica	Geografia, história da Civilização e Ed. Cívica	Geografia, história da Civilização e Ed. Cívica
Desenho	Desenho	
Trabalhos Manuais e Mod.	Trabalhos Manuais e Mod.	
Canto Coral	Canto Coral	Canto Coral
Educação Physica	Educação Physica	Educação Physica
Música	Música	
Ciências Naturais	Ciências Naturais	
		Metodologia
		Phycologia Infantil e Higiene Escolar
		Práticas profissionais

Fonte: Moraes; Santos (2015, p. 14)

O Quadro 6 apresenta o currículo nacional da Escola Normal Dr. Benedito Valadares, composto por matérias do ensino Primário, para o qual as professoras normalistas estavam se preparando, como explicitado por Moraes e Santos (2015, p. 14):

Ao analisar o currículo inicial da Escola Normal Dr. Benedito Valadares do Instituto Marden, verifico que este era composto, sobretudo pelas matérias do ensino primário e refletiam a necessidade específica de formar a professora para esse nível de ensino. Este guardava ainda resquícios de nossa colonização, dando ênfase à língua estrangeira, no caso o francês, sendo oferecido no primeiro e no segundo ano. Por outro lado, a disciplina de trabalhos manuais estava presente preparando as normalistas para exercer o trabalho doméstico [...].

Neste sentido, as disciplinas que constam no currículo das normalistas enfatizavam o conteúdo de Música e canto Coral, “oriundos dos discursos do início da República de exaltação do progresso e incluía modernizar e traçar novos rumos para a sociedade e cultura brasileira, passaram a incluir o incentivo à arte dentro do âmbito educacional” (MORAES; SANTOS, 2015, p. 14). Acreditava-se, assim, que a música era um meio de socialização e educação que promove os valores essenciais do homem.

Ainda, se tratando da formação docente, para atuar nas séries iniciais, ou seja, das disciplinas estabelecidas no Ensino Normal, o Quadro 7, a seguir, é apresentado pela Lei Orgânica do Ensino Normal para o Curso de Formação de Professores Primários.

Quadro 7 – Disciplinas estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Normal para o Curso de Formação de Professores Primários

1ª série	2ª série	3ª série
Português	Biologia educacional	Psicologia educacional
Matemática	Psicologia educacional	Sociologia educacional
Física e química	Higiene e educação sanitária	História e filosofia da educação
Anatomia e fisiologia humanas	Metodologia do ensino primário	Higiene e puericultura
Música e canto	Música e canto	Música e canto
Desenho e artes aplicadas.	Desenho e artes aplicadas	Desenho e artes aplicadas
Educação física, recreação, e jogos.	Educação física, recreação e jogos.	Educação física, recreação e jogos.
		Metodologia do ensino primário
		Prática do ensino

Fonte: Lei Orgânica do Ensino Normal (MORAES; SANTOS, 2015).

O Quadro acima se encontra de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, após o Decreto-Lei nº. 8.530, de 02 de janeiro de 1946, a qual a Escola Normal Dr. Benedito Valadares

se adequa seu currículo, especialmente, a disciplina de Metodologia do Ensino Primário, que utilizavam no exercício da profissão, no Ensino Primário.

Já, no ano de 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º. 4.024, as Escolas Normais sofrem alterações que definem “para a Escola Normal de grau ginásial um currículo mínimo composto pelas disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial acrescido de disciplinas de preparação pedagógica” como pode-se visualizar no Quadro 8, a seguir.

Quadro 8 – Quadro Curricular de Escolas Normais criada na década de 1960

Colégio Normal do Educandário Ituiutabano 1965 ¹⁷	Colégio Normal São José 1969 ¹⁸	Escola Normal Municipal 1969 ¹⁹
Português	Português	Português
Estatística		
Aritmética, Matemática e Geometria	Matemática	Estatística
Estudos Soc. Brasileiros	Estudos Sociais	
Introdução à didática teoria e prática	Didática teoria e prática	Introdução à didática teoria e prática
Psicologia educacional	Psicologia	Psicologia educacional
Filosofia da Educação	Filosofia da Educação	Filosofia da Educação
Biologia educacional e higiene	Biologia educacional	Biologia educacional e higiene
	Introdução à educação	
Sociologia	Sociologia	
Artes plásticas	Desenho	Artes plásticas
	Orientação educacional	
	Educação física	Educação física recreação e jogos
	Educação Moral e cívica	
Educação musical	Aulas práticas	Educação musical
Educação Pré Primária		
Higiene e Puericultura		
Iniciação à Orientação Educacional		

Fonte: Moraes e Santos (2015, p. 24)

O Quadro 8 apresenta as disciplinas que constavam no currículo das Escolas Normais, na década de 1960, como Moraes e Santos (2015, p. 23) afirmam:

Na segunda metade da década de 1960, outras três Escolas Normais foram fundadas no município, a Escola Normal do Educandário Ituiutabano, escola particular e gratuita, mantida pela União da Mocidade Espírita de Ituiutaba, deu início as atividades da Escola Normal em 1965, a Escola Normal do Colégio São José, particular, mantida pelos padres estigmatinos iniciando em 1969 e a Escola Normal Municipal, escola pública e gratuita, iniciou as atividades também em 1969.

Neste contexto, verifica-se o número de Escolas Normais criadas em Ituiutaba, incluindo a Escola Normal do Educandário Ituiutabano, no momento em que o Grupo Escolar Ituiutaba é a sexta escola da rede estadual, pública, que atende o Ensino Primário. Nesta perspectiva, ao observar o número de escolas públicas e privadas que atendem o ensino Primário, não se deve esquecer do número significativo, também, das escolas municipais de Ituiutaba que oferecem o ensino Primário, as quais as Escolas Normais estavam preparando os/as profissionais da educação para atuarem como professoras do Ensino Primário.

No entanto, havia grande preocupação com a alfabetização, em nosso município pode-se apontar como oriundos do crescimento populacional, da população rural vindas para a urbana em busca de melhorias de vida e de trabalho, e, também, do fenômeno da migração, que ocorria no país e regiões, o que diante de todo esse cenário, a realidade brasileira mostrava o analfabetismo no Brasil.

Para ilustrar a realidade brasileira quanto ao índice de analfabetismo, na década de 1950, pode-se visualizar a Tabela 5.

Tabela 5 – Índice (%) de analfabetismo no Brasil – recenseamento de 1950

	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	DF
AC	65,62	AL 76,55	PR 47,32	MG 56,19	GO 66,76	R. de Janeiro 15,04
AM	57,15	MA 74,78	RS 37,78	ES 52,89	MT 43,73	—
AP	55,92	PI 74,11	SC 35,89	RJ 44,03	—	—
Rio Branco ¹	55,50	PA 70,82	—	SP 34,70	—	—
PA	51,29	CE 68,82	—	—	—	—
Guaporé ²	50,08	PE 68,65	—	—	—	—
—	—	BA 68,45	—	—	—	—
—	—	RN 68,02	—	—	—	—
—	—	SE 66,37	—	—	—	—

¹ Território Federal do Rio Branco era a denominação do atual estado de Roraima

² Território Federal do Guaporé era a denominação do atual estado de Rondônia

Fonte: Ribeiro; Lima; Quillici Neto (2013, p. 326).

A Tabela 5 mostra o analfabetismo brasileiro, considerável por regiões, trazendo um fato marcante na região Sudeste, quando se refere ao Estado de Minas Gerais, com 56,19% (cinquenta e seis vírgula dezenove por cento) não foram alfabetizados; porém, a região Nordeste, destaca-se nos números apresentados, entre 68,02% (sessenta e oito vírgula dois centésimos) e 76,55% (setenta e cinco vírgula cinquenta e cinco), o que sugere entender que o Governo pouco fez a seu favor e que a política, a favor da educação, não foi suficiente.

Vale ressaltar, a fundamentação de Lourenço Filho (1965) que certifica, que no período anterior a 1950, os critérios para o levantamento dos dados não eram rigorosos, bastava a pessoa responder que sabia ler e escrever e já se considerava alfabetizado, desde que apenas traçasse seu nome; após essa década só se considerava alfabetizado aquele que era capaz de ler e escrever um bilhete simples.

Bezerra, Ribeiro e Araujo (2017, p. 192) explicitam quanto ao município de Ituiutaba:

Esse município se singulariza no que se refere ao plano geral nas relações entre migração e escolarização. De acordo com o plano nacional, o movimento de expansão educacional era o de criar mais escolas nas cidades – os grupos escolares. No entanto, em Ituiutaba, ocorreu o inverso: foi necessária a criação de mais escolas rurais, visto que o meio rural recebera levas de migrantes do norte de Minas e do Nordeste, por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960. Se, nesse momento, o fluxo da migração nacional era do campo para a cidade, em Ituiutaba, o alvo da migração foi o campo.

Desta forma, entende-se que o analfabetismo, ainda, causava grande preocupação e inquietação, no âmbito nacional, pela sociedade em geral, embora buscasse aumentar a oportunidade em relação à educação, crescia-se a população tornando seletivo a educação brasileira. No que se refere ao âmbito estadual, pode-se constatar que Minas Gerais totalizava mais de 50% (cinquenta por cento) de analfabetos; portanto, percebia-se que no município de Ituiutaba, também, crescia a população, conseqüentemente, o número de analfabetismo “atingiu 57,35%, sendo superior ao do Estado Minas Gerais” (BEZERRA; RIBEIRO; ARAUJO, 2017, p. 204). Vale destacar no que se refere à economia, o município de Ituiutaba sobressaía, no entanto, o índice de analfabetismo era maior em relação ao seu Estado.

O problema do analfabetismo está vinculado aos problemas sociais e, também, à precariedade que se encontrou no ensino público brasileiro; em Ituiutaba, houve muita criação de escolas rurais, quando o fluxo de migração nas regiões mineiras ocorriam do campo para a cidade, e, assim, não justificava essa disparidade de escolas rurais em relação às escolas urbanas, quando a população urbana crescia e necessitava de mais escolas públicas para atender a demanda; isto traduz as décadas de 1950 e 1960, com mais um fator de grande relevância, que foi o processo de urbanização.

Quanto à evolução do número de escolas em Minas Gerais, no período que compreende os anos de 1957 a 1971, tem-se a Tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Evolução do número de escolas em Minas Gerais, 1957-1971

	ESCOLAS URBANAS	%	ESCOLAS RURAIS	TOTAL	%
1957	2.812	25,38	8.268	11.080	74,62
1958	2.852	25,23	8.451	11.303	74,77
1959	2.985	25,15	8.885	11.870	74,85
1960	2.945	23,25	9.722	12.667	76,75
1961	2.853	22,51	9.819	12.672	77,49
1962	2.923	21,52	10.658	13.581	78,48
1963	2.724	19,56	11.200	13.924	80,44
1964	3.082	19,62	12.628	15.710	80,38
1965	3.445	21,29	12.736	16.181	78,71
1966	3.044	18,44	13.461	16.505	81,56
1967	2.934	17,43	13.895	16.829	82,57
1968	3.044	18,98	12.998	16.042	81,02
1969	3.125	18,52	13.753	16.878	81,48
1970	3.223	19,97	12.913	16.136	80,03
1971	3.262	19,08	13.830	17.092	80,92

Fonte: IBGE, 2010. (BEZERRA, 2016, p. 28).

A Tabela 6 aponta para os dados que enumeram as escolas rurais e as urbanas e, fica explícito, tanto a expansão da escolarização mineira, quanto o número superior de escolas rurais em relação às escolas urbanas. O período de 1957 a 1971, girou entre 70% (setenta por cento) a 80% (oitenta por cento) na criação das escolas rurais, logo, houve uma significativa ação municipal, no tocante ao que se apresenta a ação do Estado.

Segundo Bezerra, Ribeiro e Araujo (2017, p. 207):

Visto que, a partir da década de 1970, a migração para a cidade ganhou fôlego, a ida gradativa do campo para a sede municipal tendeu a esvaziar o campo da população em idade escolar; ou seja, levou à desativação de grande parte das escolas rurais, ao longo dos anos de 1970, por falta de aluno. Se não havia razão para mantê-las em funcionamento no meio rural, na cidade, o aumento da população era razão óbvia para a abertura de mais escolas públicas, ou seja, para a ação educacional do estado quanto à criação de grupos escolares.

Em Ituiutaba realizou-se novos investimentos, pelo governo mineiro, em relação à educação pública, após a criação dos Grupo Escolar Ituiutaba (1958), surgiram outras escolas (já citadas anteriormente, Seção I). Conforme fundamentação de Bezerra, Ribeiro e Araújo (2017, p. 208), referindo-se aos índices elevados de analfabetismo em Ituiutaba, afirmam:

Possivelmente, os índices elevados de analfabetismo em Ituiutaba, no decênio de 1950 – superiores à média do estado, convém reiterar – justifiquem-se em razão da escassez de escola pública, pois, até 1954, a cidade contava com dois grupos escolares para 2,4 mil pessoas na faixa etária de 5 anos ou mais. Acrescente-se a esse contingente a população em idade escolar dos adultos analfabetos que ampliaram a população urbana de Ituiutaba em mais de 16 mil habitantes entre os anos de 1960 e 1970.

Neste entendimento, na década de 1970, fica claro o Regimento do Grupo Escolar Ituiutaba, ao expor os fins e objetivos da Educação Nacional:

Capítulo I – Dos fins da Educação Nacional.

Art. 1 – A educação nacional, inspirada aos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) – compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõe a Comunidade;
- b) – o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) – o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) – o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) – o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as diferenças que existirem no meio;
- f) – a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) – a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceito de classe ou de raça (REGIMENTO ESCOLAR, 1973, p. 2).

Vale destacar que em sua Introdução refere-se à legislação vigente, “em atendimento ao Art. 70 da Lei 5.692, de 11-08-71, o Grupo Escolar “ITUIUTABA” reger-se-á pelo presente REGIMENTO” e, assim, aponta os objetivos do ensino de 1º grau:

CAPÍTULO II – Dos objetivos do ensino de 1º grau

- O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.
- Para efeito do que dispõe os artigos 176 e 178 da Constituição entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de 1º grau e por ensino médio, o de 2º grau.
- O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional.
- O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos (REGIMENTO ESCOLAR, 1973, p. 2).

Percebe-se que houve mudança na nomenclatura, a partir de 1971, estabelece-se como 1º grau o ensino primário, enquanto o ensino médio tornou-se 2º grau. Ao referir-se aos objetivos gerais indicando o estabelecimento, assim declarou:

- a) Educar o homem totalmente de modo que o leve a tomar posição diante dos fatos, assumir com responsabilidades suas próprias opções arcando com suas consequências;
- b) Preparar o homem para situar-se dentro de um mundo dinâmico e de inconstante mudança sócio-cultural;

- c) Uma educação comunitária que possibilite o educando a comunicar-se com os outros numa linha crescente de profundidade até chegar à comunhão do amor (REGIMENTO ESCOLAR, 1973, p. 2-3).

O estabelecimento objetivou a educação para “preparar o homem para situar-se dentro de um mundo dinâmico e de inconstante mudança sócio-cultural”, que se encontra em sintonia ao revelar o perfil dos/as alunos/as que iniciaram suas primeiras lições alfabetizadoras neste grupo escolar, no sentido de acolhê-los e proporcionar-lhes a formação necessária para o exercício consciente da cidadania.

“Nos processos de desenvolvimento das cidades, por que Ituiutaba passava naquele momento, acompanhando o ritmo de crescimento que o desenvolvimento impunha ao país, é natural que se formassem, à margem, os bairros dos mais empobrecidos”, deste modo, delineia-se a realidade social do aluno (FRATTARI NETO, 2009, p. 167).

Assim, o Educandário Ituiutabano foi construído no bairro Independência, era praticamente desabitado, contava, apenas, com uma avenida, de terra, que conduzia à caixa d’água da cidade, e, também, contava com uma parte esportiva do Ituiutaba Clube, o local não tinha luz elétrica, nem água encanada e nem asfalto, como prossegue os resultados de Frattari Neto (2009, p. 167):

Os terrenos para a construção do Educandário Ituiutabano foram doados pela prefeitura de Ituiutaba (ATA DA CÂMARA DOS VEREADORES, 1955, p. 22 até 25) e por Anísio Demétrio Jorge, Jorge Miguel e Carlos Dias Leite – estes doaram os lotes de números 3 a 15 da quadra 19, com área total de 6.720 metros quadrados, no bairro Independência, fazenda Córrego Sujo, ao preço de Cr\$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros) (REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, 1955).

Os dados elencados do bairro Independência se fazem necessários, pois ali funcionou o Grupo Escolar Ituiutaba, de 1958 a 1978. Outro fator relevante para descrever esse cenário é para compreender o perfil do aluno que residia no bairro Natal, próximo a este estabelecimento e que visava o atendimento às crianças que precisavam ingressar em uma escola e não tinham como deslocar para os outros grupos escolares, pois naquele momento, como explicita Frattari Neto (2009, p. 167):

A cidade de Ituiutaba, na década de 1950, era apenas desenvolvida em sua região central e nos bairros Platina e Progresso, que ficavam na parte baixa. Aí habitavam as famílias de classe média e os fazendeiros produtores de grãos e gado.

Já, a população que fazia parte do alunado do Grupo Escolar Ituiutaba, moravam no bairro Natal, que Frattari Neto (2009, p. 167) descreve-o:

Na parte alta da cidade, expandia-se, cada vez mais, o bairro Natal, onde estavam instaladas as famílias pobres, como alguns trabalhadores do comércio e os boias frias ou trabalhadores rurais. A zona boêmia da cidade, ou casas de prostituição, tinha início na avenida 25, demarcando as diferenças ao meio. Eram muitas nesse momento da “capital do arroz”. As casas da parte alta, em sua maioria localizadas no bairro Natal, eram divididas entre os prostíbulos, que possuíam uma luz vermelha na entrada, e as residências, que possuíam seus muros escritos a palavra FAMÍLIA. Então, o bairro Natal era considerado zona específica de prostíbulos e, conseqüentemente, dos esfaqueamentos, dos roubos, dos assassinatos e das tragédias da cidade.

Neste contexto, desenha-se um cenário que precisava de mudanças, urgentemente, e, somente, a educação poderia realizar tal transformação e, assim, foi feito, recebendo matrículas de mais de seiscentas crianças que foram distribuídas em salas de aula, denominada classes, naquele momento. Assim, também, apresenta o perfil dos alunos/alunas do Grupo Escolar Ituiutaba e as professoras contratadas.

Quando o Grupo Escolar Ituiutaba recebeu as crianças e com as “classes” distribuídas, funcionava o curso Primário em dois turnos, foram contratadas as professoras: Mariana Ribeiro Franco, Helena Thereza de Moura, Nívea Dalva Marchiori, Leide Eurípedes Camargos da Costa, Antonina Volusia Soares Jardim, Julia de Souza Carvalho, Maria Ignês de Oliveira, Laci Ribeiro de Lima, Elza Maria Ribeiro, Maria Tereza Calil, Corinta Conceição de Moura (REGIMENTO ESCOLAR, 1973, p. 2).

Deste modo, o Regimento Escolar (1973) aponta que as formas de admissão de professores e especialistas poderia ser feita em caráter efetivo, em contrato, em substituição, sempre de acordo com a legislação vigente dos órgãos competentes, Secretaria de Estado da Educação e Conselho Estadual de Educação.

Ainda, referindo aos professores e as funções pedagógicas, assim destaca no Regimento Escolar (1973, p. 4):

É da competência da Congregação:

I – Estudar e propor aos poderes competentes, medidas que visem o aprimoramento do ensino; II – Aprovar os currículos, de acordo com as normas previstas em lei; III – Analisar normas para o funcionamento da Congregação Pedagógica; IV – Analisar, avaliar e concluir sobre os programas e planos de curso de acordo com as normas baixadas pelos órgãos competentes; V – Analisar os relatórios das atividades pedagógicas sugerindo medidas de aperfeiçoamento; VI – estudar a análise estatística do rendimento do ensino – aprendizagem.

Prosseguindo, vale destacar a organização didática e a estrutura do ensino, conforme o Regimento Escolar (1973, p. 7):

Este estabelecimento ministrará o ensino de 1º grau na forma da legislação vigente:

[...]

DO ENSINO DE 1º GRAU:

O ensino de 1º grau terá a duração de 8 (oito) anos letivos e compreenderá anualmente pelos menos 720 horas de atividades excluindo os períodos de recreio e intervalos.

O estabelecimento adotará o regime anual.

A lotação das classes será de acordo com instruções da Secretaria de Estado da Educação.

No que se refere à organização dos currículos é de competência do estabelecimento escolar e seus objetivos, conteúdos e composição determinados pela legislação em vigor e, de acordo com as necessidades e possibilidades deste estabelecimento, conforme o Regimento Escolar (1973, p. 10), os objetivos das matérias e do processo educativo, em geral, devem ajustar-se aos fins estabelecidos em lei visando:

1 – Em Comunicação e Expressão, cultivo de linguagem que ensejam ao aluno o contato coerente com seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físicos, psíquico e espiritual;

2 – Em Estudos Sociais, ajustamento crescente do educando ao meio em que deve viver e conviver, dando-se ênfase o conhecimento do Brasil, na perspectiva atual do seu desenvolvimento;

3 – Em Ciências, desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico;

4 – O ensino das matérias fixadas e das que lhe sejam acrescidas, deve sempre convergir para o desenvolvimento, no aluno, das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação, convívio, cooperação, decisão e ação.

Deste modo, os programas eram elaborados pelas professoras com assistência da Coordenação Pedagógica, os mesmos deviam ser submetidos à aprovação da Congregação (órgão máximo deliberativo, consultivo em normativo) e homologados pela direção, faz-se uma ressalva, “a fim de atender às conveniências didáticas pedagógicas, os programas poderão sofrer modificações, em sua aplicação adaptando-se ao nível de desenvolvimento de cada turma” (REGIMENTO ESCOLAR, 1973, p. 10). Ao tratar da Congregação, este órgão constitui-se do Administrador Geral (Diretor), seu presidente; os Supervisores (Orientadores Pedagógicos); o Orientador Educacional, quando houver; Auxiliar de Administração (Auxiliar de Diretoria) e Professores.

No tocante à avaliação escolar, o Grupo Escolar Ituiutaba, conforme Regimento Escolar (1973), utilizam vários recursos como observação pelo professor e orientador das atividades desenvolvidas pelo aluno, na escola e no domicílio; experiência de laboratório; exercícios, provas, testes, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo e outras formas aconselháveis e possíveis de serem aplicados. Naquele momento, a avaliação era contínua e cumulativa, devendo ser exposto para conhecimento dos alunos ou responsáveis, no mínimo duas vezes por semestre.

Um fator relevante para o estudo se destaca ao destacar sobre a sopa do Curso Primário, demonstrando as necessidades daquela comunidade escolar, que se pode evidenciar quando da distribuição da sopa, oferecido tanto pelo Grupo Escolar Ituiutaba quanto para o Educandário, já que se encontravam conjugados, como Frattari Neto (2009, p. 173):

No fim da década de 1960, o bairro Independência estava formado, e o cheiro da sopa se alastrava pela redondeza. Aos poucos, os irmãos menores dos alunos que ainda não tinham idade para matrícula e até outros garotos da comunidade começaram a ficar na rua da escola, pedindo um prato de sopa no portão na hora do recreio. Atento, o professor Paulo tratou de passar as crianças para dentro da escola e iniciou uma campanha na cidade para ampliar a quantidade de sopa. Saía com os alunos em sua perua Kombi recolhendo verduras e mantimentos.

Neste contexto, enfatiza-se o perfil dos alunos do Grupo Escolar Ituiutaba, em especial, evidencia-se quando da sopa oferecida pelo curso Primário deste grupo conjugado com o Educandário Ituiutabano, em que os moradores se aproximavam com as crianças para ganharem um prato de sopa.

Naquele momento, o sr. Paulo, Diretor do ginásio, tomava a iniciativa de colocar as crianças para dentro da escola para oferecer a sopa a todos, e, num futuro buscou fundos para criar uma creche para atender aquelas crianças que ainda não estavam em idade para a alfabetização.

No que concerne à organização administrativa do Grupo Escolar Ituiutaba, tem-se a diretoria constituída por um administrador geral, um auxiliar de Administração e um secretário. O administrador geral poderia indicar diretores de turno ou setor de acordo com o número de alunos matriculados e critérios estabelecidos em lei específica. Segundo o Regimento Escolar (1974, p. 20):

A Administração deste estabelecimento de ensino de 1º grau compete:

- a) Planejar todo trabalho escolar juntamente com o pessoal do estabelecimento;
- b) Organizar, coordenar e controlar, avaliar os trabalhos educacionais desenvolvidos neste estabelecimento;
- c) Fazer a escala de professores e funcionários para os trabalhos de matrícula;
- d) Designar a sala, turno e classes em que devem lecionar os professores;
- e) Designar os professores para as funções de substituições eventuais e outras atividades do magistério;
- f) Determinar os turnos para o trabalho dos professores especializados;
- g) Distribuir as classes destinadas ao trabalho das orientadoras de ensino;
- h) Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pelos órgãos competentes.

Neste contexto, pode-se conhecer um pouco da história da instituição escolar denominada Grupo Escolar Ituiutaba, criada no ano de 1958, anexada ao Educandário Ituiutabano, que teve continuidade ao mudar para o prédio próprio denominado Escola Estadual Ituiutaba, no ano de 1979.

3.2 A Escola Estadual Ituiutaba: uma perspectiva histórica (1979-1985)

No decurso histórico da Escola Estadual Ituiutaba evidencia-se um movimento que ocorre de um prédio escolar para outro, em local determinado, mediante planejamento para sua organização e funcionamento. Muda-se todo o processo, até então, de Grupo Escolar Ituiutaba para Escola Estadual Ituiutaba, no entanto, preserva-se as técnicas e métodos para dar continuidade a um trabalho educativo que transfere toda a parte pedagógica e administrativa.

Deste modo, já no início da década de 1970, pode-se visualizar o desenvolvimento da cidade de Ituiutaba, onde está situada a Escola Estadual Ituiutaba, que a Figura 23 mostra a evolução e a população com suas moradias, novos bairros, outras escolas, novas instalações, novos modos de ver o que está em seu entorno.

Figura 23 - Vista da cidade de Ituiutaba nos anos de 1970



Fonte: IBGE (1959)

A Figura 23 marca os anos de 1970, quando o prefeito Samir Tannús terminava seu mandato iniciado em 1967. De acordo com Zoccoli (2001, p. 138), “Ituiutaba viveu um tempo promissor, Samir Tannús correspondeu a este tempo, cumpriu suas promessas de campanha e entre os significativos feitos de sua administração”, destacou várias obras.

No ano de 1970, Gerson Abrão era presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba, quando o então prefeito Samir Tannús, tornou-se candidato a Deputado Estadual, desincompatibilizando do seu cargo, e, como o vice-prefeito, sr. Hildo Gouveia, não tinha domicílio na cidade, o sr. Gerson Abrão assumiu por ser, naquele momento, o presidente Legislativo. Portanto, teve um governo curto, pois o vice-prefeito, achou por bem voltar a residir em Ituiutaba, o que fez com que sr. Gerson Abrão retornasse à presidência da Câmara (ZOCOLI, 2001).

Nos anos de 1971 a 1973, o sr. Álvaro Otávio Macedo de Andrade deixa a direção do Instituto Marden para seu filho assumir, sendo eleito a prefeito de Ituiutaba, pelo partido da ARENA, no período de 1º de fevereiro de 1971 a 31 de janeiro de 1973, contava com o apoio de seus secretários, entre eles, sr. Gerson Abrão, responsável pela Secretaria de Educação; também contou com o apoio da Igreja Católica de Ituiutaba; suas obras foram relevantes para a Educação, dentre elas pode-se destacar como principais, segundo Zoccoli (2001, p. 145-146):

Colégio Antônio de Souza Martins; ampliação da E. E. Governador Clóvis Salgado; ampliação da E. E. João Pinheiro; criação do primeiro abastecimento de água tratada de Ituiutaba (SAE); inauguração do Hospital São José;

infraestrutura do Campus Universitário de Ituiutaba; pavimentação de ruas e avenidas; fundador da Associação Pais e Amigos de Excepcionais (APAE0 de Ituiutaba, por ter um filho que necessitava de cuidados especiais e não encontrava em escola especializadas em nossa cidade; criação e Fundação da União Tijucana de Esporte de Ituiutaba; criação da Bandeira Municipal de Ituiutaba, que foi reconhecida publicamente e aceita pela população, sendo idealizada pelo prefeito Álvaro Brandão de Andrade [...]

Ainda, percorrendo a trajetória histórico-política do sr. Prefeito, Álvaro Otávio Macedo de Andrade, encontra-se a criação do Grupo Escolar “Rotary”, conforme Decreto nº 9.703, de 6 de abril de 1966, publicado no Minas Gerais, em 25 de janeiro de 1973. Desta forma, o Grupo Escolar “Rotary” mudou para suas instalações no Bairro Ipiranga, hoje, Praça Hilarião Rodrigues Chaves, s/n., em prédio construído pela CARPE (ZOCOLI, 2001).

Ainda, percorrendo essa trajetória, passou pela Prefeitura de Ituiutaba, como prefeito, o sr. Fued José Dib, no período de 1973 a 1977, segundo Zoccoli (2001, p. 151), no ano de 1973, a dívida pública herdada pela Administração anterior estava quase toda vencida, “os salários dos servidores atrasados há meses, a falta de apoio na Administração Estadual, a forte oposição política local”, o cenário que encontrou determinava impossibilidade para qualquer realização que se planejasse, no entanto, não inibiu diante da situação, “a nova administração que passou a implementar uma política de autoridade administrativa, isenta de fisiologismo e nepotismo, visando preparar o município para o desenvolvimento com justiça social”.

Um fator relevante que associa à educação ituiutabana se deve aos “salários dos professores municipais e dos operários que saltaram, respectivamente, de CR\$ 387,27 e CR\$ 322,40 para CR\$ 1.065,00 e CR\$ 768,00”; também, atualizou as finanças municipais, entre outros benefícios para o desenvolvimento da cidade.

A gestão que houve a mudança do Grupo Escolar Ituiutaba para o prédio próprio com a denominação de Escola Estadual Ituiutaba ocorreu na gestão do sr. Acácio Alves Cintra Sobrinho, prefeito de Ituiutaba de 1977 a 1982, como afirma Zoccoli (2001, p. 156):

Preocupado com a educação, assinou um projeto conjunto com o Governo do Estado de Minas Gerais, para redistribuição e localização racional das unidades escolares estaduais, através da construção, reconstrução e ampliação de unidades pela cidade inteira, para atendimento mais eficiente a toda população escolar, na maior proximidade possível dos domicílios dos alunos. Vários prédios foram erguidos, com a implantação e ampliação, tanto da rede física, quanto do número de séries, graus e vagas, para resposta plena da demanda, por muito tempo.

Dentre as suas obras ligadas à educação pode-se enumerar, segundo Zoccoli (2001, p. 158), quando da “Autorização do Governador Aureliano Chaves para construção do novo prédio da Escola Estadual Governador Bias Fortes”, entre outras obras, sua gestão marcou com a “construção dos novos prédios das E. E. 15 de Novembro, *Ituiutaba* e Fernando Alexandre”, e, ainda, Escola Municipal na Vila Miisa; novo prédio da E. E. Cônego Ângelo, na avenida 33 com rua 4, inauguração da Escola Municipal Aída Andrade Chaves.

Deste modo, a Figura 24, com o jornal “A Vanguarda” de abril de 1979, número 1, ano 1, página 5, de Ituiutaba (MG), Jornal de Integração com publicação mensal, traz em seu noticiário uma lista de obras do Estado que foram entregues, dentre elas a Escola Estadual de Ituiutaba.

A manchete do jornal “A Vanguarda” (abril de 1979, p. 5), assim chamava a atenção da população tijucana: **Obras do Estado que estão sendo entregues:**

O prefeito Acácio Cintra, abordado pela reportagem de “A Vanguarda”, esclareceu que está havendo “perfeito entrosamento entre os poderes federais, estaduais e o município, altamente benéfico para Ituiutaba”. O chefe do executivo acentuou que “há muito tempo que não se notava um melhor entendimento entre as diversas esferas administrativas como nos últimos anos. Isso se dá, não há dúvida, em razão da verdadeira importância sócio-econômica de nossa terra no concerto das comunas mineiras e não por motivos políticos”. Acrescentou nosso entrevistado: “Aliás, nunca se deve esquecer que Ituiutaba vem sendo dirigida há mais de seis anos pelo MDB e a administração nunca sofreu qualquer tipo de restrição pelos governos estadual e federal”. – O que se pode notar, para gáudio da administração municipal e da comunidade tijucana – afirmou enfaticamente Acácio Cintra – é o grande volume de obras do Estado que estão sendo entregues à população que vão relacionadas a seguir.

As obras que se refere são: 1 – Distrito Industrial; 2 – Silos da Casemg; 3 – Ampla e Moderna sede própria da 31ª Residência Regional do DER-MG; 4 – Centro Social Urbano; 5 – Novas instalações da Camig; 6 – Agência da Caixa Econômica Estadual: sede própria; 7 – Núcleo Habitacional do INOCOOP; 8 – Agência Regional do IPSEMG; 9 – Laboratório de Análises; 10 – Escola Estadual Ituiutaba; 11 – Escola Estadual 15 de Novembro; 12 – Escola Estadual Bias Fortes; 13 – Convênio para ampliação de Redes de Água e Esgotos; 14 – Convênio com o SESI; 15 – Encampação do Colégio Comercial de Ituiutaba (A VANGUARDA, 1979).

Figura 24 – Jornal “A Vanguarda” (abril de 1979)

CIRCULAÇÃO REGIONAL
A VANGUARDA
 ANO I — ITUIUTABA (MG) — JORNAL DE INTEGRAÇÃO — ABRIL DE 1979 — NÚMERO 1
 PUBLICAÇÃO MENSAL

Obras do Estado que estão sendo entregues

O prefeito Acácio Cintra, abertado pela reportagem de "A Vanguarda", esclareceu que está levando "perfeito" entusiasmo entre os poderes federais, estaduais e o município, altamente benéfico para Ituiutaba.

O chefe do executivo acentua que não se notava um melhor entendimento entre as direções administrativas como nos últimos anos. Isso se dá, não há dúvida, em razão da verdadeira importância sócio-econômica de nossa terra no contexto das pequenas minerais e não por motivos políticos. Acrescenta nosso entrevistado: "Além, nunca se deve esquecer que Ituiutaba vem sendo dirigida há mais de seis anos pelo MDB e a administração não sofreu qualquer tipo de restrição pelas governações estadual e federal".

— O que se pode notar, para glória da administração municipal e da comunidade ituiutabense — afirma enfaticamente Acácio Cintra — é a grande vontade de obras do Estado que estão sendo entregues à população que vão relacionadas a seguir:

1 — DISTRITO INDUSTRIAL
 Em sua recente viagem a Belo Horizonte o Prefeito visitou a sede da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, onde tratou da implantação do DI de Ituiutaba.

Os primeiros passos foram dados pela Prefeitura, destinando uma área de 1.800.000 metros quadrados, escolhida pelos próprios técnicos da CDI. O terreno está localizado no alto do Carno, à margem da BR-365, próximo do trevo e da Avenida Avarebandava. A doação será formalizada logo após a assinatura de convenio com aquela organização, no fim deste mês. Para tanto, virá a escola, o novo presidente da CDI, dr. Celso de Melo Azevedo, ficando definida a implantação da tão sonhada cidade industrial.

2 — SILOS DA CASEMG
 O esforço realizado pela administração do município foi coroado de sucesso com a decisão da CASEMG — Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais de instalar um conjunto de silos em Ituiutaba, atendendo a reserva a uma das antigas e importantes refinarias de nossa gente. Para a concretização do projeto, a Prefeitura fez a doação de uma área de 200 mil metros quadrados, sítio à margem da BR-365, com frente para a Avenida Avarebandava.

A unidade local, cuja capacidade inicial é de 15 mil toneladas (já está prevista sua ampliação), está em adiantos da fase de construção.

3 — AMPLA E MODERNA SEDE PRÓPRIA DA RESIDÊNCIA REGIONAL DO DERMG
 Esta em construção (fase de acabamento) a sede própria da Sta. Residência Regional do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, numa área de 17 mil metros quadrados, no bairro Novo Mundo, doada pela municipalidade, com acesso pela Avenida Prof. José Vieira de Mendonça.

Foi também doado, para construção do prédio residencial do engenheiro-chefe um lote de 500 metros quadrados.

4 — CENTRO SOCIAL URBANO
 Encontrase em sua fase final a construção do primeiro Centro Social Urbano de Ituiutaba, ocupando toda a quadra 28, do Setor Sul da cidade, com 12 mil metros quadrados (alto da Vila Natal). A inauguração ainda não tem data, mas deverá ocorrer brevemente.

5 — NOVAS INSTALAÇÕES DA CAMIG
 O posto de vendas local da CAMIG — Companhia Agrícola de Minas Gerais, que até há pouco funcionava em um prédio de origens humilhantes, na Rua 26, foi transferido para o conjunto de armazéns sítio à Rua 24 com a Avenida 31, esta área é de 3.078 metros quadrados. As instalações foram grandemente ampliadas, para atender às necessidades, para atender às demandas, que pretende dar grande fomento aos seus negócios nesta cidade e região.

6 — AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL: SEDE PRÓPRIA
 Está em fase de conclusão as obras da magnífica sede própria da agência local da Caixa Econômica de Minas Gerais, ocupando dois pavimentos do edifício "Olympus Clube", que está em construção na confluência da Avenida 15 com a Rua 22. Este bloco terá 15 pavimentos, des-

instalação, em dependência da antiga Edusulário Ituiutabano. A moderníssima sede, com 2 pavimentos, terá 12 salas de aula. O projeto está sendo executado pela empresa local CONSTRUTIL — Construtora e Imobiliária Ltda., por conta da CARPE.

11 — ESCOLA ESTADUAL 15 DE NOVEMBRO
 O prédio próprio destinado à Escola Estadual 15 de Novembro, com 2 pavimentos e 12 salas de sala, está sendo construído em terreno doado pela Prefeitura, à Rua 38-A com Avenida 19-A. Outra firma local — a CONPREL — Construtora Pradial Ltda, foi a vencedora da concorrência pública aberta pela CARPE.

12 — ESCOLA ESTADUAL BIAS FORTES
 O prédio escolar número três, em construção nesta cidade, designado à escola estadual em epígrafe. Para completar a área exigida pela CARPE, a Prefeitura doou mais 1.066,82 metros quadrados. O imóvel está registrado na parte mais alta do Bairro Jaqueira, com frente para a rua José da Silva Ramos. A obra e moderna sede do "Bias Fortes" terá 7 salas e sua construção está a cargo da firma uberabense COMASA.

13 — CONVENIO PARA AMPLIACAO DE REDES DE AGUA E ESGOTOS
 O convenio recentemente firmado com a PSESP e a Prefeitura o ampliação do serviço de água e esgoto sanitário, beneficiando setores da cidade que ainda não recebem esse melhoramento. As obras planejadas estão previstas em 4 milhões de créditos.

14 — CONVENIO COM O SESI
 A Prefeitura assinou convenio com o SESI — Serviço Social de Indústrias, para que o Posto de Atendimento Distrital continuasse em funcionamento, desde sua

clínica. Além da escola em tela, a municipalidade ficou responsável pela locação da sala, manutenção de auxílios, energia elétrica e outras despesas, enquanto o SESI continuará com o encargo manter os dias e doutólogos que lá vinda atendendo em dois períodos.

15 — ENCAMPACAO DO COLEGIO COMERCIAL DE ITUIUTABA
 Preocupado com a situação de dois mil estudantes que estavam correndo o risco de perder o ano letivo, caso não fosse encampado, pelo governo estadual, o Colégio Comercial de Ituiutaba e o antigo dependência Ituiutabano Acácio Cintra esteve, há poucos dias, em Belo Horizonte, buscando junto ao governador Francisco Pereira rápida solução do problema.

O alarde foi muito bem recebido pelo chefe do governo estadual, que demonstrou o maior interesse pelo caso, mandando, no mesmo dia, dois comitês com o Secretário Paulo Cervo. Estes, no interesse do caso, prometeram enviar duas funcionários à Ituiutaba, que vieram acompanhados de duas representantes da 20ª Delegacia Regional de Ensino, sediada em Uberlândia.

Tudo foi feito rapidamente, o que comprovou o real interesse daquele eminente homem público em resolver a questão no menor prazo possível.

O levantamento feito pela equipe, encaminhado ao DERMG, teve parecer favorável e, no último dia 3, o Secretário de Estado de Educação convocou ao Prefeito de Ituiutaba, que "analisou de perto a situação do Colégio Comercial e o Edifício Industrial e que as aulas foram inicias no prédio em dia 16".

O ampliatas problemas financeiros e os estudantes, necessitados de prazos o mais rápidos possíveis, foram satisfeitos e se mostram extremamente satisfeitos que sua governação adotou tais decisões a seu favor.

Fonte: Circulação Regional “A Vanguarda”, abril de 1979

A Figura 24 traz o noticiário que mostra a doação do terreno da Escola Estadual Ituiutaba realizado pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, que se refere à escola deste estudo e à sua localização e construção do prédio próprio, como descreve, no item 10:

10 – Escola Estadual Ituiutaba

Em área de 3.975,62 metros quadrados, doada pela Prefeitura, sita à Avenida 43 com Avenida 18 (fundos para a Avenida Minas Gerais), está sendo construído o prédio próprio da Escola Estadual Ituiutaba, que vem funcionando, desde sua instalação, em dependência do antigo Educandário Ituiutabano. A moderníssima sede, com 2 pavimentos, terá 12 salas de aula. O projeto está sendo executado pela empresa local CONSTRUTIL – Construtora e Imobiliária Ltda., por conta da CARPE.

Desta forma, o jornal “A Vanguarda” deixa registrado a área doada pela Prefeitura, e refere-se à sua estrutura física como “uma moderníssima sede, com 2 pavimentos [...]”, como mostra a Figura 25.

Figura 25 – Prédio próprio da Escola Estadual Ituiutaba



Fonte: Disponível em: <http://www.2005-2015.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/mais-de-16-mil-alunos-sao-beneficiados-por-obras-inauguradas-essa-semana/>

A Figura 25 mostra a estrutura física do prédio próprio da Escola Estadual Ituiutaba, com dois pavimentos, atualmente, denominada Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida, que passou por reformas e ampliação de salas de aula.

O jornal “A Vanguarda” mostra, ainda, o prefeito daquele momento, Sr. Acácio Alves Cintra Sobrinho, em sua gestão (1977-1982), os benefícios que trouxe para a população de Ituiutaba e das cidades vizinhas, que contam com a sua prestação de serviços e outros, segundo o Portal Ituiutaba (2022):

Acácio Alves Cintra Sobrinho nasceu em Ituiutaba no dia 6 de janeiro de 1935. Filho de Lázaro Alves Costa e Maria do Carmo Alves. Casou-se com Dona Zaida Ribeiro Franco Alves e teve dois filhos: Alfredo e Madalena. Foi aluno da Escola Estadual João Pinheiro, onde concluiu o Primário, sendo que sua primeira professora foi Dona Alice Junqueira, concluiu o Ginásio no Colégio São José e o Comercial no Instituto “Marden”. É bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Uberaba. Foi prefeito de Ituiutaba de 1º de janeiro de 1977 a 31 de dezembro de 1982. Se elegendendo pela sigla do PMDB, com uma votação histórica (ITUIUTABA. PORTAL ITUIUTABA.COM.BR, 2022).

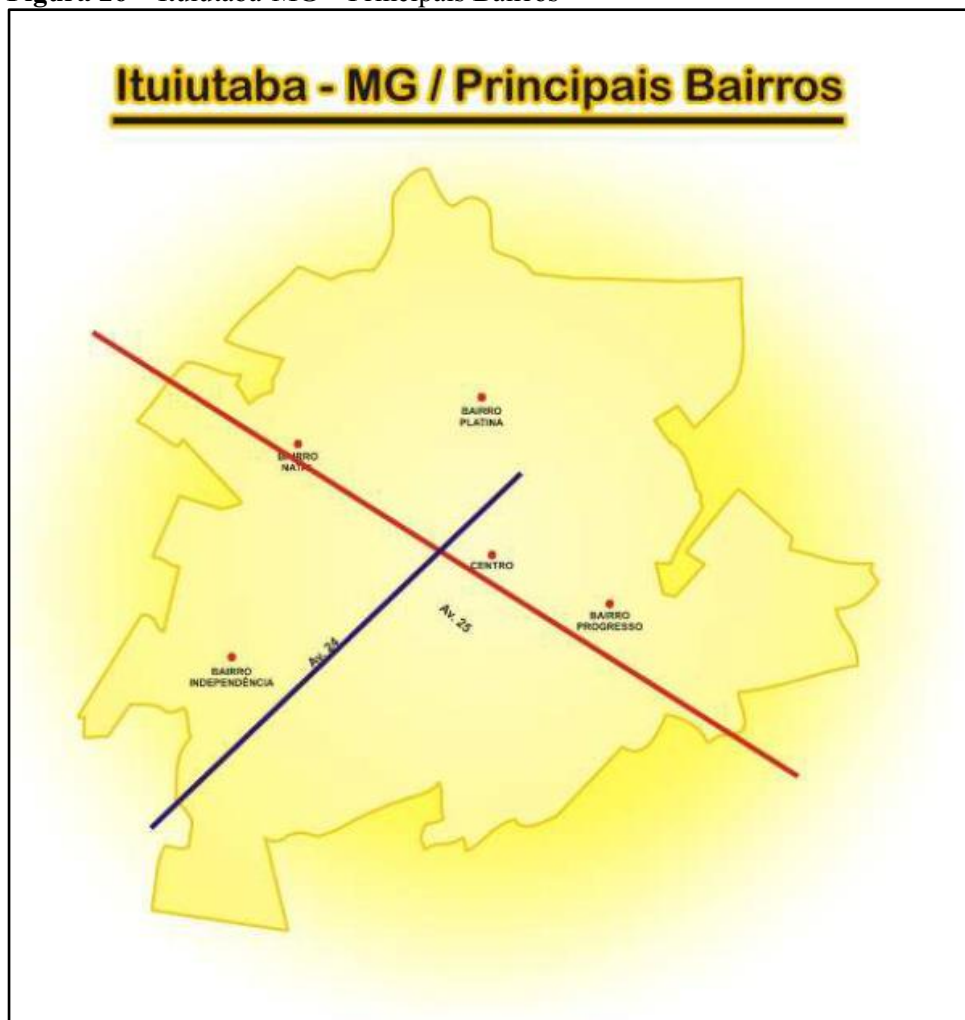
O senhor prefeito, filho desta cidade, estudante de instituições escolares, dentre elas, a Escola Estadual João Pinheiro, onde concluiu o curso Primário, uma escola da rede pública de ensino, localizada no centro; o curso Ginásial, no Colégio São José, uma das escolas privadas de Ituiutaba; e, o curso Comercial no Instituto Marden; bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Uberaba. Em sua administração foram implantados vários projetos que considerara importantes, entre eles:

[...] assinou um projeto conjunto com o Governo do Estado de Minas Gerais, para redistribuição e localização racional das unidades escolares estaduais, através da construção, reconstrução e ampliação de unidades pela cidade inteira; [...] Vários prédios foram erguidos com a implantação e ampliação, tanto da rede física, quanto do número de séries, graus e vagas, para resposta plena da demanda, por muito tempo (ITUIUTABA. PORTAL ITUIUTABA.COM.BR, 2022).

Entre outras obras realizadas pelo prefeito, atendeu pedido da Câmara Municipal quanto à extensão de redes de energia elétrica a vários bairros, destacando-se os bairros: Maria Vilela, Bela Vista, Santo Antônio, São José, Brasil, Universitário, Novo Horizonte, Camargo, Jardim do Rosário, Satélite Andradina, Alvorada, Gardênia, Alvorada, *Independência*, Junqueira, *Natal*, Pedreira e Novo Mundo.

Vale destacar que a década de 1980 mostra a expansão de bairros na cidade, em comparação com os anos de 1950, como pode-se visualizar na Figura 26 e, pode-se perceber a diferença quanto ao número limitado de bairros, entre eles Independência e Natal.

Figura 26 – Ituiutaba-MG – Principais Bairros



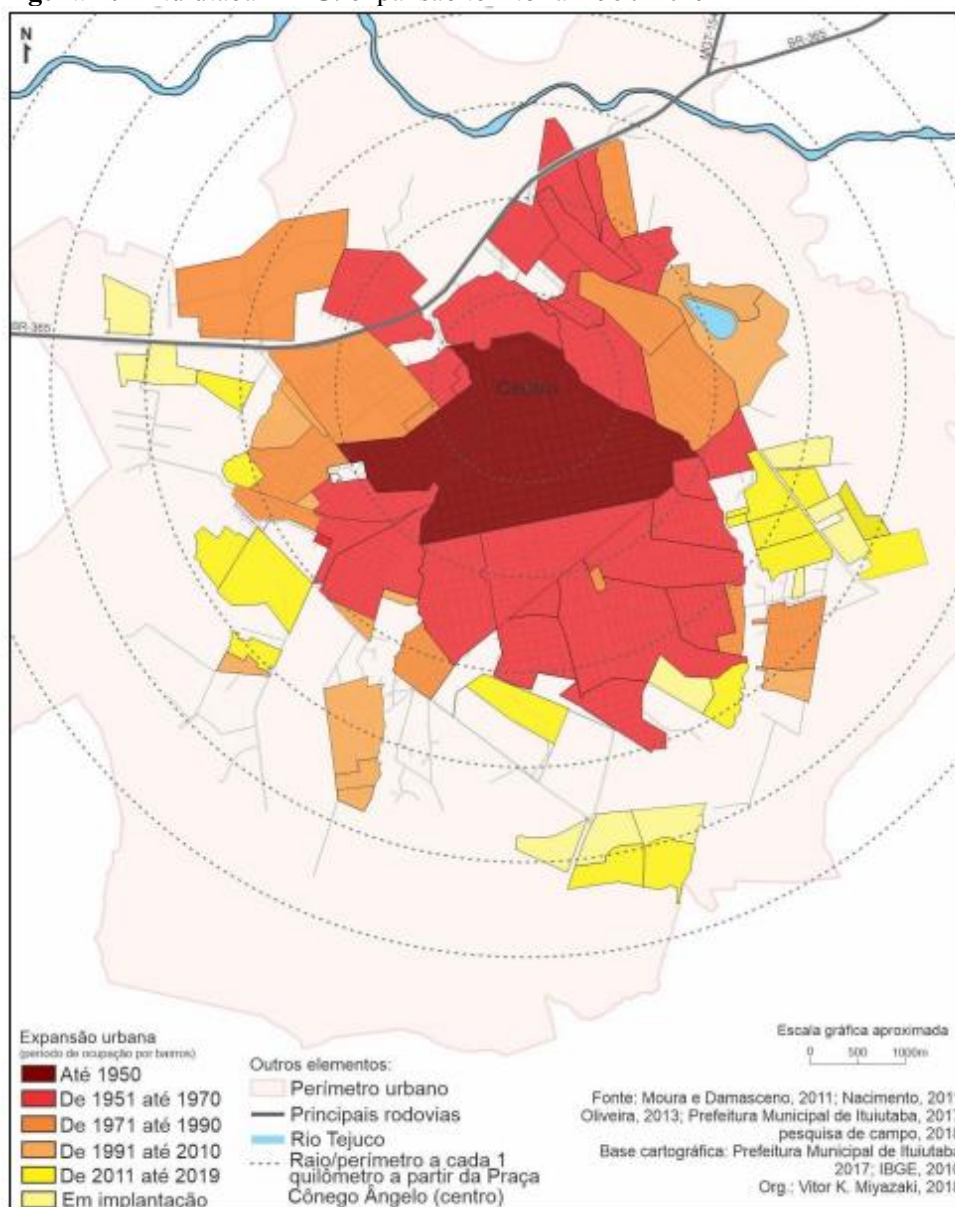
Fonte: FRATTARI NETO, 2009, p. 168.

A Figura 26 apresenta um mapa com delimitação dos principais bairros existentes em 1958, período da criação do Grupo Escolar Ituiutaba; naquele momento, existia o Centro da cidade, os bairros Platina e Progresso, reafirmando o que já foi citado, anteriormente, nesses bairros habitavam a classe média e os fazendeiros que produziam grãos e gado; enquanto, o bairro Independência era desabitado, e no bairro Natal residiam as famílias mais pobres de Ituiutaba, e, desta forma, faziam parte dos/das alunos/as da escola, isto é, “as classes empobrecidas da vila Natal” (antes de denominar bairros eram chamadas de Vilas), os alunos não tinham condições financeiras para cursar em uma escola central e, muito menos, nas escolas

particulares que recebiam a elite de Ituiutaba. Conclui-se que o Grupo Escolar Ituiutaba foi criado para atender essa população do bairro Natal, que encontravam dificuldades para deslocar para outro ambiente escolar e, essa mesma população continuou na Escola Estadual Ituiutaba.

Evidencia-se que, a cidade foi crescendo na economia, na política, na cultura e na educação e, assim, pode-se visualizar na Figura 27, o mapa dos bairros entre 1950 a 2019.

Figura 27 – Ituiutaba – MG: expansão territorial 1950-2019



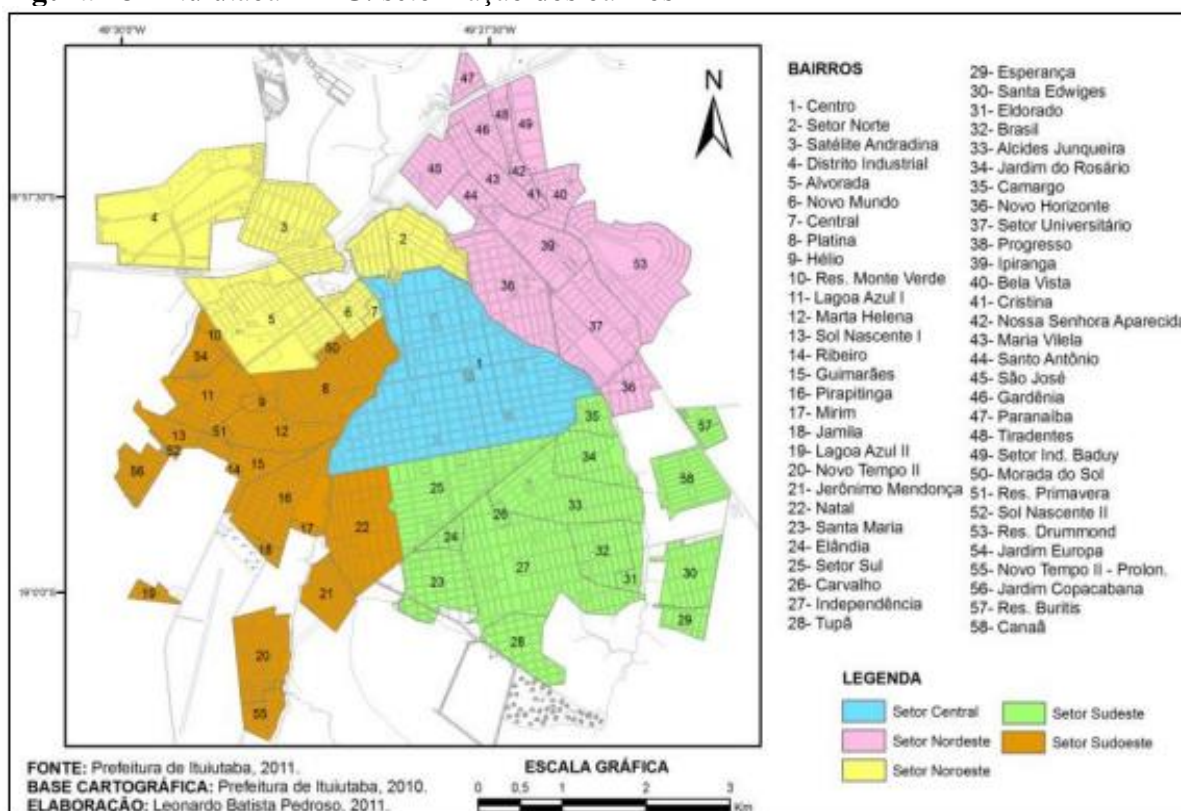
Fonte: Miyazaki (2018, p. 30).

A Figura 27 mostra a expansão dos bairros desta cidade, de acordo com as cores apresentadas na Legenda, sendo assim, tanto o bairro Independência quanto o bairro Natal encontram sua criação nos anos de 1951 a 1970, período que corresponde a administração do

Grupo Escolar Ituiutaba; e, quando do movimento para Escola Estadual Ituiutaba, a cor alaranjada aponta para os anos de 1971 até 1990, alcançando o recorte temporal do estudo, 1979-1985.

Para melhor se situar foi inserido um outro Mapa de bairros da cidade de Ituiutaba, no sentido de melhor localização dos bairros Independência e Natal, numerados de 1 a 58, na legenda sua localização por cores.

Figura 28 – Ituiutaba – MG: setorização dos bairros



Fonte: Prefeitura de Ituiutaba, 2011. Nascimento, Miyazaki, Melo (2012, p. 102).

A Figura 28 representa a setorização dos bairros, ao situar o bairro Independência (27) e Natal (22) percebe-se que os mesmos localizam no Setor Sudeste e Sudoeste, respectivamente, de acordo com o mapa apresentado. Torna-se evidente, ao visualizar o mapa na Figura 28 e relacionar com a Figura anterior, a expansão urbana. A partir do momento que os bairros vão ganhando melhorias, construindo moradias, estabelecimentos comerciais, prestações de serviços, o local vai sendo valorizado. Isto vale para o Bairro Independência que no momento da construção do ginásio Educandário Ituiutabano se encontrava desabitado, portanto, novas moradias foram surgindo, entre outras melhorias e o mesmo, atualmente, tornou-se prioridade para as classes de maior renda.

No que tange ao bairro Natal, antes habitado por uma população de renda baixa, trabalhadores e boias fria, expandiu com casas populares para a classe de baixa renda, comércio, prestação de serviços, entre outros que valorizam o local.

Segundo Nascimento, Miyazaki e Melo (2012, p. 111):

As políticas habitacionais implementadas em Ituiutaba pelos governos federal e estadual foram importantes principalmente para os trabalhadores de baixa renda conquistarem o direito à casa própria, diminuindo o déficit habitacional e outras habitações precárias. Somam-se a esses fatores sociais também os econômicos como a geração de empregos e dinâmica local de comercialização de produtos do setor de construção civil.

Desta forma, entende-se que os aspectos políticos contribuíram, ao longo da história, para tais melhorias e produção de moradias populares, resultando na ascensão social, portanto, o que se percebe é que, ainda, há um grande número de moradias no bairro Natal que precisa de melhores condições para viver e de qualidade de vida.

De acordo com a expansão urbana e as desigualdades socioespaciais em Ituiutaba, Oliveira (2020, p. 99) explicita:

O espaço geográfico de Ituiutaba (MG) foi reelaborado ao longo do tempo para atender as demandas sociais de produção e reprodução da vida humana e do capital a partir da evolução da economia e da sociedade. Nesta cidade, as exigências impostas pela produção agropecuária foram as responsáveis pelas dinâmicas espaciais e pelos processos urbanos recentes, uma vez que possibilitaram mudanças na estrutura técnica produtiva, nas atividades econômicas predominantes e na organização espacial do centro urbano.

Deste modo, pode-se relacionar ao bairro Natal que passou por toda essa transformação, o que se pode observar no entorno da Escola Estadual Ituiutaba, como visualiza-se na figura a seguir:

Figura 29 – Escola Estadual Ituiutaba (atual Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida – 1990)



Fonte: Empresas Brasileiras (Disponível em: <http://ituiutaba.empresasbrasil.net/other/escola-estadual-arthur-junqueira-de-almeida-ituiutaba/>).

A Figura 29 ilustra a expansão dos bairros em Ituiutaba, bem como o bairro onde foi instituída a Escola Estadual Ituiutaba, o espaço central é a localização desta escola. Desta forma, a Escola localiza-se à Avenida 43 (Figura 30) e, sua lateral, à Rua Dezoito (Figura 31), o que fica fundo da escola é a Avenida Minas Gerais (Figura 32). No que se refere ao entorno da Escola Estadual Ituiutaba pode-se visualizar as imagens nas Figuras 33 e 34

A seguir a Figura 30.

Figura 30 – Frente da Escola Estadual Ituiutaba – Avenida 43



Fonte: google.com/maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/...>

A Figura 30 apresenta a Frente da Escola Estadual Ituiutaba (atual Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida), pela imagem pode-se constatar que a mesma passou por reformas e, também, houve ampliação de salas.

Figura 31 – Lateral da Escola Estadual Ituiutaba – Rua Dezoito



Fonte: google.com/maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/...>

Assim, a Figura 31, mostra uma das laterais desta escola, à Rua Dezoito, onde visualiza-se o muro da escola e as frondosas árvores que ali permaneceram, até os dias atuais. Em frente esta lateral há um longo canteiro e diversas árvores, esta Rua se encontra com a Avenida Minas Gerais.

Figura 32 – Parte Lateral da E.E. Ituiutaba – Avenida Minas Gerais



Fonte: google.com/maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/...>

A Avenida Minas Gerais, que mostra a Figura 32, encontra no fundo da Escola, uma longa avenida, que dá seguimento a outros bairros da cidade, entre eles, o bairro Santa Maria e o Novo Tempo, o que mostra que os alunos da Escola não se restringem mais, somente, ao bairro Natal, mas, também, aos bairros vizinhos.

Na figura 33, a seguir, pode-se visualizar as moradias, estabelecimentos comerciais, nos entornos e arredores da escola, as imagens mostram as construções mais antigas que já existiam quando a Escola foi construída, na simplicidade, nas estruturas físicas, embora o bairro já se encontra todo asfaltado e, cada dia mais, outras construções sendo desenvolvidas.

Figura 33 – Moradias e estabelecimentos comerciais no entono e arredores da Escola Estadual Ituiutaba



Fonte: google.com/maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/...>

Neste contexto, a questão educacional brasileira emerge como um tema socialmente problematizado, articulando-se com a emancipação política no Brasil, condicionada pelas marcas conservadoras inerentes da ditadura militar.

Na década de 1980, assistiu-se a uma drástica redução dos investimentos estatais no setor produtivo e na estrutura de proteção social no Brasil. O país passava por um processo de

redemocratização, um marco histórico de transição para a educação de massas. Na política, a população brasileira viveu o movimento das “Diretas Já”, que envolveu uma participação efetiva de intelectuais, artistas, pessoas ligadas à Igreja, partidos políticos e personagens políticas.

Na economia, a nação brasileira viveu um momento marcado pelos elevados índices inflacionários, na busca de tentativas de superação desse contexto foram adotados o Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão, todos insuficientes que levaram a uma hiperinflação.

Neste sentido, redefiniram-se as políticas educacionais, bem como redefiniram-se o papel do Estado brasileiro, “cada vez mais a política educacional passa a ser considerada, no marco das políticas sociais, como uma política de caráter instrumental e subordinado à lógica econômica, uma política que sequer tem a capacidade inclusiva do capitalismo industrial” (KRAWCZYK, 2000, p. 2).

Desta forma, a educação visa garantir o acesso a todos, mas ao restringir limites pela política econômica, resulta os baixos investimentos, entende-se que a política de descentralização foi utilizada como uma das estratégias dos reformadores, estimulando a participação da sociedade civil assumindo responsabilidade tanto pelo financiamento como pela execução dos serviços educacionais (NOMA; LIMA, 2009).

Consequentemente, o estado de Minas Gerais recebe as influências dessa política e de suas estratégias, perpassando por sua trajetória uma longa caminhada para o debate educacional nos âmbitos da ordem política, econômica, social e cultural.

Nesta perspectiva, a escola como instituição social deve se comprometer para alcançar a qualificação da escola, por sua própria natureza e função, em que a unidade escolar possui espaço de autonomia e lhe permite, frente a todas as adversidades, construir práticas que favoreçam e contribuam dentro de suas limitações a construção de processos de ensino que ofereçam efetiva formação básica às crianças e aos jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs uma reflexão, mais aprofundada, quanto à situação vivenciada na área educacional, permeada pelos desafios educacionais, revelando sua realidade, as singularidades, daquele momento que se criou o Grupo Escolar Ituiutaba, no ano de 1958, visando compreender a criação deste grupo, do perfil de seus/suas estudantes, o acolhimento das crianças para cursarem o Primário. Em seguida, o movimento se faz quando há a mudança para o prédio próprio, no ano de 1979, e recebe o nome de Escola Estadual Ituiutaba.

Assim, a pesquisa promoveu, por meio da narrativa, a elaboração do texto do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, entre os anos de 1958 a 1978 e, em continuidade, de 1979 a 1985, dois momentos que se apresentam distintos, mas, ao mesmo tempo, delineiam por contradições e fatos semelhantes. Nessa transição de Grupo Escolar à Escola Estadual buscou-se analisar fatos históricos, por meio de documentos, jornais, regimentos e obras de teóricos que conduziram às características próprias de cada momento, percebendo as evidências que revelam uma instituição de ensino em construção.

Ao longo das Seções I, II e III que estruturam o trabalho buscou alcançar os objetivos propostos, em um primeiro momento, reconhecer a compreensão da história de Ituiutaba ressignificando a educação, um espaço geográfico que percorreu na investigação sobre as instituições escolares da região, as quais foram se ampliando, entre elas, escolas rurais, urbanas, municipais, estaduais, públicas e privadas, na cidade de Ituiutaba, nessa trajetória apresentam suas experiências escolares.

Sequenciando, nesse percurso, permeou-se por caminhos mineiros para melhor compreender o Estado de Minas Gerais, uma trajetória histórica que destaca mudanças para alcançar uma reestruturação produtiva que, em sua diversidade, encontra-se a economia e a demografia. Ao relacionar às mudanças e reestruturação produtiva constata-se a interligação do Estado de Minas Gerais à Ituiutaba, que destaca a agropecuária com o cultivo do arroz.

É nesse decurso histórico que a educação, na cidade de Ituiutaba, depara-se com as escolas desta região, no entanto, nas décadas de 1950 a 1970, permeadas pelo desenvolvimento político, socioeconômico, cultural e educacional, relacionando-os à instalação em 1958 até a construção da sede própria, no ano de 1979. É pertinente, ainda, fazer referência a esta instituição escolar em construção, na cidade de Ituiutaba, retratando os avanços que marcaram, tanto o município quanto o país, em um momento que o Brasil realizava mais uma eleição e

homologava a candidatura de Juscelino Kubistchek à presidência da República. E, conseqüentemente, o desenvolvimento da Escola Estadual Ituiutaba está vinculado ao entendimento que a realidade da educação relaciona com o desenvolvimento da economia, política, com a ideologia, com a cultura, assim, a escola passa a ser uma representação desses ideais vivenciados pelo país, pelo Estado e pela cidade.

No que concerne à verificação de como realizou a transição do Grupo Escolar Ituiutaba à Escola Estadual Ituiutaba, a investigação realizada contribuiu para constatar que no município de Ituiutaba a necessidade da criação de escolas públicas associou-se à urbanização, trazendo à tona uma contradição no cenário, quando a economia se encontrava em ascensão e a educação se apresentava precária, as unidades escolares eram carentes, com condições desfavoráveis para seu funcionamento. O que permitia às escolas privadas alcançarem o predomínio por muito tempo nesta cidade de Ituiutaba. Deste modo, o Grupo Escolar Ituiutaba foi a sexta escola, havendo outras que antecederam, e, assim, com o surgimento dos grupos escolares, no início do século XX, constatou-se algumas alterações, entre elas, destacam o modelo arquitetônico, os materiais utilizados, uma nova concepção do educativo escolar, promovendo realçar os prédios escolares, as atividades, em especial, sua localização.

Quanto ao fato do questionamento da problematização, deste estudo, que partiu para a pesquisa, está presente na documentação consultada que a criação, implantação e desenvolvimento do Grupo Escolar Ituiutaba percorreu a trajetória dessas instituições em que os grupos escolares foram criados, em um momento que os índices de analfabetismo eram elevados, embora, o desenvolvimento econômico se encontrasse em expansão, tornando o funcionamento dos mesmos de grande relevância para a sociedade local, em especial, as massas populares. Todos os grupos escolares, aqui estudados, contavam com poucos recursos, os profissionais da educação criavam estratégias para suprir a falta de fundos financeiros e cobrir as necessidades da unidade escolar.

Ainda, houve a preocupação de como era constituída a população do entorno da instituição escolar, em estudo, que se pode observar, ao referir-se ao bairro Natal, de onde originou as crianças e familiares para ingressarem no curso Primário. Um bairro afastado, onde habitavam as famílias pobres, ou seja, uma população carente, não somente financeiramente, mas de outros recursos para sobrevivência, pois viviam em condições precárias. Com os dados provenientes do estudo, constatou-se que o bairro Independência, onde o Grupo Escolar Ituiutaba iniciou suas atividades educativas, era desabitado, sem asfalto e rede de esgoto, porém, um Ginásio gratuito acolheu o curso Primário do Grupo Escolar Ituiutaba, da rede

pública estadual. O Ginásio, desde sua fundação, possuía uma relação significativa com a comunidade, quanto à caridade, ações envolvendo a filantropia, ao mesmo tempo, a sociedade sentia-se incômoda, sendo este fundado pela elite espírita que compunham a União da Mocidade Espírita de Ituiutaba.

De acordo com a história das instituições escolares de Ituiutaba, pode-se evidenciar, fatos que se assemelham, se divergem, contradições, singularidades, experiências escolares, características próprias de cada uma, desde sua origem, início de atividades antes da construção do prédio próprio e, também, após sua localização em sede própria, todas essas instituições enfrentaram, durante seu desenvolvimento e funcionamento, mudanças políticas e tiveram impactos severos na educação pública local e nacional, principalmente, quando se trata do período da ditadura militar, encontra-se dificuldades para criação dos grupos escolares.

Considerando ser legítima esta investigação, de uma instituição fundada em 1958 e mantida até os dias atuais, não houve nenhuma pesquisa sobre a sua história, que permanecia silenciada no âmbito da história da educação local. Desta forma, a pesquisa aproximou-se de sua materialidade, de seus vestígios, localizados em uma documentação preservada e, assim, narrou-se a história desta instituição que teve uma grande parcela de contribuição para a assistência às crianças carentes financeiramente.

Portanto, as análises, aqui, tecidas, partiram de documentação, de notícias de jornais, imagens, tanto de acervo institucional quanto de acervos privados, apresentando indícios e caminhos percorridos desde a função da entidade. Encerra-se esta pesquisa não como um ponto final, mas como um início de diversas possibilidades investigativas ainda existentes sobre a história da Escola Estadual Ituiutaba, uma instituição que contribuiu e, ainda, contribui para a história da cidade de Ituiutaba, e, principalmente, para a assistência aos moradores do bairro Natal, e, atualmente, em sua sede própria, dos bairros de seus arredores que se estenderam e expandiram com o tempo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. C. S.; RIBEIRO, B. de O. L.; SOUZA, S. T. de. (Org.) Grupos Escolares na Modernidade Mineira: Triângulo e Alto Paranaíba. Campinas: Alínea, 2012.

ASSIS, Ivone Gomes de. **Ituiutaba**. 2013.

BADUY, Marina. **Grupo Escolar Professor Ildelfonso Mascarenhas da Silva: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação**. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação. Uberlândia, MG, 2020.

BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza. **Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; ARAUJO, José Carlos Souza. Expansão educacional no Sudeste e migração em Minas Gerais: impactos na alfabetização da população de Ituiutaba (1956-1971). *Revista HISTEDBR online*, Campinas, n. 71, p. 191-213, mar. 2017. <https://doi.org/10.20396/rho.v17i71.8645283>

BOTTOMORE, Thomas Burton. **Introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRASIL. **Lei Federal nº. 4.024**, em 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.024%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201961.&text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº. 5.692**, no dia 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

BRASIL. Minas Gerais. Ituiutaba. **Escola Arthur Junqueira de Almeida**. Disponível em: <http://ituiutaba.empresasbrasil.net/other/escola-estadual-arthur-junqueira-de-almeida-ituiutaba/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

BRITO, Fausto Reynaldo Alves de; CARVALHO, José Alberto M. de. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, n.22, p. 441-455, jun.2006. Disponível em: http://www.cgee.org.br/prospeccao/doc_arq/prod/registro/pdf/regdoc3101.pdf. Acesso em: 10 de março de 2009.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função Social da Escola e Organização do Trabalho Pedagógico. In: **Educar**. Curitiba, n. 17, p. 101-110, 2001. Editora da UFPR. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.222>

CASTANHO, Roberto Barboza; SOUTO, Thales Silveira. A importância da orizicultura na constituição do espaço geográfico: evolução e dinâmica da produção de arroz no período de 1930 a 2010 em Ituiutaba (Minas Gerais – MG, Brasil) e a inserção de novas culturas. **Cuadernos de Geografia. Revista Colombiana de Geografia**. Vol. 23, nº. 1, jan.-jun. 2014, Bogotá, Colômbia, p. 93-107. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v23n1.32465>

CHAVES, Camilo. Ituiutaba: a terra e o homem. In: BRANT, Celso (Diretor). *Revista Acaiaca*. (Imprensa Oficial) Belo Horizonte: Acaiaca, 1953, p. 19-22.

CHAVES, Luciana Domingues. **Produção do espaço urbano e mercado imobiliário: a oferta de terrenos não edificados e imóveis residenciais urbanos em Ituiutaba (MG)**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. <https://doi.org/10.5151/9788580391596-10>

CHAVES, Petrônio Rodrigues. **A loja do Osório**. Ituiutaba: P. R. CHAVES, 1984.

CHAVES, Elizângela; MENDES, Anne Karen da Silva. Desvelar a educação dos corpos de escolares sertanejos em Minas Gerais: um desafio historiográfico. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. XVI Conbrace – III Conice**. Salvador, Bahia, Brasil, 20 a 25 de setembro de 2009.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos et al. Memórias e histórias do Grupo Escolar João Pinheiro – Ituiutaba-MG (1908-1973). **Anais eletrônicos da IV Semana de História do Pontal**. III Encontro de Ensino de História. Universidade Federal de Uberlândia. Campus Pontal. Ituiutaba-MG. 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016.

COSTA, Vera Lucia Cabral (Org.). **Gestão educacional e descentralização**. 2. ed. São Paulo: Cortez. Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1997.

COTRIM, Gilberto Vieira. **Fundamentos da educação: história e filosofia da educação**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

DINIZ, Dr. Erotides. História Judiciária de Ituiutaba. In: BRANT, Celso (Diretor). **Revista Acaiaca**. (Imprensa Oficial) Belo Horizonte: Acaiaca, 1953, p. 33-44.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. **Ituiutaba**. Enciclopédia. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 25. p. 304–9. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=313420. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. **Ituiutaba (MG)**. In: Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 25. p. 304-309. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_25.pdf. Acesso em: ago. 2015. 2017 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. v4.6.28

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)**. São Paulo, 1996. 362p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da USP.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago, n.º. 14, 2000.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de. Integrar, Instruir e Moralizar: o Grupo Escolar de Villa Platina no cenário da Primeira República, Ituiutaba-MG (1908-1920). In: ARAUJO, José Carlos Souza; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloéber Társio de Souza (Organizadores). Campinas, SP: Alínea, 2012.

FERREIRA, Márcia Santos. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil Márcia Santos Ferreira Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 38 maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/g77Z7xprfnWSK9JLgk8hDXp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000200007>

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FRAGO, Antônio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FRANCO, Isaura Melo; SOUZA, Sauloéber Tarsio. Estudantes no Pontal Mineiro e ditadura militar na década de 1960. **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013, p. 347-372. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013347/2847>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.5965/2175180305102013347>

FRATTARI NETO, Nicola José. Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia-MG, 2009, 202f.

FRATARI NETO, Nicola José. Educandário Ituiutabano (1958-1978) – Uma escola Espírita no interior das Gerais. **Estrela da Manhã (Blog)**. 22 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://estreladamanhaespiritismo.blogspot.com/2014/02/educandario-ituiutabano-ainda-mais-sobre.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

FRATARI NETO, Nicola José. Educandário Ituiutabano. **Estrela da Manhã (Blog)**. 04 de março de 2014. Disponível em: <http://estreladamanhaespiritismo.blogspot.com/2014/03/educandario-ituiutabano-ainda-mais-sobre.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

FURTADO, Alessandra. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42357>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i2p145-159>

GEOGRAFIA TOTAL. Ituiutaba, História e Geografia de Ituiutaba – Minas Gerais. 2016. Disponível em: <https://www-geografia.blogspot.com/2016/02/ituiutaba-historia-e-geografia-de.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IANNI, Octavio. Uma longa viagem. **Tempo Social** – USP, 2004. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/ts/v16n1/v16n1a09.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2022. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000100009>

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. Apresentação. In: KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; COIMBRA, Tamara Claudia. **Releituras da cidade: memória, história e identidade**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2013.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; COIMBRA, Tamara Claudia. **Releituras da cidade: memória, história e identidade**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KRAWCZYK, N. Introdução. A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. In: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 1-11.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Antonio Jose Araujo; SILVA JUNIOR, Ronaldo. Panorama da Educação Brasileira na década de 1960. **Congresso Nacional de Educação**. III CONEDU. 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID2286_14082016222320.pdf. Acesso em: 06 de junho de 2022.

LIMA, Genis Alves Pereira de; SOUZA, Sauloéber Tarsio de. A Escola “Antônio Souza Martins” – o Polivalente de Ituiutaba – MG: uma proposta de educação tecnicista no contexto do regime militar (1974-1985). **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. História da educação: global, nacional e regional. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba. 15 a 18 de agosto de 2017.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005. <https://doi.org/10.7476/9788570785169>

LOURENÇO FILHO, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, out. - dez.1965.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Prefácio. In: LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Tendências da educação brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1940. p. 4-10.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. <https://doi.org/10.7476/9788539303168>

MACHADO, Liliana Vicente. **Pobreza comum, vala partilhada**: a pobreza coimbrã através dos registros de enterramento na vala geral do cemitério da Conchada (1871-1890).

Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, 295f.

MARÇAL, Josiane Aparecida. A gênese da Escola Estadual Rotary de 1º. Grau no interior das *Geraes* na “Capital do Arroz”. **Anais eletrônicos da III Semana de História do Pontal**: a profissionalização do historiador. Universidade Federal de Uberlândia. Campus Pontal. Ituiutaba-MG, 05 a 09 de outubro de 2015. Disponível em:

<http://www.semanahistoria.facip.ufu.br/sites/semanahistoria.facip.ufu.br/files/josianeaparecidamarcal.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2022.

MARÇAL, Josiane Aparecida. **A gênese da Escola Rotary**: interlocuções entre o público e o privado – 1956/1971. Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia, 2017, 219 f. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19643>. Acesso em: 06 de junho de 2022.

MARTINS, Fernanda Pereira; COSTA, Rildo Aparecido. A compartimentação do relevo como subsídio aos estudos ambientais no município de Ituiutaba-MG. **Soc. & Nat.** Uberlândia, 26 (2): 317-331, maio/ago/2014. <https://doi.org/10.1590/1982-451320140209>

MINAS GERAIS. Educação: mais de 1,6 mil alunos são beneficiados por obras inauguradas essa semana. **Agência Minas**. Disponível em: <http://www.2005-2015.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/mais-de-16-mil-alunos-sao-beneficiados-por-obras-inauguradas-essa-semana/>. Acesso em: 06 de junho de 2022.

MIYZAKI, Vítor Koiti. Morfologia urbana e estruturação da cidade em Ituiutaba-MG: análise das transformações no período 2000-2018. **BGJOURNAL – Brazilian Geographical Journal**. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Ciências Humanas do Pontal. Disponível em: <https://seer.ufu.br>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge. **História e Memória da Formação Docente em Ituiutaba – MG**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Ituiutaba. Faculdade de Educação. Uberlândia-MG, 2014, 226p.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge; SANTOS, Sônia Maria dos. Currículo e Formação Docente nas Escolas Normais de Ituiutaba, MG. **Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste**. III EHECO 2015. Catalão, 19 a 21 de agosto de 2015.

MORAES, Vera C. O. **Tudo pela pátria**: a história do Instituto Marden (1933–45). 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves. **Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 157-193.

MOURA, Lucas Cardoso de. **Vindos de longe: uma abordagem sobre experiências de nordestinos que migraram para Ituiutaba/MG – décadas de 1950 a 1970.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel e licenciatura em História). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Ciências Humanas do Pontal, 2019.

NASCIMENTO, Plínio Andrade Guimarães do; MIYAZAKI, Vitor Koiti; MELO, Nágela Aparecida de. Ituiutaba (MG): dinâmica da produção do espaço urbano e a habitação popular. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT, v. 2, n. 2, p. 90-115, agosto/dezembro, 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/4816/3226>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

NOMA, Amélia Kimiko; LIMA, Aparecida do Carmo. Reforma do Estado e da educação dos anos 1990. **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 171-188, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/roteiro/v34n02/v34n02a04.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar.** Campinas: Alínea, 2009.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico.** Campina, SP: Alínea, 2005.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. Expansão urbana e desigualdades socioespaciais em Ituiutaba (MG). **BGJOURNAL – Brazilian Geographical Journal**. Ituiutaba, v. 11, n.º. 1, p. 97-112, jan./jul. 2020. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Ciências Humanas do Pontal. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/57198>. <https://doi.org/10.14393/BGJ-v11n1-a2020-57198>

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. **Urbanização e Cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG).** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013, 431f.

PAIVA, Hélio Benício de. Cônego Ângelo Tárdio Bruno. In: BRANT, Celso (Diretor). **Revista ACAIACA**, Belo Horizonte, 1953.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **O imaginário da cidade.** Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, 2005.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo. Ática, 1997.

PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de. Apresentação. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 11-22.

PORTES, Écio Antônio; SANTOS, Apolliane Xavier Moreira dos. Aspectos da Educação e do Êxodo Rural em Minas Gerais (1950-1970). **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, p. 407-412, jul./dez., 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; LIMA, V. A. ; QUILLICI NETO, Armindo. Escola Pública em Minas Gerais: Gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (Anos 1940-1950). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 51, p. 323-340, 2013.
<https://doi.org/10.20396/rho.v13i51.8640280>

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. A Instrução Pública Primária no Interior das Geraes: o Grupo Escolar de Villa Platina como Conquista da Re(s)pública. **Cadernos de Educação**, n. 2, Jan./Dez., 2003. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/328>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. **Primórdios do Ensino Rural no Município de Ituiutaba**. Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil, 2009. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/view/5704/4600>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. Sala de aula à sombra da Magnólia: precariedade da escolarização pública em Ituiutaba, Minas Gerais (1940-1960). **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 1, jan./jun., 2012. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/17529/9628>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da; QUILLICI NETO, Armindo. Da Migração à Formatura: Escola Rural e Analfabetismo no município de Ituiutaba, MG, 1950-60. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**. Volume 7, Número 17, Jan./Dez., 2020. Disponível em:
<https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5483>. Acesso em: 10 de março de 2022. <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2020.5483>

RODRIGUES, Caroline Leite. **Educação no Meio Rural: um estudo sobre salas multisseriadas**. Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANFELICE, José Luís; JACOMELI, Mara Regina Martins; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. **História de instituições escolares: teoria e prática**. Bragança Paulista-SP: Margem da Palavra, 2016.

SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores educacionais. In: **Revista HISTEDBR On-line** Campinas-SP, n. especial, p.20–27, ago. 2006.

SANTANA, Jomar Álace. A influência da migração no processo envelhecimento de Minas Gerais e suas regiões de planejamento. **Anais do X Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina, 2002, 25p. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D58.pdf. Acesso em: 10 de março de 2022.

SAVIANI, Dermeval. et al. O legado educacional do século XX no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. O ensino da leitura e a formação do leitor na escola primária capixaba na década de 1960: plano de trabalho. Vitória: [s. n.], 2011.

SILVA, Jóbio Balduino da. **Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba**: reflexões sobre a História da Educação Profissional Pública no Pontal do Triângulo Mineiro (1965-1979). Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Sauloéber Társio de Souza. Uberlândia, MG, 2012.

SILVA, José Lito Salustriano da. **O Grupo Escolar João Pinheiro**: aspectos de sua cultura material por meio da arquitetura (1908-2015). Dissertação (Pedagogia). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Ciências Humanas do Pontal. Ituiutaba, MG, 2021, 56f. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/31810/3/GrupoEscolarJo%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2022.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, 2005.

SILVEIRA; Eduardo Marques; BEZZI, Meri Lourdes. A organização espacial de Ituiutaba/MG mediada pela cultura da cana de açúcar **R. Ra'eGA**. Curitiba, v.45, p. 187 -199, Dez/2018. <https://doi.org/10.5380/raega.v45i1.52461>

SINARA, Matheus. **As dez maiores cidades do Triângulo Mineiro**: Divisão das Microrregiões do Triângulo Mineiro. 2013. Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/as-10-maiores-cidades-do-tri%C3%A2ngulo-mineiro.1647253/#>. Acesso em: 12 fevereiro de 2022.

SOUZA, Lázara Maria Alves Moraes. **Relato Biográfico**: Maria Mirza Cury Diniz. Ituiutaba: FEIT, 2005.

SOUZA, Sauloéber Társio de. O Universo Escolar nas páginas da Imprensa Tijucana (Ituiutaba-MG - Anos de 1950 E 1960). **Cadernos de História da Educação**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 109-151.

SOUZA, Sauloéber Társio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. **Do Público ao Privado, do Confessional ao Laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX**. Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br/catalogo/livros/do-publico-ao-privado->

do-confessional-ao-laico-historia-das-instituicoes-escolares. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

TAMBARA, Elomar. Problemas teórico-metodológicos da História da Educação. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDE, José Claudinei; SANFELICE, José Luix)Org.). **História e Historiografia da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 2000.

TARTUCE, T. J. A. Métodos de pesquisa. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila. In: PEREIRA, Adriana Soares ... [et al.]. **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico], Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. 1 e-book.

TEIXEIRA, Edelweis. Evolução Histórica de Ituiutaba (1810-1902). In: BRANT, Celso (Diretor). **Revista ACAIACA**, Belo Horizonte, 1953, p. 181-255.

VAGO, Eliete Aparecida Locatelli; SCHWARTZ, Cleonara Maria. O Ensino Primário na década de 1960: considerações acerca do Brasil, do Espírito Santos e de Santa Teresa. **Revista Ágora**, Vitória, n. 18, 2013, p. 77-94.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

ZOCCOLI, José Benedito. **Centenário de Ituiutaba**. Ituiutaba: Egil, 2001.

FONTE DOCUMENTAL

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico, 1959. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, v. XXVII. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/mg/santa-vitoria/historico>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. **Arquivo Agência Ituiutaba**. Disponível em: <https://climaonline.com.br/gurinhata-mg/historia-da-cidade>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. **Capinópolis**. 2017, v. 4.6.35. Disponível em: <https://cidades;.ibge.gov.br/brasil/mg/ipiagu/historico>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. **Cidades**, 2020. Ituiutaba-MG. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. **Ipiacu**. 2017, v. 4.6.35. Disponível em: <https://cidades;.ibge.gov.br/brasil/mg/ipiagu/historico>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

IPEADATA. **Dados estatísticos**. 2013. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

ITUIUTABA. PREFEITURA DE ITUIUTABA, 2020. Ituiutaba- MG. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.gov.br/n/noticia/pg/24>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

ITUIUTABA. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Ituiutaba**. 2019. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.gov.br/>. Acesso em: 25 de novembro de 2020

ITUIUTABA. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Ituiutaba**. 2019. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.gov.br/>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

ITUIUTABA. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Ituiutaba**. 2019. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.gov.br/>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

ITUIUTABA. Fundação Cultural de Ituiutaba. **Estátua Cônego Ângelo Tardio Bruno**. Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico. 2016, Nota Técnica n°. 28/2016. Disponível em: <https://hi-in.facebook.com/turismoituiutabamg/posts/358682571903345/>. Acesso em: 6 de junho de 2022.

ITUIUTABA. Grupo Escolar “Ituiutaba”. **Regimento Escolar**, 1973 (Arquivo da Escola).

ITUIUTABA. Grupo Escolar “Ituiutaba”. **Regimento Escolar**, 1974 (Arquivo da Escola).

SRE – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE ITUIUTABA. **Arquivo Institucional da SRE**, 2023.

FONTE JORNALÍSTICA

ITUIUTABA. Jornal **A Vanguarda**. Obras do Estado que estão sendo entregues. Abril de 1979, p. 5.

ITUIUTABA. Jornal **Correio do Pontal**. Escola Rotary. 1957.

ITUIUTABA. Jornal **Folha de Ituiutaba**. A criação do Grupo Escolar Senador Camilo Chaves, 1956, p. 1.

ITUIUTABA. Jornal **Folha de Ituiutaba**. A Escola de Rotary Clube. 30 de junho de 1956, p. 4.

ITUIUTABA. Jornal **Folha de Ituiutaba**. A Igreja Presbiteriana de Ituiutaba colabora na alfabetização das crianças pobres da cidade. Ano XI, n°. 543, de 11 de outubro de 1952.

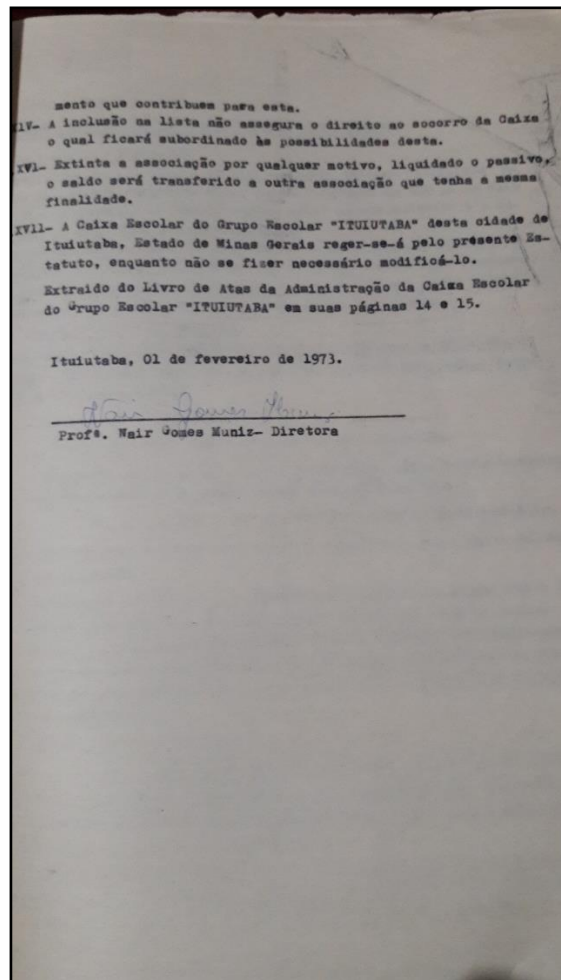
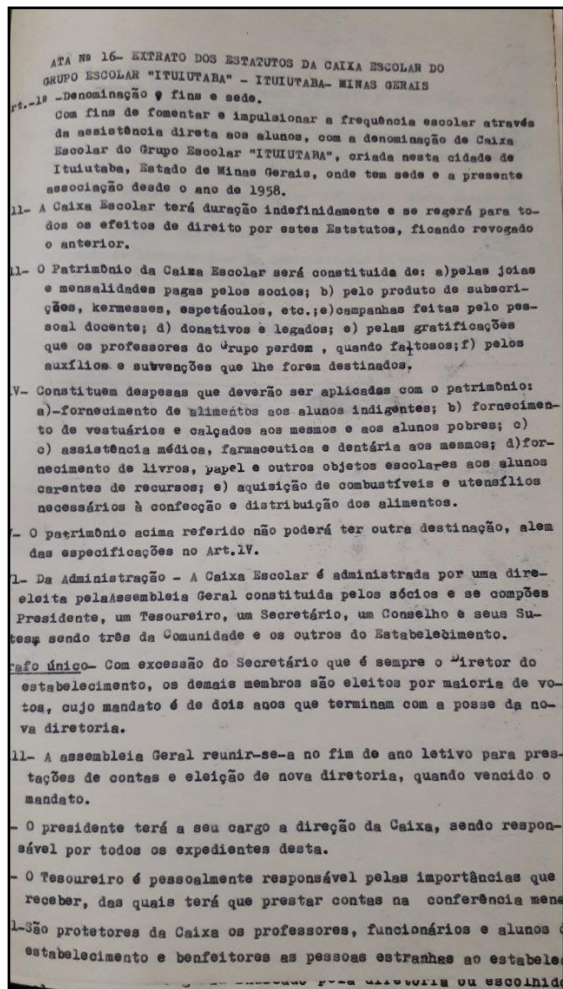
ITUIUTABA. Jornal **Hoje Ituiutaba**. ItuYou Taba. 04 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/ituyoutaba/posts/756909984798972/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

ITUIUTABA. **Portal Ituiutaba**. Vista parcial de Ituiutaba, 1941. Disponível em: <http://www.portalituiutaba.com.br/?sec=fotos Antigas>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

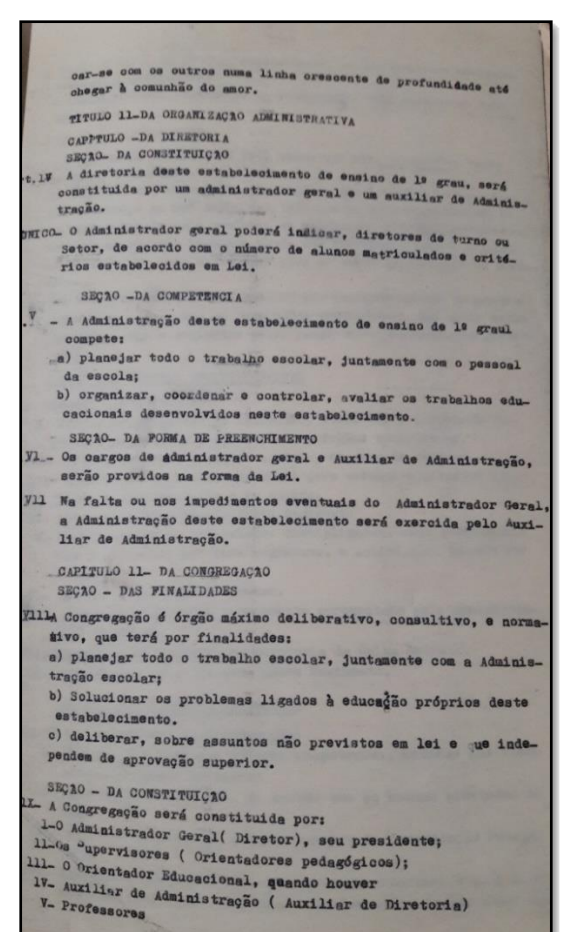
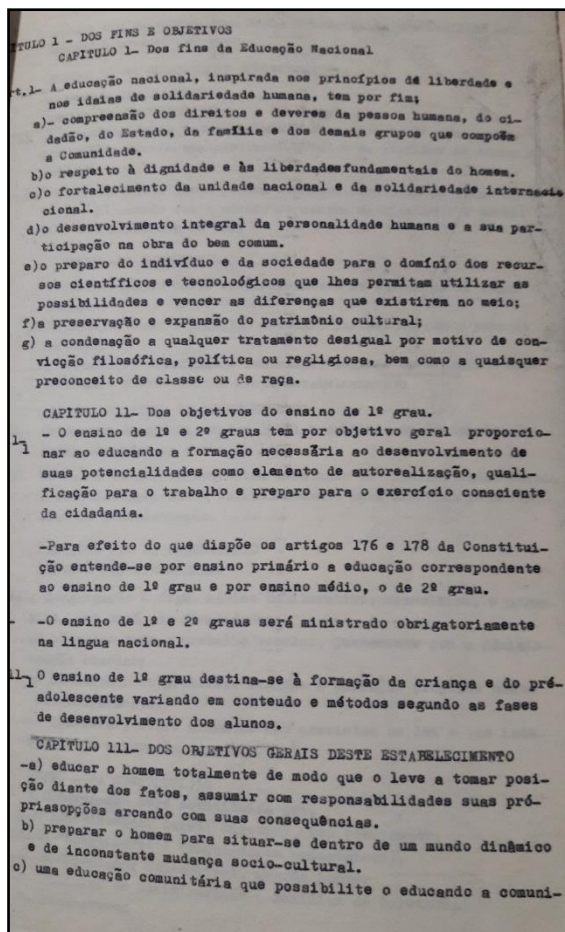
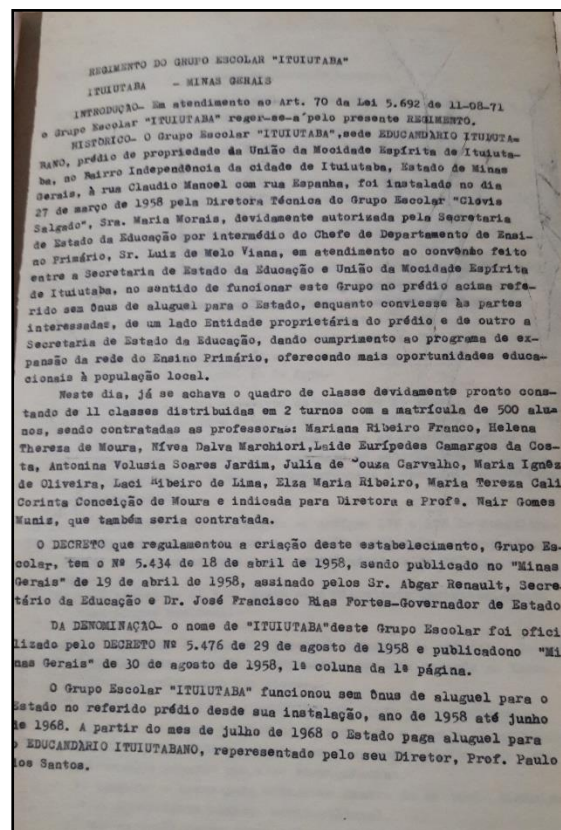
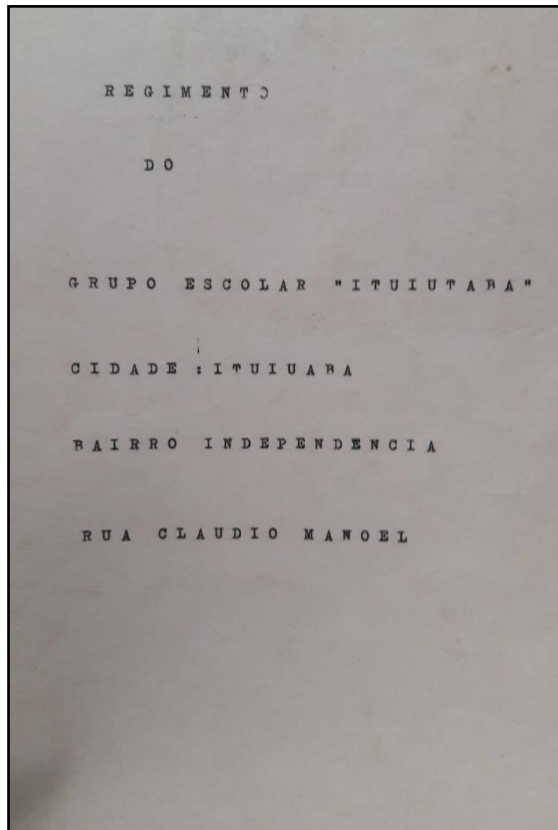
google.com/maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/...> Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

ANEXOS

Anexo 1 – Ata nº 16 – Extrato dos Estatutos da Caixa Escolar do Grupo Escolar
 “Ituiutaba” – Ituiutaba – Minas Gerais



Anexo 2 – Regimento do Grupo Escolar “Ituiutaba” (1973)



- Terão direito ao voto os supervisores, os orientadores educacionais e os professores.

O Administrador, Presidente da Congregação terá direito ao voto reserva.

SEÇÃO - FUNCIONAMENTO

I- A Congregação reunir-se-á três vezes por mês, ou quantas vezes se fizer necessário.

As reuniões da Congregação para efeito deliberativo de assuntos não previstos em Lei terão validade quando do comparecimento de no mínimo 2/3 de seus membros; se não houver presença suficiente, convoca-se segunda reunião; ainda uma terceira, caso a segunda convocação não seja suficiente para se tomar deliberação do assunto.

II- Na terceira reunião será considerado qualquer número de membros presentes para tomar as resoluções necessárias, das quais serão lavradas atas e assinadas pelos respectivos componentes presentes.

SEÇÃO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

COMPETE À CONGREGAÇÃO

I- Propor modificações no REGIMENTO, atendendo a legislação vigente e submetê-la e aprovação dos órgãos competentes.

II- Deliberar sobre qualquer matéria, em grau de recurso.

III- Constituir comissões especiais para estudos e assuntos relativos à Administração e ao ensino.

IV- Zelar pela observância deste Regimento

V- Decidir sobre as penalidades disciplinares, cuja competência lhe é atribuída por este regimento, e aplicá-las, quando for o caso.

VI- Aprovar o calendário escolar.

VII- Conhecer anualmente o orçamento apresentado pelo Administrador (Diretor).

III- Eleger os componentes da Diretoria da Caixa Escolar.

II- Resolver os casos omissos neste Regimento.

SEÇÃO - DAS FUNÇÕES PEDAGÓGICAS

I- É da competência da Congregação:

1- Estudar e propor aos poderes competentes, medidas que visem o aprimoramento do ensino.

II- Aprovar os currículos, de acordo com as normas previstas em Lei.

III- Analisar normas para o funcionamento da Congregação Pedagógica.

IV- Analisar, avaliar e concluir sobre os programas e planos de curso de acordo com as normas baixadas pelos órgãos competentes.

V- Analisar os relatórios das atividades pedagógicas sugerindo medidas de aperfeiçoamento.

VI- Estudar a análise estatística do rendimento do ensino - aprendizagem.

CAPÍTULO III- DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

SEÇÃO - DA SECRETARIA

XIII- A secretária (auxiliar de escrita) deste estabelecimento de 1º grau, terá por finalidade:

a) organização dos serviços de escrituração escolar.

b) execução e controle das normas administrativas da escola.

XIV- A secretária deste estabelecimento será admitida em consonância com as exigências legais.

IV- As atribuições do pessoal responsável pelos serviços gerais serão delegadas pelo administrador geral, de conformidade com as necessidades do próprio estabelecimento.

CAPÍTULO IV- DO SISTEMA DE ORIENTAÇÃO

CAPÍTULO IV- DOS SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

SEÇÃO - Das Finalidades:

I- O serviço de Orientação Educacional terá a finalidade de promover Orientação Educacional aos alunos deste estabelecimento.

SEÇÃO - DA CONSTITUIÇÃO

II- O serviço de Orientação Educacional atuará em harmonia com os serviços de coordenação pedagógica, corpo docente e administrativo, a família e a comunidade.

SEÇÃO - DAS ATRIBUIÇÕES

III- Ao serviço de orientação Educacional compete:

I- Integrar-se no ambiente educativo da escola em estreito entendimento com o corpo docente e administrativo;

II- aplicar os métodos específicos para orientação educacional dos alunos deste estabelecimento;

III- auxiliar o educando no seu ajustamento ao meio escolar, familiar, e social, orientando-o em suas dificuldades emocionais e disciplinares;

IV- programar e efetuar cursos para pais ou responsáveis;

V- preparar professores para as funções de orientadores de classe;

VI- O serviço de Orientação Educacional poderá ser mantido nos quadros do próprio estabelecimento ou mediante convênio, contrato com entidades, serviços ou clínicas especializadas.

SEÇÃO - DO FUNCIONAMENTO

XIII- O serviço de Orientação Educacional funcionará de acordo com as normas fixadas pela Diretoria da Escola e as decorrentes da forma adotada para a sua constituição e estruturação.

CAPÍTULO V- DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

SEÇÃO - DAS FINALIDADES

XIX- O serviço de coordenação e supervisão será responsável pela orientação didática-pedagógica deste estabelecimento.

SEÇÃO - DA CONSTITUIÇÃO

XII- O serviço de coordenação e supervisão será constituída de um coordenador e supervisor pedagógico, assessorado pelos coordenadores de Departamentos e pelos serviços de Orientação Educacional.

SEÇÃO - DAS ATRIBUIÇÕES

XIII- Ao serviço de coordenação e supervisão em colaboração com a Diretoria compete:

I- Orientação didática em todos os seus aspectos;

II- Organizar o calendário escolar;

III- Supervisionar a elaboração do currículo do curso;

IV- Orientar e organizar cursos de aperfeiçoamento;

V- Realizar estudos periódicos dos resultados do aproveitamento Escolar;

VI- Promover o bom relacionamento entre alunos e professoras;

VII- Promover entrevistas com os pais visando a melhoria de comportamento e aprendizagem dos alunos;

VIII- Convocar reuniões dos professores quando se fizer necessário.

IX- Coordenar e controlar o ensino da matéria, quer sob a forma de atividades, zelando pela integração dos conteúdos afins e pelas condições em que será ministrado o ensino, a fim de mantê-lo em contínuo aperfeiçoamento;

X- Elaborar com os professores os planos de cursos e de unidades;

XI- Supervisionar trabalhos, provas, exames, estudo de recuperação programados;

XII- Propor medidas depois de apreciar o rendimento escolar, analisando os resultados positivos e negativos.

SEÇÃO - DO FUNCIONAMENTO

XIII- O serviço de coordenação e supervisão terá o funcionamento previsto nas normas fixadas pela diretoria deste estabelecimento ou de forma adotada para sua constituição e estruturação.

CAPÍTULO VI - DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS COMPLEMENTARES

SEÇÃO DAS CATEGORIAS

XIV- Os serviços pedagógicos complementares estarão diretamente subordinados ao serviço de coordenação e supervisão

SEÇÃO - DA BIBLIOTECA

XIV- A biblioteca terá a finalidade de fornecer os elementos necessários à realização e enriquecimento de trabalhos, consultas e pesquisas realizadas pelos componentes do corpo docente e discente deste estabelecimento;

XV- Será constituída com recursos do próprio estabelecimento ou por doação de terceiros.

XVII- A organização e funcionamento estarão sujeitos às normas contidas no seu Regimento próprio aprovado pelo corpo docente.

XVIII- O bibliotecário é responsável pela direção da biblioteca tendo as seguintes atribuições; conforme regimento próprio

SEÇÃO - DA INTERCOMPLEMENTARIDADE

XIX- O estabelecimento poderá adotar a intercomplementaridade e entrosagem escolar, mediante convênios com outras entidades públicas ou particulares.

XX- As medidas para instrumentar a intercomplementaridade bem como a execução e funcionamento dos convênios definidos nos próprios documentos que os instituírem, quando se fizer necessário.

SEÇÃO - DO ATENDIMENTO A ALUNOS EM SITUAÇÃO ESPECIAL

X- Aos alunos que se encontrarem nas situações previstas do Decreto Lei Federal Nº 1.044 de 21/10/1969, comprovadas por laudo médico fornecido por órgão oficial ou entidade que merreça fé pública será concedido:

I- dispensa de frequência durante o período da situação especial;

II- Exercícios, provas, testes, trabalhos e tarefas elaborados com acompanhamento dos professores executados em seu domicílio.

XI- Os alunos a que se refere o artigo anterior deverão requerer ao Diretor o tratamento especial.

XII- O aluno estará sujeito à recuperação quando se tornar impossível a elaboração dos exercícios previstos no item 2º do artigo XIX, independentemente de frequência no período excepcional e dos critérios normais de apuração do rendimento escolar.

XIII- Os casos omissos, devidamente comprovados, serão resolvidos pela congregação.

SEÇÃO - DO APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTERIO

XXIV- Este estabelecimento incentivar a realização de curso, de aperfeiçoamento e aprimoramento do pessoal docente e administrativo, podendo ser dispensados de suas atribuições normais, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens para realização das atividades mencionadas no artigo anterior.

TÍTULO IV - DO SISTEMA DE ASSISTENCIA ESCOLAR

CAPÍTULO VII - DOS SERVIÇOS DE ASSISTENCIA ESCOLAR

SEÇÃO - DAS FINALIDADES

XXV- A finalidade dos serviços de assistência escolar será o desenvolvimento perfeito e integral do aluno, a obtenção do melhor rendimento escolar, atingindo os objetivos educacionais,

SEÇÃO - DAS INSTITUIÇÕES

XXVI- O estabelecimento manterá uma Caixa Escolar, regida por regulamento próprio, aprovado pela congregação.

XXVII- Haverá neste estabelecimento uma cantina escolar com função de atendimento ao aluno, subordinada ao regulamento da Caixa Escolar.

XXVIII- Poderá, ainda, este estabelecimento manter outras instituições filiais à Caixa Escolar, para uma melhor assistência ao aluno.

XXIX- A assistência escolar prevista no presente regimento será proporcionada aos alunos, por todos os órgãos e serviços nele instituído.

XXX- Os serviços de assistência escolar terão a constituição prevista em seus regulamentos.

TÍTULO V - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

CAPÍTULO VIII - DA ESTRUTURA DO ENSINO

XXXI- Este estabelecimento ministrará o ensino de 1º grau na forma da legislação vigente.

XXXII- Em caráter especial poderá ser mantido neste estabelecimento o ensino pré-primário nos termos da Lei 5.692 de 11/8/71.

SEÇÃO - DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR

XXXIII- As classes pré-escolares serão constituídas de 30 alunos no máximo e 25 no mínimo.

SEÇÃO - DO ENSINO DE 1º grau.

XXXIV- O ensino de 1º grau terá a duração de 8 anos letivos e compreenderá anualmente pelo menos 720 horas de atividades excluindo os períodos de recreio e intervalos.

XXXV- O estabelecimento adotará o regime anual.

XXXVI- A lotação das classes será de acordo com instruções da Secretaria de Estado da Educação.

CAPÍTULO IX - DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS

SEÇÃO - DA COMPOSIÇÃO DOS CURRÍCULOS

XXXVII- A organização dos currículos é de competência deste estabelecimento e seus objetivos, conteúdos e composição determinados pela legislação em vigor e de acordo com as necessidades e possibilidades deste estabelecimento.

XXXVIII- Os objetivos das matérias e do processo educativo em geral devem ajustar-se aos fins estabelecidos em lei visando:

- 1- Em Comunicação e Expressão, cultivo de linguagem que ensajem ao aluno o contato coerente com seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físicos, psíquico e espiritual;
- 2- Em Estudos Sociais, ajustamento crescente do educando ao meio em que deve viver e conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil, na perspectiva atual do seu desenvolvimento;
- 3- Em Ciências, desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico;
- 4- O ensino das matérias fixadas e das que lhe sejam acrescidas, deve sempre convergir para o desenvolvimento, no aluno, das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação, convívio, cooperação, decisão e ação.

Do Currículo do Ensino Pré-Primário:

- 1- Será apresentado quando for necessário para a execução do mesmo.

SEÇÃO - DOS PROGRAMAS

XXXIX- A elaboração dos programas caberá aos professores com a assistência da Coordenação Pedagógica.

XL- Após elaborados deverão os programas serem submetidos à aprovação da Congregação e homologados pela direção do estabelecimento.

XLI- A fim de atender às conveniências didáticas e pedagógicas, os programas poderão sofrer modificações, em sua aplicação adaptando-se ao nível de desenvolvimento de cada turma.

TÍTULO VI - DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO X - DO ANO LETIVO

SEÇÃO - DO CALENDÁRIO

XLII- O ano e o semestre letivos terão, respectivamente, duração mínima de 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo independentemente

do ano civil, num total mínimo de 720 horas de atividades excluindo o tempo reservado às atividades de recuperação e verificação final.

XLIII- Anualmente, será elaborado um calendário escolar e submetido à aprovação da Congregação, observando-se as normas estabelecidas, quando o mesmo não elaborado pela Delegacia Regional de Ensino.

XLIV- Será adotado o sistema de módulos na organização do horário escolar, de acordo com a apreciação dos professores.

XLV- Paralelamente aos períodos regulares de aulas, serão ministradas atividades de recuperação para os alunos que apresentarem insuficiente rendimento da aprendizagem.

XLVI- Este estabelecimento funcionará em regime de turnos, de acordo com as suas necessidades e possibilidades.

CAPÍTULO XI - DA MATRÍCULA

SEÇÃO - DO PERÍODO

XLVII- A matrícula será feita por série, dentro dos períodos estabelecidos no calendário anual de atividades, observadas as exigências legais.

SEÇÃO - DOS CRITÉRIOS DA ADMISSÃO

XLVIII- Será feita a chamada da população, através de avisos e outras fontes de informações, como rádio, televisão, etc.

XLIX- Serão admitidos à matrícula no ensino de 1º grau, os candidatos que preencherem as seguintes condições:

- 1º - na primeira série, os candidatos que tiverem 7 anos de idade e/ou a completarem até 90 dias do início do ano letivo.
- 2º - Será assegurada a sequência de estudos no próprio estabelecimento quando este a mantiver;
- 3º - Os alunos portadores de certificados de conclusão da 4ª série provenientes de outros estabelecimentos, quando houver vagas.
- 4º - na quinta série e nas demais serão matriculados os alunos do estabelecimento, aprovados na série anterior.

XLX- Quando o número de vagas for insuficiente para atender a demanda, considerando-se os critérios adotados pela Resolução 154/72 (parágrafo único do artigo 27 e itens 1, II e III) publicadas pela Secretaria de Estado da Educação no "Minas Gerais" de 24/11/72.

CL- Comprovação o atendimento à faixa de 7 a 14 anos, não implicando no aumento de classe e com autorização da Delegacia Regional de Ensino, o estabelecimento receberá crianças menores de 7 anos

CL I - As crianças com menos de 7 anos deverão submeter-se a uma sondagem, de forma a garantir o rendimento escolar adequado, sem prejuízo do desenvolvimento e maturidade do educando

SEÇÃO - DA DOCUMENTAÇÃO

CLI- Para matrícula na primeira série do 1º grau serão necessários os seguintes documentos:

- 1- Certidão de nascimento ou fotocópias autenticadas da mesma;
- 2- Atestado de sanidade física e mental;
- 3- Atestado de vacina anti varicélica (ainda não em 1973)

CLII- Para matrícula na 5ª série do 1º grau serão os documentos mencionados no artigo anterior e o comprovante de conclusão de 4ª série em estabelecimento oficial ou reconhecido quando os candidatos forem provenientes de outros estabelecimentos de ensino, e também fotografias de acordo com as exigências da época.

CLIII- As matrículas nas demais séries do ensino de 1º grau, serão feitas, mediante transferências.

CLIV- As fichas de matrículas deverão ser assinadas pelo aluno ou seu responsável imediato.

CLV- A matrícula poderá ser cancelada em qualquer época do ano letivo, por iniciativa do estabelecimento ou do responsável pelo aluno quando:

- 1- tiverem comprovadas, através de laudo médico, condições inadequadas de sanidade física e mental do aluno;
- 2- for obtida por documentação falsa ou decorrentes de comprovada má fé, caso em que o aluno ficará ainda sujeito à responsabilidade civil ou penal;
- 3- O aluno praticar infração grave, devidamente comprovada, prevista neste regimento;

CLVI- No ato da matrícula, o aluno ou seu responsável tomará conhecimento de todas as disposições deste regimento, declarando por escrito que está de acordo com as normas.

CAPÍTULO XII - DA TRANSFERÊNCIA

SEÇÃO - DO PERÍODO

CLVII- A transferência do aluno de um para outro estabelecimento far-se-á pelo núcleo comum fixado em âmbito nacional e, quando for o caso, pelos mínimos estabelecidos para a sondagem profissional, conforme normas baixadas pelo Conselho Estadual de Educação.

CLVIII- Será permitido ao aluno transferir-se deste estabelecimento para em qualquer época desde que não tenha qualquer obrigações escolares, de entrega de documentação, observadas ainda as exigências legais.

SEÇÃO - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA TRANSFERÊNCIA

LXXVII- Quando se tratar de aluno menor de 18 anos o pedido de transferência para outro estabelecimento será assinado pelo pai ou responsável.

LXXIX- Deverão constar do documento de transferência:

- a)- transcrição dos resultados da avaliação (notas, pontos, créditos ou conceitos)
- b) declaração de aprovado, reprovado, dependente em algum conteúdo;
- c) total da carga horária cumprida nas diferentes atividades e áreas de estudo;
- d) programas cumprido pelo estudante;
- e)- total da frequência.

LXX- Caberá à diretoria, juntamente com a Congregação, solucionar os casos de transferência que impliquem estudos de equivalência de cursos e currículos, com nas normas baixadas pelo C.E.E.

LXXI- Poderá em casos de emergência ser entregue ao requerente uma declaração provisória de expedição de transferência.

LXXII- Quando se tratar de transferência de estudante de estabelecimento de ensino estrangeiro, sua aceitação dependerá da satisfação por parte do interessado de todos os requisitos legais.

LXXIII- A transferência do aluno que estiver sujeito a estudo de recuperação em outros estabelecimentos só será aceita por motivo comprovado de mudança de domicílio.

LXXIV- Quando isto ocorrer, o aluno se submeterá à recuperação nas atividades e áreas de estudo em que não conseguiu aprovação no estabelecimento de origem, aplicando-se o critério do educandário de que se transfere, para apuração final.

CAPÍTULO XII - DA FREQUÊNCIA

LXXV- Será aprovado o aluno que:

- 1- Alcance em cada uma das áreas de estudo e atividades, frequência igual ou superior a 75% e for julgado com aproveitamento satisfatório na escala adotada.
- 2- Alcance em cada área frequência superior a 40% e inferior a 75% e for julgado com aproveitamento superior a 80% da escala adotada.

LXXVI- Será aprovado o aluno que não se encontre na hipótese do item anterior, mas tenha alcançado frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido pelo C.E.E. e demonstre melhoria de aproveitamento após estudos realizados a títulos de recuperação.

SEÇÃO - DA PERIODICIDADE DA AVALIAÇÃO

LXXVII- A avaliação será contínua e cumulativa, devendo ser expressa para conhecimento dos alunos ou responsáveis, no mínimo duas vezes por semestre.

SEÇÃO - DAS NOTAS OU CONCEITOS

LXXVIII- A atribuição de notas ou conceitos, no decorrer do período letivo, será de competência do professor.

LXXIX- Para a avaliação do rendimento do aluno serão adotados:

- 1- O sistema de pontos cumulativos num total de 100 créditos sendo 20% para as atitudes e habilidades adquiridas pelo aluno.
- 2- O sistema de conceitos ou menções.

LXXX- Os créditos poderão ser distribuídos na seguinte proporção:

1º bimestre-	10 créditos
2º bimestre-	20 créditos
3º bimestre-	30 créditos
4º bimestre-	40 créditos

LXXXI- Deverá haver equivalência entre notas numéricas e conceitos, observando-se a escala baixada pela Secretaria de Estado da Educação.

LXXXII- Nas áreas de Educação Artística e de Educação Física o registro da avaliação se fará bimestralmente em termos de conceito.

LXXXIII- A avaliação dos Programas de Saúde será incluída na de Ciências.

LXXXIV- Na Educação Religiosa não haverá avaliação.

LXXXV- As atividades de sondagem de aptidões e as de iniciação profissional, na área de Formação Especial, serão avaliadas em termos de conceitos.

LXXXVI- É vedada a promoção do aluno de série para outra ou concluir um curso com dependência em qualquer disciplina, área de estudo ou atividade.

LXXXVII- Os resultados serão comunicados aos pais ou responsáveis através do boletim do aluno, no qual constará a frequência em cada disciplina, área de estudo e atividade, se for o caso das 4 últimas séries do 1º grau.

SEÇÃO - DOS CERTIFICADOS

LXXXVIII- Este estabelecimento expedirá certificados de conclusão por série, a partir da 4ª série, mediante requerimento do interessado, quando for possível ministrar as referidas séries.

LXXXIX- O aluno que faltar a mais de 50% do conjunto das aulas dadas, será considerado automaticamente reprovado.

LXXXV- Os alunos que se enquadrarem nos casos previstos pelo Decreto Federal nº 69.450 de 01/11/71 poderão ser dispensados das aulas de Educação Física.

LXXXVII- Por motivo de doença, o aluno poderá justificar a sua ausência mediante atestado médico.

LXXXVIII- A frequência às aulas será controlada pelos professores nos diários de classe.

TÍTULO VII - DA AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUA UTILIZAÇÃO DIDÁTICA

CAPÍTULO XIII - DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR.

SEÇÃO - DOS OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

LXXXIX - A avaliação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

- 1º Na avaliação contínua do trabalho escolar a ser expresso em nota e conceitos preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- 2º Além dos conhecimentos e habilidades intelectuais avaliadas deverão também ser considerados as mudanças de comportamento e atitudes decorrentes.
- 3º Pela avaliação verificar-se-á a adequação do currículo, ou a necessidade de sua reformulação.

SEÇÃO - DAS COMPETÊNCIAS QUANTO AS TÉCNICAS E FORMAS DE AVALIAÇÃO

LXXX- Deverão participar do processo de avaliação: professores regentes e especialistas, supervisores, administradores.

LXXXI- Os processos de avaliação do aproveitamento deverão medir: de preferência, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, as habilidades e automatismos adquiridos, evitada a aferição de dados apenas memorizados.

LXXXII- O professor deverá utilizar os instrumentos de medida mais adequados a natureza da matéria.

LXXXIII- Serão utilizados vários recursos de avaliação: observação pelo professor e orientador das atividades desenvolvidas pelo aluno na escola e no domicílio; experiência de laboratório; exercícios, provas, testes, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo e outras formas aconselháveis e possíveis de serem aplicadas.

CAPÍTULO XIV - DA PROMOÇÃO

SEÇÃO - CRITÉRIOS DA APURAÇÃO DE RENDIMENTO E DE FREQUÊNCIA

LXXXIV- O aluno que obtiver, no mínimo, 60 pontos acumulados durante os quatro bimestres letivos, desde que tenha o mínimo de frequência estabelecida por lei, considerará-se aprovado em cada conteúdo específico.

LXXXV- Considerar-se-á também aprovado o aluno que alcançar em cada área, frequência superior à 40% e inferior a 75% e com aproveitamento superior a 80% da escala adotada.

- 1º - O aluno que não conseguir aprovação dentro das normas estabelecidas no artigo XCV, mas com frequência igual ou superior a 40% em cada área, poderá ser aprovado desde que obtenha em estudos de recuperação o aproveitamento mínimo estabelecido na escala adotada.
- 2º - Para apuração da frequência e avaliação de aproveitamento serão incluídas nas áreas do Núcleo Comum, de acordo com a respectiva afinidade, conteúdos relacionados no art. 7º da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- 3º - A partir da 5ª ou 6ª série nas áreas de Comunicação e Ciências, respectivamente a Língua Portuguesa e Matemática podem ser consideradas destacadamente com nível próprio de aprovação, entrando todavia esta avaliação no cálculo final de toda a área.

CAPÍTULO V - DA RECUPERAÇÃO DO ALUNO

SEÇÃO - DOS OBJETIVOS

VII- A recuperação visa afastar as deficiências apresentadas pelo aluno colocando-o em condições de prosseguir na série em curso ou na série seguinte e a fazer possíveis retificações da aprendizagem, contribuindo para uma melhor diagnose do ensino.

SEÇÃO - DAS TÉCNICAS OU FORMAS

VIII- A recuperação poderá ser feita gradativamente, no decorrer dos semestres, atendendo às diferentes dificuldades de cada aluno.

IX- A recuperação constará de uma série de atividades, permitindo uma revisão intensiva das partes-essenciais referentes àquilo que será recuperado.

X- As atividades deverão ou poderão ser programadas e orientadas pelo professor supervisor, definindo bem sua natureza, extensão e objetivos.

SEÇÃO - DA PERIODICIDADE

XI- Os estudos de recuperação poderão ser desenvolvidos:

- 1- Paralelamente ao período escolar no momento em que se manifesta a deficiência na aprendizagem, a fim de que o aluno possa alcançar o nível de aproveitamento necessário à aprovação.

11- Após o período escolar, em época de recesso ou férias, para que o aluno recupere o aproveitamento não alcançado em uma ou duas matérias.

SEÇÃO - DAS NOTAS E CONCEITOS A SEREM ATRIBUÍDOS.

O aluno que tiver mais 40% e menos de 60% de aproveitamento durante o bimestre, semestre ou durante o ano deverá ser submetido a um trabalho de recuperação durante o período de recesso ou de férias.

UNICO- Neste caso, ele poderá obter no máximo, o número de créditos correspondentes à diferença do que ele obteve para o mínimo estabelecido como aproveitamento satisfatório.

Serão considerados reprovados, devendo repetir a série no ano letivo seguinte, os alunos que não forem considerados recuperados conforme consta no Art. anterior.

SEÇÃO - DOS INSTRUMENTOS DE REGISTRO E COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados alcançados pelo aluno durante as atividades de recuperação serão registradas na ficha individual do aluno e posteriormente lançados no boletim.

TÍTULO VIII - DO PESSOAL

CAPÍTULO XVI- DO PESSOAL DOCENTE E ADMINISTRATIVO

O pessoal docente deste estabelecimento será constituído de professores e especialistas, quando houver.

O pessoal administrativo será constituído de: Secretário (Auxiliar de Escrita), Zelador, Serventes, Inspetor de alunos, quando for possível.

SEÇÃO - DAS FORMAS DE ADMISSÃO

A admissão de professores e especialistas deste estabelecimento poderá ser feita em caráter efetivo, em contrato, e em substituição, sempre de acordo com a legislação vigente emanada dos órgãos competentes- Secretaria de Estado da Educação e Conselho Estadual de Educação

A admissão do administrador de ensino de 1º grau deste estabelecimento foi feita por designação, ato do Sr. Secretário de Estado da Educação.

UNICO. No caso de haver admissão de outro administrador, este deverá ter formação específica conforme prescreve a Lei e o ato que oficializa esta admissão será da competência dos órgãos superiores com poderes para tal.

VIII- Em caráter precário quando não houver pessoal habilitado na forma da lei a indicação recairá no professor deste estabelecimento mais habilitado.

X - A função de Auxiliar de Administração recairá em professor com exercício neste estabelecimento e que tenha habilitação.

UNICO- Em caráter precário enquanto não há pessoal habilitado na forma da lei, o referido cargo está preenchido por professor deste estabelecimento mais habilitado.

O cargo de Secretário (Auxiliar de Escrita) será exercido por pessoas devidamente credenciadas, nos termos da lei, e com indicação da diretora.

UNICO- Em caráter precário poderá ser exercido por professor deste estabelecimento designado pelo Secretário de Estado da Educação, mediante a indicação da Diretora.

Os cargos e funções dos artigos anteriores recairão, preferencialmente, em elementos credenciados do estabelecimento.

1- A admissão do Inspetor de alunos, Zelador e de serventes se fará através de concursos ou atos do Sr. Secretário de Estado da Educação, ou ainda outra autoridade competente para tal.

SEÇÃO - DOS DEVERES

1- Constituem deveres do professor:

- I- Elaborar planos de cursos e de aulas
- II- Ser assíduo e pontual aos trabalhos escolares
- III- Ministrar aulas nos horários previstos e dirigir as atividades práticas
- IV- Registrar no diário de classe a súmula ou atividade de cada dia, bem como a frequência dos alunos.
- V- Providenciar o material didático necessário à sua disciplina.
- VI- Comunicar ao Diretor suas faltas e seu afastamento por motivo de licença.
- VII- Apresentar à secretaria, nos prazos previstos pela direção em consonância com a lei, os resultados de apuração de frequência.
- VIII- Entregar ao coordenador o resultado de apuração do rendimento escolar para ser entregue à secretaria nos prazos fixados no calendário escolar.
- IX- Procurar manter-se atualizado.
- X- Comparecer às reuniões do corpo docente, de pais e professores às sessões cívicas e sociais e demais solenidades que constarem do calendário escolar.
- XI- Responder pela ordem na sala de aula, pelo bom uso do material e pela conservação dos laboratórios.
- XII- Zelar pelo bom nome do estabelecimento.
- XIII- Assistir os alunos e orientá-los nas dificuldades encontradas na disciplina.

XIV- Permanecer à disposição do estabelecimento nos períodos destinados a recuperação, planejamento e reciclagem.

XV- Atender às disposições regulamentares deste estabelecimento.

CONSTITUEM DEVERES DO SUPERVISOR:

- I- Responsabilizar-se pela orientação e eficiência do ensino
- II- Ser elemento de ligação entre os professores e a Administração
- III- Convocar e presidir reuniões todas as vezes que se fizer necessário.
- IV- Comparecer às reuniões deste estabelecimento e representar a área de sua especialidade.
- V- Programar, orientar e coordenar o ensino da matéria, quer sob a forma de atividades, áreas de estudo ou disciplina, zelando pela integração dos conteúdos afins e pelas condições em que será ministrado, procurando mantê-los sempre atualizados
- VI- Supervisionar a elaboração dos programas de conteúdos afins sob sua responsabilidade.
- VII- Supervisionar trabalhos, provas, exames e estudos de recuperação programados.
- VIII- Participar na elaboração dos planos de cursos e unidades, juntamente com os professores
- IX- Avaliar o rendimento do ensino analisando os resultados e propor medidas.
- X- Organizar o calendário escolar
- XI- Atender às demais disposições constantes do regimento

CONSTITUEM DEVERES DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

- I- Assistir o aluno, tendo em vista seu ajustamento à escola e à comunidade em cooperação com a família e com os demais professores, incluindo aconselhamento vocacional.
- II- Programar em conjunto com os supervisores, as atividades do serviço para cada ano letivo.
- III- Organizar o sistema de orientação grupal e individual para os alunos.
- IV- Montar o sistema de orientação de aos pais e alunos.
- V- Promover e controlar programas de testes de escolaridade e de sondagem de aptidões para os alunos.
- VI- Organizar no Serviço de Orientação Educacional documentação bibliográfica de informação profissional específica de seu setor, bem como propor a aquisição de livros para a biblioteca da escola, referentes à sua esfera de atividades.
- VII- Manter continuamente atualizada um arquivo que contenha os dados individuais dos alunos.
- VIII- Comparecer às reuniões do estabelecimento e manter o corpo docente constantemente informado da programação e atividades da Secretaria de Estado da Educação.

IX- Atender às demais disposições constantes deste regimento.

CONSTITUEM DEVERES DO ADMINISTRADOR:

- I- Organizar juntamente com o supervisor o currículo dos cursos, propondo sua aprovação pela Congregação.
- II- Determinar as áreas e os turnos para os professores especializados.
- III- Organizar, anualmente, os trabalhos de matrícula no estabelecimento, supervisionando a sua execução.
- IV- Promover a melhoria do ensino, estimulando e orientando os professores, bem como visitando sempre que possível às classes a fim de acompanhar o desenvolvimento dos alunos.
- V- Controlar a execução do programa de ensino conjuntamente com o supervisor, e, na falta deste, com os auxiliares de administração.
- VI- Decidir sobre a criação de comissões, eleger seus membros e fixar-lhes atribuições de competência e prazo para desincumbir-se de suas tarefas.
- VII- Dar exercício aos servidores admitidos na forma da lei.
- VIII- Expedir instruções, ordens de serviço ou portarias, atestados e certidões.
- IX- Assinar Diplomas, certificados de conclusão de curso, quadro de classe, boletim, relatórios, questionários, estatísticas, atestados de contratos substituições, balanços e outros documentos oficiais.
- X- Tomar medidas necessárias à boa disciplina neste estabelecimento.
- XI- Realizar estudos periódicos dos resultados do aproveitamento escolar, mediante relatório dos supervisores.
- XII- Organizar o registro das ocorrências diárias no qual mencionem o número total de alunos presentes e faltosos, ausência dos professores, visitas recebidas, os casos de indisciplina, as realizações significativas do dia.
- XIII- Providenciar a obtenção de material escolar destinado aos alunos, bem como à limpeza do prédio, orientando e controlando o seu uso.
- XIV- Fazer reuniões com o pessoal administrativo, discriminando as atribuições de cada funcionário, discutindo os problemas de limpeza e conservação do colégio, estimulando-os a melhor cumprimento de seus deveres.
- XV- Comparecer às reuniões convocadas pelas autoridades do ensino
- XVI- Apoiar as iniciativas e atividades do supervisor, facilitando-lhe oportunidades para reuniões e entrevistas com os professores.
- XVII- Organizar e autorizar festividades cívicas ou outras atividades escolares

- XVIII- Submeter à aprovação da autoridade competente o contrato de professores para regência de aulas ou classes.
- XIX- Organizar, anualmente, o calendário geral e apresentá-lo à Congregação para apreciação.
- XX- Manter instituições e promover atividades que permitam o estreitamento de relações entre a escola e comunidade a partir da família, em benefício do aluno e de todos.
- XXI- Aprovar anualmente o quadro de férias do pessoal administrativo.
- XXII- Expedir instruções relativas aos deveres de alunos, professores e funcionários administrativos e ao funcionamento em geral do estabelecimento.
- XXIII- Aplicar penalidades de sua competência nos termos deste regimento.
- XXIV- Tomar, em ocorrências graves e urgentes, as medidas indicadas pelas circunstâncias, embora não previstas em regimento, dando imediato conta de ocorrido ao órgão competente Superior.
- XV- Cumprir e fazer cumprir as leis, decretos dos poderes públicos e portarias, avisos e ordens de serviço da Secretaria de Estado da Educação.
- XVI- Prestar contas do emprego das verbas.
- XVII- Atender algo mais que não está previsto neste regimento, e que se possa ser necessário.
- CONSTITUEM DEVERES DO AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO**
- I- Substituir o diretor em suas faltas e impedimentos
- II- Auxiliar na administração geral deste estabelecimento
- III- Acatar e fazer cumprir todas as ordens emanadas do administrador com referência à administração da escola
- IV- Superintender a disciplina do estabelecimento de acordo com a orientação do administrador
- V- Coordenar as atividades sociais, culturais, artísticas e esportivas do estabelecimento.
- VI- Atender com urbanidade aos pedidos de informações dos pais de alunos e de outras pessoas.
- VII- Responsabilizar-se por toda escrituração escolar e sua exactidão.
- VIII- Não divulgar assuntos que, por sua natureza são considerados sigilosos.
- IX- Apresentar ao administração, com a devida antecedência, a relação das necessidades de material.
- X- Entregar pontualmente a documentação exigida (ofícios, atas, boletins, relatórios, balancetes, guias de reassunção e outros documentos).
- XI- Contribuir para o desenvolvimento das instituições escola-

- res e para a realização das atividades sociais, comemorações oficiais, festas religiosas e outras solenidades promovidas pela escola.
- CONSTITUEM DEVERES DO SECRETARI (Auxiliar de Escrita)**
- I- Cumprir e fazer cumprir as determinações do administrador.
- II- Fazer a escrituração do estabelecimento trazendo a boa ordem o arquivo e o material a seu cargo.
- III- Redigir e assinar juntamente com o administrador insturções, editais e avisos
- IV- Redigir a correspondência oficial do estabelecimento e providenciar as sua expedição
- V- Secretariar as reuniões realizadas
- VI- Expedir diplomas, certificados, guias de transferências, certidões, declarações e outros documentos, oficiais, assinando-os juntamente com o administrador.
- VII- Inventariar em livros próprios o material escolar, mobiliário e outros pertencentes da escola.
- VIII- Catalogar o material arquivado.
- IX- Organizar e manter em dia os fichários dos alunos, professores e pessoal administrativo.
- X- Não divulgar assuntos que, por sua natureza são considerações sigilosos.
- XI- Ter sob sua guarda os documentos que lhe forem confiados.
- II- Registrar as matrículas dos alunos.
- III- Informar devidamente às partes q que for de sua alçada ou competência.
- IV- Propor a Administração as providências que julgar acertadas para o bom andamento dos trabalhos da secretaria.
- V- Manter em dia os livros de registros, de atas, de ponto diário e a classificação das minutas, de ofícios, portarias, avisos e editais.
- VI- Oferecer aos órgãos e autoridades competentes os dados requeridos para fins oficiais.
- VII- Lavrar atas de exames dos alunos
- VIII- Registra e divulgar os resultados de provas e exames.
- IX- Apurar a frequência e médias finais e aproveitamento
- X- Organizar as turmas no início de cada ano de acordo com as instruções recebidas do administrador.
- XI- Informar o Administrador sobre a situação dos alunos, p professores e funcionários.
- XXII- Velar pela boa ordem e disciplina.
- XXIII- Contribuir para o desenvolvimento das instituições escolares e para realização das atividades sociais, comemorações oficiais, festas religiosas e outras solenidades promovidas pelo estabelecimento.

- XXIV- Coleccionar em livros próprios decretos, portarias, ordens de serviço e orientação sobre todas as atividades educacionais públicas pelo órgão Oficial.
- CONSTITUEM DEVERES DOS AUXILIARES DA SECRETARIA.**
- I- Auxiliar o Secretário na execução das tarefas previstas neste regimento.
- CONSTITUEM DEVERES DO INSPECTOR DE ALUNOS:**
- I- Fiscalizar o procedimento dos alunos durante as atividades escolares e recreativas.
- II- Encarregar-se das distribuição e fiscalização de turmas de alunos nas salas de estudo, oficinas e bibliotecas.
- III- Comunicar à autoridade superior, as faltas de maior gravidade, para as devidas punições.
- IV- Registrar em livro próprio as ocorrências disciplinares dos educandos.
- CONSTITUEM DEVERES DO ZELADOR**
- I- Zelar pela limpeza das dependências e instalações do estabelecimento.
- II- Atender às ordens da administração do estabelecimento quanto ao horário e distribuição do Serviço.
- III- Colaborar para a disciplina dos escolares nos corredores, nos refeitórios, na entrada e saída das aulas.
- IV- O zelador que não tiver residência no estabelecimento, como é o caso atual neste estabelecimento, deverá cumprir oito horas de trabalho, das quais duas serão destinadas ao almoxarife.
- V- Abrir e fechar o estabelecimento, respondendo pelo zelo das chaves.
- VI- Participar das tarefas de limpeza, orientando-a, coordenando o trabalho, atendendo às solicitações dos serventes, inclusive aos sábados.
- VII- Cuidar da conservação do prédio, das instalações elétricas, sanitárias e mobiliário.
- VIII- Executar consertos, mais simples de marceneiro, carpintaria, eletricidade, bem como ajudar na restauração de mapas, livros, cartazes.
- IX- Executar outras tarefas de interesse do serviço, a critério da administração da escola.
- X- Conduzir e entregar correspondência do estabelecimento.
- XI- Atender e encaminhar o público em geral fiscalizando e controlando a entrada e saída de pessoas e de objetos.
- XXII- Comparecer a reuniões quando convocado pelo administrador sob pena de perda de vencimentos.

- CONSTITUEM DEVERES DO SERVENTE**
- I- Acatar ordens do Administrador do estabelecimento quanto ao horário e distribuição de serviço
- II- Cumprir 8 horas de trabalho, das quais duas destinadas ao almoxarife.
- III- Comparecer a reuniões quando convocado pelo Administrador, sob pena de perda dos vencimentos.
- IV- Zelar pela conservação do prédio, mobiliário escolar e material didático.
- V- Colaborar na disciplina do estabelecimento
- VI- Atender com presteza às professoras, no interesse do estabelecimento.
- VII- Colaborar nas festas e solenidades promovidas pela escola.
- VIII- Cuidar da limpeza e conservação do prédio, varrer, encerrar levar ladrilhos, vidarças, manter a higiene das instalações sanitárias e em qualquer serviço que lhe for determinado pelo Administrador.
- IX- Manter as salas sempre limpas, antes do início das aulas.
- X- fazer aos sábados a limpeza geral, de preferência pela manhã sob a orientação do zelador.
- XI- Colaborar na distribuição da merenda e auxiliar nos trabalhos da cantina.
- XXII- Ao servente designado pelo administrador para os trabalhos da cantina (Art. 4º do Dec. 6608, de 4/7/62) incumbe também preparar sopa e a merenda dos alunos.
- XXIII- Zelar pela ordem e higiene da cozinha
- XXIV- Comportar-se com urbanidade e respeito no trato com o Diretor, professores, alunos, pais e colegas.
- XXV- Receber e transmitir recados.
- SEÇÃO - DOS DIREITOS**
- CONSTITUEM DIREITOS DOS PROFESSORES E ESPECIALISTAS:**
- I- Os assegurados na legislação geral e de ensino em vigor;
- II- Ter local adequado para o desempenho de suas funções;
- III- solicitar material didático necessário ao seu trabalho, de acordo com as possibilidades do estabelecimento;
- IV- ser tratado com respeito pela administração funcionários, colegas e alunos;
- CONSTITUEM DIREITOS DO PESSOAL ADMINISTRATIVO**
- I- Os assegurados na legislação em vigor;
- II- solicitar material adequado para o desempenho de suas funções
- III- Ser tratado com respeito pelos colegas, professores, funcionários e alunos.

CAPITULO XVII - DO CORPO DISCENTE

Art. 104 - Constituem o corpo discente dos estabelecimentos os alunos nele regularmente matriculados.

§ 1º - São direitos fundamentais dos membros do corpo discente:

- I - Organizar o grêmio estudantil para a realização de programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos, mantendo suas atividades com recursos próprios e com apoio do estabelecimento;
- II - recorrer das decisões das autoridades escolares para os órgãos de hierarquia superior encaminhando o respectivo recurso por intermédio da Administração do estabelecimento;
- III - ser tratado com urbanidade de distinção por Administradores, Superiores, Professores, Funcionários e colegas;
- IV - o uso da biblioteca, laboratórios, praças de esportes, e outros serviços de estabelecimento;
- V - o direito de auxílio da Caixa Escolar, quando o requerer e ficar provada a necessidade de assistência, de acordo com as condições que a Caixa Escolar, mantida pelo pagamento e gratuidade, quando amparado pela Caixa Escolar;
- VII - O direito de revisão de provas quando solicitar em tempo hábil;
- VIII - Votar e ser votado para representante de turma, diretoria de agremiação, para comissões, uma vez respeitadas as regulamentações previstas nos estatutos;
- IX - defender-se em casos de aplicações de penalidades por indisciplina;
- X - Apresentar sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho escolar.

SÃO DEVERES FUNDAMENTAIS DOS MEMBROS DO CORPO DISCENTE:

- I - Contribuir no que lhes couber, para o prestígio do estabelecimento;
- II - Cumprir com assiduidade e pontualidade o horário escolar;
- III - Executar, nos prazos determinados, os trabalhos escolares;
- IV - Comunicar à Diretoria do Estabelecimento, o seu afastamento temporário, por motivo de doença ou outros;
- V - Comparecer e participar das comemorações cívicas, sociais, artísticas esportivas ou religiosas determinadas pela direção do estabelecimento, ainda que fora do horário escolar;
- VI - Respeitar os símbolos da Pátria;
- VII - Abster-se de atos que perturbem a ordem ou ofendam os bons costumes ou importem em desacato às leis, às autoridades escolares ou os professores e funcionários, bem como os representantes de turma, no uso de suas atribuições;
- VIII - Zelar pelo patrimônio moral e material do estabelecimento;
- IX - Obedecer aos dispositivos deste REGIMENTO;
- X - Observar fielmente os preceitos de higiene individual;
- XI - Observar o regime do curso que frequenta;

Art. 105 - É vedado ao aluno:

- § 1º - Impedir a entrada dos colegas no estabelecimento ou comê-los a ausências coletivas;
- § 2º - Promover sem autorização do Administrador, rifas, coletas ou subscrições, dentro ou fora do estabelecimento.

TITULO IX
DAS INSTITUIÇÕES DISCENTES E DOCENTES

CAPITULO XVIII - DAS CATEGORIAS

Art. 106 - As instituições Docentes existentes neste estabelecimento ou que venham a existir serão regidas por seus próprios estatutos, os quais serão anexados ao presente Regimento, os quais serão anexados ao presente Regimento.

TITULO X
DO REGIME DISCIPLINAR

CAPITULO XIX - DAS FINALIDADES

Art. 107 - Será aplicável ao pessoal docente, administrativo e discente, o regime disciplinar com a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o funcionamento das atividades escolares, e o atendimento dos serviços existentes, a execução e a obtenção dos objetivos previstos neste regimento.

CAPITULO XX - DAS PENALIDADES

Art. 108 - As proibições e penalidades a se aplicarem ao pessoal docente e administrativo serão as previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, no Estatuto dos Funcionários Públicos e Cíveis, no Estado de Minas Gerais, nas normas disciplinares do CEE e em outras legislações, conforme o regime esteja submetido o pessoal.

Art. 109 - Aos alunos serão aplicadas as seguintes penalidades, conforme a gravidade das faltas ou infrações:

- I - Advertência particular;
- II - Advertência escrita;
- III - Exclusão da aula (da competência do diretor);
- IV - Suspensão temporária de participação em qualquer tipo de atividade escolar (da competência do diretor);
- V - Suspensão definitiva da participação no todo ou em parte de ou de alguma atividade escolar (da competência do diretor);
- VI - Cancelamento da matrícula (da competência do diretor);
- VII - As penalidades serão aplicadas gradativamente e sem se acumularem, sempre que possível;
- VIII - A aplicação da penalidade prevista, não isenta o aluno das responsabilidades civis e penais em que haja incorrido.

Art. 110 - Serão vedadas as sanções e penalidades que atentarem contra a dignidade pessoal, moral física e mental ou prejudicarem o processo formativo.

CAPITULO XXI - DA COMPETENCIA PARA APLICACAO DE SANCOES

Art. 111 - A decisão na aplicação de sanções ao corpo docente é de competência da Congregação, e cabe ao Diretor aplicá-la.

Art. 112 - A aplicação de penalidades deverá estar baseada na legislação vigente (Estatutos de funcionários públicos e Estatutos do Magistério).

Art. 113 - A aplicação de penalidades ao Diretor será de competência dos Órgãos Superiores (Delegacia Regional de Ensino, etc.).

Art. 114 - As sanções aplicáveis ao corpo discente será da competência dos professores, da diretoria e da Congregação, conforme delimitação anterior.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 115 - Com referência à organização administrativa:

- I - Este estabelecimento de ensino de 1º grau mantém atualmente as 4 primeiras séries com 15 classes, tendo:
 - 1 (um) Diretor; 1 (um) auxiliar de diretoria; 1 (um) auxiliar de escrita.
- II - Poderá, quando possível, ampliar as séries até a 8ª, mediante autorização dos órgãos competentes.
- III - Poderá também contar com supervisor (orientador pedagógico), quando houver pessoal habilitado na forma da lei.
- IV - Quando possível e houver material humano habilitado em Educação Física e Educação Artística ser admitido no corpo docente deste estabelecimento, na forma que a lei prevê, como também bibliotecário.

SEÇÃO - DA COMPETENCIA

Art. 116 - A Administração deste estabelecimento compete coordenar, fiscalizar e controlar todas as atividades do estabelecimento, além das atribuições normais previstas neste Regimento, tais como:

- I - Ter sempre em vista, no exercício de suas funções, a finalidade educativa do estabelecimento;
- II - Ter pleno conhecimento das leis, decretos e portarias que regem o ensino;
- III - Organizar, planejar, controlar e decidir sobre o corpo docente, discente e administrativo;
- IV - Manter os Órgãos superiores informados sobre andamento dos trabalhos escolares;
- V - Manter-se sempre atualizado, realizar ou promover estudos

Art. 117 - Ser e elevar-se de nível em nível e de nível em nível de nível e de nível em nível.

SEÇÃO DA FORMA DE FUNCIONAMENTO E SUBSTITUIÇÃO

Art. 118 - O Diretor deste estabelecimento de ensino de 1º grau será nomeado pelo governador do Estado de Minas Gerais em virtude de lei para o provimento do cargo.

Art. 119 - Poderá, a título provisório, enquanto não houver pessoal habilitado para tal, o cargo acima citado ser ocupado por designação do Secretário de Estado da Educação caso se a situação assim o exigir.

Art. 120 - Nas ausências ocasionais do Diretor, a substituição ocorrerá em elemento que tenha a mesma qualificação do substituído.

Art. 121 - No caso de não haver elemento com a mesma qualificação para o caso de substituição do Diretor, conforme Art. anterior, a substituição poderá ser preenchida por elemento mais antigo deste estabelecimento, ou que já tenha alguma experiência no cargo, como qualificação, ou ainda, por indicação do Diretor que será substituído.

SEÇÃO - DO FUNCIONAMENTO

Art. 122 - A direção deste estabelecimento terá seu funcionamento regulado pelo previsto neste Regimento.

DO ENSINO DE 1º GRAU

Art. 123 - Os alunos de 1ª a 4ª séries do ensino de 1º grau serão distribuídos em turmas, adotando-se as normas baixadas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 124 - Os alunos de 5ª a 8ª séries do ensino de 1º grau serão distribuídos em turmas, adotando-se o agrupamento por idade, ou de modo que melhor atenda a produtividade do ensino quando for permitido a ampliação destas séries.

Art. 125 - Neste estabelecimento de ensino onde existam as 4 primeiras séries do ensino de 1º grau, a Caixa Escolar ainda será regida pelo Decreto Lei nº 734 de 17/05/1940.

Art. 126 - Há possibilidade de que a Caixa Escolar passe a ser regida pela atual legislação das 4 últimas séries, porém, só após a autorização dos órgãos competentes.

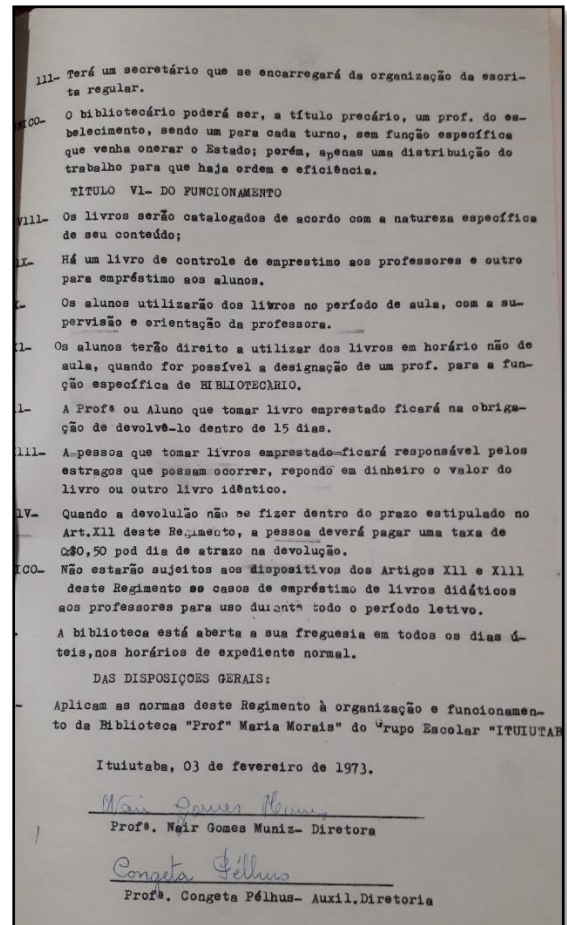
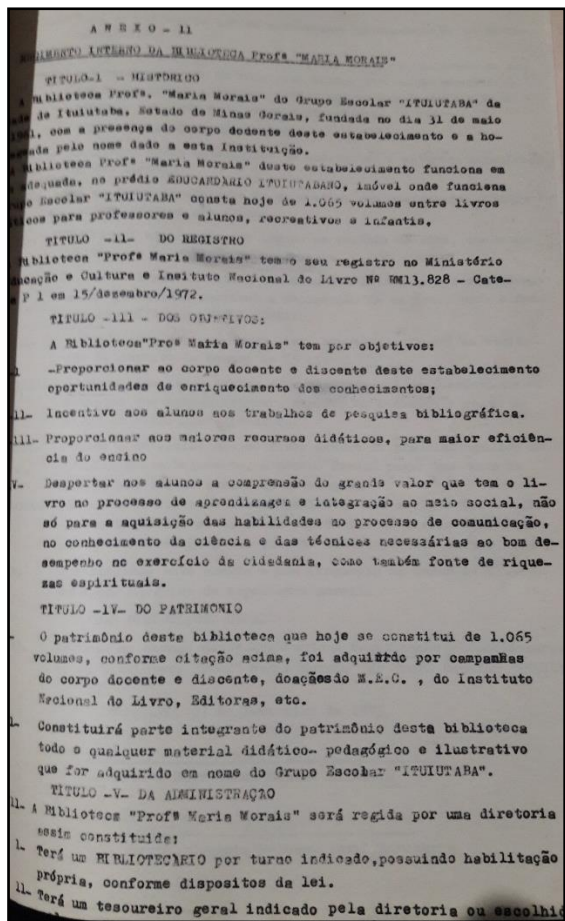
Art. 127 - O REGIMENTO das Instituições existentes neste estabelecimento constitui anexos deste.

INQUISTABA, 03 de fevereiro de 1973.

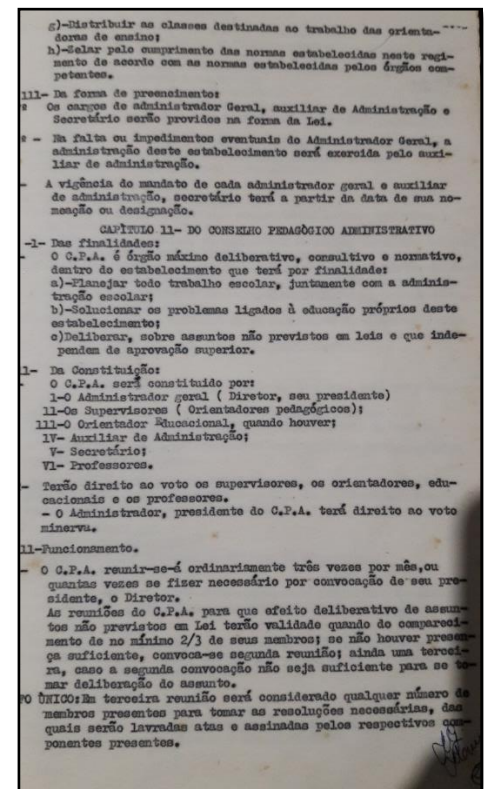
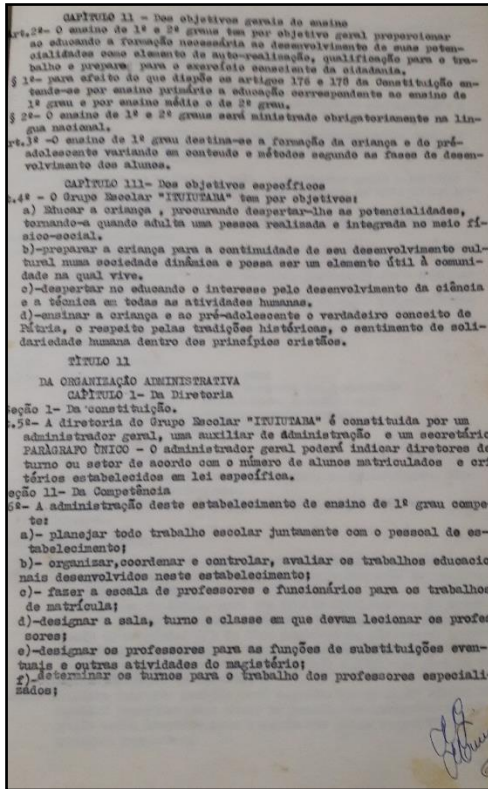
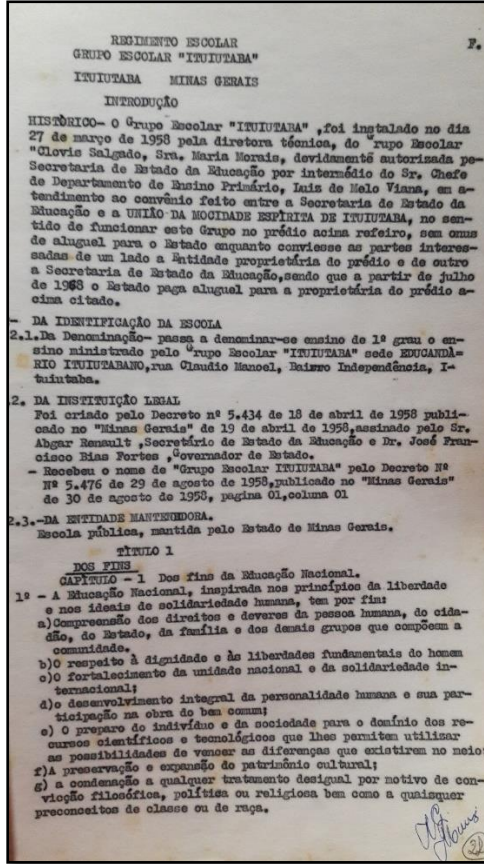
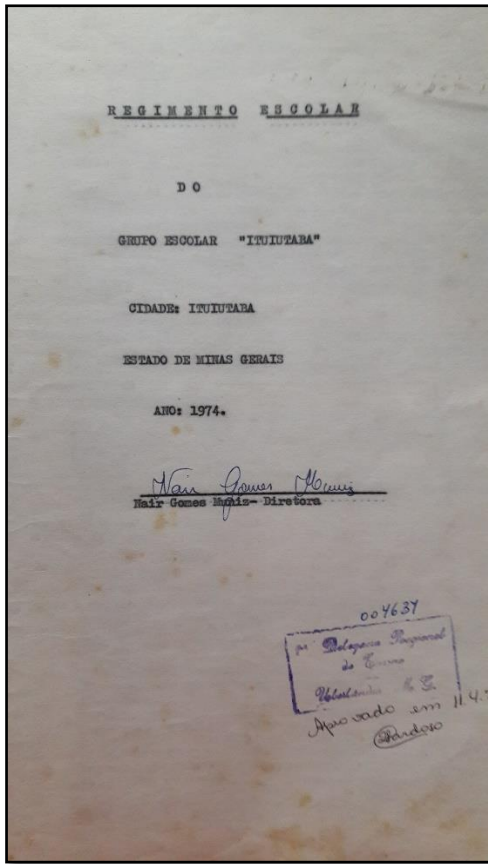
Manoel Gomes Moreira
PROF. Manoel Gomes Moreira - Diretor

Prof. Congeta Pélhus - Auxiliar de Diretoria

Anexo 3 – Regimento Interno da Biblioteca Profa. “Maria Morais” – Anexo II



Anexo 4 – Regimento Escolar do Grupo Escolar “Ituiutaba” (1974)



F.04

14- Das Funções Administrativas:

14 - Compete ao Conselho Pedagógico Administrativo:

1-Propor modificações no Regimento, atendendo à legislação vigente e submetê-la a apreciação dos órgãos competentes;

11-Constituir comissões especiais para estudos e assuntos relativos à administração e ao ensino;

111- Zelar pela observância do REGIMENTO

1V- Decidir sobre as penalidades disciplinares, cuja competência lhe é atribuída por este regimento e aplicá-las quando for o caso;

V- Conhecer o orçamento apresentado pelo administrador

VI- Elegar os componentes da diretoria da Escola Escolar.

VII- Resolver os casos omissos neste REGIMENTO.

15- Das funções pedagógicas:

15- É da competência do C.P.A.:

1- Estudar e propor os poderes competentes, medidas que visem o aprimoramento do ensino;

11- Aprovar os currículos, de acordo com as normas previstas na Lei

111- Analisar normas para o funcionamento do C.P.A.;

1V- Analisar, avaliar e concluir sobre os programas e planos de curso de acordo com as normas baixadas pelos órgãos competentes.

V- Analisar os relatórios das atividades pedagógicas sugerindo medidas de aperfeiçoamento;

VI- Estudar a análise estatística do rendimento do ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO 111- DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

16- Da Secretaria

16- A secretaria deste estabelecimento de 1º grau, terá por finalidade:

a)- Organização dos serviços de escrituração escolar;

b)- Recuperação e controle das normas administrativas da escola.

17- A Secretaria deste estabelecimento será admitida em consonância com as exigências legais.

18- As atribuições do pessoal responsável pelos serviços gerais serão delegadas pelo administrador geral, de conformidade com as necessidades deste estabelecimento.

TÍTULO 111

DOS SISTEMAS DE ORIENTAÇÃO

CAPÍTULO 1- Dos Serviços de Orientação Educacional

1- Das finalidades:

19- O Serviço de orientação educacional terá finalidade de promover orientação educacional aos alunos deste estabelecimento.

11- Da constituição:

20- O serviço de orientação educacional atuará em harmonia com os serviços de coordenação pedagógica, corpo docente e administrativo, a família e a comunidade.

111- Das atribuições:

21- Ao Serviço de Orientação compete:

1- Integrar-se no ambiente educativo da escola em estreito relacionamento com o corpo docente e administrativo;

F. 05

11- Aplicar os métodos específicos para orientação educacional dos alunos deste estabelecimento;

111- Auxiliar o educando no seu ajustamento ao meio escolar, familiar e social, orientando-o em suas dificuldades emocionais e disciplinares;

1V- programar e efetuar cursos para pais e responsáveis;

V- preparar professores para as funções de orientadores de classe;

VI- o serviço de orientação educacional poderá ser mantido nos quadros do próprio estabelecimento ou mediante convênio, contratos com entidades, serviços ou clínicas especializadas.

22- O serviço de orientação educacional funcionará de acordo com as normas fixadas pelo diretoria da escola e as decorrentes da forma adotada para sua constituição e estruturação.

CAPÍTULO 11- DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

23- Das finalidades:

23- O serviço de coordenação e supervisão será responsável pela orientação didática e pedagógica deste estabelecimento.

11- Da Constituição:

24- O serviço de coordenação, supervisão será constituído de um coordenador e supervisor pedagógico assessorado pelos coordenadores de departamentos e pelos serviços de orientação educacional.

111- Das Atribuições:

25- Ao serviço de coordenação e supervisão em colaboração com a diretoria compete:

1- orientação didática em todos os aspectos;

11- organizar e orientar cursos de aperfeiçoamento;

111- supervisionar a elaboração do currículo do curso;

1V- realizar estudos periódicos dos resultados do aproveitamento escolar;

V- Promover bom relacionamento entre alunos e professores;

VI- promover entrevistas com os pais visando a melhoria do comportamento e aprendizagem dos alunos;

VII- Convocar reuniões dos professores quando se fizer necessário;

VIII- coordenar e controlar o ensino da matéria, quer sob a forma de atividades, visando a integração dos conteúdos afins e pela condições em que será ministrado o ensino a fim de manter em seu nível o aproveitamento;

IX- elaborar com os professores os planos de cursos e de unidades;

X- supervisionar, provas, exames, estudos de recuperação programados;

XI- propor medidas depois de apreciar o rendimento escolar analise dos resultados positivos e negativos.

1V- Do funcionamento

26- O serviço de coordenação e supervisão terá o funcionamento previsto nas formas fixadas pela diretoria deste estabelecimento ou de forma adotada para a sua constituição e estruturação.

CAPÍTULO 111- DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS COMPLEMENTARES

1- Das Categorias

F. 06

27- Os serviços pedagógicos complementares estarão diretamente subordinados ao serviço de coordenação e supervisão.

11- Da biblioteca.

28- A biblioteca terá a finalidade de fornecer os elementos necessários a realização e enriquecimento de trabalhos, consultas e pesquisas realizadas pelos componentes do corpo docente e discente deste estabelecimento.

29- Será constituída com recursos do próprio estabelecimento ou por doação de terceiros.

30- A organização e o funcionamento estão sujeitos às normas contidas no regimento próprio aprovado pelo corpo docente.

31- O bibliotecário é responsável pela direção da biblioteca tendo as seguintes atribuições especificadas no seu regimento.

111- Da intercomplementaridade.

32- O estabelecimento poderá adotar a intercomplementaridade e entorçamento escolar, mediante convênio com outras entidades públicas ou particulares.

33- MAPA UNICO- As medidas para instrumentar a intercomplementaridade bem como a execução e o funcionamento dos convênios definidos nos próprios documentos que os instituírem, quando se fizer necessário.

1V- O atendimento ao aluno em situação especial.

34- Os alunos que encontrarem nas situações previstas do Decreto Lei Federal nº 1044/21/10/1969 comprovada por laudo médico, fornecido por órgão oficial ou entidade que mereça fé pública será concedido:

1- dispensa de frequência durante o período de situação especial;

11- exercícios, provas, testes, trabalhos e tarefas elaborados com acompanhamento dos professores executados em seu domicílio.

Os alunos a que se referem o Artigo anterior deverão requerer ao diretor o tratamento especial.

O aluno estará sujeito à recuperação quando se tornar impossível a elaboração dos exercícios no ítem 2 do artigo 33, independentemente de frequência no período excepcional e dos critérios normais de verificação do rendimento escolar.

Os casos omissos devidamente comprovados serão resolvidos pelo Conselho Pedagógico Administrativo.

Os estudantes de cursos realizados no exterior terão tratamento previsto no C.R.E.E.

Do aperfeiçoamento do pessoal docente e administrativo.

Este estabelecimento incentivará a realização de cursos de aperfeiçoamento e aprimoramento do pessoal docente e administrativo, podendo ser dispensados de suas atribuições normais sem prejuízos dos vencimentos e vantagens para realização das atividades mencionadas no artigo anterior.

TÍTULO IV-

DOS SISTEMAS DE ASSISTÊNCIA ESCOLAR

F.08

35- das educacionais e possibilidades deste estabelecimento.

36- Os objetivos das matérias e do processo educativo em geral devem ajustar-se aos fins estabelecidos em lei visando:

1- Em Comunicação e Expressão, cultivo de linguagem que assegure ao aluno o contato coerente com seus semelhantes e a manifestação humana de sua personalidade, nos aspectos físicos, psicológicos e espirituais;

11- Em Estudos Sociais, ajustamento crescente do educando ao meio em que viver e conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil, na perspectiva atual do seu desenvolvimento;

111- Em Ciências, o desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico;

1V- O ensino das matérias fixadas e das que lhe sejam acrescidas, deve sempre convergir para o desenvolvimento, no aluno, das capacidades de observação, reflexão, criação, discernimento, da discriminação, convivência, cooperação, decisão e ação.

37- Do Currículo do Ensino Pré-Primário:

1- Será apresentado quando for necessário para execução do mesmo.

38-11- Dos Programas:

39- O estabelecimento desenvolverá sob a forma de atividades e áreas de estudos o programa oficial adaptado ao nível de desenvolvimento dos educandos.

40- Os planos de curso serão elaborados pelos professores e sob a orientação da supervisão.

TÍTULO VI

DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO -1- De ano letivo

41- Do Calendário:

42- O ano e o semestre letivos terão, respectivamente, duração mínima de 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo independente do ano civil, num total mínimo de 720 horas de atividades excluído o tempo reservado às atividades de recuperação e verificação final.

43- O estabelecimento adotará o calendário elaborado pela Delegacia Regional do Ensino.

44- Será adotado o sistema de módulos na organização do horário escolar, de acordo com a apreciação dos professores.

45- Paralelamente aos períodos regulares bem como no final dos semestres, serão ministradas atividades de recuperação para os alunos que apresentarem insuficiente rendimento da aprendizagem.

46- Este estabelecimento funcionará em regime de turnos, de acordo com as necessidades e possibilidades.

CAPÍTULO -11- De Matrícula

47- Do período

48- A matrícula será feita por série, dentro dos períodos estabelecidos no calendário anual de atividades, observadas as exigências legais.

49-11- Dos critérios da Admissão:

7.09

Será feita a chamada da população, através de avisos e outras fontes de informações, como rádio, televisão, folhetos.

60- Serão admitidos à matrícula no ensino de 1º grau, os candidatos que preencherem as seguintes condições:

1- Na primeira série, os candidatos que tiverem 7 anos de idade ou que a completarem até 90 dias do início do ano letivo.

11- Será assegurada a sequência de estudos no próprio estabelecimento até a série que este ministram.

111- Nas demais séries serão matriculados atendendo às prioridades estabelecidas em lei.

61- Quando o número de vagas for insuficiente para atender a demanda, considerar-se-ão os critérios adotados pela Resolução 154/72 (parágrafo único do artigo 27 e itens 1,11 e 111) publicada pela Secretaria de Estado da Educação no Minas Gerais de 24/11/72.

62- Comprovado o atendimento à faixa de 7 a 14 anos, não implicando em aumento de classe e com autorização da Delegacia Regional de Ensino, o estabelecimento receberá crianças menores de 7 anos.

BRASFO UNICO-As crianças com menos de 7 anos deverão submeter-se a uma sondagem, de forma a garantir o rendimento escolar adequado, sem prejuízo do desenvolvimento e maturidade do educando.

60-1- Da Documentação

1- Para matrícula na primeira série de 1º grau serão necessários os seguintes documentos:

1- Certidão de nascimento ou fotocópias autenticadas da mesma para devidas anotações;

11- Atestado de sanidade física e mental;

111- Atestado de vacina anti-varicelica;

1V- Rastros.

64- As matrículas nas demais séries do ensino de 1º grau deste estabelecimento de alunos ainda não pertencentes a este, se farão mediante transferências.

65- As fichas de matrículas deverão ser assinadas pelo aluno ou seu responsável imediato.

66- A matrícula poderá ser cancelada em qualquer época do ano letivo, por iniciativa do estabelecimento ou do responsável pelo aluno quando:

1- Ficar comprovado, através de laudo médico, condições inadequadas de sanidade física e mental do aluno;

11- For obtida por documentação falsa ou documentos de comprovada falsidade, caso em que o aluno ficará ainda sujeito à responsabilidade civil ou penal (ou seu responsável);

111- O aluno que praticar infração grave, devidamente comprovada, prevista neste regimento.

67- No ato da matrícula, o aluno ou seu responsável tomará conhecimento de todas as disposições deste regimento, declarando por escrito que está de acordo com as normas.

CAPÍTULO 111- DA TRANSFERÊNCIA

68-1- Do período

68- A transferência do aluno de um para outro estabelecimento far-se-á pelo Múlec Comm fixado em âmbito nacional e, quando for o caso, pelos mínimos estabelecidos para as habilitações próprias.

7.10

69- Será permitida a transferência para o estabelecimento dentro do período previsto no calendário anual de atividades.

BRASFO UNICO- Competirá a direção técnica do estabelecimento decidir sobre a conveniência ou não da transferência fora do período previsto.

70- Será permitido ao aluno transferir-se do estabelecimento, em qualquer época desde que não tenha qualquer obrigação escolar, de entrega de documentos, observadas ainda, as exigências e formalidades legais.

71- A transferência do aluno que estiver sujeito a estudos de recuperação em outros estabelecimentos só será aceita por motivo comprovado de mudança de município.

71-1- Das condições e documentação necessária.

72- Quando se tratar de alunos de menos de 15 anos o pedido de transferência para outro estabelecimento será assinada por seu pai ou responsável.

73- Deverá constar dos documentos de transferência:

a)- transcrição dos resultados de avaliação (notas, pontos, créditos ou conceitos);

b)- declaração de aprovado, reprovado, ou sujeito a recuperação;

c)- total de carga horária;

d)- programas cumpridos pelos estudantes;

e)- total de frequência.

74- Caberá à Diretoria juntamente com o C.P.A. solucionar os casos de transferência que implicarem estudos de equivalência de cursos e currículos, com dados nas normas baixadas pelo C.E.E.

75- Poderá em de emergência ser entregues ao requerente uma declaração provisória de expedição de transferência.

76- Quando se tratar de transferência de estudante de estabelecimento de ensino estrangeiro, sua aceitação dependerá da satisfação por parte do interessado de todos os requisitos legais.

BRASFO UNICO- Quando isto ocorrer ao aluno se submeterá a recuperação nas atividades e áreas de estudos em que não conseguiu aprovação no estabelecimento de origem, aplicando-se o critério de educandário que se transfere, para apuração final.

CAPÍTULO 1V- DA FREQUÊNCIA

77- Será obrigatória a frequência às aulas dos conteúdos específicos de formação geral e de formação especial podendo ser aprovado quanto à assiduidade, o aluno que tiver frequência, no mínimo, 75% das aulas dadas em cada conteúdo específico.

78- Será aprovado o aluno que:

1- Alcançar em cada uma das três áreas de estudo e atividades, frequência igual ou superior a 75% e for julgado com aproveitamento satisfatório da escala adotada.

11- Alcançar em cada área a frequência igual ou superior a 50% e inferior a 75% e for julgado com aproveitamento superior a 80% da escala adotada.

7.11

BRASFO UNICO- Será aprovado o aluno que não se encontre na hipótese do item anterior, mas tenha alcançado frequência igual ou superior a 75% pelo Múlec Comm fixado em âmbito nacional e, quando for o caso, pelos mínimos estabelecidos para as habilitações próprias.

79- O aluno que faltar a mais de 50% do conjunto das aulas dadas, será considerado automaticamente reprovado.

80- Os alunos que se enquadrarem nos casos previstos pelo Decreto Federal nº 69.450 de 01/11/71 poderão ser dispensados das aulas de educação física.

81- Por motivo de doença, o aluno poderá justificar a sua ausência mediante atestado médico, que produzirá efeito meramente disciplinar e nunca cancelamento da falta.

82- A frequência às aulas será controlada pelos professores nos diários de classe.

TÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUA UTILIZAÇÃO DIDÁTICA
CAPÍTULO 1- Da verificação do rendimento escolar.

83- Dos objetivos da avaliação:

1- A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

11- Na avaliação contínua do trabalho escolar a ser expresso em nota e conceitos preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

21- Além dos conhecimentos e habilidades intelectuais avaliados deverão também ser considerados as mudanças de comportamento e atividades decorrentes.

31- Pela avaliação verificar-se-á a adequação do currículo, ou a necessidade de sua reformulação.

11- Das competências quanto às técnicas e formas de avaliação.

1- Deverão participar do processo de avaliação: professores, regentes e especialistas, supervisores, administradores, alunos, pais ou responsáveis.

2- Os processos de avaliação do aproveitamento deverão medir de preferência, a compreensão dos fatos, a percepção de relações a aplicação de conhecimentos, as habilidades e automatismos adquiridos, evitada a aferição de dados apenas memorizados.

3- O professor deverá utilizar os instrumentos de medida mais adequados à natureza da matéria.

4- Serão utilizados vários recursos de avaliação: observação pelo professor e orientador das atividades desenvolvidas pelo aluno na escola e no domicílio, experiência de laboratório, exercícios, provas, testes, pesquisas, trabalhos individuais ou de grupo e outras formas aconselháveis e possíveis de serem aplicadas.

11- Da periodicidade da avaliação

1- A avaliação será contínua e cumulativa, devendo ser expressa

7.12

para conhecimento dos alunos ou responsáveis, no mínimo duas vezes por semestre.

89- Das Notas ou Conceitos.

89- A atribuição de notas ou conceitos, no decorrer do período letivo, será de competência do professor.

90- Para a verificação do rendimento do aluno serão adotados:

1- O sistema de pontos cumulativos num total de 100 créditos para os conteúdos específicos.

11- Sistema de conceitos ou menções.

BRASFO UNICO- Os créditos serão distribuídos na seguinte proporção:

1º bimestre- 20 créditos

2º bimestre- 20 créditos

3º bimestre- 30 créditos

4º bimestre- 30 créditos

91- Serão haver equivalência entre notas numéricas e conceitos observando-se a escala anexa.

92- Nas áreas de educação artística e de educação física o registro da avaliação se fará bimestralmente em termo de conceito.

93- A avaliação dos programas de Saúde será incluída na de Ciências.

94- Da Educação Religiosa não haverá atribuição de notas.

95- Os resultados serão comunicados aos pais ou responsáveis através do boletim de aluno, no qual constará a frequência em cada disciplina, área de estudo e atividade.

V- Dos reatificados:

1- Este estabelecimento expedirá certificado de conclusão por série, a partir da primeira série, mediante requerimento do interessado, quando for o caso.

CAPÍTULO 11- DA PROMOÇÃO

1- Critérios da apuração do rendimento e da frequência.

1- O aluno que obtiver, no mínimo, 50 pontos acumulados durante os quatro bimestres letivos, desde que tenha o mínimo de frequência estabelecida por lei, considerará-se-á aprovado em cada conteúdo específico.

2- Considerar-se-á também aprovado o aluno que alcançar em cada área, frequência igual a 50% e inferior a 75% e com aproveitamento superior a 80% da escala adotada.

11- O aluno que não conseguir aprovação dentro das normas estabelecidas, mas com frequência igual ou superior a 50% em cada área poderá ser aprovado desde que obtenha em estudos de recuperação e aproveitamento mínimo exigido por lei vigente.

12- Para apuração de frequência e avaliação de aproveitamento serão incluídas nas áreas do Múlec Comm, de acordo com a respectiva assiduidade, conteúdos relacionados no Art 7º da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

CAPÍTULO 111- DA RECUPERAÇÃO DO ALUNO

1- Dos objetivos:

99- A recuperação visa afastar as deficiências apresentadas pelo aluno colocando-o em condições de prosseguir na série em curso ou na série seguinte e a fazer possíveis retificações das aprendizagens, contribuindo para uma melhor diagnose do ensino.

100- Das Formas ou Formas

101- A recuperação poderá ser feita gradativamente, no decorrer dos semestres, atendendo às diferentes dificuldades de cada aluno.

102- A recuperação constará de uma série de atividades, permitindo uma revisão intensiva das partes essenciais referentes àquilo que será recuperado.

103- Essas atividades deverão ser programadas e orientadas pelo professor e supervisor, definindo bem sua natureza, extensão e objetivos.

104- Da periodicidade

105- Os estudos de recuperação poderão ser desenvolvidos: 1- paralelamente ao período escolar no momento em que se manifesta a deficiência na aprendizagem, a fim de que o aluno possa alcançar o nível de aproveitamento necessário à aprovação; 2- após o período escolar, em época de recesso ou férias, para que o aluno recupere o aproveitamento não alcançado em quantas matérias se fizer necessário.

106- Das Notas e Conceitos a serem atribuídos

107- O critério a ser adotado deverá estar de acordo com a legislação vigente.

108- O aluno que não for recuperado conforme critérios estabelecidos por Lei será considerado reprovado, devendo portanto repetir a série no ano letivo seguinte.

109- Dos Instrumentos de registro e Comunicação dos Resultados

110- Os resultados alcançados pelo aluno durante as atividades de recuperação serão registrados na ficha individual do aluno e posteriormente lançados no boletim.

TÍTULO VIII - DO PESSOAL
CAPÍTULO I - Do Pessoal Docente e Administrativo

111- O pessoal docente deste estabelecimento será constituído de professores e especialistas.

112- O pessoal administrativo será constituído de: Secretário, Auxiliares de Secretário, Zelador, Serventes e Inspetor de alunos, quando for o caso.

113- Este estabelecimento de ensino poderá ter ou não o pessoal previsto no artigo anterior, dependendo do número de classes e de acordo com os dispositivos da legislação em vigor.

114- Das Formas de Admissão:

115- A admissão de professores e especialistas deste estabelecimento de ensino de 1º grau, será em caráter efetivo, em contrato e em substituição, sempre de acordo com a legislação vigente.

116- O caráter efetivo será feita mediante concurso público de provas e títulos, quando houver.

P.14

117- O caráter de contrato será feita pelo regime estatutário.

118- O caráter de substituição prevalecerá atender-se à legislação em vigor.

119- A admissão do atual administrador deste estabelecimento foi feita por designação, ato de Sr. Secretário de Estado da Educação.

120- No caso de afastamento do atual administrador, por qualquer motivo, o cargo será preenchido conforme prescreve a legislação que rege a matéria.

121- A função de Auxiliar de Administração deste estabelecimento é atualmente exercida pelo professor mais antigo no magistério pertencente ao quadro docente desta.

122- No caso de substituição, esta se fará conforme estabelecer a legislação em vigor.

123- A admissão do Supervisor será feita conforme a Lei estabelecida.

124- O cargo de Secretário será exercido por pessoas devidamente credenciadas, nos termos da Lei.

125- O caráter precário, poderá ser exercido por um professor deste estabelecimento, designado pelo Sr. Secretário de Estado da Educação, mediante indicação do Administrador.

126- Os cargos e funções dos artigos anteriores recairão, preferencialmente, em elementos credenciados do estabelecimento.

127- A admissão de Inspetor de alunos, Zelador, de Servente se fará através de concursos, atos do Sr. Secretário de Estado da Educação ou ainda por outra forma que a legislação permitir.

11- DOS DEVERES

128- Constituem deveres dos professores:

- 1- Elaborar planos de curso e de aulas;
- 2- Ser assíduo e pontual nos trabalhos escolares;
- 3- Ministrar aulas nos horários previstos e dirigir as atividades práticas;
- 4- Registrar no diário de classe a aula ou atividade de classe de cada dia, bem como a frequência dos alunos;
- 5- Providenciar o material didático necessário às disciplinas da série em que leciona;
- 6- Comunicar ao Diretor suas faltas e seus afastamentos por motivo de licença;
- 7- Apresentar à secretaria, nos prazos previstos no calendário escolar em consonância com a Lei, os resultados de aplicação de frequência e rendimento de aprendizagem dos alunos;
- 8- Procurar manter-se atualizado;
- 9- Comparecer às reuniões do corpo docente, de pais e professores às sessões cívicas e sociais e demais solenidades que constarem do calendário escolar;
- 10- Zelar pelo bom nome do estabelecimento;
- 11- Responder pela ordem na sala de aula, pelo bom uso do material e pela conservação dos laboratórios;
- 12- Assistir aos alunos e orientá-los nas dificuldades encontradas

P. 15

117- Promover à disposição do estabelecimento nos períodos destinados à recuperação, planejamento e reorganização dos alunos;

118- Assistir ao recreio de sua classe, acompanhando-a à entrada e à saída das aulas;

119- Verificar, diariamente, como as tarefas escolares para cada série sendo elaboradas;

120- Interferir-se pela boa formação moral e cívica de seus alunos;

121- Manter ambiente sugestivo e agradável na sala de aula;

122- Fazer a avaliação do progresso dos alunos, através de observações, provas, exercícios e outros meios de trabalho;

123- Levar o aluno a fazer auto-avaliação;

124- Adotar medidas que estimulem a pontualidade, a assiduidade e a polidez dos alunos;

125- Manter boas relações com os alunos, colegas, supervisores e pais de alunos;

126- Fazer com zelo a escrituração escolar a seu cargo;

127- Notificar aos pais, quando necessário, a respeito da vida escolar dos alunos, por meio de breves observações escritas;

128- Atender às disposições regimentais deste estabelecimento.

116- CONSTITUEM DEVERES DO SUPERVISOR:

- 1- Responsabilizar-se pela orientação e eficiência do ensino;
- 2- Ser elemento de ligação entre os professores e a Administração;
- 3- Convocar e presidir reuniões de caráter pedagógico, todas as vezes que se fizer necessário;
- 4- Programar, orientar e coordenar o ensino da matéria sob a forma de atividades, áreas de estudo, visando pela integração dos conteúdos e pelas condições em que será ministrado, procurando mantê-los sempre atualizados;
- 5- Supervisionar a elaboração dos programas dos conteúdos afins das classes sob sua responsabilidade;
- 6- Supervisionar trabalhos, provas, exames e estudos de recuperação programados;
- 7- Participar na elaboração dos planos de curso e unidade, juntamente com os professores;
- 8- Aviar o rendimento do ensino, analisando os resultados e propor modificações se for o caso;
- 9- Colaborar na disciplina geral do estabelecimento, e em particular das classes sob sua orientação;
- 10- Providenciar, em colaboração com a professora eventual, a confecção de material ilustrativo, orientando a sua aplicação;
- 11- Cumprir diariamente, no estabelecimento, o horário estabelecido por lei;
- 12- Participar das reuniões de pais e professores;
- 13- Promover pesquisas quanto às causas do fracasso escolar;
- 14- Promover demonstrações quanto a novos métodos e novas técnicas de ensino;
- 15- Promover o melhor relacionamento possível da escola com a comunidade;
- 16- Orientar os professores iniciantes a se adaptarem à sua profissão;
- 17- Representar a Administração junto aos professores;

P.16

118- Visitar as classes;

119- Assistir a todas as atividades ligadas à execução do plano didático e acompanhar o corpo docente e a direção da escola no tocante ao atingimento das metas fixadas.

117- Constituem deveres do Orientador Educacional:

- 1- Assistir ao aluno, tendo em vista seu ajustamento à escola e comunidade em cooperação a família e com os demais professores, inclusive aconselhando quanto à vocação;
- 2- Programar em conjunto com os Supervisores, nas atividades de serviço para cada ano letivo;
- 3- Organizar o sistema de orientação grupal e individual para os alunos;
- 4- Manter o sistema de orientação aos pais e alunos;
- 5- Promover e controlar programas de testes de escolaridade e de sondagem de aptidões para os alunos;
- 6- Organizar no Serviço de Orientação Educacional documentação bibliográfica de informação profissional específica do seu setor, bem como propor a aquisição de livros para a biblioteca da escola, referentes à sua esfera de atividades;
- 7- Manter continuamente atualizado em arquivo que contenha os dados individuais dos alunos;
- 8- Comparecer às reuniões do estabelecimento e manter o corpo docente constantemente informado da programação e atividades da Secretaria de Estado da Educação;
- 9- Atender às demais disposições constantes deste regulamento.

118- CONSTITUEM DEVERES DO ADMINISTRADOR:

- 1- Organizar juntamente com o Supervisor, o currículo dos cursos propondo sua aprovação pelo C.P.A.
- 2- Determinar as áreas e os turnos, e as séries para os professores especializados;
- 3- Organizar anualmente, os trabalhos de matrícula no estabelecimento, supervisionando a sua execução;
- 4- Promover a melhoria do ensino, estimulando orientando os professores, bem como visitando às classes sempre que possível, a fim de acompanhar o desenvolvimento dos alunos;
- 5- Controlar a execução do programa de ensino conjuntamente com o Supervisor, e, na falta deste, com os auxiliares de administração;
- 6- Decidir sobre a criação de comissões, eleger seus membros e fixar-lhes atribuições de competência e prazo para desincumbir-se de suas tarefas;
- 7- Dar exercício aos servidores admitidos na forma da lei;
- 8- Expedir instruções, ordens de serviço ou portarias, atestados e certidões;
- 9- Assinar diplomas, certificados de conclusão de curso, de série, quadro de classe, boletim, relatórios, questionários, estatísticos, atestados e contratos e substituições, balancetes e outros documentos oficiais;
- 10- Tomar medidas necessárias à boa disciplina no estabelecimento;
- 11- Realizar estudos periódicos dos resultados do aproveitamento escolar, mediante relatório dos supervisores;
- 12- Organizar o registro das ocorrências diárias no qual mencionem o número total dos alunos presentes e faltosos, a ausência dos professores, as visitas recebidas, os casos de indisciplina,

as realizações significativas do dia;

13- Providenciar a obtenção do material escolar destinado aos alunos, bem como à limpeza do prédio, orientando e controlando o seu uso;

14- Fazer reuniões com o pessoal administrativo discorrendo as atribuições de cada funcionário, discutindo os problemas de cumprimento de seus deveres;

15- Comparecer às reuniões convocadas pelas autoridades do ensino;

16- Avaliar as iniciativas e atividades do Supervisor, facilitando-lhe oportunidades para reuniões e entrevistas com os professores;

17- Organizar e autorizar festividades cívicas ou outras atividades escolares;

18- Submeter à aprovação da autoridade competente o contrato de professores para a regência de classes;

19- Organizar, atualizar e calendarizar geral e apresentá-lo à apreciação do C.F.A.;

20- Manter Instituições e promover atividades que permitam o tratamento de relações entre a escola e comunidade, a partir da família, em benefício do aluno e de todos;

21- Expedir instruções relativas aos deveres dos alunos, professores e funcionários administrativos e ao funcionamento geral do estabelecimento;

22- Aplicar penalidades de sua competência nos termos deste regulamento;

23- Tomar em ocorrências graves e urgentes, as medidas indicadas pelas circunstâncias, embora não previstas no regulamento, dando-lhe imediata conta do ocorrido ao órgão competente superior;

24- Cumprir e fazer cumprir as Leis, decretos dos poderes Públicos e Portarias, Avisos e Ordens de Serviços da Secretaria de Estado da Educação;

25- Prestar conta do emprego das verbas;

26- Selar para o cumprimento do que dispõe neste Regulamento.

9- CONSTITUIM DEVERES DO AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

1- Substituir o Administrador em suas faltas e impedimentos;

2- Auxiliar na administração geral do estabelecimento;

3- Acatar e fazer cumprir os ordens emanados do administrador com referência à administração da escola;

4- Superintender à disciplina do estabelecimento de acordo com a orientação do administrador;

5- Coordenar as atividades sociais, culturais, artísticas e esportivas do estabelecimento;

6- Atender com urbanidade, aos pedidos de informações dos pais de alunos e de outras pessoas;

7- Responsabilizar-se por toda a escrituração escolar e sua exactidão;

8- Não divulgar assuntos que, por natureza, são considerados sigilosos;

9- Apresentar ao administrador, com a devida antecedência, a relação das necessidades de material;

10- Entregar, pontualmente, a documentação exigida (ofícios, atestados, boletins, relatórios, balanços, guias de reassunção e outros documentos);

11- Contribuir para o desenvolvimento das instituições escolares e para a realização das atividades sociais, comemorações cívicas, festas religiosas e outras solenidades promovidas pelo estabelecimento;

12- Selar pela boa ordem e higiene do prédio escolar;

13- Controlar o ponto diário dos funcionários e os livros de chamada das classes;

14- Orientar e estimular o professorado no tocante ao bom andamento dos trabalhos escolares;

15- Realizar o horário de trabalho estipulado por lei no estabelecimento, em turno de comum acordo com o administrador;

16- Em casos extras, dobrar turno, se for o caso, como medida de cumprir exigências legais, em tempo determinado.

10- CONSTITUIM DEVERES DO SECRETÁRIO

1- Cumprir e fazer cumprir as determinações do administrador;

2- Fazer a escrituração do estabelecimento, transmitindo em bom ordem o arquivo e o material a seu cargo;

3- Redigir e assinar juntamente com o administrador, instruções, editais e avisos;

4- Redigir a correspondência oficial do estabelecimento e providenciar a sua expedição;

5- Secretariar as reuniões realizadas;

6- Expedir diplomas, certificados, guias de transferências, certificados, declarações e outros documentos oficiais, assinando-os juntamente com o Administrador;

7- Fornecer guias ou recibos de algum donativo feito para despesas eventuais do estabelecimento, juntamente com o administrador;

8- Inventariar em livro próprio o material escolar, mobiliário e outros pertences da escola;

9- Catalogar o material arquivado;

10- Ter sob sua guarda os documentos que lhe forem confiados;

11- Registrar as matrículas dos alunos;

12- Informar devidamente as partes e que for de sua alçada ou competência;

13- Não divulgar assuntos, que por natureza, são considerados sigilosos;

14- Propor à Administração as providências que julgar acertadas para o bom andamento dos trabalhos da Secretaria;

15- Manter em dia os livros de registros, de atas, de ponto diário e a classificação das minutas, de ofícios, portarias, avisos e editais;

16- Oferecer aos órgãos e autoridades competentes os dados requeridos para fins oficiais;

17- Lavrar atas de exames dos alunos;

18- Registrar e divulgar os resultados de provas e exames;

19- Organizar as turmas no início do ano, de acordo as instruções recebidas do administrador;

20- Informar o Administrador, sobre a situação dos alunos, professores e funcionários;

21- Velar pela boa ordem, disciplina e higiene do prédio escolar;

22- Contribuir para o desenvolvimento das instituições escolares e para realização das atividades sociais, comemorações cívicas, festas religiosas e outras solenidades promovidas pelo estabelecimento;

23- Coleccionar em livros próprios, Decretos, Portarias, Ordens de Serviço e Orientação sobre todas as atividades educacionais, publicadas pelo órgão Oficial;

17- Organizar e manter em dia o fichário escolar, dos alunos, professores e pessoal administrativo.

10- CONSTITUIM DEVERES DO AUXILIAR DE SECRETARIA

1- Auxiliar o Secretário na execução das tarefas previstas neste Regulamento.

11- CONSTITUIM DEVERES DO ZELADOR

1- Atender às ordens e distribuição do Serviço;

2- Colaborar para a disciplina dos escolares nos corredores, nos recreios, na entrada e saída das aulas;

3- Não tratar de assuntos estranhos ao serviço, que estejam fora dos princípios educativos;

4- O zelador que não tiver residência no estabelecimento, como é o caso atual neste estabelecimento, deverá cumprir oito horas de trabalho, das quais duas serão destinadas ao almoço;

5- É vedado ao zelador o uso de bebidas alcoólicas durante o horário de trabalho escolar;

6- Abrir e fechar o estabelecimento, responsabilizando-se pelas chaves;

7- Participar das tarefas de limpeza, orientando-as;

8- Coordenar o trabalho de limpeza, atendendo às solicitações dos serventes, inclusive aos sábados;

9- Cuidar da conservação do prédio, das instalações elétricas, sanitárias e mobiliário;

10- Executar consertos, mais simples de marcenaria, carpintaria, eletricidade, bem como ajudar na restauração de mapas, livros, cartazes;

11- Executar outras tarefas de interesse do serviço, a critério da administração da escola;

12- Conduzir e entregar correspondência do estabelecimento;

13- Atender e encaminhar o público em geral fiscalizando e controlando a entrada e saída de pessoas e de objetos;

14- Comparecer a reuniões quando convocado pelo administrador sob pena de perder o vencimento pelo não atendimento.

12- CONSTITUIM DEVERES DO SERVENTE

1- Acatar ordens do Administrador do estabelecimento quanto horário e distribuição de serviço;

2- Cumprir oito horas de trabalho, das quais duas destinadas ao almoço;

3- Comparecer a reuniões quando convocado pelo administrador, sob pena de perda do vencimento;

4- Velar pela conservação do prédio, mobiliário escolar e material didático;

5- Colaborar na disciplina do estabelecimento;

6- Atender com presteza às professoras, no interesse do estabelecimento;

7- Colaborar nas festas e solenidades promovidas pela escola;

8- Cuidar da limpeza e conservação do prédio, varrer, encovar, lavar ladrilhos, vidraças, manter a higiene das instalações sanitárias e em qualquer serviço que lhe for determinado pelo administrador;

9- Manter as salas sempre limpas, antes do início das aulas;

10- Fazer aos sábados a limpeza geral, de preferência pela manhã sob a orientação zelador;

11- Colaborar na distribuição da merenda e auxiliar nos trabalhos da cantina (Art. 48 do Dec. 6608 de 04/7/62) inclusive também de preparar sopa e a merenda dos alunos;

12- Selar pela ordem e higiene da cozinha;

13- Cooperar-se com urbanidade e respeito no trato com o Administrador, professores, alunos, pais e colegas;

14- Receber e transmitir recados.

11- DOS DIREITOS

11-1- CONSTITUIM DIREITO DOS PROFESSORES E ESPECIALISTAS:

1- Os assegurados na legislação geral de ensino em vigor;

2- Ter local adequado para o desempenho de suas funções;

3- Solicitar material didático necessário ao seu trabalho de acordo com as possibilidades do estabelecimento;

4- Ser tratado com respeito pela administração, funcionários, colegas e alunos.

11-2- CONSTITUIM DIREITOS DO PESSOAL ADMINISTRATIVO:

1- Os assegurados na legislação em vigor;

2- Solicitar material adequado para o desempenho de suas funções;

3- Ser tratado com respeito pelos colegas, professores, funcionários e alunos.

CAPÍTULO 11- DO CORPO DISCENTE

12- CONSTITUIM O CORPO DISCENTE DESTE ESTABELECIMENTO, os alunos nele regularmente matriculados.

§ 1º- São direitos fundamentais dos membros do corpo discente:

1- Organizar clubes para a realização de programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos, mantendo suas atividades com recursos próprios e com apoio do estabelecimento;

2- Recorrer das decisões das autoridades escolares para os órgãos de hierarquia superior encaminhando o respectivo recurso por intermédio da Administração do estabelecimento;

3- Ser tratado com urbanidade e distinção por Administradores, Supervisores, Professores, Funcionários e colegas;

4- O uso da biblioteca, laboratórios, praças de esporte e outros serviços do estabelecimento;

5- O direito de auxílio da Caixa Escolar, quando o requerer e ficar aprovada a necessidade de assistência, de acordo com os critérios que regulamentam a instituição;

6- Utilizar-se da Cantina Escolar, mediante pagamento gratuito, quando amparado pela Caixa Escolar;

7- O direito de revisão de provas quando solicitar em tempo hábil;

8- Votar e ser votado para representante de turma, diretoria de agremiação, para comissões, uma vez respeitadas as regulamentações previstas nos estatutos;

9- Defender-se em casos de aplicação de penalidades por indisciplina;

10- Apresentar sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho escolar;

12-1- SÃO DEVERES FUNDAMENTAIS DOS MEMBROS DO CORPO DISCENTE:

1- Contribuir no que lhe couber, para o prestígio do estabelecimento;

2- Cumprir com assiduidade e pontualidade o horário escolar;

3- Executar, nos prazos previstos os trabalhos escolares;

P. 21

11- Comunicar a Diretoria do Estabelecimento, o seu afastamento temporário, por motivo de doença ou outros;

12- Comparecer e participar das comemorações cívicas, sociais, artísticas esportivas ou religiosas determinadas pela direção do estabelecimento, ainda que fora do horário escolar;

13- Respeitar os símbolos da pátria;

14- Abster-se de atos que perturbem a ordem, ofendam os bons costumes ou importem em desonra à Lei, às autoridades escolares ou aos professores e funcionários, bem como os representantes de turma no uso de suas atribuições;

15- Zelar pelo patrimônio moral e material do estabelecimento;

16- Obedecer aos dispositivos deste Regimento;

17- Observar o regime do curso que frequenta.

127- § VEDADO AO ALUNO:

§ 1º- Impedir a entrada dos colegas no estabelecimento ou convidá-los a ausências coletivas;

§ 2º- Promover sem autorização do Administrador, rifas, coletas ou subscrições, dentro ou fora do estabelecimento.

TÍTULO IX- DAS INSTITUIÇÕES DISCENTES E DOCENTES

CAPÍTULO 1- DAS CATEGORIAS

128- As instituições Docentes existentes neste estabelecimento, ou que venham a existir serão regulamentadas por seus próprios estatutos, os quais serão anexados ao Regimento.

129- São instituições discentes os clubes e os grêmios, que serão regidos por seus próprios estatutos, os quais serão anexados ao regimento.

TÍTULO X - DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO 1- DAS FINALIDADES

130- Será aplicável ao pessoal docente, administrativo e discente, o regime disciplinar com a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o funcionamento das atividades escolares, e o atendimento dos serviços existentes, a execução e obtenção dos objetivos previstos no Regimento.

CAPÍTULO 11- DAS PENALIDADES

131- As proibições e penalidades a se aplicarem ao pessoal docente e administrativo serão as previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos e Cíveis do Estado de Minas Gerais, nas normas disciplinares do C.E.E. e em outras legislações, conforme o regime em vigor.

132- Aos alunos serão aplicadas as seguintes penalidades, conforme as gravidades das faltas ou infrações:

I- Advertência particular;

II- Advertência escrita;

III- Exclusão de sala;

IV- Suspensão temporária da participação em qualquer tipo de atividade escolar;

V- Suspensão definitiva de participação no todo ou em parte de todo ou de alguma atividade escolar;

VI- Cancelamento da matrícula.

P. 22

PARÁGRAFO ÚNICO- As penalidades serão aplicadas gradativamente e sem acumular, sempre que possível.

133- A aplicação de penalidades previstas, não isenta o aluno das responsabilidades civis e penais em que haja incorrido.

134- Serão vedadas as sanções e penalidades que atentarem contra a dignidade pessoal, saúde física e mental ou que prejudiquem o processo formativo.

CAPÍTULO 111- DA COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

135- A decisão na aplicação de sanções ao corpo docente é de competência da C.P.A.

PARÁGRAFO ÚNICO- A aplicação de sanções caberá à direção do estabelecimento.

136- Aplicação de penalidades ao Diretor será de competência da Delegacia Regional de Ensino.

137- As sanções aplicáveis ao corpo discente será de competência dos professores, da diretoria e do C.P.A.

TÍTULO XI- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

138- Com referência à organização administrativa:

1- Este estabelecimento de ensino de 1º grau manterá as 4 primeiras séries com o número mínimo de quarenta e duas classes, poderá ter um Supervisor pedagógico e um secretário, se for o caso de aumentar o número de classes, de acordo com dispositivos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO- Se for o caso de ampliação quinta a oitava séries a organização administrativa será constituída conforme proceda a legislação vigente.

SEÇÃO 1- DA COMPETÊNCIA:

139- A Administração deste estabelecimento compete coordenar, organizar, controlar todo o funcionamento e desenvolvimento das atividades educativas conforme normas previstas em lei, e atribuições já citadas no Artigo 118 deste Regimento.

140- De forma de preenchimento e substituições

141- O preenchimento dos referidos cargos neste estabelecimento se fará de acordo com a legislação vigente.

142- DO ENSINO DE 1º GRAU:

1- Os alunos de Primeira a Quarta séries serão distribuídos em turmas, adotando-se as normas baixadas pela Secretaria de Educação.

143- Neste estabelecimento de ensino de 1º grau onde existirem quatro primeiras séries, a Caixa Escolar será regida pela legislação vigente.

P. 23

144- O REGIMENTO das Instituições existentes neste estabelecimento constituem anexos deste.

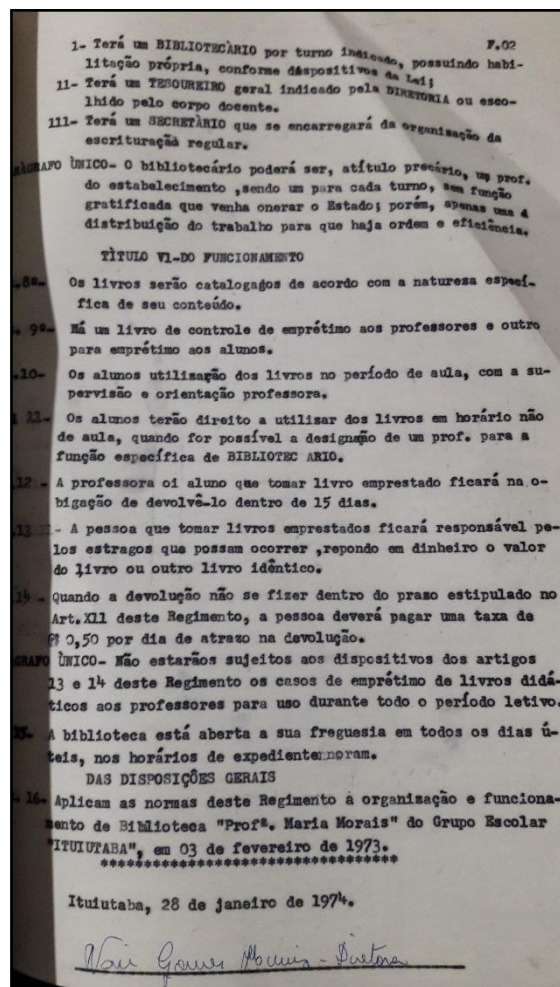
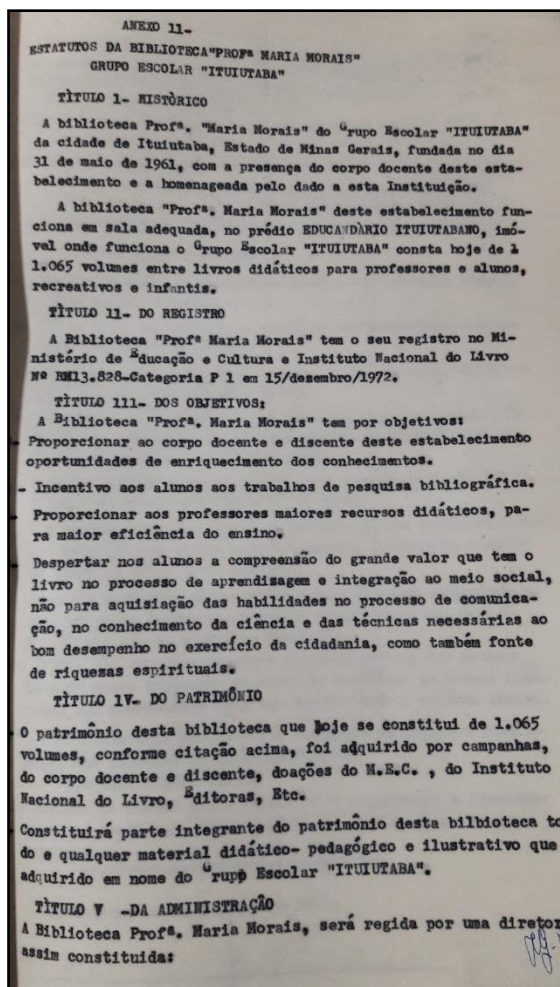
145- Os casos omissos neste Regimento poderão ser resolvidos pela direção do estabelecimento ou pelos órgãos competentes e respeitadas as determinações legais vigentes.

Itaipubá, 27 de janeiro de 1974.

Walter Gomes Almeida
Prof. Walter Gomes Almeida- Diretor
Grupo Escolar "ITAIPUBÁ"

Conçata Silveira
Prof. Conçata Silveira- Auxiliar de Diretoria
Grupo Escolar "ITAIPUBÁ"

Anexo 5 - Estatuto da Biblioteca Profa. "Maria Morais" Grupo Escolar "Ituiutaba"



Anexo 6 – Estatuto da Caixa Escolar do Grupo Escolar “Ituiutaba”

